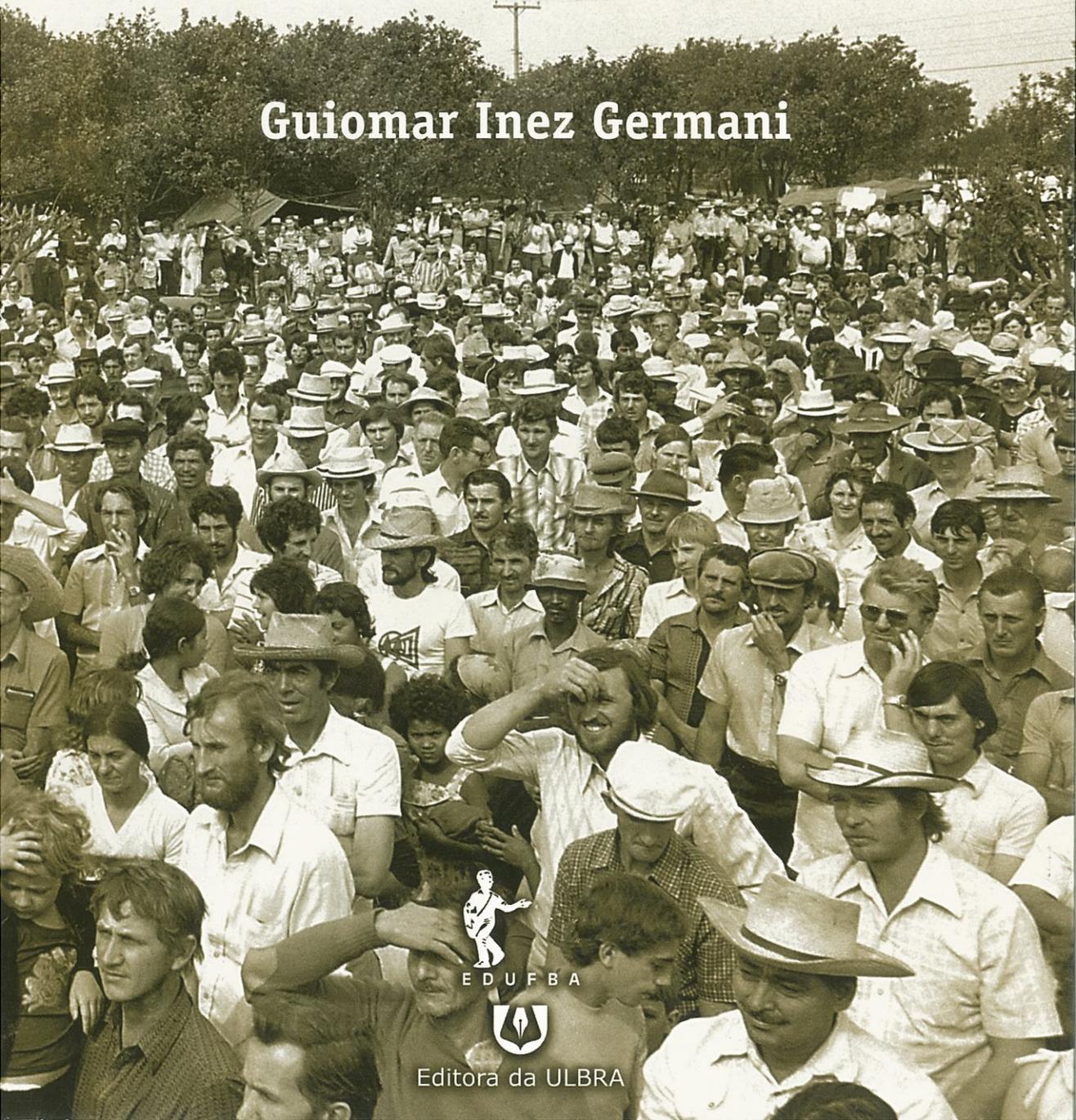


2ª edição

# EXPROPRIADOS TERRA E ÁGUA

o conflito de Itaipu

Guiomar Inez Germani



EDUFBA



Editora da ULBRA

A Usina Hidroelétrica de Itaipu — a maior usina hidroelétrica do mundo — um projeto binacional entre Brasil e Paraguai, construída no rio Paraná, fechou suas comportas em outubro de 1982, dando início à formação de seu reservatório.

Um processo que se repete, em maior ou menor proporção, em toda construção de usina hidrelétrica, impõe uma reestruturação espacial, compromete recursos e expulsa populações.

No caso da instalação de Itaipu, seu reservatório inundou 780km<sup>2</sup> de terras brasileiras e 570 km<sup>2</sup> de terras paraguaias, tidas como as mais férteis do mundo, afogou as Sete Quedas e, de forma compulsória, expropriou mais de 42.000<sup>+</sup> pessoas da área comprometida com a implantação da Usina.

Este livro relata e analisa a estratégia da empresa Itaipu Binacional para "limpeza" da área e como se estabeleceu a resistência organizada dos trabalhadores rurais.

Desencadeando um conflito de natureza social entre o Estado, representado pela Itaipu Binacional, e a população, representada pelos colonos expropriados. A resistência organizada gerou a constituição do Movimento Justiça e Terra e do MASTRO, bases para a emergência, no País, dos movimentos sociais contemporâneos de resistência dos trabalhadores rurais e de luta pela terra.

EXPROPRIADOS  
TERRA E ÁGUA

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

### **Reitor**

Naomar de Almeida Filho

### **Vice-reitor**

Francisco José Gomes Mesquita

## **EDITORA DA UFBA**

### **Diretora**

Flávia Garcia Rosa

## **CONSELHO EDITORIAL**

### **Titulares**

Antônio Virgílio Bittencourt Bastos

Arivaldo Leão de Amorim

Aurino Ribeiro Filho

Cid Seixas Fraga Filho

Fernando da Rocha Peres

Mirella Márcia Longo Vieira Lima

### **Suplentes**

Cecília Maria Bacelar Sandenberg

João Augusto de Lima Rocha

Leda Maria Muhana Iannitelli

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Naomar Monteiro de Almeida Filho

Nelson Fernandes de Oliveira



Rua Barão de Geremoabo s/n  
Campus de Ondina, Salvador-Ba.  
CEP: 40170-290  
Tel/Fax: (71) 263-6164  
e-mail: [edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)  
home page: [www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br)

## **UNIVERSIDADE LUTERANA BRASILEIRA**

### **Reitor**

Ruben Eugen Becker

### **Vice-reitor**

Leandro Eugênio Becker

## **EDITORA DA ULBRA**

### **Diretor**

Valter Kuchenbecker

## **CONSELHO EDITORIAL**

Ruben Eugen Becker (presidente)

Aray Miguel Feldens

Edmundo Kanan Marques

Geraldo Pereira Jotz

Jussará Lummertz

Leandro Eugênio Becker

Martim Carlos Warth

Nestor Luiz João Beck

Paulo Augusto Seifert

Rosa Blanco

Valerio Rohden

Valter Kuchenbecker



Editora da ULBRA

Rua Miguel Tostes, 101 - prédio 29 - sala 202 -  
Bairro São Luís  
Fone: (51) 477.9118 - Fax: (51) 477.9115  
CEP: 92420-280 - Cx. Postal 124 - Canoas/RS  
e-mail: [editora@ulbra.br](mailto:editora@ulbra.br)  
Home page: [www.editoradaulbra.com.br](http://www.editoradaulbra.com.br)

Guiomar Inez Germani

**EXPROPRIADOS  
TERRA E ÁGUA:  
o conflito de Itaipu**

**2ª edição**

EDUFBA/ULBRA  
2003

© 2003 by Guiomar Inez Germani.

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade Federal da Bahia.

Feito o depósito legal.

### **Projeto Gráfico e Editoração**

Josias Almeida Junior

### **Capa**

Josias Almeida Junior

(a partir da foto da Assembléia do Movimento Justiça e Terra em Santa Helena, Paraná, 1980, cedida por Guiomar Germani)

Foto da autora: Luiz Antonio de Souza

### **Preparação de texto e revisão**

Tânia de Aragão Bezerra

Magel Castilho de Carvalho

G317 Germani, Guiomar Inez.  
Expropriados. Terra e água : o conflito de Itaipu / Guiomar  
Inez. – Salvador : EDUFBA : ULBRA, 2003.  
266 p.: il.

Originalmente apresentada como dissertação (mestrado) –  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ISBN 85-232-0298-6

1. Itaipu Binacional – Impacto sócio-ambiental. 2. Usinas  
hidrelétricas – Aspectos ambientais. 3. Trabalhadores rurais –  
Conflito social. 4. Trabalhadores rurais – Desapropriação.  
5. Estado – Política ambiental – Aspectos sociais. 6. Movimentos  
sociais. I. Universidade Federal da Bahia. II. Título.

CDU – 621.311.21:574.3

CDD - 577.272

A  
Guido e Maria, meus pais  
(in memoriam)

Ao  
pastor Werner Fuchs e aos que resistiram

dedico este trabalho.

---

# Sumário

|                    |    |
|--------------------|----|
| Apresentação ..... | 9  |
| Introdução .....   | 13 |

## **PRIMEIRA PARTE: O PALCO E OS ATORES**

### **Ocupação Histórica da Região**

|                                 |    |
|---------------------------------|----|
| Localização .....               | 21 |
| Características da Região ..... | 23 |

### **Itaipu Binacional**

|   |    |
|---|----|
| Antecedentes Históricos .....               | 29 |
| Criação da Itaipu Binacional .....          | 37 |
| Itaipu e o Estado .....                     | 41 |
| Itaipu e o Processo de Desapropriação ..... | 45 |

### **Características da Área em Conflito**

|   |    |
|---|----|
| Características Físicas da Área em Conflito ..... | 51 |
| População .....                                   | 53 |
| Formas de Apropriação da Terra .....              | 57 |

## **SEGUNDA PARTE: O CONFLITO ITAIPU X COLONOS**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>"A gente pensava que seria uma grande coisa" .....</b> | <b>67</b> |
|---|-----------|

### **"Se o país precisa de nosso sacrifício, nós exigimos justiça"**

|                           |    |
|---------------------------|----|
| Primeira Assembléia ..... | 85 |
| Segunda Assembléia .....  | 93 |

### **"Não basta a união do povo, é preciso lutar"**

|                                     |     |
|-------------------------------------|-----|
| Movimento Justiça e Terra .....     | 113 |
| Preço da Paz: Justiça e Terra ..... | 145 |

|                        |            |
|------------------------|------------|
| <b>CONCLUSÃO .....</b> | <b>173</b> |
|------------------------|------------|

## **ANEXOS**

|   |     |
|---|-----|
| 1 - Mapas .....   | 181 |
| 2 - Documentos .....  | 193 |
| 3 - Demonstrativo geral e situações específicas na área em conflito ..... | 225 |

|                          |            |
|--------------------------|------------|
| <b>ICONOGRAFIA .....</b> | <b>241</b> |
|--------------------------|------------|

|                          |            |
|--------------------------|------------|
| <b>REFERÊNCIAS .....</b> | <b>259</b> |
|--------------------------|------------|

# Apresentação

Este trabalho foi escrito nas “trincheiras” da resistência à construção da Hidroelétrica de Itaipu e apresentado como Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS), em junho de 1982, sob o título “Os Expropriados de Itaipu”.

Em outubro de 1982, foi dado início à formação do reservatório de Itaipu e o compromisso em deixar registrada a história antes que as águas chegassem foi cumprido. Porém, o desejo de publicar estes registros foi sendo postergado (embora parte dele tenha sido publicado nos Cadernos PROPUR, em dezembro de 1982). Agora, a comemoração de 25 anos do Movimento Justiça e Terra apresenta-se como oportuna para realizar o antigo desejo e dar conhecimento de como as águas do Rio Paraná afogaram terras e sonhos, mudando os destinos de muitas pessoas da área atingida pela formação do reservatório de Itaipu. Um pedaço de nossa história que eu vi acontecer e participei, o que confere a esta publicação um caráter de testemunho.

As águas e o tempo apagaram muitas lembranças e, hoje, quem visita a Itaipu ou quem usa a energia por ela gerada não se lembra dos que se sacrificaram para que isto acontecesse. Se, por um lado, este sacrifício compulsório a que foram empurrados permitiu a geração de energia, por outro, sua resistência organizada através do Movimento Justiça e Terra configurou-se como fonte de outra energia que veio alimentar os movimentos sociais, imprimindo uma nova dinâmica às suas organizações.

Nas Ciências Sociais, é sempre uma temeridade e ousadia tratar de temas contemporâneos, mais ainda naquela época. Contudo, acredito ter conseguido perceber, na perspectiva daquele momento, as bases de significativas mudanças e avanços na organização dos movimentos sociais em nosso País.

Por isso, a publicação de um trabalho realizado há 25 anos justifica-se, não só como registro histórico, mas, principalmente, por terem os fatos registrados assumido uma importância na compreensão dos movimentos sociais da atualidade. As significativas conquistas manifestadas em seus desdobramentos comprovam que, quando se trata de movimentos sociais, os resultados transcendem os interesses individuais e deles se beneficiam toda a sociedade.

Assim, a resistência organizada dos expropriados de Itaipu contribuiu para que não fosse mais tão fácil “limpar” as áreas destinadas à construção de reservatórios e, somada a outras experiências, serviram de base para a

constituição do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Se há ainda muitas situações pendentes decorrentes de construções de hidroelétricas carecendo de solução, o MAB, atuando em todo território nacional, vem imprimindo outro rumo nesse tipo de processo. Com a atual crise energética, esta organização prepara-se para novos enfrentamentos, não só pela construção de grandes barragens, mas a de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), que têm como executor não o Estado, mas empresas particulares, o que, seguramente, dará outro tom aos embates.

É também no movimento de resistência dos expropriados de Itaipu, no Movimento Justiça e Terra e, em especial, no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) que vão se encontrar as bases do que veio a se transformar no mais significativo e organizado movimento de massa dos trabalhadores sem terra no país: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Não é sem significado o fato de o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ter sido realizado em Cascavel (PR), em 1984.

A grande repercussão da resistência à construção de Itaipu e as decorrentes perdas de terras férteis e produtivas dos municípios atingidos deram fundamentos à instituição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) – prevista no parágrafo 1º do Art. 20 da Constituição Federal –, através da qual as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia, por geração hidrelétrica, pagam um percentual pela utilização de recursos hídricos aos Municípios, Estados e a União, sob a gerência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Esta Compensação ou “royalties” tem garantido aos municípios lindeiros ingressos significativos mas mesmo assim estima-se que não cobrem as perdas que tiveram com a redução da área agricultável.

Como já foi dito, este trabalho atendeu a uma exigência acadêmica e foi escrito nas “trincheiras” da resistência. O distanciamento no tempo talvez obrigasse a fazer uma revisão, porém, optei por manter a forma original, inclusive o tempo dos verbos, quando tudo ainda estava acontecendo, quando tudo era futuro e estava por acontecer. A edição original continha um volume de anexos e documentos que não foram incluídos em sua totalidade para não tornar muito volumosa esta edição, para a qual foram selecionados os mais significativos, inclusive da iconografia. Todas as fotos foram realizadas por mim e constitui-se num significativo acervo dos registros da época.

A realização de um trabalho acadêmico, ao conseguir mergulhar na realidade, não deixa que o pesquisador retorne impune. Como, de fato, o acompanhamento do movimento de resistência dos expropriados de Itaipu não permitiu só a apresentação de uma dissertação, mas marcou minha trajetória profissional e mais, a compreensão da força dos movimentos sociais definiu meu compromisso pessoal em contribuir para seu fortalecimento.

Registro o meu reconhecimento especial a algumas pessoas que contribuíram ontem e hoje. Aos componentes da banca examinadora, Noora Clichevsky, Wrana Panizzi e José Vicente Tavares, tanto pela orientação e valiosas contribuições, como pela coragem de aceitá-lo, atitude não muito comum naquela época, mas coerente com seus compromissos.

A Elizabeth Sasso Simões, Judite Barbosa e Hilária Zimovski, incansáveis companheiras de trabalho de campo, das leituras cuidadosas e questionadoras que serviram de estímulo sempre.

À equipe da EDUFBA, coordenada por Flávia M. Garcia Rosa, pelo interesse e decisão em apoiar e viabilizar esta publicação, juntamente com a ULBRA.

Finalmente, a meus familiares, que sempre me incentivaram e apoiaram e, em especial, a meus pais, que já não estão mais aqui para ver esta publicação. E a Luiz Antônio, meu companheiro, de ontem e de hoje, com quem compartilho vida e sonhos.

**Guiomar Germani**

Salvador, julho de 2003

# Introdução

Uma das funções principais do Estado capitalista moderno é criar condições favoráveis para o desenvolvimento do processo de acumulação de capital. Cabe, assim, a esse Estado, realizar os grandes investimentos em infraestrutura, não assumidos diretamente pelo capital privado, quer seja pelo volume de capital necessário, quer pela lenta ou baixa taxa de retorno que esses investimentos proporcionam.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu – que está sendo construída no rio Paraná, em comum com o Paraguai – surge em consonância com aquelas premissas: o Estado assume a responsabilidade de construção de uma obra de infraestrutura que favorecerá as condições gerais de produção através da geração de energia – questão fundamental para o processo produtivo.

A instalação de uma usina hidrelétrica implica na construção de um reservatório, o que ocasiona uma reestruturação espacial, trazendo como consequência inevitável, entre outras, a obrigatoriedade da remoção da população que habita a área a ser inundada.

Este processo de remoção ocasionou, no caso de Itaipu, um conflito. Conflito inserido no contexto de uma sociedade dividida em classes, com interesses diferenciados, portanto, que vai contrapor o Estado – representado pela Itaipu Binacional – e a população que terá de deixar a área.

Este conflito surgiu num momento bastante significativo, caracterizado por um forte envolvimento do Estado nos conflitos de terra – seja diretamente, seja indiretamente, através de empresas ou de leis e benefícios que favorecem ao grande capital em detrimento do pequeno produtor, cada vez mais expropriado de seu meio de produção fundamental – a terra – e por um processo crescente de resistência dos pequenos produtores, que começam a se organizar em todo o país, à expropriação. Mesmo que não haja uma vinculação efetiva e organizada entre estes movimentos de resistência, observa-se que, em nível nacional, eles se dirigem contra a ação expropriatória do Estado ou do capital privado, tendo como consequência o aguçamento das contradições pertinentes à questão da terra no campo brasileiro.

## Objetivo

O objetivo deste trabalho é relatar, de forma sistemática, como se desenvolveu o conflito entre Itaipu Binacional e os colonos expropriados, dando prioridade às formas como a população se organizou e reagiu frente às atitudes e soluções propostas pelo Estado. Portanto, pretende conhecer o

modo de articulação dos diversos interesses envolvidos e o papel dos principais agentes nos diferentes momentos deste conflito.

Neste sentido, é preocupação central sistematizar as informações, basicamente, sobre os seguintes aspectos:

a) o comportamento da população – ressaltando a heterogeneidade de sua composição – face a um problema que lhe foi imposto;

b) a atuação do Estado e de seus organismos no processo de desapropriação;

c) o processo de expulsão da população ou “limpeza de área” a ser alagada – indenização, determinação do preço da terra e benfeitorias, organização e resistência dos expropriados.

Não é objetivo deste estudo analisar conclusivamente as informações, quer do ponto de vista social, quer no seu aspecto de política de Estado. É, antes, uma contribuição inicial para que tal seja feito.

A opção pelos conflitos da área de Itaipu – lado brasileiro – como objeto desse estudo, partiu de uma problemática específica do momento, qual seja, um programa energético, assentado num grande número de hidrelétricas projetadas e/ou em construção, ocasionando, em maior ou menor grau, a expulsão da população rural e urbana, pressupondo a repetição de conflitos.

## Considerações Metodológicas

Inicialmente, foi feita uma viagem à região, com caráter exploratório apenas. Entrou-se em contato com o sindicato de trabalhadores rurais e com agricultores, com o intuito de perceber até que ponto a construção da hidrelétrica era, realmente, uma preocupação para os moradores da área. Percebia-se que Itaipu era o principal assunto nas rodas de amigos que se formavam; as pessoas estavam quase sempre falando dos problemas que a obra estava trazendo para suas vidas.

Ainda, nesta primeira etapa, foram feitos contatos com agentes pastorais e consultas aos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Curitiba, além da montagem de um roteiro para entrevistas. Estes procedimentos, somados ao levantamento prévio de informações, principalmente através de jornais e revistas, uma vez que inexistia bibliografia específica, possibilitaram uma melhor visão do problema e a definição das etapas seguintes, bem como a adoção da metodologia a ser utilizada.

A cidade de Santa Helena foi escolhida para sede da pesquisa de campo, pois, além de estar localizada quase no centro da área, o que permitia bastante mobilidade, ali também se localizava a secretaria regional da CPT e o núcleo mais forte de resistência dos agricultores expropriados. O início da pesquisa de campo coincidiu com a chegada de D. José Brandão, bispo de Propriá (SE), que vinha conhecer a região e os expropriados de Itaipu. O acom-

panhamento de suas visitas possibilitou uma visão geral do que ocorria, pois foram organizadas assembléias em todas as localidades atingidas e nestas assembléias os colonos expunham a D. José a sua situação em relação à Itaipu.

Nesta etapa, percebeu-se a necessidade de maiores informações sobre o modo como a área estava ocupada, posto que isto diferenciava, em alguns aspectos, as formas de enfrentamento dos agricultores em relação à Itaipu, embora, em termos gerais, a estratégia fosse comum.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas gravadas e/ou escritas com:

a) padres e pastores com paróquias na área, em especial da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB);

b) diretores e membros dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs);

c) agricultores expropriados das diferentes regiões e situações (já indenizados; que haviam feito acordo, mas não tinham recebido o pagamento; que Itaipu não tinha feito proposta; que haviam recusado a proposta; proprietários, posseiros e arrendatários de toda a área atingida);

d) diretores e técnicos de escritórios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Terras e Cartografia (ITC), de Cascavel (PR);

e) diretores, corretores e assessores jurídicos de colonizadoras com escritórios na região;

f) funcionários do escritório da Itaipu Binacional, de Santa Helena e do Departamento Jurídico de Foz do Iguaçu.

A participação em assembléias dos STRs e da CPT, em reuniões com o INCRA, em festas da comunidade, no acampamento de Santa Helena, durante os 11 dias de sua duração, em julho/80, e, parcialmente, no acampamento de Foz do Iguaçu (de março a maio de 1980), bem como o registro fotográfico da área e das concentrações dos expropriados, completaram a coleta de dados em campo.

Algumas dificuldades aparecem em trabalhos desse tipo. Se, por um lado, é muito rica a experiência de acompanhar a história de um determinado grupo em determinado momento, por outro, ela traz uma série de dificuldades peculiares: a própria dinâmica dos acontecimentos obrigou a pesquisadora a interromper seu trabalho de sistematização – feito em gabinete – para se deslocar até a área toda vez que ocorria um fato novo. Por ser esse trabalho uma dissertação de mestrado e ter de obedecer as formalidades de prazo, obrigou a pesquisadora a determinar um corte no acompanhamento do conflito, caso contrário, o trabalho se prolongaria indefinidamente, uma vez que a situação dos expropriados não está totalmente resolvida até a presente data. Este corte foi feito em maio de 1981, após o acampamento em Foz do Iguaçu. Outra dificuldade da pesquisa foi o envolvimento que “não só questiona (como, de fato, questionou) o investigador como cientista, mas tam-

bém, e principalmente, como pessoa e, portanto, semelhante, envolvida, comprometida”.<sup>1</sup>

O presente trabalho está apresentado em duas partes. A primeira parte divide-se em três capítulos: no primeiro, são apresentados dados referentes à ocupação e às características da Região Extremo-Oeste do Paraná; no segundo capítulo, apresenta-se a história e criação da Itaipu Binacional, um dos agentes do conflito; no terceiro capítulo, são descritas as características da área do futuro lago do reservatório da Itaipu Binacional – aqui denominada “área em conflito” – e apresenta-se o outro agente do conflito – a população expropriada. Após esta exposição – do palco e dos atores envolvidos – apresenta-se, na segunda parte, o relato do conflito entre Itaipu e os colonos, subdividida em três capítulos correspondentes a três diferentes momentos do conflito. No final deste trabalho, estão incluídos mapas da área, documentos considerados significativos, descrição das áreas onde se manifestaram situações particulares e documentação fotográfica toda realizada pela autora.

Embora a responsabilidade desse trabalho seja única e exclusiva da autora, cabe agradecer a inúmeras pessoas, professores e amigos que, direta ou indiretamente, prestaram sua contribuição à execução do mesmo.

## Nota

<sup>1</sup> FERREIRA, Rosa. F.M. A relação de dominação na pesquisa social. In: *Revista de Cultura e Política*. Rio de Janeiro, v. 3, nov./jan. de 1981, p. 66.

**PRIMEIRA PARTE** .....

**O PALCO E OS ATORES** .....





Ocupação  
Histórica  
da Região



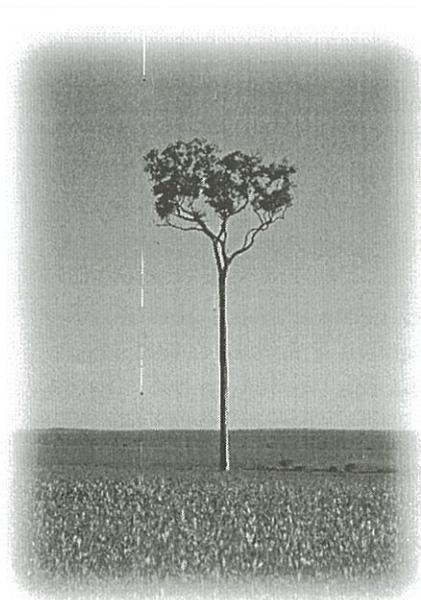
## Localização

A Usina Hidrelétrica de Itaipu está sendo construída no rio Paraná, no Estado do Paraná, divisa com o Paraguai, aproximadamente a 14 km a montante da Ponte Internacional que une Foz do Iguaçu, no Brasil, a Porto Presidente Stroessner, no Paraguai.<sup>1</sup>

O represamento do rio Paraná fará com que este abandone o *canyon*, em que normalmente corre, e que espalhe suas águas em terras brasileiras e paraguaias, formando um lago bastante ramificado, que se estenderá até a cidade de Guaíra, com comprimento de 170 km e uma superfície total de 1.350 km<sup>2</sup>, sendo 780 km<sup>2</sup> do lado brasileiro e 570 km<sup>2</sup> do lado paraguaio.<sup>2</sup>

Toda esta “área comprometida”<sup>3</sup> com a construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu pertence à Região Extremo-Oeste do Paraná (Microrregião Homogênea 21 – MRH-21).<sup>4</sup>

Para situar o estudo, é importante a caracterização desta região, que terá parte de suas terras inundadas, principalmente no que diz respeito a sua ocupação e às características socioeconômicas de sua população. Estes dois fatores são essenciais para a compreensão de um dos agentes do conflito que se objetiva estudar – a população expropriada: quem é, como vive, como se relaciona com a terra e entre si, o que nos permitirá entender como se dará, num momento posterior, sua relação com Itaipu.



## Características da Região

Primeiramente, caracterizar-se-á, de forma bastante ampla, a Microrregião Extremo-Oeste do Paraná (MRH 21) para, em seguida, no Capítulo III, analisar-se mais especificamente a área a ser atingida pela Itaipu. Tal procedimento se pauta pela consideração de que, apesar de suas peculiaridades, a faixa abrangida pela Itaipu acompanha e participa, fundamentalmente, das transformações havidas na região.

Sob o aspecto físico, a região apresenta um relevo mais ou menos homogêneo e uma elevada fertilidade do solo, sendo considerada possuidora das terras mais férteis do Brasil.

A ocupação da região, apesar de iniciada no fim do século XIX, efetivou-se a partir de 1940 e, de forma mais significativa, em 1950.<sup>5</sup>

A atividade econômica inicial foi a extração indiscriminada e predatória da madeira e o comércio do mate. À medida que a madeira ia sendo retirada, abria-se espaço para a entrada da plantação de hortelã, acompanhada de uma agricultura de subsistência (arroz, feijão, milho, batata e mandioca) e da suinocultura.

A população que ocupou a região era basicamente formada por imigrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de alemães e italianos, que seguiram o percurso da tradicional corrente migratória Rio Grande do Sul – Santa Catarina e Paraná.

Na verdade, o fluxo maior de pessoas que se dirigiam para o extremo-oeste do Paraná encontravam o seu ponto de partida no estado do Rio Grande do Sul. Na região podem ser encontradas, com grande realce, as marcas características de extensas áreas do estado gaúcho, quer nas feições de sua gente, quer nos hábitos e costumes e, especialmente, na sua atividade econômica.<sup>6</sup>

O motivo principal que fez estes imigrantes se embrenharem sertão adentro e ocuparem o espaço em análise não foi o apaixonado espírito de aventura, mas antes a necessidade de terem um pedaço de terra para plantar, coisa que nos seus lugares de origem estava cada vez mais difícil encontrar: “Lá não havia mais terras, né, aqui havia terra e a gente olhava o futuro, comprei um pedacinho de terra aqui, pude comprar, pra me colocar e construir a vida aqui, com muito sacrifício”.<sup>7</sup>

Conforme Pedro Calil Padis:

Embora, desde a terceira década deste século se pudesse encontrar gaúchos em terras do sudoeste paranaense, foi a partir de 1952, e especialmente depois de 1956, que esse movimento migratório se intensificou de forma surpreendente, [...] o que parece ter resultado principalmente das características do setor primário da economia gaúcha, incapaz de absorver os incrementos demográficos. [...]<sup>8</sup>

Inicialmente essa população deslocou-se para o Estado de Santa Catarina, especialmente as zonas fisiográficas denominadas Rio do Peixe e Extremo-Oeste.

Outros imigrantes vieram completar o que hoje compõe a população da região: mineiros, nordestinos e capixabas. Expulsos de suas terras pelo gado ou pela seca, a maior parte destes migrantes foi recrutada pelo “gato”, inicialmente para trabalhar nas fazendas de café no Norte do Paraná. A substituição da lavoura de café por outra atividade agrícola ou pecuária, que ocupa menos mão-de-obra – a partir da década de 60 – liberou um grande contingente populacional que se dirigiu para a Região Oeste e Extremo-Oeste do Paraná para trabalhar, em sua grande maioria, como peões ou arrendatários nas fazendas.

O direcionamento destes imigrantes para a região era justificado, pois tanto a plantação de hortelã como a suinocultura absorviam muita mão-de-obra: “[...]tinha muito arrendatário aqui, muitos trabalhadores avulsos que faziam empreitas, parceiros, esse Rondon aqui estava cheio na época do hortelã”.<sup>9</sup>

A implantação de um sistema viário permitiu que a região viesse a estabelecer vínculos sociais e econômicos com o próprio Estado do Paraná e com outras regiões do país. Ainda conforme Padis, este fator, conciliado com o surgimento de um excedente de produção – resultante da boa qualidade do solo e da superação do nível de auto-consumo – permitiu que, a partir de 1960/1962, o Sudoeste do Paraná começasse a surgir como região de significação econômica.<sup>10</sup>

No fim da década de 60, a região foi violentamente “invadida” pela plantação de soja e trigo: “em 68, entrou o trator de esteira para destacar a terra e se começou a plantar a soja [...]”. Hoje, a soja e o trigo são culturas predominantes na pauta de sua produção, o que tornou a atividade produtiva essencialmente voltada para fora da região, bem como fez com que esta assumisse um importante papel na economia estadual e nacional.

Esta transformação veio acompanhada de conseqüências que se fizeram sentir rapidamente na região, como as alterações ecológicas em decorrência do desmatamento e do uso de produtos químicos: “Antigamente, a região tinha muita abelha e os rios eram limpos, hoje não se consegue encontrar mel na região nem para remédio[...]”<sup>11</sup>

Apesar de encontrarmos ainda agricultores usando o arado de tração animal, após a entrada da soja e do trigo, o que passou a predominar foi a lavoura mecanizada, em sintonia com o que há de mais moderno em tecnologia agrícola.

A necessidade de adquirir tratores, colheitadeiras, de usar adubos, inseticidas, pesticidas etc., adquiridos, em sua maioria, através do crédito bancário, colocou, desde o início, o pequeno produtor numa dependência maior do capital. Dependência esta que se manifesta tanto em função dos financiamentos bancários, como também no processo de comercialização de seus produtos.<sup>12</sup>

Se, num primeiro momento, a ocupação da região se deu no sentido de um fracionamento da terra em pequenas propriedades, a tal ponto que uma das características da estrutura fundiária da região é a predominância de pequenas propriedades, com a introdução da lavoura da soja e do trigo e com o ingresso da mecanização, está havendo também uma mudança na estrutura fundiária, no sentido de provocar uma tendência à concentração de terras e um conseqüente processo de emigração. Os depoimentos colhidos na região dão mostra disto:

Quem tem 3 alqueires, não tem futuro, vende para o latifundiário.

Quem tem 4 colônias<sup>13</sup>, tem 3/4 das colônias mecanizadas; se ele tem boa safra de soja, tem condições de comprar as terras do vizinho e este vai embora [...]

Depois que entrou a mecanização, as máquinas vieram para fazer as destocas, para organizar as lavouras, daí o pessoal foi embora, praticamente sumiram.<sup>14</sup>

A ocupação deste espaço não se deu de forma homogênea, o que faz com que encontremos na área diferentes formas de apropriação de terra, que vão se manifestar através da presença de proprietários e posseiros em toda a região.

Na área diretamente comprometida com o reservatório – área que vai ser alagada e denominada aqui de “área em conflito” –, os movimentos acima descritos somam-se com a chegada da Itaipu que, ao “limpar” a área, através do processo de desapropriação, porá a nu todo o caos fundiário do Extremo-Oeste do Paraná. Em resumo, é esta a região, em fase de modificações profundas e ainda em vias de consolidação, que receberá o impacto da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

## Notas

<sup>1</sup> Ver Anexo I, Mapa 1 — localização da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

<sup>2</sup> Ver Anexo I, Mapa 2 — área total do reservatório e Mapa 3 – Estado do Paraná destacando os municípios atingidos.

<sup>3</sup> O termo “área comprometida” designa a área atingida pela poligonal que envolve o lago (cota 255 m) mais a área de reflorestamento marginal ao lago que varia de 100 a 500 m de largura.

<sup>4</sup> Ver Anexo I, Mapa 5 – área comprometida do lado brasileiro.

<sup>5</sup> Sobre a ocupação da região ver: PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica – o caso paranaense**. Tese de doutorado PUC-SP. São Paulo, mimeo. 1970.

BERNARDES, Lígia Maria Cavalcanti. O problema das frentes pioneiras do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. a.XV(3), p.336-376. Jul./Set. 1953. IPARDES – Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Dinâmica Espacial da Força de Trabalho, no Paraná**. Curitiba, Paraná. Dez./1979.

<sup>6</sup> PADIS, Pedro Calil. *op. cit.*, p. 222.

<sup>7</sup> Todas as citações contidas no texto, sem referência da fonte, são depoimentos coletados nas diversas fases da pesquisa de campo, que por compromisso assumido com os entrevistados foram mantidos no anonimato.

<sup>8</sup> PADIS, Pedro Calil. *op. cit.*, p. 223-7.

<sup>9</sup> Refere-se ao Município de Marechal Cândido Rondon. Fazia-se a plantação de hortelã logo após a derrubada da mata.

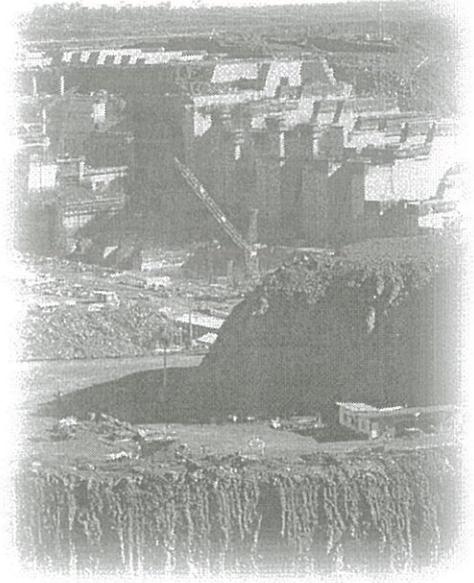
<sup>10</sup> PADIS, Pedro Calil. *op. cit.*, p. 254-5.

<sup>11</sup> Confirmando o que diz Marx: [...] todo progresso, realizado na agricultura capitalista, não é somente um progresso na arte de esgotar o trabalhador, mas também na arte de esgotar a terra [...] .” Marx, Carlos. **El Capital Crítica de la Economía Política**. México: Fonte de Cultura Econômica, 1973, Tomo I, p. 423. (tradução da autora)

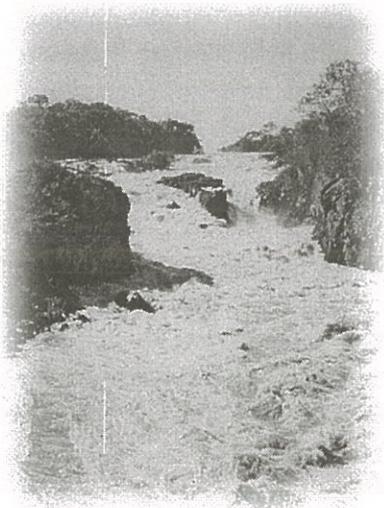
<sup>12</sup> “Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda. Ele não opera no sentido de separar o proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los. Por isso, começa estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário, em relação aos intermediários etc.” MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. *In Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 22, abril 1980, p.218.

<sup>13</sup> Uma colônia, no vocabulário da região, equivale a 10 alqueires.

<sup>14</sup> Refere-se aos que trabalhavam na lavoura de hortelã.



Itaipu  
Binacional



## Antecedentes Históricos

O aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio Paraná foi considerado de diferentes formas, em diferentes momentos políticos, ora como necessário, ora como loucura, ora como prioritário.

Embora a recente recuperação histórica do projeto aponte, normalmente, o início das negociações no governo de Costa e Silva, seu início se deu bem antes. Foi no governo de Juscelino Kubitschek, caracterizado pelos grandes projetos e investimentos públicos, que se liberou a primeira dotação orçamentária para os estudos de aproveitamento do rio Paraná.<sup>1</sup>

O período Kubitschek, com seu programa de avançar “cinquenta anos em cinco”, forçou a aceleração da acumulação capitalista. A conversão do setor industrial e de suas empresas em unidades-chaves do sistema exigia do Estado um vasto programa de construção e melhoramento da infra-estrutura de rodovias, produção de energia, armazenagem e silos.<sup>2</sup> O projeto de uma usina hidrelétrica no rio Paraná era, portanto, coerente com a política adotada naquele período.

É importante lembrar que o rio Paraná é um rio internacional contíguo<sup>3</sup> em relação ao Paraguai e sucessivo<sup>4</sup> em relação à Argentina, portanto, qualquer alteração no curso normal do rio exige que se estabeleçam negociações com estes países. Lembre-se também que os problemas nas demarcações da fronteira entre Brasil e Paraguai, na região das Quedas de Guaíra, remontam ao século passado.<sup>5</sup>

Porém, se a dotação orçamentária para os estudos de aproveitamento do rio Paraná foi liberada no governo de JK, os resultados destes estudos foram apresentados em 1961 e 1962, quando estava na presidência do país João Goulart.<sup>6</sup> Goulart iniciou as negociações com o Paraguai e, em encontro com Alfredo Stroessner – presidente do Paraguai desde 1954 – ambos “combinaram não estabelecer qualquer utilização das águas na região fronteira sem o mútuo entendimento”.<sup>7</sup>

Mas havia sérias restrições para que este “mútuo entendimento” se realizasse: estava sendo iniciado por um governo de “esquerda” que, sem dúvida, se resultados positivos fossem alcançados, seria fortalecido. Se, no fundamental, a política adotada por João Goulart não significou uma ruptura com a de seu antecessor, não estava fora de seu plano de governo a continuidade de investimentos do Estado nos setores produtivos. Porém, as medidas nacional-populistas, como as reformas de base, a lei de restrição à remessa de lucros etc. eram, para alguns setores da sociedade, uma ameaça iminente do comunismo. Tal governo não poderia ser reforçado por eles.

Assim, também parte da imprensa – refletindo a posição de setores da sociedade contrários à proposta de governo de João Goulart – não lhe dava o apoio para a realização deste empreendimento. Sob o título “Utopia e Demagogia”, o Jornal do Brasil, de 22.01.1964, publica o seguinte: “Cabe perguntar o que espera o Sr. João Goulart com essa idéia tresloucada de lançar-se o país, agora, ao aproveitamento de Sete Quedas”.<sup>8</sup>

A construção de uma usina hidrelétrica, naquele momento e naquele lugar, tinha muitas implicações que extrapolavam os interesses dos dois países diretamente envolvidos. Conforme Osny Duarte Pereira, “para construir Sete Quedas, abaixo de Guaíra, impunha-se o consentimento de Stroessner e, logicamente, do governo norte-americano, possuidor de base militar em Assunção”.<sup>9</sup>

Embora se possa discordar do determinismo com que este autor analisa a questão, observe-se que, numa perspectiva geopolítica, este local há muito merece atenção. Para Golbery:

[...] é bem mais ao sul, onde o Uruguai, geograficamente meio brasileiro e meio platina, continua a viver e prosperar galhardamente em seu histórico papel de estado-tampão, e aí onde Las Misiones avançam como uma cunha para nordeste modelando o gargalo de Santa Catarina que define a linha de tensão máxima no campo sul-americano, reforçada como é pela proximidade maior dos centros de forças potencialmente antagônicas, seu dinamismo e potencial superiores, a tradução de choques e conflitos que vem desde o passado colonial e, por fim, se bem não menos importante, uma aspiração hegemônica alimentada além do Prata por um programa tenaz e incansável, desde os dias já longínquos de Rosas. Aí, onde não há barreiras que valham, se encontra pois nossa verdadeira fronteira [...].<sup>10</sup>

Os aspectos mencionados indicam que todas as negociações posteriores, em relação à construção de uma usina hidrelétrica, iriam se dar fundamentalmente no plano político, e foi o que se deu, embora elas tenham assumido características jurídicas (Direito Internacional, discussões na ONU, violação de limites etc.) e técnicas (número de turbinas, altura da barragem). O que estava em jogo, na realidade, não era apenas o potencial hidrelétrico do rio, mas também, e principalmente, o que está do outro lado do rio, isto é, o Paraguai, e o que ele representa. E toda discussão se caracterizou como uma nítida disputa entre a Argentina e o Brasil pelo domínio do Paraguai, questão antiga intrinsecamente ligada à hegemonia no Cone Sul.

Com o golpe militar de 1964 e a queda de João Goulart, o projeto foi abandonado. Naquele momento, o contexto político interno era mais importante e exigia mais atenção do que a disputa pela hegemonia do Prata.

Mas isto foi por pouco tempo. Em 1965, um fato novo aconteceu: o Brasil integrou a FIP (Força Interamericana da Paz) e enviou tropas para a República Dominicana para “defender” o povo daquele país do presidente que haviam eleito. Mas a Argentina se negou a participar. Conforme afirma Osny Duarte Pereira: “As resistências argentinas à constituição da FIP levaram o Governo brasileiro a dar continuidade ao aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, como instrumento de barganha ou de represálias”.<sup>11</sup> Somou-se a isto o fato de que as forças no poder tinham em seus planos a retomada do crescimento da economia do país. Como isto de fato sucedeu, inclusive superando as expectativas (vide o “milagre brasileiro”), a construção da Usina de Itaipu foi tomando o caráter de obra imprescindível e prioritária.

Em 22.06.1966, os ministros das Relações Exteriores do Brasil e Paraguai assinaram a “Ata das Cataratas”, ou “Ata de Iguaçu”, que em seu Item III:

Proclamam a disposição de seus respectivos governos de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular

os recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países, do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto Guaíra.<sup>12</sup>

Neste mesmo ano, foi inaugurada a Ponte Internacional sobre o rio Paraná ligando a cidade de Foz do Iguaçu, no Brasil, a Puerto Presidente Stroessner, no Paraguai. A “Ponte da Amizade”, como se denominou, abrindo um novo mercado para o Brasil,<sup>13</sup> atraiu para dentro do Paraguai todo o tipo de produtos brasileiros.

No ano seguinte, enquanto anunciava a “reforma agrária total” no Paraguai, o presidente Stroessner suprimia, silenciosamente, a cláusula do Estatuto Agrário que impedia vender terras de fronteiras a cidadãos estrangeiros”.<sup>14</sup>

A partir de 1966, de acordo com Domingos Laino, político e escritor paraguaio, observou-se o início da explosão da curva que registra o ingresso de brasileiros no Paraguai. Embora o autor considere os dados subestimados, o fato objetivo da construção da “Ponte da Amizade” e o desimpedimento legal para estrangeiros adquirirem terras na fronteira paraguaia fizeram com que um grande contingente de brasileiros atravessasse o rio e se estabelecesse naquele país.<sup>15</sup>

Se através da assinatura da “Ata das Cataratas” a questão com o Paraguai ficou em parte “amarrada”, o Brasil encontraria outro obstáculo pela frente: extingue-se um adversário de menor porte e arma-se outro, incomparavelmente mais poderoso – a Argentina.<sup>16</sup> Este país também tinha um projeto para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná a ser realizado em conjunto com o Paraguai – a Usina de Corpus. Este projeto era entendido, obviamente, dentro do contexto da disputa pela hegemonia sobre o Paraguai.

Embora a questão fosse tripartite – entre Brasil, Paraguai e Argentina – a disputa acirrou-se entre Brasil e Argentina. A posição assumida pelo Paraguai foi a de assistir ao desenvolvimento das divergências procurando tirar o máximo proveito possível da situação.

No entanto, as divergências com a Argentina não impediram que as negociações com o Paraguai, referentes à construção da usina, fossem se concretizando cada vez mais. Em 12.02.1967, foi formada a Comissão Mista Técnico-Financeira entre ELETROBRAS<sup>17</sup> e ANDE.<sup>18</sup> Em novembro do mesmo ano, as partes deste convênio contrataram o consórcio formado pela “International Engineering Company, inc.”, de San Francisco, Califórnia, EUA, e a “ELC – Electroconsult S.P.A.”, de Milão, Itália, para realizarem estudos de viabilidade para a construção da usina. Os resultados apontaram 10 locais indicados para a concentração dos estudos. Em 1972, foram apresentadas duas soluções:

- a) uma barragem em Itaipu ou
- b) duas barragens: uma em Itaipu e outra em Santa Maria.

Estava excluída a construção de usina em Sete Quedas, conforme fora pensado desde o início. Explica Costa Cavalcanti:

Quando desse estudo de viabilidade, foram selecionados, na faixa compreendida entre Guaíra e Foz do Iguaçu, 10 locais para possível localização de barragens. Depois combinou-se, em forma de esquema, estes lugares, e o resultado é que foram estudadas e analisadas 50 soluções para o possível aproveitamento hidrelétrico entre Sete Quedas e Foz do Iguaçu. Dessas 50 soluções examinadas, a que mostrou-se mais economicamente viável, tecnicamente mais aconselhável, e também politicamente uma solução exequível foi a de se fazer uma barragem só.<sup>19</sup>

Porém, a escolha deste local punha em risco o projeto de Corpus, previsto para ser construído 250 km abaixo de Itaipu.<sup>20</sup> O represamento do rio, proposto pelo Brasil, iria influenciar o regime das águas, prejudicando a navegabilidade do rio Paraná no trecho argentino e também o projeto de Corpus. Por outro lado, Corpus representava também um risco para Itaipu, que poderia ser “afogada” pelas águas represadas rio abaixo. Discutia-se a questão da altura das barragens e o número de turbinas, mas, na realidade, continuava-se dando ao assunto uma conotação técnica, quando na realidade era o aspecto político que pesava muito mais. Conforme afirma Sardenberg:

Quando brasileiros e argentinos esgrimiam seus argumentos técnicos, todos sempre absolutamente categóricos, estavam na verdade expressando divergências políticas, entre as quais não faltou a questão da hegemonia na região.<sup>21</sup>

Para Domingos Laino:

[...] torna-se óbvio que a decisão de construir a maior represa hidrelétrica do mundo, no lugar denominado Itaipu, a pequena distância de Foz do Iguaçu e apenas a 20 km da fronteira Argentina, além das causas puramente econômicas relacionadas com os kws, também envolve o cumprimento da política de expansão do Brasil.<sup>22</sup>

E o almirante argentino Issac Rojas questionava o porquê de seu país “teimar em atribuir ao rio Paraná maior importância hidroenergética que estratégica” e lembrando a obra do general Golbery do Couto e Silva, insiste na necessidade de prever “um tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração”, e sustenta que “Itaipu e Corpus, construídas desarmonicamente, constituem o mais eficaz tamponamento”.<sup>23</sup>

Enquanto as negociações prosseguiram a nível dos ministérios de relações exteriores dos países envolvidos, cada vez mais brasileiros penetraram no território paraguaio e também cada vez mais paraguaios partiram para a Argentina. Conforme trechos do relato da viagem de Eduardo Galeano na região de fronteira Brasil-Paraguai:

Pude assim comprovar pessoalmente que toda essa região já não pertence ao Paraguai. A fronteira saltou uns 100 quilômetros para cima do rio Paraná. Ali, fala-

se português, paga-se ou compra-se em cruzeiros, são brasileiros todos os donos da terra. [...] enquanto os latifundiários e agricultores brasileiros invadem o Paraguai, continua o êxodo dos camponeses paraguaios que vão para a Argentina oferecer seus braços.<sup>24</sup>

Continuando seu relato, Galeano observa ainda que:

Hoje em dia, a missão militar brasileira em Assunção é a que tem mais membros depois da norte-americana; há assessores brasileiros permanentes junto ao Estado Maior do Exército paraguaio. Oficiais brasileiros ditam curso de instrução superior em várias unidades militares do Paraguai, e a maioria dos oficiais paraguaios fez curso de especialização, mediante bolsas de estudos, em quartéis brasileiros. O Brasil financia a construção de estradas e outras obras públicas do Paraguai, através de empréstimos condicionados às mesmas cláusulas que as que o Brasil, por sua vez, recebe dos Estados Unidos. [...] A missão cultural brasileira é a mais ativa e a que mais influência exerce sobre os jovens paraguaios; é também a que distribui mais bolsas.

É o avanço crescente do que Domingos Laino chama de “brasileirização”. Se alguns paraguaios protestam contra este fato, outros o defendem ardentemente, como o Ministro de Defesa Nacional que afirmou que “o Paraguai necessita de gente, capital e tecnologia. Por que, então, o Paraguai deveria ter medo do Brasil? A agressão não é característica brasileira [...] A presença de imigrantes é fator de desenvolvimento”. O ministro da Indústria e Comércio declarou que “não devemos ter o preconceito de que os brasileiros são imperialistas...” Laino diz ainda que alguns membros da máquina governamental do Paraguai sentem uma espécie de “encantamento” por brasileiros.<sup>25</sup>

Mas apesar deste “encantamento” e apesar da evidente influência dos brasileiros na economia paraguaia, as negociações referentes à construção da usina ainda não estavam definidas. Um dado novo no vizinho país – a Argentina – poderia vir a representar um risco à realização do projeto: em 11.03.1973 foi eleito o peronista Hector Campora para presidente daquele país. Esta eleição significava uma mudança das forças no poder na Argentina: as Forças Armadas entregaram, por via eleitoral, o poder a movimentos populares liderados pelos sindicatos operários e que tinham posições políticas nitidamente contrárias às suas. Isto traria, certamente como consequência, reflexos nas relações internacionais deste país. Se já estava difícil o Brasil chegar a um acordo a respeito do projeto, muito mais difícil ficaria quando Hector Campora assumisse a presidência. Era urgente que se assinasse o novo acordo com o Paraguai, amarrando mais a questão, antes de Hector Campora tomar posse.

O jornal *Opinião*, de abril de 1973, publica uma notícia onde se nota a delicadeza do momento e a incerteza quanto à atitude que Stroessner poderia tomar face à nova situação política na Argentina. Veja-se parte da matéria:

Na semana passada continuava o debate sobre a construção da usina de Itaipu, tema central das relações diplomáticas entre o Brasil e a Argentina, principalmente depois da eleição do peronista Campora, que deverá assumir a presidência daquele país em 25 de maio. No começo da semana, enquanto da Argentina vinham opiniões contrárias à construção da represa, já se noticiava que Brasil e Paraguai estariam dispostos a esperar a posse de Campora para uma solução definitiva da divergência.

Havia sérios indícios para se pensar que o governo paraguaio tivesse resolvido não mais assinar o protocolo de criação da empresa binacional para a exploração de Itaipu durante a visita de Stroessner ao Brasil, prevista para este mês.

[...] E se o Paraguai desistisse o Brasil estaria impedido de levar à frente a obra que está projetada para uma região pertencente aos dois países.

[...] A firme disposição do governo brasileiro de construir a represa de nada adiantaria se a assinatura do acordo com o Paraguai fosse adiada. Esse temor parecia dissipado ao final da semana. Depois de despachar com o presidente Médici, o ministro de Minas e Energia, Dias Leite, afirmava que as conversações iam “muito bem” e o acordo seria assinado quando o general Stroessner fosse fraternalmente recebido por seu colega brasileiro.<sup>26</sup>

O regime paraguaio recebeu do Brasil toda a ajuda necessária para sua estabilidade e continuidade no poder. Mas esta ajuda, conforme Laino, tem sua “retribuição”: O Brasil conseguiu “arrancar” do regime paraguaio o Tratado de Itaipu e outro convênio de empréstimo entre esta sociedade binacional e a ELETROBRAS.<sup>27</sup>



## Criação da Itaipu Binacional

Assim foi que, em 26.04.1973, o presidente Stroessner e o então presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, após trocarem condecorações, assinaram uma “Declaração Conjunta” e o “Tratado de Criação de Itaipu”.

A urgência da assinatura do “Tratado” deixou em aberto a questão da localização, pois, apesar de já ter sido anunciada como sendo a construção de uma única barragem em Itaipu a melhor alternativa, ainda carecia de estudos para esta comprovação; e também a solução da pendência com a Argentina poderia alterar o projeto. O acordo foi então

assinado “para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaira até Foz do Iguazu”.<sup>28</sup> Através do seu artigo III, transcrito a seguir, o tratado criou a entidade denominada ITAIPU, instalada solenemente em 17.04.1974.

Artigo III – As altas partes contratantes criam, em igualdade de direitos e obrigações, uma entidade binacional denominada Itaipu, com a finalidade de realizar o aproveitamento hidrelétrico a que se refere o Artigo I.

Parágrafo 1º – A Itaipu será constituída pela ELETRDBRÁS e pela ANDE, com igual participação no capital, e reger-se-á pelas normas estabelecidas no presente Tratado, no Estatuto que constitui seu Anexo A e nos demais Anexos.

Parágrafo 2º – O estatuto e os demais anexos poderão ser modificados de comum acordo pelos dois Governos.

Não cabe aqui analisar o tratado, mas alguns pontos importantes devem ser destacados. Um deles é que nem o Brasil e nem o Paraguai dispunham de dinheiro para concretizar a construção da maior hidrelétrica do mundo. Este ultimo país não o tinha nem para integralizar o capital da recém-criada sociedade. O Brasil se comprometeu a emprestar o dinheiro para a integralização do capital e também para dar garantias aos créditos que viessem a ser contratados pela Itaipu.<sup>29</sup>

Outro aspecto a ressaltar é o de que a entidade Itaipu Binacional não tinha (e não tem) obrigatoriedade de prestar contas à União. Conforme Anexo A, artigo 24, § 19, do tratado: “A Itaipu apresentará até 30 de abril de cada ano, para decisão da ELETROBRÁS e da ANDE, o relatório anual, o Balanço Geral e a demonstração da Conta de Resultados do exercício anterior”. Em síntese, prestará contas a ela mesma ...

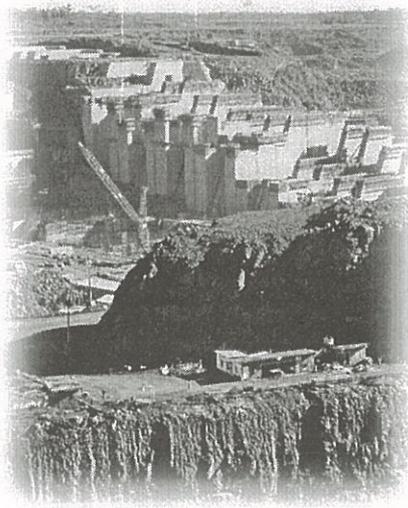
Esta cláusula do tratado gerou manifestações contrárias, tanto do lado brasileiro como do paraguaio. Em outubro de 1976, o jornal *El Radical*, do Paraguai, publicou:

si la Itaipu Binacional es un ente de derecho público, su administración no puede realizar-se al margen de ese presupuesto [...] su administración y su presupuesto no puede escapar a los controles y requisitos legales impuestos por la propia Constitución Nacional.<sup>30</sup>

No Brasil, o deputado federal Nivaldo Krueger apresentou, em março de 1980, requerimento para constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as aplicações financeiras e as atividades técnicas da Itaipu. Segundo o parlamentar, Itaipu já consumira, até aquela data, 9,9 bilhões de dólares, devendo ser aplicados, até o final da obra, 15 bilhões,<sup>31</sup> isto sem que exista qualquer tipo de fiscalização por ser um empreendimento binacional e, por essas condições *sui generis*, não há na legislação brasileira qualquer dispositivo que obrigue seu dirigente à prestação de contas.<sup>32</sup>

Cabe ressaltar que a questão com a Argentina chegou a um termo comum através do acordo Itaipu-Corpus referente à cota de Corpus e ao número de turbinas de Itaipu em outubro de 1979. Corpus funcionará com 105m de altura e não com 120m, conforme fora programada, e Itaipu funcionará com 18 turbinas ao invés de 20. Conforme a revista *Veja*, “trata-se, unicamente, das duas turbinas acrescentadas ao plano original para serem retiradas no momento oportuno”.<sup>33</sup>

O acordo Itaipu-Corpus não veio só. Paralelo a ele, o Brasil e a Argentina firmaram mais seis, entre os quais merece destaque o “Memorando de Entendimento”, através do qual os dois Governos comprometeram-se a discutir temas de interesse comum tanto no campo bilateral como internacional; um acordo nuclear e outro sobre a construção de três hidrelétricas no rio Uruguai.



## Itaipu e o Estado

Há outro aspecto referente à fase de criação de Itaipu que é fundamental destacar. Como se pôde observar, todas as idas e vindas, as investidas e negociações, que culminaram com o aprisionamento do rio Paraná na represa de Itaipu, se deram a nível de Governo Federal.

O Estado do Paraná, em cujo território se construirá a usina, não foi consultado sobre os interesses, ao nível de sua política interna, de receber uma obra desta natureza e deste quilate.

Algumas vozes se levantaram contra o “presente de grego” – como foi considerada a usina para o Estado do Paraná – e também contra a cortina de silêncio que envolvia a obra:

Há, portanto, suficientes exemplos que elucidam as inconveniências para o Paraná de ser o anfitrião de tão faraônico projeto que nos foi enviado sem maiores cerimônias de “com licença”. Fomos escolhidos para servir de heróis, ou melhor, de cobaias de uma experiência megalomaniaca, sem que houvesse alguém que nos defendesse.<sup>34</sup>

O projeto foi considerado também como uma verdadeira afronta à autonomia do Estado do Paraná. Diz Kirinus em seu depoimento:

[...]vemos aí um governo que assiste de braços cruzados a maior entrega de potencial hidrelétrico paranaense, sem ter coragem sequer de pedir uma participação para o Estado no negócio. [...] A Binacional Itaipu em termos de desparanização se constitui em uma verdadeira afronta à autonomia de nosso Estado. Pois são nada menos que 100 mil ha de terras que deixarão de produzir soja e enriquecer o celeiro paranaense, e além disto entregamos a energia a outros Estados e, se isto não bastasse, outro tanto de nosso território será expropriado de sua função produtiva para ceder passagem a nossa energia que será carregada em dois linhões que o atravessarão de Oeste a Norte, perfazendo 600 km. A beleza natural das Sete Quedas, que será substituída por um lago sem nenhuma atração turística, deixará de gerar consideráveis divisas ao Paraná.<sup>35</sup>

Se as vozes dos parlamentares foram insuficientes para impedir ou modificar uma linha sequer dos planos já estabelecidos, por sua vez, as débeis manifestações dos prefeitos dos municípios diretamente atingidos, quando houve, foram tão somente no sentido de pedir alguma compensação pelo prejuízo que representava aos seus municípios a perda de áreas produtivas, e não no sentido de questionar a construção da usina; a determinação foi acatada como uma ordem incontestável.<sup>36</sup>

Não são só os municípios diretamente atingidos com a construção da usina que sofrerão o impacto da obra, mas todo o Estado do Paraná. Embora o presente trabalho se detenha na análise dos que terão que abandonar suas terras, na realidade todo o Estado foi expropriado e esta expropriação é mais uma violação da já quase inexistente autonomia estadual.

A drástica redução de autonomia dos estados e municípios nos últimos anos resultou de uma política centralizadora, onde o poder Federal é quem determina a execução de grandes projetos que interessam ao processo de acumulação de capital e cabe aos poderes estadual e municipal aceitar as determinações superiores, legitimá-las de alguma forma e “encaixá-las” em seus planos.<sup>37</sup>

Entendendo o Estado brasileiro como um estado capitalista, monopolista, que como tal intervêm e participa diretamente no sentido de manter, organizar e garantir o processo de acumulação de capital, participando inclusive no nível da produção. Considerando o peso significativo do setor industrial no nosso “modelo” de desenvolvimento, a energia se apresenta como uma das

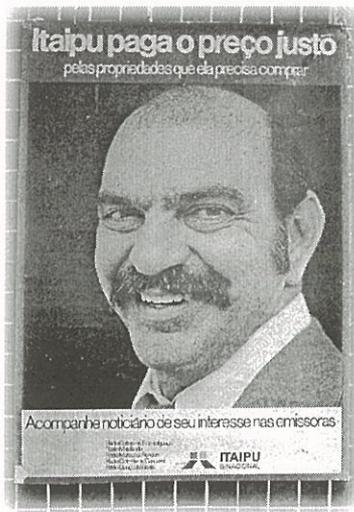
condições fundamentais da produção e nada mais coerente, portanto, que o Estado – em cumprimento de uma de suas funções – assumia a responsabilidade de construir a Usina Hidrelétrica de Itaipu, criando condições mais favoráveis ao processo de acumulação de capital. Esta sua função é desempenhada em comunhão com uma crescente participação do Estado como produtor e a um aprofundamento da ação e intervenção do Estado na economia. Conforme Francisco de Oliveira, esta maneira de agir é “requisito indispensável para fundar as condições institucionais do processo de oligopolização da economia: não há capitalismo monopolista sem o Estado, sem a estatização, sem a conversão dos fundos públicos numa espécie de pressuposto geral do capital”.<sup>38</sup>

As condições mais favoráveis ao processo de acumulação, acima referido, não dizem respeito apenas à geração de energia e sua distribuição – direcionada principalmente para São Paulo, centro industrial do país. Estas podem ser encontradas em momentos distintos e em benefício de diferentes setores do capital. Um destes momentos é durante o próprio processo de construção da obra, quando se dá a interação do capital estatal com o capital privado, através de financiamentos, importações de máquinas e equipamentos adquiridos por meio de consórcios, da tecnologia adotada e das construtoras contratadas.

Paralelamente ao período da construção, o entorno da obra sofre um completo rearranjo, mais sentidamente a cidade de Foz do Iguaçu, onde, sem dúvida, vamos encontrar também parcelas do capital que se beneficiam deste processo. Assim, o mercado imobiliário, o comércio, bancos, cartórios, agências de turismo, só vão tecer louvores à Itaipu.<sup>39</sup>

Não devemos esquecer também que a construção de Itaipu consolidou o Paraguai como uma extensão de nosso mercado, quer seja para colocação direta de nossos produtos, quer seja para ampliação do capital nacional lá aplicado.<sup>40</sup>

A própria solução apresentada pelo Estado para o reassentamento da população diretamente atingida permite, como se verá posteriormente, que, através das empresas colonizadoras, outro setor do capital se beneficie.



## Itaipu e o Processo de Desapropriação

Estes e outros aspectos acima levantados têm, sem dúvida, uma conotação importante e todos eles dariam margem para realização de pesquisas específicas. Porém, o que realmente interessa neste trabalho é ver a forma pela qual Itaipu vai desempenhar as obrigações assumidas no Artigo XVII do Tratado de sua criação, que diz o seguinte:

As altas partes contratantes se obrigam a declarar de utilidade pública as áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidrelétrico, obras auxiliares e sua exploração,

bem como praticar, nas áreas de suas respectivas soberanias, todos os atos administrativos ou judiciais tendentes a desapropriar terrenos e suas benfeitorias ou a construir servidão sobre as mesmas.

Parágrafo 19 – A delimitação de tais áreas estará a cargo da Itaipu *ad referendum* das altas partes contratadas.

Parágrafo 29 – Será de responsabilidade da Itaipu o pagamento das desapropriações das áreas delimitadas.

É condição para o funcionamento da usina a construção de um reservatório. Por sua vez, é condição para a construção do reservatório que a área esteja “limpa”, isto é, desocupada; que toda a terra a ser “afogada” esteja sob o domínio jurídico da Itaipu Binacional.

Neste artigo, a Itaipu Binacional se responsabiliza pela “limpeza” da área delimitada pelo projeto para o reservatório, através do processo legal e jurídico de desapropriação, regulamentado pela Constituição.<sup>41</sup> Itaipu se responsabiliza também pelo “pagamento das desapropriações das áreas delimitadas”.

Itaipu não se apresenta sozinha nesta empreitada específica. Apresenta-se respaldada pelos poderes que a criaram e que tentam a todo custo legitimá-la. Assim, além do Governo Federal – que decidiu a construção da usina – conta com o apoio do Governo Estadual e dos prefeitos dos municípios atingidos que, apesar de sofrerem sérias conseqüências, tomam a atitude de engrandecimento da obra e de seu caráter indispensável para o desenvolvimento do país. Dois aliados que, além de se mostrarem impotentes para diferentes atitudes, defendem como justas as atitudes tomadas pela Itaipu no processo de desapropriação.

Outras instituições se unem à Itaipu, como o Instituto de Terras e Cartografia (ITC) e, em especial, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Este último deveria trabalhar em conjunto com Itaipu na questão do reassentamento, uma vez que é o órgão oficial para colonização e reforma agrária, mas “abriu mão” desta sua função e se limitou a titular morosamente as áreas por ele desapropriadas para fins de regularização fundiária. Permite, assim, que colonizadoras particulares sejam as responsáveis pelo reassentamento dos colonos. O que o INCRA com a Itaipu fizeram foi a indicação de colonizadoras consideradas “legais” para tal função, isto é, as regularmente registradas. Porém, todas estas colonizadoras oferecem terras em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Sul do Pará, Acre, Rondônia, enfim, nos locais onde há interesses em que sejam dirigidos os fluxos migratórios provocados pela Itaipu.

Porém, se na aparência a atitude do INCRA se apresenta como de “permissão” à entrada de colonizadoras e se “omitindo” do processo de reassentamento, na sua essência, a ação do órgão se vincula a toda uma estratégia de Estado em relação ao espaço que vai envolver o INCRA com uma

política de colonização, e coerente com as diretrizes traçadas pela política nacional de incentivos às colonizadoras.

Enfim, todo o projeto da maior usina hidrelétrica do mundo foi estudado, montado, negociado e sacramentado, sigilosamente, sem levar em conta os interesses de uma população diretamente implicada – sem levar em conta o projeto de vida da população que habita a tal área delimitada.

Assim, se no capítulo anterior viu-se que existe um determinado espaço – Extremo-Oeste do Paraná – que foi ocupado por uma população de uma determinada maneira, neste capítulo constatou-se a “geração” de um agente externo – Itaipu Binacional, isto é, uma nova forma do capital<sup>42</sup> – que se instala neste espaço, redefinindo sua utilização e desalojando a população de uma área desta região.

Isto coloca Itaipu como instauradora e um dos pólos do conflito. Como Itaipu vai agir em relação a esta população, que atitudes vai adotar como parte e “mediadora” do conflito, e as formas de respostas da população a estas medidas são os objetivos centrais desse trabalho.

## Notas

<sup>1</sup> PEREIRA, Osny Duarte. **Itaipu – prós e contras**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974, p. 53.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In **Seleção CEBRAP**. São Paulo, n.1, 1975, p.36.

<sup>3</sup> Rios internacionais contíguos são aqueles em que uma das margens pertence a um país e a outra ao confrontante.

<sup>4</sup> Rios internacionais sucessivos são os que passam de um país a outro.

<sup>5</sup> Sobre a questão de demarcação de fronteira ver PEREIRA, Osny Duarte. O conflito de fronteira com o Paraguai e seus fundamentos. In **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, n. 7, maio 1960, p. 92/101.

<sup>6</sup> Sobre os estudos realizados nesta época e posteriormente ver: PEREIRA, Osny Duarte, *op. cit.*, e BRANCO, Catullo. **Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil**. São Paulo, Alfa-ômega, 1975.

<sup>7</sup> PEREIRA, Osny Duarte, *op. cit.* p. 58.

<sup>8</sup> *Apud* PEREIRA, Osny Duarte, *op. cit.*, p. 61.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 59.

<sup>10</sup> COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 2 ed., 1967, p.58.

<sup>11</sup> PEREIRA, Osny Duarte, *op. cit.*, p. 37.

<sup>12</sup> “Ata das Cataratas” *apud* CAVALCANTI, José Costa. A Itaipu Binacional – um exemplo de cooperação internacional na América Latina. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, (53),p. 27-56. março/abril, 1976.

<sup>13</sup> LAINO, Domingos. Itaipu e as relações Brasil-Paraguai. In: **Movimento**. São Paulo, n. 101, de 06.06.77.

<sup>14</sup> GALEANO, Eduardo. A fronteira da discórdia. In: **Jornal Opinião**. São Paulo, n. 8, de 25.12.72 a 01.01.73.

<sup>15</sup> LAINO, Domingos. **Paraguai: fronteira e penetração brasileira**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1979, p. 68. Referente ao assunto de migrações de brasileiros para o Paraguai. Ver também: **Sem terra e sem rumo**. Comissão Pastoral da Terra. Paraná, junho de 1979. Fundação IPARDES. **Dinâmica espacial e setorial da força de trabalho no Paraná**. Curitiba, 1979. CHIAVENATO, Júlio José. **Stroessner: retrato de uma ditadura**. São Paulo: Livraria Brasiliense, 1980.

- <sup>16</sup> Cf. PEREIRA, Osny Duarte, *op. cit.*, p. 70.
- <sup>17</sup> ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Sociedade de economia mista brasileira.
- <sup>18</sup> ANDE – Administración Nacional de Eletricidad – entidade autárquica paraguaia.
- <sup>19</sup> Entrevista com Costa Cavalcanti, publicada no Jornal **HOJE**, de 29.05 a 04.06.79 – Foz do Iguaçu – Paraná.
- <sup>20</sup> Ver Anexo 2.1 – Gráfico “O acordo e o desacordo”
- <sup>21</sup> SARDEMBERG, Carlos Alberto. Com o acordo de Itaipu, o fim de uma novela. In: **Jornal da República**, 19.10.79.
- <sup>22</sup> LAINO, Domingos, *op. cit.*, p.13.
- <sup>23</sup> O Estado do Paraná de 15.03.79.
- <sup>24</sup> GALEANO, Eduardo, *op. cit.*
- <sup>25</sup> LAINO, Domingos, *op. cit.*, p. 209/210.
- <sup>26</sup> OPINIÃO, n. 22, de 02 a 09/04/73.
- <sup>27</sup> LAINO, Domingos, *op. cit.*, p. 240.
- <sup>28</sup> Item IX da Declaração Conjunta; repetido no Art. I do Tratado. Grifo do autor.
- <sup>29</sup> Sobre as condições deste contrato de crédito ver LAINO, Domingos, *op. cit.*
- <sup>30</sup> El Radical de outubro de 1976.
- <sup>31</sup> A previsão inicial foi de US\$ 3 bilhões, em 1978 passou para US\$ 7 bilhões e em Jan/81 informou-se que o investimento total da obra alcançara US\$ 12 bilhões.
- <sup>32</sup> Cf. Dep. Nivaldo Krueger (PMDB/PR) in: **O Estado de São Paulo** de 18.03.80.
- <sup>33</sup> Revista **VEJA** de 10.10.79.
- <sup>34</sup> Depoimento de Gernote Kirinus na “CPI da Desparanização”, em 19.04.78, na Assembléia Legislativa do Paraná.
- <sup>35</sup> Idem.
- <sup>36</sup> Por estarem localizados em zona de fronteira os municípios atingidos são considerados de segurança nacional e seus prefeitos são nomeados pelo governador com prévia autorização do Presidente da República.
- <sup>37</sup> Tais atitudes dão “provas” ao questionamento dos limites dos planejamentos locais quando as decisões são tomadas desta maneira, de forma arbitrária e centralizadora, não levando em conta a realidade regional.
- <sup>38</sup> OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977, p.125.
- <sup>39</sup> A visita à obra já está incorporada aos passeios turísticos sendo que para entrar a pessoa tem que pagar Cr\$ 500,00. Um turista protestou: “Quando vamos ver onde estão aplicando nosso dinheiro temos que pagar para ver [...]”. In: **Nosso tempo**, Foz do Iguaçu, 21.01.80.
- <sup>40</sup> Júlio Chiavenato em seu livro, **Stroessner: retrato de uma ditadura** diz que “o Paraguai é o nosso quintal, como Cuba foi a latrina dos Estados Unidos ao tempo de Baptista”.
- <sup>41</sup> Constituição da República Federativa do Brasil (1946) – Título III – da Ordem Econômica e Social. Art. 161 – parágrafo 19 a 59 e Art. 153 – parágrafo 2 e 22.
- <sup>42</sup> O conceito de capital é tomado aqui em seu sentido amplo, ou seja, como uma relação social de produção.



Características  
da Área em  
Conflito



## Características Físicas da Área em Conflito

O lado brasileiro, palco do conflito em estudo, terá 111.332 ha de sua área comprometida com a formação do reservatório de Itaipu. Esta “área comprometida”, aqui denominada de “área em conflito”, abrange oito municípios: Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu. Todos estes municípios fazem parte da Microrregião Extremo-Oeste do Paraná (MRH 21).<sup>1</sup> Devido às características topográficas, a área atingida em cada município é

variada, pois há lugares planos e baixos, onde a água penetrará bem mais que em outros que são mais altos. Além disso, as águas represadas do rio Paraná passarão a represar as águas de seus afluentes, fazendo com que estes também saiam de seu leito normal, ocasionando assim um aumento da área atingida.

Pode-se observar na Tabela I a superfície atingida de cada município e, nos mapas anexos, o contorno que terá o lago, bem como o novo desenho de cada município.<sup>2</sup>

**TABELA I**  
**ÁREA TOTAL E COMPROMETIDA DOS MUNICÍPIOS**  
**AFETADOS PELA REPRESA DE ITAIPU (em ha)**

| MUNICÍPIOS              | ÁREA TOTAL (**) | ÁREA COMPROMETIDA (***) | %            |
|-------------------------|-----------------|-------------------------|--------------|
| Guaíra                  | 53.666          | 5.530                   | 10,30        |
| Terra Roxa              | 82.295          | 183                     | 0,22         |
| Marechal Cândido Rondon | 141.010         | 25.075                  | 17,78        |
| Santa Helena            | 81.916          | 25.992                  | 31,73        |
| Matelândia              | 108.697         | 492                     | 0,45         |
| Medianeira              | 122.772         | 4.237                   | 3,45         |
| São Miguel do Iguaçu    | 122.188         | 26.253                  | 21,49        |
| Foz do Iguaçu           | 88.046          | 23.570                  | 26,77        |
| <b>Sub-região (*)</b>   | <b>800.590</b>  | <b>111.332</b>          | <b>13,90</b> |

FONTE: Estudo subregional oeste do Paraná - Convênio SUDESUL/UFPR.

(\*) Considera-se sub-região o total dos municípios atingidos.

(\*\*) Segundo o ITC - Instituto de Terras e Cartografia.

(\*\*\*) Obtida por meio de cálculos planimétricos efetuados na escala 1:100 000.

Conforme se pode observar nos Mapas 2 e 4, as águas do reservatório atingirão tanto a área rural como núcleos urbanos. Várias vilas e distritos desaparecerão totalmente, como é o caso de Alvorada do Iguaçu e Itacorá. Outras serão parcialmente inundadas, como Porto Mendes, São José do Ocoí e Santa Helena.

Mas, independente de ser área rural ou urbana, o que importa salientar é o fato de que a "área em conflito" é um espaço que foi ocupado com uma finalidade e que agora, com a Usina de Itaipu, tem esta finalidade alterada - não será mais roça e não será mais vila - será leito de um grande lago. É o capital definindo a utilização, produção e reprodução do espaço e se apropriando do trabalho morto nele contido.



## População

A área de 111.332 ha comprometida com a represa de Itaipu, quer com a formação do lago, quer com o reflorestamento marginal a este, é, estimadamente, habitada por 42.444 pessoas que serão expulsas de suas terras e deverão procurar outro lugar para morar. Esta população é significativa, não só pelo seu grande número, mas também pela sua qualidade, pois representa um forte contingente de força de trabalho ativa, ocupada principalmente na agricultura.

Nas Tabelas 2 e 3 pode-se observar a distribuição da população atingida por município. Das 42.444 pessoas que habitam a área

comprometida, 38.445 vivem na zona rural e destas 19.194 (49,93%) estão ocupadas, isto é, trabalhando.

Entre os habitantes da área em conflito, encontram-se também 13 famílias de índios guaranis, localizadas nas proximidades do rio Ocoí.<sup>3</sup>

**TABELA 2**  
**POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS E**  
**POPULAÇÃO TOTAL DA ÁREA EM CONFLITO - 1975**

| MUNICÍPIOS              | ÁREA TOTAL (*) | POPULAÇÃO TOTAL DA ÁREA COMPROMETIDA (**) | %            |
|-------------------------|----------------|---|--------------|
| Guaira                  | 47.482         | 3.659                                     | 7,71         |
| Terra Roxa              | 55.268         | 146                                       | 0,26         |
| Marechal Cândido Rondon | 63.458         | 10.600                                    | 16,70        |
| Santa Helena            | 38.831         | 12.181                                    | 31,37        |
| Matelândia              | 35.473         | 70  | 0,20         |
| Medianeira              | 45.216         | 1.540                                     | 3,41         |
| São Miguel do Iguaçu    | 36.436         | 8.639                                     | 23,71        |
| Foz do Iguaçu           | 49.538         | 5.609                                     | 11,32        |
| <b>Sub-região</b>       | <b>371.702</b> | <b>42.444</b>                             | <b>11,42</b> |

FONTE: Estudo subregional oeste do Paraná - Convênio SUDESUL/UFPR.

(\*) IBGE - Centro Brasileiro de Estudos Demográficos (CBE0), 1975.

(\*\*) A população total é a soma das populações rural e urbana, obtidas da seguinte forma: população rural calculada a partir da população rural ocupada da listagem dos setores censitários (IBGE, 1975), tomando-se como homogênea a densidade de ocupação rural por km<sup>2</sup> nos setores selecionados e considerando-se a proporção população rural ocupada/população rural do município, obtém-se a população rural da área comprometida; a população urbana foi obtida aplicando-se sobre a população do Censo Demográfico (IBGE - 1970) a taxa geométrica de crescimento, para o período 1970-75, da estimativa de população urbana - hipótese média da COPEL.

Os números estimados, apesar de importantes, não são suficientes para explicar as características desta população. Neste item, não se pretende esgotar o assunto, porém, alguns elementos são importantes para a sua compreensão.

**TABELA 3**  
**POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E OCUPADA DA**  
**ÁREA EM CONFLITO - 1975**

| MUNICÍPIOS              | POPULAÇÃO TOTAL | POPULAÇÃO RURAL (*) | POPULAÇÃO OCUPADA (**) | DENSIDADE RURAL (hab./km <sup>2</sup> ) |
|-------------------------|-----------------|---------------------|------------------------|---|
| Guaira                  | 3.659           | 3.659               | 1.673                  | 66                                      |
| Terra Roxa              | 146             | 146                 | 69                     | 80                                      |
| Marechal Cândido Rondon | 20.600          | 9.951               | 4.468                  | 40                                      |
| Santa Helena            | 12.181          | 9.756               | 5.526                  | 37                                      |
| Matelândia              | 70              | 70                  | 51                     | 14                                      |
| Medianeira              | 1.540           | 1.540               | 816                    | 36                                      |
| São Miguel do Iguaçu    | 8.639           | 8.118               | 4.571                  | 31                                      |
| Foz do Iguaçu           | 5.609           | 5.205               | 2.020                  | 22                                      |
| <b>TOTAL</b>            | <b>42.444</b>   | <b>38.445</b>       | <b>19.194</b>          | <b>35</b>                               |

FONTE: Estudo Subregional Oeste do Paraná - Convênio SUDESUL/UFPR.

(\*) Estimativa a partir da relação população rural ocupada/população rural do município.

(\*\*) Calculada tomando como homogênea a densidade de ocupação rural por km<sup>2</sup> nos setores censitários selecionados, situados na futura área do reservatório.

Quanto à sua origem, esta população obedece às mesmas características já apontadas para a região, ou seja, é originária, basicamente, de dois fluxos migratórios: um vindo do Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e outro vindo do Nordeste, Bahia e Minas Gerais. Foi a impossibilidade de ter acesso à terra, em seus lugares de origem ou as dificuldades para tirar dela o necessário para o sustento, que fez com que muitos chegassem nesta área, não sem antes realizar uma verdadeira “via-sacra”. Alguns vieram de navio do Rio Grande do Sul, via Uruguaiana, Pousadas, subindo o Rio Paraná;<sup>4</sup> um colono bastante idoso conta que veio de carroça de Santa Catarina; outros vieram de pau-de-arara ou de trem-de-ferro até o Norte do Paraná, e há os que vieram num tempo mais recente, com mais facilidade. A população foi chegando, não só de várias maneiras, não só de vários lugares, não só trazendo diferentes experiências de vida, mas também com uma disponibilidade econômica diferenciada, o que fez com que também se estabelecessem de forma diferenciada. Assim, uns compraram as terras através de colonizadoras, já vieram com a terra garantida; outros compraram quando chegaram; muitos compraram o “direito”, isto é, a posse, e outros abriam uma posse para si ou para vender para outros. Mas todos que chegaram nestas terras férteis continuaram lutando através de seu trabalho para “domar” a terra, derrubando a mata, destocando, plantando e enfrentando todo tipo de dificuldades:

Aportamos nestas terras há muitos anos atrás. Encontramos um sertão agreste e hostil, encontramos feras e serpentes venenosas. Não havia estradas nem pontes, nem escolas, nem comércio, não havia clubes nem igrejas para adorar nosso Deus que criou este mundo para todos os homens. Hoje nós temos tudo isso. Mas se nós conseguimos isto, foi pela vontade imbatível de vencer, pelo braço de ferro que nunca se intimidou perante as dificuldades e, sem dúvida, foi à custa de muitos sacrifícios e suores.<sup>5</sup>

Se o depoimento acima reflete em sua aparência uma “igualdade” entre os colonos que ocuparam a área, não se deve esquecer que as formas e condições diferenciadas em que cada um chegou vão apontar para a existência de diferentes maneiras de “domar” da terra. E vão ajudar na explicação também da existência de proprietários e posseiros na região.

Muitos colonos antes de chegarem no Extremo-Oeste do Paraná passaram pelo Sudoeste e lá participaram da famosa “Revolução de Capanema” de 1957.<sup>6</sup> Os mais velhos participaram “peleando” e os que na época eram crianças trazem muito vivo na lembrança as vezes que tiveram que sair correndo de suas casas para se esconderem no mato.

A memória da Revolução de Capanema comprova que há uma historicidade na luta. Se o conflito havido lá é diferente quanto a sua especificidade – outros agentes, outra época etc. – do enfrentado hoje pelos colonos expropriados pela Itaipu, à situação de disputa pela posse da terra é

a mesma. Também no período anterior à Itaipu foram travadas lutas e enfrentamentos com os “jagunços” para manter e defender a terra que ocupavam. Os “jagunços” vinham a mando de diferentes pessoas que alegavam ser legítimos proprietários da área (legitimidade raramente comprovada) e o objetivo era um só: “limpar” a área e se apropriar da terra. Os “jagunços” personificavam a apropriação capitalista da terra de forma primitiva e violenta e, na maioria das vezes, eram respaldados pelas forças policiais e autoridades locais. Depoimentos colhidos entre moradores da área ilustram um pouco o que foi esta luta:

Entre e comecei a trabalhar e logo, dali uns 3 ou 4 anos que os jagunços entraram dizendo que eram o dono da coisa, e fomos lidando, lidando ... Em seguida nós ficamos uns 4 anos quase sem pode botá roça. A roça que tinha eles chegavam e botavam fogo. Prometiam de queimá a roça e queimavam mesmo, o cara tava derrubando a eles chegavam e toca-lhe fogo e o cara que desse no pé do meio da roça. [...] Era uma turminha boa (os jagunços). Onde eu estava com o mato, da lavoura aqui na frente, todo derrubado, ... se acha coragem queimem, vamo vê, se vocês queimam eu “queimo” vocês! E eles vieram até a frente da casa, naquele tempo eu morava ali embaixo, numa moradia ali, aí eles entraram aqui, eram 3, pararam e olharam pra roça. Eu acho que tiveram vontade de botá fogo, mas aí eu vim ali, parei atrás de um toco pra “ajudá eles queimá” a roça, daí eles desceram até lá embaixo [...]

O ano passado vieram jagunços ali, como já tinham vindo 3, 4 vezes antes, e foram derrubados, mas vieram novamente e derrubaram o vizinho nosso, derrubaram ele de madrugada, assim, tiraram ele da casa, jogaram ele lá na rua e a mudança carregaram e levaram embora na rua. Então reunimos a turma e fomos aí no escritório do INCRA que estava em Itacorá, eles não tomaram providências. O que foi que depois de umas 3, 4 semanas era a época de plantar, nos reunimos, 10, 12 tratores, fomos lá, tiramos o pessoal que eles tinham colocado lá em cima, mandamos que saíssem e saíram e plantamos aquela terra e recolocamos os que estavam antes.

É importante mencionar que, à medida que a produção da região começou a se inserir mais significativamente na vida econômica do país, principalmente após o *boom* do soja/trigo, sua população passou a ter um maior contato e troca de informações com o resto do país. Ou seja, a modernização da agricultura obrigou o colono a entrar em contato com uma série de mecanismos que vão desde a aquisição de insumos, contato com bancos e cooperativas, até fazer o “rancho”<sup>7</sup> em supermercado.

Na análise do conflito observar-se-á que os elementos aqui apontados, mais os que aparecem no decorrer de todo o trabalho, são importantes para a compreensão das condições nas quais a população fará a resistência, cada qual com suas questões particulares, mas unindo-se através de um elemento comum, que é a ameaça iminente da expropriação de suas terras.



## Formas de Apropriação da Terra

Outro aspecto que interessa analisar é a estrutura da propriedade. A compreensão das relações dos expropriados com a terra, como a ocuparam e conquistaram, ajuda a entender como se relacionam entre si para, posteriormente, se entender como vão se relacionar com Itaipu, quando da ação de indenização das terras a serem alagadas.

No momento da instalação da Itaipu havia, na área, 6.263 propriedades, com um tamanho médio de 15 hectares (ver Tabela 4, o número de propriedades por

município). Na maior parte destas propriedades, a mão-de-obra era essencialmente familiar.

**TABELA 4**  
**NÚMERO DE PROPRIEDADES POR MUNICÍPIO**  
**NA ÁREA COMPROMETIDA**

| MUNICÍPIOS              | NÚMERO DE PROPRIEDADES |
|-------------------------|------------------------|
| Guaíra                  | 400                    |
| Terra Roxa              | 7                      |
| Marechal Cândido Rondon | 1.257                  |
| Santa Helena            | 1.666                  |
| Matelândia              | 30                     |
| Medianeira              | 428                    |
| São Miguel do Iguaçu    | 1.778                  |
| Foz do Iguaçu           | 697                    |
| <b>TOTAL</b>            | <b>6.263</b>           |

Fonte: Itaipu Binacional

A chegada da Itaipu e a necessidade desta adquirir as áreas destinadas ao reservatório, através do processo de desapropriação, foi, pouco a pouco, revelando uma situação caótica que não é recente na região, mas que vem desde sua ocupação. Uma situação que os números de Tabela 4 não deixam transparecer.

Pode-se enquadrar as formas de propriedades em duas grandes categorias: proprietários e posseiros. Mas dentro de cada categoria existe uma gama de diferentes situações e o fato de ter ou não um título de domínio – isto é, de ter ou não a escritura pública registrada – sobre a terra, aparentemente não representa uma situação socioeconômica diferente. Mas esta igualdade aparente mascara uma diferença estrutural a nível das categorias fundamentais do modo de produção capitalista. A diferença estrutural vai ser desvelada no momento em que aparece um agente externo – Itaipu Binacional – que privilegia os proprietários. Assim, na hora de negociar com Itaipu, a forma jurídica de propriedade vai determinar basicamente em que condições se fará a negociação e, portanto, em que condições o indivíduo vai emigrar. No processo de desapropriação, Itaipu adquire o título de domínio da propriedade. Ora, quem não tem o título, como é o caso dos posseiros, não recebe nada pela terra, recebe simplesmente o valor de suas benfeitorias e dos benefícios realizados na terra (derubada, destocamento, preparo para uso de máquinas etc.).

Pode-se observar, no decorrer do processo de desapropriação, que Itaipu e os jagunços são a mesma coisa. Os jagunços de Capanema ou mesmo da própria “área em conflito” eram agentes de uma determinada forma e etapa do capital. Itaipu é um jagunço moderno, de terno, gravata e helicóptero; o outro era um jagunço de trabuco. Mas ambos são personificações do capital e da propriedade privada da terra.

O proprietário, à medida que possui a escritura de sua terra, é inserido numa certa lógica do capital e Itaipu o privilegia, pois ambos obedecem à mesma lógica da propriedade privada da terra. Itaipu relaciona-se com o proprietário

como seu parceiro; faz uma escritura de compra e venda, o que denota uma igualdade formal. Mas a propriedade da terra assegurada por uma Escritura Pública de Venda e Compra, registrada em cartório, independente de sua posse, não resolve todos os problemas. Há casos de escrituras “sobrepostas”, isto é, mais de uma pessoa possui escritura registrada da mesma área e todos brigam pela sua legalidade. Brigas sempre houve, mas com a Itaipu ela é decisiva e quem conseguir “provar” que é o legítimo dono e quem vai receber a indenização.

Pode-se, portanto, dentro desta categoria de proprietários, distinguir:

- a) os que tem escritura “limpa” e
- b) os que tem escritura “sobreposta”.

Na gleba Sol de Maio, atualmente fazendo parte do Imóvel Rio Paraná,<sup>8</sup> por exemplo, a incidência de escritura sobreposta somada ao grande número de posseiros criou uma situação tão confusa que a solução adotada foi a de desapropriação de toda a gleba pelo INCRA (com o INCRA desapropriando, todas as escrituras são “tombadas”, isto é, não têm mais valor jurídico e todos são considerados posseiros) para posterior titulação, isto é, dar o título de propriedade ao real ocupante da área.<sup>9</sup> Outro exemplo é a gleba Passo Cuê<sup>10</sup> que será totalmente atingida pelo reservatório de Itaipu – onde 29 famílias, detentoras de escrituras públicas, registradas há 17 ou 18 anos, defendem-se contra Altino dos Reis Junqueira e sua esposa Leonor Gomes Junqueira, que há 7 anos (época em que Itaipu começou) “atormentam-nos” dizendo-se donos da gleba. O caso foi para a justiça e, em março de 1980, em primeira instância, o juiz da Comarca de Foz do Iguaçu deu ganho de causa aos Junqueiras, através de uma sentença dada sem a presença dos agricultores ou de seu advogado... Conforme declarações, a Itaipu “parece querer desestimulá-los a continuar na ação, para que recebam somente como posseiros”, mas os agricultores não só recorreram como também solicitaram a interferência do INCRA.

Esta e outras situações de proprietários que não possuem só o título de propriedade, mas também a posse e que andam às voltas com o aparecimento de “novos donos” leva a que muitos questionem inclusive o valor da escritura:

Bom, meu pai faleceu quando eu tinha 13 anos. Antes dele morrer, ele disse: olhe, onde vocês comprem terras, comprem terras escrituradas e registradas. Por isso quando eu vim, procurei esta terra e comprei com escritura, registrei, e agora vejo que talvez tivesse feito melhor se tivesse entrado assim, abrindo uma posse, como chamam aqui, um direito, e depois eu teria tido título do INCRA da mesma forma, como tenho que requerer de novo agora. E já teria tido esse dinheiro que empreguei na compra da terra, podia ter me instalado melhor, podia ter melhorado muito melhor a vida, podia ter uma área maior de terras e vejo por aí que talvez teria feito melhor se tivesse entrado no sertão, assim sem comprar terra escriturada...

Mas, na época, a gente dava valor prá escritura registrada porque hoje vejo que é atirado no lixo o registro da terra, que a gente não acha mais valor nenhum nisso aí.

Dentro desta categoria de proprietário vamos encontrar ainda casos de pessoas que possuem apenas o contrato de compra e venda, quitado e registrado, que estão enfrentando uma verdadeira maratona para conseguir fazer a escritura “definitiva”. Somam-se a estes os que por motivos de morte na família ou separação dos cônjuges têm que providenciar a partilha.

Assim como os proprietários, os posseiros apresentam uma diversidade de situações. O que eles têm em comum é apenas o fato de terem a posse da terra, mas não a sua escritura registrada.

Primeiramente, pode-se fazer uma distinção entre os que “abriram” a posse e os que compraram a posse de outros (compraram o direito de usar a terra). Embora não exista uma diferença substancial entre o que “abriu” e o que “comprou” a posse, no primeiro caso ficará mais evidente ainda a expropriação feita pela Itaipu, pois todo o trabalho de desmatar, destocar etc. foi feito por um indivíduo (junto com sua família) e é este mesmo indivíduo que está sobre a terra – em geral há mais de 10 anos – muitas vezes com direito adquirido, inclusive pela própria lei (usucapião) que terá que sair, sem receber um tostão por ela: “Nesta situação eles não estão pagando a pessoa, estão tocando [...]”.

A posse, seja a aberta ou a comprada, se distingue por ser:

- a) em terras devolutas;
- b) em terras da Marinha;
- c) em terras que possuam proprietários, isto é, alguém tem título de domínio sobre aquela área e este pode reclamar ou não;
- d) em terras “sobrantes” das colonizadoras;
- e) em terras desapropriadas do INCRA.

Estas diferentes situações podem ser melhor entendidas e localizadas no anexo 2, onde se faz a descrição e mapeamento da “Área em Conflito” e se indica as particularidades existentes.

Porém, a principal distinção verificada entre os posseiros diz respeito a dois fatores: tempo de ocupação e tamanho da propriedade. O primeiro fator explica a existência, na área, de posseiros “tradicionais”, isto é, posseiros que são conhecidos, têm tradição no local e são respeitados, inclusive pelos bancos. Esta situação ocorre com mais freqüência com os posseiros da área denominada “Faixinha”,<sup>11</sup> que chegam a negociar inclusive com o Banco do Brasil. O segundo fator, o tamanho da propriedade, resulta em nítidas diferenças entre os posseiros quanto às suas condições de existência. Com efeito, não se pode comparar um posseiro que tem 1/2 alqueire com um que tem 79. E a diferença não reside simplesmente no fato de um possuir mais terra que outros, mas sim por que “por trás de diferentes tamanhos de propriedades, de diferentes quantidades, existem situações e relações de qualidades diferentes”.<sup>12</sup>

Ora, como se viu anteriormente, o tamanho médio das propriedades é de 15 ha e a mão-de-obra é essencialmente familiar, mas quem tem pouca terra dificilmente consegue se manter com sua família do que tira desta quantidade de terra, assim, sobra força de trabalho e falta terra... O que faz o

posseiro? Oferece esta força de trabalho “sobrante” para seu vizinho, tornando-se, além de posseiro, um “bóia-fria”, ou então, arrenda mais um pedaço de terra “prá tocá”. Embora ele se denomine “bóia-fria”, não pode ser considerado como tal, pois na realidade trata-se de um produtor familiar em trabalho acessório, um trabalhador temporário.

Estas soluções alternativas na trajetória da reprodução de posseiros como pequenos produtores registram-se também no caso de proprietários, ambos motivados por dois tipos de situações:

a) numa estratégia de sobrevivência, por ter pouca terra e não conseguir sobreviver só com o que tira dela. Não lhe sendo possível realizar nem a sua própria reprodução e de sua família, é obrigado ou a arrendar mais um pedaço de terra, trabalhar como parceiro ou a vender sua força de trabalho;

b) ou numa estratégia de ascendência, porque tem pouca terra e não consegue aumentar seu capital só com o que tira dela.

Pode-se diferenciar os produtores da área em conflito sob a ótica dos estratos sociais dentro de uma relação de produção familiar, observando-se a existência de uma camada pertencente a um estrato superior e outra a um estrato inferior, a partir, principalmente, de uma maior ou menor tecnificação. Encontrar-se-á uma parcela de pequenos proprietários que conseguem intensificar a sua produção através de técnicas mais “avançadas” de cultivo – usando adubos, corretivos, sementes selecionadas, tratores, colheitadeiras etc. – resultando numa camada de produtores familiares tecnificados.

Na área em conflito, observa-se a predominância de uma camada superior de produtores que em termos de renda se beneficiou inclusive – e simultaneamente tornou-se dependente – do crédito bancário e outra parcela que não conseguiu intensificar sua produção através destes mecanismos, constituindo uma camada de produtores familiares pauperizados.

Além de proprietários e posseiros também há arrendatários na região; aqueles que não possuem terra, estão ligados a ela somente através do arrendamento. Não se trata do arrendatário clássico capitalista que arrenda a terra para contratar trabalhadores. No caso, eles arrendam um pedaço de terra para poder trabalhar. Poucos têm contrato registrado, a maioria tem contrato verbal: “só tem contrato de boca”. Estes contratos são feitos diretamente com o proprietário ou através de uma outra pessoa – “o gato”. São os casos de subarrendamento que aumentam consideravelmente a parcela de renda paga: “Quando entrei fui trabalhar pro gato, pagava renda de 40% sobre o hortelã e 30% sobre a lavoura branca [...] agora pago 15% pro dono”.

Esta é a situação da maioria dos que trabalham nas fazendas. É aí que vamos encontrar um grande número de mineiros, nordestinos e baianos (referidos no início) – “[...] tinha época que chegava caminhões cheio de mineiros [...] eles se espalhavam pelas fazendas”. Mas o trabalho na fazenda, como arrendatário, não é suficiente para sobreviver; assim a grande maioria, além

de cuidar da “roça” (terra que arrendou), trabalha em outras terras, por dia, como trabalhador temporário:

Toco de todo jeito, na roça, de bóia-fria [...]

Trabalho na rocinha e de bóia-fria, na fazenda mesmo e pros outros lados [...] tenho 3 filhos, eles também, trabalham como bóia-fria, duas mocinhas e um rapazinho.

Quando apura, a gente trabalha como bóia-fria [...]

Essas famílias são muito pobres; muitas inclusive, não têm condições de sair da terra, o que serão obrigada a fazer em breve. Algumas já foram para o Paraguai, levados pelos “gatos”! “Quem não tem condições de ir pra longe, então sarta o rio [...]”.

Como já foi observado, o capital aparece definindo a utilização-reprodução do espaço. Aqui, o capital aparece também subordinando a economia dos produtores da região, através da diversidade de formas das relações de produção em que se inserem.

Porém, apesar das diferentes situações – produtores familiares tecnificados, produtores familiares pauperizados e produtores familiares arrendatários – todos estão de uma maneira ou de outra ligados a uma parcela de terra – instrumento fundamental da produção no campo. E esta terra é para eles um espaço de produção de vida. A ocupação desta terra, o trabalho para “domá-la” e garanti-la, só foi conseguido através de muitas lutas, freqüentemente violentas, através de enfrentamentos com jagunços e grileiros. Isto faz com que a luta pela terra esteja incorporada à história de vida da maioria dos habitantes da região. Com a chegada da Itaipu e a conseqüente necessidade de “abandonar” a terra, esta luta e a resistência assumem outra feição, pois repercutem diretamente na produção e reprodução de suas vidas, como pequenos produtores. E a terra, sendo uma das condições básicas de suas existências como produtores, faz com que a luta por ela se transforme em luta pela vida.

## Notas

<sup>1</sup> Ver Anexo 1 – Mapa 3 – Mapa dos municípios atingidos.

<sup>2</sup> Ver Anexo 1 – Mapas 5 a 10 a área comprometida de cada município.

<sup>3</sup> Ver Anexo 3, Quadro 1 e item 12 – histórico do território indígena, situação e localização.

<sup>4</sup> Ver Anexo 2.2 – Depoimento de A, B.

<sup>5</sup> Marcelo Barth – Discurso de abertura do Movimento Justiça e Terra, em 14/07/80. Ver Anexo 2.10.

<sup>6</sup> A este respeito ver REGO, Rubem Murilo Leão. Terra de violência: estudo sobre a luta pela terra no Sudoeste do Paraná, 1979. (Mimeo).

<sup>7</sup> Na linguagem regional “fazer o rancho” significa adquirir provisões para um período.

<sup>8</sup> Ver o Anexo 3, Quadro 1, item 8 – Localização da gleba Sol de Maio. É importante observar que é nesta gleba que se localiza o maior número de posseiros e também a maior resistência à Itaipu.

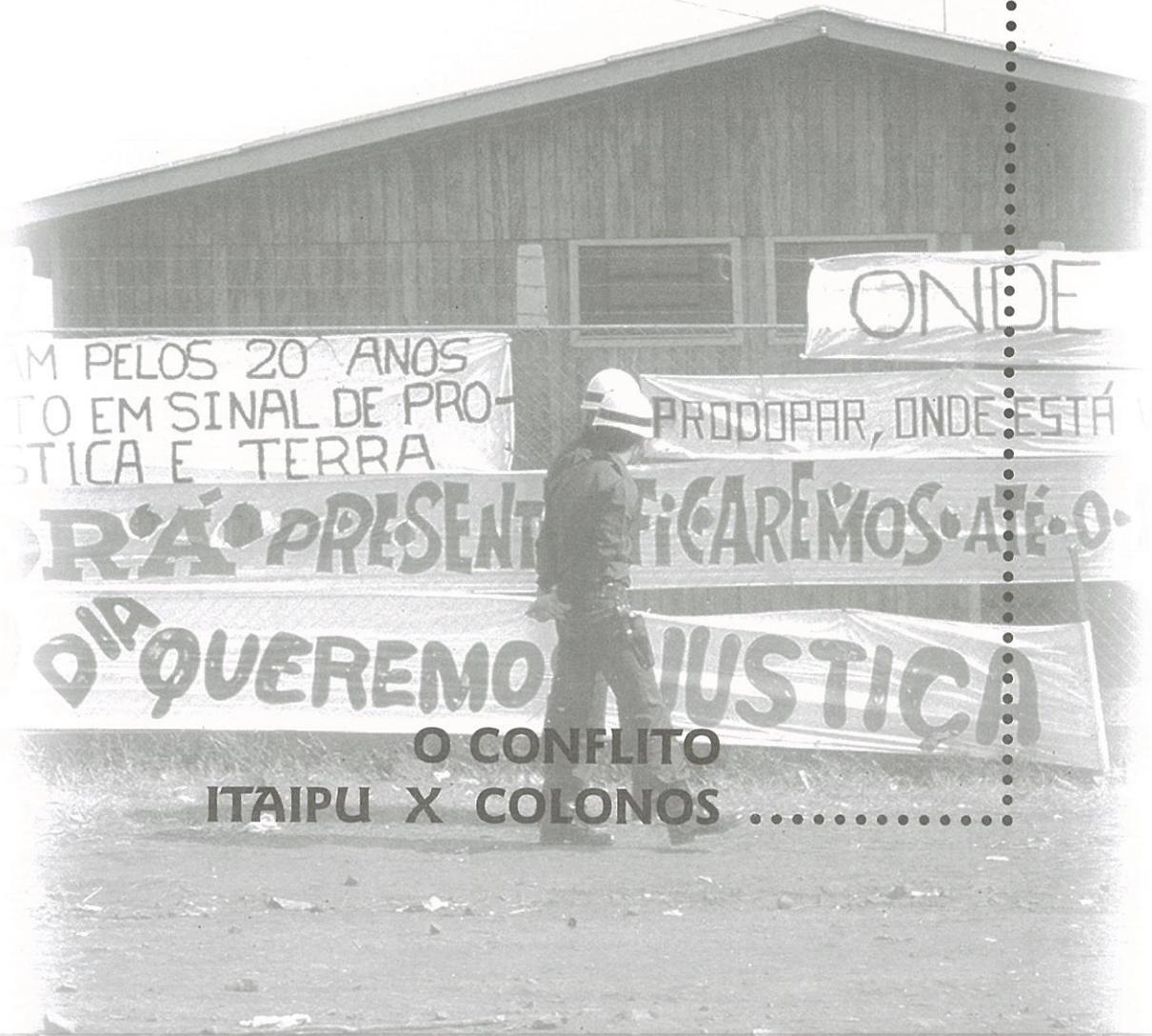
<sup>9</sup> Este título vai ter que ser pago. E, tanto a demora do INCRA no fornecimento deste título, quanto à necessidade de pagamento vão aparecer na análise do conflito.

<sup>10</sup> Ver localização da gleba Passo Cuê no Anexo 3, Quadro 1, item 9.

<sup>11</sup> Ver Anexo 3, Quadro 1, item 1.

<sup>12</sup> MARTINS, J. de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária, in *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, n. 22, abril de 1980, p. 213.

SEGUNDA PARTE .....



O CONFLITO  
ITAIPU X COLONOS .....

Para melhor entendimento, esta parte é dividida em três períodos correspondentes às diferentes formas de luta adotadas pelos expropriados, cada uma representando um esgotamento da forma anterior e um salto para uma forma mais avançada que se caracteriza por um grau maior de organização.

O primeiro período compreende o início da obra até as primeiras indenizações (de 1973 a 1977); o segundo período, quando os expropriados começam a se organizar e realizam duas assembléias (de 1978 a 1979), e o terceiro quando partem para uma nova forma de luta e realizam dois acampamentos (de 1980 a 1981).

Embora, no primeiro plano, se destaquem as posições dos colonos contrapondo-se às da Itaipu, a “equipe em campo” é bem maior e vários agentes se interligam, em ambos os lados, neste conflito.

Nesta parte do estudo, estão relatados os acontecimentos, de forma bastante detalhada, seguindo a ordem cronológica dos fatos considerados mais significativos, bem como a ação dos principais agentes envolvidos neste conflito. Embora esta história vá ter continuidade, o relato é interrompido, em 1981, quando é desmobilizado o acampamento de Foz do Iguaçu.



“A gente  
pensava que  
seria uma  
grande coisa”



O conflito entre Itaipu Binacional e os colonos que habitavam a área destinada ao reservatório não se configurou claramente desde o início da construção da usina, pois Itaipu soube chegar bem devagar: “Fincando uns palanques, a gente perguntava pra quê e eles não diziam nada, diziam que não sabiam [...]”. Mas nas rodas de chimarrão e nos “bolicos” isto foi sendo comentado, até que chegou a notícia de que realmente ia ser construída uma usina hidrelétrica no rio Paraná. Isto foi em 1975:

A gente pensava que seria uma grande coisa e não tínhamos idéia que tivéssemos que sair. Iam fazer aquela barragem, talvez 3, 4 ou mais no rio Paraná. E, como o leito do rio é lá no fundo, a gente, assim, não tinha nem idéia que nós teríamos que sair.

Mas os colonos continuavam sua vida e Itaipu também continuava seu trabalho...

Itaipu já tinha feito em 1973 e 1974 um censo preliminar da área a ser alagada. Conforme a Itaipu, primeiro eles fizeram o levantamento, depois sua equipe esclareceu a população para posteriormente fazerem as propostas de indenização.

A comunicação da obra e os esclarecimentos à população foram feitos através de reuniões, que começaram em Foz do Iguaçu, seguindo-se depois por outros municípios e distritos. A equipe da Itaipu reunia-se nas comunidades, nas escolas, distribuía *posters*, cartazes, fizeram *jingles* na rádio com Teixeira e Zé Bétio “que são pessoas com penetração na região”; conforme afirmou um representante da Itaipu, distribuía folhetos para explicar o que ia ocorrer.<sup>1</sup> “Isto tranqüilizou o povo [...],” disse um homem da Itaipu. Nestas reuniões passavam filmes demonstrando a grandiosidade da obra e a sua importância para o país.

A obra já era um fato indiscutível. Era simplesmente apresentada à população da região como um dado, eles não foram consultados antes e não o seriam agora. Porém, esta população deveria também se sentir responsável pela obra para a qual deveria dar a sua contribuição, não só através dos impostos que pagava, mas com o sacrifício de ter que abandonar suas terras sem problemas.

A questão da população que vai ter que sair era colocada com muita tranqüilidade pelos técnicos da Itaipu. Nas reuniões de 1976, Itaipu prometia que todas as terras estariam indenizadas até fins de 1978 e que todos teriam tempo para se colocar em outra área e, ao mesmo tempo, continuar plantando nas terras desapropriadas. Diziam que ficassem tranqüilos que Itaipu pagaria o “preço justo” e que estava empenhada junto ao INCRA para titular as áreas de posse. Que só negociassem com os homens da Itaipu e que não se deixassem iludir por possíveis “picaretas” etc.

Foram colocados dois ônibus à disposição dos que quisessem conhecer a obra e ver o audiovisual a seu respeito. “Tudo isto para mostrar a seriedade da obra”, afirmou um funcionário do escritório da Itaipu em Santa Helena.

A população não estava muito tranqüila, mas “confiavam no governo e não acreditavam que o governo os desamparasse”. Conforme depoimento de um agricultor:

Uma coisa me deixou bastante revoltado no começo, foi aqueles pequenos cartazes de Lima Duarte e mais um de artistas de televisão, espalharam por todo mundo aqui. Então, esse caso uma vez eu falei pro pessoal de Itaipu, se eles estavam pensando que nós era uns índios grossos, semelhante àqueles da época de 600 e poucos que os padres jesuítas levavam espelinho, objetos coloridos, cor berrante pra atrair a ignorância daqueles índios, pra ameaçar os índios [...] Hoje nós não precisamos de Lima Duarte, se ele soube trabalhá em televisão e novela é uma arte,

mas agora em agricultura! e Itaipu, pelo amor de Deus, que não venha desse homem, então ponha fotografia do ministro da Agricultura, do Governo do Estado, que são autoridades que nós depositamos toda a confiança neles. Bom, então, quando surgiu aqueles cartazes de Lima Duarte, eu fiquei um tanto duvidoso, mas sempre otimista, sempre tive fé, confiança no governo, no estadual, federal e nos políticos.

Percebe-se que o Estado gozava de uma certa legitimidade. Mas, no decorrer dos acontecimentos, esta legitimidade foi pouco a pouco sendo perdida.

Em 1977, começaram as primeiras indenizações na bacia,<sup>2</sup> aliás, compras, pois a assinatura do decreto de desapropriação da área do reservatório, declarando-o de utilidade pública, ainda não tinha sido assinado, o que ocorreu em 19 de março de 1979.<sup>3</sup>

Em virtude disso, inicialmente, a aquisição das terras pela Itaipu não foi feita através de Escritura Pública de Desapropriação Amigável, mas sim através de Escritura Pública de Compra e Venda. Ora, essa última pressupõe uma liberdade das partes para vender e comprar, além de não dar o direito de que o vendedor recorra à justiça, enquanto que a desapropriação tem legislação específica que a regula e dá direitos ao desapropriado.<sup>4</sup>

Mas o que mais estava assustando os colonos era o preço oferecido pelas terras que, além de ser estabelecido unilateralmente, não parecia para eles tão justo quanto havia falado Itaipu: “Eles sempre falam de preços justos, mas qual é o preço justo? O que eles estão querendo pagar é o preço justo pra eles”.

As reuniões da Itaipu com os expropriados continuavam e esta continuava também a se apresentar com todo seu *staff*, conforme observou um colono:

Na primeira reunião que houve com a gente da Itaipu, tinha uns 10. Tinha quem avalia, quem faz proposta, quem determina, quem manda [...] A reunião deles era pra falá o preço que iam pagá, mas nunca deixaram ninguém contente com os causos deles.

No início destas reuniões, a palavra era livre e todos podiam usar o microfone, mas, depois, quando as pessoas começaram a perguntar o porquê da demora das indenizações, o porquê do baixo preço pago por alqueire, e os representantes da Itaipu não tinham respostas convincentes, os colonos foram se irritando, chegando, inclusive, a chamá-los de “mentirosos e velhacos”, a Itaipu passou a usar outra tática: os agricultores não podiam fazer mais uso do microfone, só o pessoal de Itaipu, e as perguntas tinham que ser feitas por escrito.<sup>5</sup>

Sabe como são essas firmas, essas firmas que estão indenizando nós, elas foram criadas para esse fim, já indenizaram outras glebas. Vieram aqui já [...] a primeira coisa eles se colocam do lado do povo, não contradizem mas botam as leis. Então

eles têm argumentos e têm jeito pra tudo, pra apaziguar o pessoal e pra fazer com que ninguém se ajunte, reclame seus direitos. [...] Estas firmas são feitas pra isso, pra indenizar e uma firma que é feita pra isso, que tem esse ramo, ela sabe como chegar no povo.

Para a Itaipu, as coisas estavam andando tranqüilas. Mas, na realidade, o povo não estava tão tranqüilo como gostaria Itaipu.

[...] então me lembro de uma reunião, o povo não gostou do preço [...] só sei que quase naquele dia o povo estava com vontade de fazer eles correr. Não aconteceu, se tivesse acontecido talvez tivesse sido melhor.

E até deu bronca aquele dia ali no Guarani,<sup>6</sup> até largaram eles ali, não deu nem pra conversar com aquela mulher,<sup>7</sup> tinha um outro, não era o Medina, era um outro encarregado, ali do lado, muitas vezes, quando ele via que as coisas apertavam demais então ele metia a boca, falava para acalmar o pessoal, isso no fim não saiu nenhuma reunião que prestou. Porque, quando no fim, o pessoal começou a abandonar, a largar, porque nunca foi resolvido o que prestava [...] Vou contá pra vocês, depois que entrou esta Itaipu, como entrou a miséria aqui [...]

Esta situação de preocupação que começa a se verificar após a entrada da Itaipu, passou a ser percebida também pelos padres e pastores que tinham comunidades às margens do rio Paraná.

O pastor e o padre são pessoas respeitadas e ouvidas, não só em relação aos assuntos religiosos, mas também nos outros aspectos que dizem respeito à vida de seus paroquianos. Eles participam e são participados de tudo o que acontece. As capelas, construídas pelas comunidades religiosas, sempre foram pontos de referência, não só para os atos litúrgicos, como também para as festas, churrascos e cantorias.

Foi nestas comunidades religiosas que, em 1977, alguns padres da Igreja Católica e pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), comprometidos com as causas do povo e sensíveis à sua situação, começaram a fazer pequenas reuniões e grupos de estudo em suas respectivas comunidades para refletirem, à luz do Evangelho, o momento que estavam vivendo.

A Igreja Católica já desenvolvia um trabalho semelhante no Oeste do Paraná, ligado à Pastoral Rural. Como havia muitos problemas relacionados com a questão da terra em todo o Estado e mais, com a emergência do conflito na área a ser atingida por Itaipu, era importante organizar sua ação neste setor. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tinha, desde 1975, um órgão encarregado de interligar e dinamizar toda a ação da Igreja Católica no campo – Comissão Pastoral da Terra (CPT).<sup>8</sup> Então, as igrejas que estavam trabalhando na área rural entraram em contato com a sede da CPT, em Goiânia, e, neste mesmo ano de 1977, foi instalado o Secretariado Regional da CPT no Paraná, ligado à CNBB.

O trabalho que estas Igrejas começaram a desenvolver correspondia à emergência na América Latina de uma Igreja popular, mais comprometida com os pobres e oprimidos e preocupada também com os problemas da terra. A ação destes religiosos fez com que as capelas se transformassem também num lugar de reflexão e discussão de seus problemas. Era o novo sentido da evangelização que, conforme Puebla, “tem de calar fundo no coração do homem e dos povos. Por isso sua dinâmica procura a conversão pessoal e a transformação social”.<sup>9</sup>

A chegada da Itaipu solidificou esta opção das igrejas da região que assumiram um papel fundamental na organização dos expropriados.

O trabalho da CPT no Paraná foi, desde o início, desenvolvido de forma ecumênica pela Igreja Católica e pela IECLB. Sua coordenação foi assumida pelo então pastor da IECLB, Gernote Kirinus. É dele o depoimento a seguir, sobre o início do trabalho na área.

A Comissão Pastoral da Terra:

Era nada mais, nada menos que um centro que levava informações de uma paróquia a outra, que reunia o clero para motivar os pastores, motivar o clero de lá da Igreja Católica também, a se preocuparem.

O trabalho inicial foi bastante árduo, difícil, inclusive com dificuldades de locomoção [...] na região o trabalho a nível de comunidade de base era bastante débil, bastante fraco, não tinha ainda uma estrutura do trabalho progressista da Igreja. [...] Mas a Itaipu, com seu pessoal do Departamento Jurídico que reunia o pessoal de vila em vila, prometendo o preço justo, fazendo uma série de promessas, respondendo perguntas, passando filmezinhos, slides do que seria Itaipu, tentando assim aplacar a irritação natural do pessoal ter que abandonar a sua terra, nos ajudou num sentido de que o pessoal cada vez mais foi tomando consciência e foi ficando cada vez mais impaciente.

Em 02.09.1977, a questão começou a extrapolar os limites da área em conflito, quando D. Agostinho José Sartori, bispo de Palmas (PR) da Igreja Católica e pastor Gernote Kirinus, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, prestaram depoimento perante a CPI da Terra, em Brasília, denunciando a estrutura agrária do Paraná. Num dos itens do depoimento – “Itaipu, mais uma ameaça de expulsão” – declararam que:

A Itaipu pode significar uma resposta ao desafio da crise de energia, mas para os que vivem nas cercanias da construção, a Itaipu é um grande ponto de interrogação, que requer uma resposta com a máxima urgência. [...] Enfim, as perguntas geradas pela Itaipu são bem mais urgentes do que a resposta que ela possa significar, em termos de potencial energético.<sup>10</sup>

E as perguntas, as dúvidas e a angústia aumentavam na medida que o processo de indenização avançava. Os expropriados começaram a entender “que as reuniões iniciais eram para levar o povo na conversa, diziam coisas

que de fato não aconteceram como eles estavam prometendo”. Segundo declarações dos colonos, começou a cair o véu da Itaipu.

A tática usada pela Itaipu, de negociações individuais, estavam dando resultado na medida em que muitos colonos, apesar de revoltados e angustiados, continuavam na esperança de que seu caso individual fosse resolvido mais satisfatoriamente. Acreditavam nisso baseados no reconhecimento da importância e necessidade de seu trabalho para o país; confiavam em que o governo não ia abandoná-los assim:

A gente estava com a maior confiança, a maior tranqüilidade que tudo ia bem, [...] uma confiança enorme nos políticos, no governador do Estado, no Governo Federal, no Congresso; porque o ministro da Agricultura não ia deixá 40, 50 mil brasileiros à mercê da vontade de uns irresponsáveis como é uma certa parte do pessoal da Itaipu.

Tinham direitos e esperavam que o governo os reconhecesse:

A gente reconhece que a Itaipu é federal, mas ela também não pode saltá por cima da colônia, porque eles salta por cima da colônia de onde é que eles vão vivê? eles precisam mais da colônia do que da própria porcaria que eles estão fazendo.

Mas, na medida em que os direitos dos colonos não eram reconhecidos ocorreu uma perda de legitimidade da ação estatal. Este foi um processo que se desenvolveu em múltiplas facetas e momentos, dos quais os principais foram:

a) Itaipu havia prometido que até 1978 todos estariam indenizados e teriam condições de ir se colocando na nova área adquirida e, ao mesmo tempo, continuar ocupando a propriedade indenizada até a chegada da água. Isto não aconteceu. Um colono desabafou: “hoje me dá vontade de pegar aquele livrinho que a Itaipu soltou, pegá e ir lá mostrar e dizer: olha a proposta de vocês, olha aí e o que vocês estão fazendo hoje!”;

b) o preço proposto era baixo e seus critérios desconhecidos.

Itaipu adotou um critério de classificação de terras, ao qual correspondiam valores diferentes, conforme o tipo de solo, localização etc. Critérios estes considerados injustos pelos colonos, uma vez que a terra adquirida vai ser usada como fundo de um lago e não para lavoura, o que independe de sua fertilidade. Em uma assembléia em Santa Helena, uma expropriada fez a seguinte pergunta: “pergunto aos homens de Itaipu se os peixes que vão se alimentar nas terras de primeira serão mais gordos dos que vão se alimentar nas terras de segunda”. Outro argumento usado pelos agricultores era o de que o pagamento de impostos sobre a terra era igual para terra branca e terra vermelha, assim não havia razão para existir este critério de classificação.

Na realidade, o que acontece é que a Itaipu segue as leis capitalistas da renda da terra, principalmente da renda diferencial, o que é contestado pelos colonos que ao argumentarem que a terra adquirida vai ser usada para ser

fundo do lago e sua fertilidade ou localização não vai influir em nada, estão contestando a lógica da lei capitalista de renda da terra utilizada pela Itaipu;

c) Itaipu não entregava nem um documento ou laudo de avaliação.

Apesar de Itaipu dizer que fornecia laudo de avaliação, este, na realidade, não era entregue. Muitas vezes, a avaliação do imóvel era entregue em um “pedaço de papel de embrulho”. Conforme os colonos, era um negócio mal feito e de má-fé. O expropriado nunca sabia ao certo o quanto Itaipu estava oferecendo pela sua terra, sua casa, seu pomar e outras benfeitorias. Sempre que a empresa fornecia o preço médio por alqueire das terras,<sup>11</sup> computava o preço da terra e o preço das benfeitorias, apresentando, portanto, um valor médio considerado viciado, pois alqueire é uma medida de superfície;

d) As indenizações eram individuais e salteadas. Cada colono decidia e discutia individualmente com Itaipu se aceitava ou não a proposta apresentada, isto é, cada colono enfrentava individualmente a máquina montada pela Itaipu, o que o colocava, de saída, numa posição desfavorável. Como observa um presidente de sindicato: “Isso aí tem uma lógica, porque eles sabem que se os agricultores se reúnem, eles têm força. E assim eles também não são tatu, eles desarmam a força com isso”.

Além disso, Itaipu havia prometido iniciar as indenizações rio acima, porém:

Sem que até hoje se tenha explicação razoável, a Binacional adotou critérios diversos para proceder as desapropriações da área da futura represa. Assim, os primeiros a serem desapropriados são os proprietários de terras mais próximas da usina e que, portanto, serão inundadas logo no início. Depois os mais distantes, próximo ao Município de Guaíra, 200 km acima de Foz do Iguaçu.<sup>12</sup>

Portanto, ao processo de negociação individual, somou-se o fato de que as indenizações eram salteadas, dificultando a organização por comunidades e resultando em vários casos de “esquecidos”.<sup>13</sup> “Acontece que a Itaipu começou a indenizar salteado, pegando os menores proprietários e quebrando a união do povo”, observou um colono, e mais, “a Itaipu é muito esperta e não paga parêlo, vão pagando salteado e enfraquecendo o pessoal, porque cada um espera que na sua vez Itaipu pague melhor”;

e) Os posseiros não estavam recebendo nada pelas terras. Os colonos que não possuíam Escritura Pública de Compra e Venda registrada estavam sendo indenizados apenas pelas benfeitorias existentes no imóvel e pelos benefícios (destocamento, mecanização etc.), pela terra nada recebiam.

Embora Itaipu afirme se preocupar pela regularização destas terras para posteriormente indenizá-las, o que se verificou foi que um grande número de posseiros foram e ainda estão sendo indenizados somente pelas benfeitorias. Diz um posseiro:

Recebi somente da benfeitoria e o benefício da terra. [...] Há 18 anos moro nesta terra e nunca assinei contrato com ninguém e os impostos sempre paguei, e em todas as reuniões, eles, do Itaipu, falavam que nós posseiros ia ganhar o 50 por cento das terras e não recebemos nem um cruzeiro das terras apenas da benfeitoria e eu tinha 7 alqueires e eles nos assustavam se nós não aceitávamos eles falavam que o juiz vinha acertar e o preço era o mesmo [...]

f) Eram feitas pressões para aceitação das propostas.

Fui obrigado a aceitar a proposta pelos seguintes motivos: a) toda a população da vila estava sendo obrigada a sair, de modo que eu ficaria sozinho e sem recursos, sem estabelecimento comercial em que comprar e vender; b) os representantes da Itaipu faziam pressão, dizendo que se alguém não aceitasse eles entregariam a questão à justiça; c) aqueles que não aceitavam a proposta, Itaipu demorou para retomar com nova proposta, enquanto isto as outras terras ficaram subindo de preço, devido a isto assinaram no desespero; e d) o medo de ter que mexer com a justiça e não ter terra pra comprar depois levou muita gente a assinar a proposta.

O fato de nenhum expropriado ter recorrido à justiça, um direito que eles tinham, caso não concordassem com a proposta, é uma tecla que Itaipu gosta de bater para provar que o processo indenizatório é pacífico, justo e amigável. Acontece que, para os agricultores, o fato de seu processo ser decidido judicialmente se apresentava muito mais como uma ameaça do que como um direito, pois conhecem a morosidade da justiça, além da necessidade de “ajustá” um advogado: “E quando falava em justiça, já dava um tremelique e ele já passava a assinatura nem que levasse meia hora pra assiná o nome”. Itaipu, numa reunião com os expropriados, ao mesmo tempo que ameaçava colocar os processos na justiça, declarava, num desabafo, que “...seria uma injustiça pôr estes processos na justiça;”<sup>14</sup>

g) Na medição feita pela Itaipu, eram descontados os rios e estradas:

Uma outra fraude gravíssima que ocorre com a Itaipu, Itaipu desconta o rio quando o terreno encosta no rio, desconta a metade do rio; quando encosta no arroio desconta a metade do arroio, desconta até esta rodovia aqui [...] A Companhia (colonizadora) nos vendeu o rio, vendeu o arroio, e a Itaipu desconta isso na área da terra. Se existe uma Escritura Pública de Compra e Venda com uma determinada área de terra de 12 alqueires, como é que a Itaipu vai pagá 10 alqueires pro homem?

Além de descontar os rios e estradas que influi na renda diferencial, havia outro problema referente à medição: Itaipu fazia a medição da área, caso esta fosse superior à constante na escritura, permanecia valendo a da escritura. Caso fosse menor à da escritura, a medição que valia era a feita pela Itaipu. Isto é, sempre a medição menor era a que ficava registrada como sendo a área do imóvel.

Deve-se observar neste ponto que, além de Itaipu incorrer numa “fraude gravíssima”, como aponta o depoimento, ela incorre também numa singular

contradição, pois no item “b” ela segue a lógica da renda da terra, classificando as áreas a serem indenizadas segundo sua fertilidade, localização etc., e aqui despreza as condições naturais de produção apropriadas pelos ocupantes das terras.

h) A rede de eletrificação não era indenizada.

Muitas propriedades possuíam rede de eletrificação que não estava sendo incluída no valor da indenização. Ora, estas propriedades não só eram valorizadas pelo fato de terem luz elétrica como também estas redes tiveram um custo para seu proprietário. Itaipu, porém, se negava a pagar alegando que, apesar do expropriado ter gasto com sua instalação, esta rede pertence ao patrimônio da Companhia Paranaense de Eletrificação (COPEL) ou às Cooperativas de Eletrificação. Neste último caso, ao se desligar da cooperativa o expropriado receberia as cotas-partes referentes ao capital social.

i) Antes dos expropriados receberem o valor da indenização eram descontados os financiamentos que tivessem no banco.

O pagamento da indenização era feito através do Banco do Brasil S/A, com cheque cruzado a este Banco. Se o colono tivesse algum financiamento com este Banco, cuja garantia fosse a hipoteca da terra, uma vez que esta estava sendo alienada, o valor total do financiamento era descontado do montante que ele tinha de receber, independente do prazo para saldar o financiamento. Ele recebia somente o saldo restante desta operação.

Os expropriados eram vistos com bastante restrição por alguns bancos que se cercavam de todas as garantias para qualquer tipo de negócio. Assim, o Banco do Brasil S/A, agência de Medianeira, exigia, para celebração de qualquer tipo de contrato com pessoas que morassem nas imediações do futuro lago, que fosse apresentada a “certidão negativa de alagamento”, isto é, uma carta da Itaipu dizendo que a terra do indivíduo não estava localizada na área atingida...

j) As vilas eram indenizadas antes da área rural.

Isto trazia problemas para os colonos se abastecerem tanto de gêneros alimentícios e combustíveis como também de medicamentos e escola para seus filhos. Atuava com maior pressão para aceitarem logo a proposta apresentada pela Itaipu.

k) O remanescente da propriedade não é indenizado.

Muitas propriedades não serão totalmente alagadas, isto é, ficarão com uma área remanescente. Esta área remanescente só é indenizada pela Itaipu quando representa menos de 20% da área total da propriedade.

O problema, daí decorrente, é que muitas vezes a área restante é insuficiente para o colono permanecer nela. No caso das vilas e distritos, também haverá remanescentes de lotes urbanos, e muitos destes lotes, quando é a parte da frente a ser atingida, ficarão sem acesso.

l) Após o alagamento, várias vilas ficarão isoladas.

Algumas vilas serão parcialmente indenizadas e após o alagamento ficarão à margem do lago, sem possibilidade de sobreviver; é o caso dos distritos de Porto Mendes e de São José do Ocoí.

Um morador do Porto Mendes explica a questão:

A água não vai chegar até aqui, mas nós vamos ficar da forma de uma península, restarão só duas ruas aqui na vila. De 690 chácaras que existe aqui de loteamento, chamada zona suburbana, 460 dessas chácaras vão ser desapropriadas, [...] nós também não gostaríamos de sair, nós também construímos aqui, estamos aqui há mais de 20 anos, a gente gostaria de permanecer aqui, mas na verdade é que não vai ter possibilidade. Nós não teremos a quem comprá aqui [...] Hoje em dia se alguém quiser vender uma propriedade, mesmo que seja pela metade do valor não consegue.

m) Muitos são idosos e não têm mais condições de enfrentar a abertura de novas lavouras.

Como que esses velhos de cabeça branca – que já todas as energias que possuíam estão desgastadas na região – derruba mato, destoca. Hoje, que eles estão num pedacinho de terra destocado, tudo tranqüilo, não tem mais energia física pra enfrentar uma região como Mato Grosso. Então, onde é que fica a responsabilidade do governo e da Itaipu que não planejô a infra-estrutura pra pegá esse povo e larga numa região, já numa região boa? Que eu acho que o cidadão tem o direito de nos últimos dias de sua vida vivê ao aconchego de sua família e não ficá jogado como acontece.

Outro colono bastante idoso perguntou: “Então o que nós vamos fazer? Botar o chapéu lá pra cima e vamos morar embaixo, é a única coisa que nós temos pra fazer [...]”

n) Muitos não têm senão a opção da cidade como maneira de sobreviver.

A opção de ir para a cidade não é um atrativo para o colono, muito pelo contrário, é algo que o preocupa, pois representa uma ameaça à proletarização. No depoimento abaixo isso fica bastante evidente:

Ora, meu plano é assim, se eu não posso comprá terra, o que eu vô fazê? Deixá minha família passá miséria não posso. Se eu não posso comprá terra, pro mato também não posso ir, então quando vencê o prazo, se eu não pudé comprá um pedacinho de terra, então vô tê que dá um jeito de trabalhá de operário pra vê se consigo criá meus filhos. Agora se eu pudesse comprá um pedacinho de terra como eu tinha, daí a gente cria uma vaca de leite, uma galinha, um porco, vive mais folgado, porque trabalhá de operário ganhá um salariozinho, não vale a pena, só em última situação precária, daí o cara se obriga, mas pra ganhá um salariozinho de 4 ou 5 mil cruzeiros por mês pra quem tem família, e se é de pagá de pensão prá cima, onde é que o cara vai pará? E como diz o ditado, zero mata zero, quando chega no fim do mês fico devendo. Se a pessoa vai trabalhá de operário é só pra passá miséria mesmo, ainda mais se é só um pra trabalhá.

o) Não havia nenhuma preocupação por parte da Itaipu com relação ao reassentamento dos expropriados.

A forma de negociação adotada pela empresa foi a de “comprador para vendedor”. Isto é, Itaipu comprava a terra do colono e este, com o dinheiro recebido, tinha “liberdade” para escolher um lugar onde se instalar novamente. A única preocupação que a empresa demonstrou com relação ao reassentamento foi a de indicar, juntamente com o INCRA, uma relação de colonizadoras selecionadas e legais, isto é, que estavam “legalmente cadastradas” e com projetos aprovados pelo INCRA. Estas colonizadoras credenciadas, mais outras tantas sem credenciamento, ilegais e até colonizadoras “fantasmas” invadiram a região e, como disse um colono, pareciam “corvo em carniça”. Foram estas colonizadoras que deram, de certa maneira, um direcionamento no fluxo migratório provocado pela desapropriação, dirigindo-o, em sua maior parte, para Mato Grosso e Rondônia. No entanto, esta atitude não deve ser entendida como aparenta ser, isto é, como algo circunstancial, mas sim como fazendo parte da aplicação de uma estratégia política maior do Estado com respeito às colonizadoras.

Paralelamente à adoção das práticas reveladas nos quinze itens acima, continuava a propaganda intensiva, mostrando a importância da usina para o desenvolvimento do Brasil, o que implicava na necessidade do sacrifício dos colonos; indiretamente, quem não se dispusesse a este “sacrifício” corria o risco de não ser considerado patriota. A propaganda da grandiosidade da obra deixava os colonos bem pequenos. Diminuídos, predispondo-os a aceitarem os chamamentos da Itaipu para que confiassem nela. Abria-se um espaço para Itaipu atuar fazendo propostas com valores baixos e com critérios desconhecidos, não entregando documentação, descontando os rios e as estradas, não indenizando os remanescentes e nem a rede elétrica e não apresentando alternativas para o reassentamento. Sem deixar de lembrar o caso dos posseiros que não recebiam nada pela sua terra.

Porém, na medida que Itaipu agia na área, a população foi percebendo que ela se apresentava tal qual os jagunços que haviam enfrentado, tal qual um ladrão a quem tinham que entregar tudo o que haviam construído até então. Eles foram ficando cada vez mais preocupados diante da situação de ameaça; cada vez mais revoltados porque começavam a perceber o que significava – Itaipu para eles – Itaipu, e portanto o Estado, perdia a legitimidade entre os colonos. E esta perda de legitimidade deixava os colonos cada vez mais angustiados. Eles não podiam mais confiar nas palavras da Itaipu. Mas estes sentimentos não levavam a nada sem uma organização. Historicamente, os colonos haviam se organizado para enfrentar os poderosos na Revolução de Capanema, haviam se organizado para enfrentar e resistir aos jagunços nesta mesma terra que Itaipu estava tomando. E eles sabiam e sentiam que precisavam se organizar, ou melhor, precisavam de uma alternativa polí-

tica, precisavam de um elemento catalisador que propiciasse a organização e a emergência da resistência:

O povo está revoltado, mas infelizmente desunido, então, quando chega a vez de se unir, uma puxa pra um lado e outro pro outro. Muitos ainda têm medo da polícia, acham que é um bicho papão e do Exército e nunca se deve dizer nem uma palavra contra o governo e contra o Exército porque senão as represálias aparecem.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que existem em todos os municípios (com exceção de Foz do Iguaçu), se mostraram incapazes de ser este elemento. Isto é apontado como uma decorrência da própria legislação sindical, que transformou o sindicato em órgão de assistencialismo, fazendo com que as questões fundamentais dos trabalhadores, as questões referentes à terra não sejam por ele (ou nele) discutidas. Conforme declaração do presidente de um sindicato, que pode ser estendida a situação dos demais, um dos problemas da atuação desta entidade é a de que “a maioria procura o sindicato para assistencialismo. Não é sindicalismo, é um assistencialismo que nós temos [...] O sindicato foge de seu trabalho mesmo, que seria defender os interesses dos agricultores”.

O que podemos observar é que os argumentos apontados são corretos, porém não suficientes para explicar a ausência dos STR na organização da resistência dos expropriados. O STR sempre oscilou entre a cooptação e a representação. O fato de os sindicatos da área terem pouca ligação com suas bases pode ser melhor atribuída a uma atitude de cooptação, que ao assistencialismo referido.

Coube à CPT, que já estava desenvolvendo um trabalho na área, assumir a posição de elemento catalisador e se transformar aos poucos no principal aliado dos expropriados em seu confronto com Itaipu. No início “o povo ia lá (na Itaipu), reclamava e começava então uma mobilização toda, meio desordenada, ao mesmo tempo em que Itaipu avançava [...]”.<sup>15</sup> Em 19.04.78, o então Secretário da CPT-PR, Pastor Gernote Kirinus, depondo na CPI da Desparanização, na Assembléia Legislativa do Paraná, denunciou o clima de desespero e angústia dos agricultores com relação à Itaipu.

Denúncias eram levadas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e tentava-se pressionar através dos deputados da região, principalmente os deputados de oposição, para que fosse tomada alguma medida a respeito. Porém, levar estas denúncias ao Parlamento era importante, pois este poderia atuar como elemento de pressão, mas não era o suficiente e mesmo concretamente muito pouco estava adiantando. Os colonos sabiam disso:

Eu acho que para a gente conquistar alguma coisa hoje em dia já não basta a união do povo, é preciso lutar, mostrar essa união do povo, de uma maneira ou de outra [...]. Com lei ou sem lei a gente tem que mostrar, ou dentro da lei ou fora da lei, de um jeito ou de outro, o povo não mostrando sua força, não consegue nada.

E o povo começou a mostrar a sua força através do projeto “Arca de Noé”, da CPT-PR, que praticamente nasceu na comunidade evangélica do Porto Britânia, da Paróquia de Pato Bragado. O projeto “Arca de Noé”, iniciado em março de 1978, consistia, fundamentalmente, na formação de grupos de base entre a população a ser expropriada, para discutirem, mais sistematicamente, a situação que estavam enfrentando e pensarem em formas de se organizarem para defender seus direitos.

Foram formados 20 grupos de base nos municípios de São Miguel do Iguazu, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon. Todo o trabalho do “Arca de Noé”, de março a setembro, constituiu na organização e desenvolvimento destes grupos. As questões básicas levantadas em suas discussões referiam-se:

- a) à necessidade de conseguir um melhor preço para as terras; e
- b) que o governo passasse a se preocupar com o reassentamento dos expropriados.

Mas também de nada adiantaria somente levantar estas questões, estes grupos passaram a discutir também a organização dos atingidos pela Itaipu. A forma apresentada e aprovada para iniciar esta organização foi a de fazer uma grande reunião com todos os agricultores da margem esquerda do rio Paraná.

## Notas

<sup>1</sup> Ver anexo 2.3 — Folheto distribuído pela Itaipu.

<sup>2</sup> As primeiras indenizações foram feitas em 1974 na área destinada ao canteiro de obras e aos conjuntos habitacionais, em 1977 começaram as desapropriações na bacia.

<sup>3</sup> Itaipu justifica a demora na publicação do Decreto de Desapropriação dizendo que esta “não decorreu de fato imputável à Itaipu, mas, em razão da necessidade de regularização fundiária, pelo INCRA, de terras da Colônia “B” de Santa Helena e Sol de Maio, abrangendo os municípios de Santa Helena e São Miguel do Iguazu. O INCRA para efetuar a regularização mencionada necessitava desapropriar a área, não convindo à Itaipu obter o seu Decreto, pois dificultaria sua legitimação e deste modo a atitude adotada pela Itaipu visou interesse do próprio expropriado para que este pudesse receber integralmente a indenização”. – cf. ofício E/DG/0297/78, da ITAIPU BINACIONAL, endereçada à FETAEP.

Outro argumento apresentado foi o de que o decreto tem validade de 5 anos e provavelmente precisaria ser renovado. É o início de um “jogo de empurra” entre Itaipu e INCRA que vai persistir durante todo o conflito.

<sup>4</sup> Conforme Constituição da República Federativa do Brasil, (1946) art. 153 § 22 e art. 161 § 1º ao 5º.

<sup>5</sup> Isto aconteceu inicialmente no Distrito de Pato Bragado.

<sup>6</sup> Refere-se a “Linha Guarani” área de posse com conflito. Ver Anexo 3, Quadro 2, item 5 – Localização e Histórico.

<sup>7</sup> Refere-se a Dra. Mariza, do Departamento Jurídico de Itaipu, de quem os colonos não gostam: “Proseia mais que a mãe do sarampo! Não tem quem controlar aquela mulher, é advogada”.

<sup>8</sup> A CPT – Comissão Pastoral da Terra – órgão ligado à CNBB, foi criada em junho de 1975 e tem sede em Goiânia. Ver SALEM, Helena (coordenação). **A igreja dos oprimidos**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

<sup>9</sup> Conclusões da Conferência de Puebla – Texto Oficial. Edições Paulinas, 3ª edição, documento n. 362, p. 179.

<sup>10</sup> Projeto de Resolução n. 85, de 1979 (da CPI do Sistema Fundiário) – Diário do Congresso Nacional, 28.09.79, Brasília/DF, p.1251.

<sup>11</sup> Itaipu calcula o preço médio sobre as indenizações de toda a bacia.

<sup>12</sup> GOMES, José Laurentino. "Itaipu, grandeza e controvérsia". **Estado do Paraná**, 17.10.78.

<sup>13</sup> Em junho de 1980, quando foi feita a 1ª pesquisa de campo constatou-se a existência de vários casos de colonos que não tinham ainda sido visitados pela Itaipu e existiam, também, colonos que estavam praticamente sozinhos em uma região, onde seus vizinhos já tinham recebido a indenização e ido embora – eram os casos de "esquecidos".

<sup>14</sup> Diretor Jurídico da Itaipu Binacional, para a Comissão dos Agricultores, Cf. **Folha de Londrina** em 20.07.80.

<sup>15</sup> Depoimento de Gernote Kirinus.



“Se o país precisa  
de nosso sacrifício,  
nós exigimos  
justiça”



## Primeira Assembléia

Em setembro de 1978, o pastor Kurt Hatje, coordenador interino da CPT,<sup>1</sup> e pe. Valentim Dal Pazzo, de Santa Helena, distribuem carta “aos padres e pastores que têm comunidades à margem do rio Paraná, cujos membros terão que sair por causa das águas de Itaipu”. E anexam a esta, outra carta para ser entregue aos agricultores convidando-os para participarem de uma reunião no dia 16.10.1978, no pátio da Igreja Católica de Santa Helena, para tentarem, em conjunto, fazer alguma coisa face à situação em que estavam vivendo. Santa Helena foi escolhida por ser a

cidade geograficamente mais central da área atingida e também por concentrar o maior número de posseiros. O convite explicava também que estariam presentes representantes das igrejas Católica, Quadrangular do Brasil e Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).<sup>2</sup>

Na data marcada, aproximadamente 1.500 agricultores se reuniram em Santa Helena. Após um ato litúrgico, os agricultores se dividiram em pequenos grupos, de acordo com suas localidades de origem, para discutirem a sua situação e pensarem em soluções e encaminhamentos da luta.

Três perguntas orientaram a discussão: "1) Diga três ou quatro problemas em relação à Itaipu que fizeram você vir a esta Assembléia; 2) Como você gostaria que estes problemas fossem resolvidos; 3) Como podem ser levadas adiante estas sugestões."

O resultado das discussões dos grupos foi apresentado numa reunião plenária. Ao final dos trabalhos, a assembléia aprovou as seguintes resoluções: a) realizar um abaixo-assinado contendo os principais problemas e as propostas de soluções apresentadas pelos agricultores para serem entregues ao presidente da República em sua próxima visita a Foz do Iguaçu; b) continuar debatendo os problemas e, se necessário, realizar novas assembléias.

De acordo com a decisão da assembléia, elaborou-se um documento, com 1.008 assinaturas, a ser entregue ao então presidente Ernesto Geisel.<sup>3</sup>

O documento estava dividido em duas partes. Na primeira, havia uma lista de 23 itens sobre os problemas dos agricultores, a lista iniciava dizendo que "o preço da indenização das terras não é suficiente para se assentar em condições iguais às de hoje noutro lugar". Apontavam também como problema a falta de esclarecimento quanto ao modo de indenização, a classificação da terra, a situação dos posseiros, o fato de não terem sido consultados sobre a construção da usina, as transformações ecológicas que o lago acarretará, a situação dramática dos lavradores paraguaios, a situação das vilas e cidades que não serão indenizadas mas sofrerão as conseqüências e outros mais. Muitos dos itens vinham sob a forma de perguntas, o que sugere que um dos grandes problemas era a falta de informação.

Na segunda parte, os agricultores colocaram as suas reivindicações e iniciaram pedindo melhores preços para suas terras e preços iguais para todos os tipos de terra. Pediam indenização por comunidade; transferência das hipotecas para outros imóveis;<sup>4</sup> 50%, no mínimo, do valor da terra para os posseiros e reassentamento no Estado do Paraná em terras que possuísem as mesmas condições das que serão inundadas.

O presidente da República visitaria Foz do Iguaçu no dia 20 de outubro – na semana seguinte a da assembléia – para inaugurar solene e pomposamente, junto com as autoridades paraguaias, o canal de desvio do rio Paraná, ocasião em que os expropriados aproveitariam para lhe entregar o documento aprovado na assembléia de Santa Helena.

A abertura do canal de desvio do rio Paraná, através da implosão, por 55 toneladas de dinamite, significava mais do que uma etapa importante do cronograma da construção da “obra do século”, como estavam chamando os jornais. Significava também a oportunidade de transformar o evento num grande e festivo ato político, tendo sido considerado, inclusive, como “um gesto de afirmação política”.<sup>5</sup> Gesto que teria reflexos internos pois estávamos em período pré-eleitoral e a concretização deste fato poderia se reverter na forma de votos para os candidatos do governo e em forma de prestígio para o futuro presidente da República, general João Batista Figueiredo, que acompanhava o evento juntamente com ministros, embaixadores, prefeitos da região e outras autoridades; e teria ainda reflexos externos – em relação à Argentina que ainda continuava a criar embaraços em relação à obra.

Conforme falaria mais tarde o autor de *A taipa da Injustiça*, o “estardalhaço da implosão seria menos ruidoso que o encenado pelos protocolos da solenidade entre os chefes de estado”.<sup>6</sup>

Porém, se Itaipu estava querendo “tapar o sol com a peneira” e ignorar qual era o sentimento dos expropriados em relação ao que estava acontecendo, não conseguiu. O barulho da explosão das 55 toneladas de dinamite e dos brindes das autoridades não conseguiram silenciar a outra explosão que se iniciava – a explosão do sentimento de angústia e desespero dos expropriados. E, se por um lado, esta foi ouvida em Foz do Iguaçu como um som longínquo, não chegando a empanar a grandiosidade da festa, por outro não foi possível evitar que os jornais publicassem também o reverso da grandeza: a controvérsia.

Os expropriados foram antecipadamente informados de que o Presidente não os receberia. Por intermédio de D. Olívio Fazza, bispo de Foz do Iguaçu, foi marcada uma audiência com o Ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki. No dia 19, reuniram-se com o ministro a comissão jurídica de Itaipu e três religiosos - D. Olívio, pe. Valentin dal Pazzo e o pastor Werner Fuchs.<sup>7</sup>

Tanto o ministro como a comissão jurídica de Itaipu se manifestaram em relação ao conteúdo do documento dos agricultores da mesma maneira que se manifestariam sempre – isto é, com os mesmos argumentos – “que o governo e a diretoria de Itaipu têm procurado resolver o problema, obedecendo a critérios os mais justos possíveis e com todo o cuidado”; e que “o valor das terras desapropriadas até agora é considerado justo por Itaipu, tanto assim que nenhum dos desapropriados reclamou, até agora”. Conforme a Assessoria de Relações Públicas da Itaipu Binacional, “os entendimentos com os proprietários vêm sendo feitos de maneira sistemática e satisfatória” e o fato de já terem sido realizadas 400 desapropriações sem que ninguém tivesse apelado para a ação judicial já era apontado como uma questão de “honra” e da justiça da empresa. Esquecia-se, porém, que o decreto de desapropriação ainda não havia sido assinado, o que descaracterizava qualquer atitude do expropriado neste sentido.

Nesta mesma época, é publicado pela CPT um documento com o título “O Mausoléu do Faraó”, são 50 páginas de denúncia da situação dos agricultores, dos trabalhadores da obra e também dos problemas enfrentados pelo “sofrido país-irmão”, o Paraguai.

A divulgação deste documento na imprensa – principalmente o publicado na *Folha de S. Paulo* de 22.10.1978, sob o título “CNBB denuncia o medo em Itaipu, a cidade proibida”, marcou início de uma série de manifestações que se seguiriam, de parte da Itaipu e da CNBB. Considera-se tal fato bastante importante, pois, através destas manifestações, o problema vivido pelos agricultores extrapolou a área a ser alagada e veio a público a posição e atitude das partes, mostrando que a maior obra do século, antes de gerar energia, estava gerando muitos problemas sociais.

Em 29.10.1978, no mesmo jornal, é publicado uma matéria com o título “ITAIPU contesta CNBB”, na qual o chefe da Assessoria de Relações Públicas da Itaipu responde à série de questões levantadas no documento “O Mausoléu do Faraó”, não sem antes dizer que este documento “não traduz certamente a realidade” e “cujas apressadas e infundadas alegações a respeito das desapropriações são igualmente desprovidas de fundamentos”.<sup>8</sup>

Se a intenção de Itaipu era desmentir e desmoralizar a CPT perante a opinião pública, como diz o dito popular, o tiro saiu pela culatra, pois a CPT decidiu dar a palavra a quem de direito, para que os próprios atingidos externassem suas opiniões acerca das alegações constantes na nota de Itaipu. Assim, em 14.12.1978, a CPT, reunida em Cascavel, juntamente com a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz (CPJP) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), divulgou uma “Nota à Imprensa”, em resposta à Itaipu, onde os próprios colonos, através de depoimentos coletados em toda a região, falavam de seu drama e fundamentavam as suas preocupações. Além disso, a nota levantou as seguintes indagações:

- a) por que a cada novo acordo, fica mais difícil entender o critério de avaliação adotado?
- b) por que Itaipu não segue as etapas de desapropriação, anunciadas nos jornais, partindo do rio Paraná em direção ao interior?
- c) por que Itaipu quer economizar nas indenizações pagas às 8.000 famílias, se para tudo o mais ela possui verbas astronômicas?
- d) qual a causa da inexistência do decreto desapropriatório da área necessária ao reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu?

A nota encerra dizendo que:

A Comissão Pastoral da Terra, ligada à linha 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e em convênio com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), deseja, no cumprimento de sua ação pastoral, continuar o diálogo com a Itaipu Binacional. Nesta ação, coloca-se ao lado do agricultor e do menos favorecido, para concretização de uma sociedade mais humana e mais justa.<sup>9</sup>

Por que a CPT assumiu essa posição ao lado dos menos favorecidos?  
Quem explica é o pastor Werner Fuchs, secretário da CPT-PR:

O nosso interesse não é controlar um movimento dos agricultores, embora os estimulemos. Nosso objetivo é despertá-los para a solução de seus próprios problemas. Apenas no final do processo de conscientização, nós entramos com nossa participação física, que é dar voz às reivindicações por eles apresentadas. [...] Não entendemos como alguém que vai na frente, ou que puxa o barco, ou que, como herói, vai lutar em lugar do povo. Nós entendemos que todos devem acompanhar esse trabalho, pois se trata de um trabalho coletivo, um trabalho de equipe. E nós estamos aí para dar ânimo ao agricultor para que ele mesmo faça sua reivindicação, mas de forma pacífica. Estamos preparados para uma caminhada muito longa.<sup>10</sup>

Esta posição assumida pela Igreja, não de mediadora mas declaradamente ao lado dos menos favorecidos, incomodava Itaipu que dizia que quem atrapalhava o seu trabalho eram os políticos de oposição e a CPT, que não queriam compreender os benefícios da obra.

Outro grupo também começava a se organizar paralelamente à CPT e a protestar pelo preço pago pela Itaipu; um grupo de agricultores, de Marechal Cândido Rondon, que ameaçava processar Itaipu pelo baixo preço que esta oferecia pela indenização de suas terras. Para iniciar o processo o grupo contratou os serviços de três advogados, sendo um deles de São Paulo e especialista em desapropriações. Pretendiam incluir também a questão dos lucros decrescentes para ser discutida pela Itaipu. Foram feitas algumas reuniões com os advogados e expropriados. A CPT também foi convidada a participar e, embora a solução procurada por esta fosse uma solução que servisse a todos, não deixou de reconhecer a validade dos esclarecimentos dados pelos advogados. Mas para que algo fosse encaminhado neste sentido era necessário que o decreto de desapropriação da área estivesse assinado.

Este grupo não era muito expressivo, mas tinha sua importância por ser, na maioria, formado por membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), inclusive o ex-prefeito do Município, evidenciando uma ruptura no bloco político dominante. Importante ainda ressaltar que se trata de pequeno e isolado grupo que procura trazer a CPT para sua ação, contribuindo de certo modo para a ação mais global dos colonos.

No início de 1979, Itaipu concedeu um aumento de 40% no valor das indenizações (de 60 mil para 87 mil o preço médio), mas fez questão de frisar que este aumento não era resultado da pressão dos agricultores, mas sim da justiça da Itaipu em acompanhar os preços de mercado. Porém, os agricultores não só entenderam este aumento como fruto de sua pressão, como alguém do valor justo, que atualmente está na casa de Cr\$ 120.000,00".<sup>11</sup> A prova disto era a resistência dos colonos, em assinar os acordos. Grande parte dos que aceitavam negociar o faziam "acuados pela crise financeira em função da

frustração da safra e de excesso de dívidas junto aos bancos oficiais e particulares".<sup>12</sup>

Ao mesmo tempo, a CPT denunciou o "Projeto Fundiário do Paraná", órgão do INCRA, com sede em Cascavel, de estar prejudicando cerca de 1.800 posseiros da área ao retardar a regularização de suas terras.

Neste período, o STR de São Miguel do Iguazu encaminhou à Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná (FETAEP) denúncias da atuação da Itaipu e do INCRA referente aos 350 colonos do Projeto integrado de Colonização do Ocoí (PIC-OCOI)<sup>13</sup> que se viram ameaçados de não receberem nenhuma indenização pelo alagamento de suas terras.

Paralelo a isto, outro fato acontecia: as agências do Banco do Brasil S/A não estavam liberando o parcelamento dos empréstimos solicitados pelos agricultores, alegando que suas terras seriam todas inundadas. Para liberação desta parcela o Banco estava exigindo uma "Certidão Negativa de Alagamento" fornecida pela Itaipu. Após a intervenção da CPT, Itaipu forneceu às agências do Banco do Brasil uma circular informando a área a ser inundada.

A situação de conflito aumentava em toda a região. E também crescia a organização dos expropriados.

Os STRs da região se engajavam na luta e a convite da FETAEP reuniram-se no dia 16.12.1979, na cidade de Marechal Cândido Rondon. Estavam presentes representantes dos STR dos municípios atingidos, líderes rurais, a CPT, parlamentares, autoridades locais e a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná (CPJP), que também se integrava à luta. O engajamento dos STR na luta, que vinha sendo orientada basicamente pela CPT, representa um marco do movimento. Os STRs são pressionados pelo movimento social local e também pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

O saldo desta reunião foi um documento que expunha os problemas básicos enfrentados pelo expropriado e suas reivindicações, e a convocação de uma nova assembléia, para o dia 7 de abril, em Santa Helena.

A exemplo da assembléia anterior, foi distribuída a convocação; porém, desta vez, a CPT não atuava mais sozinha, a convocação era feita por todas as entidades presentes na reunião. A palavra de ordem da convocação era "Unidos, os pequenos são fortes contra Itaipu".

O avanço em relação à convocação anterior era que desta vez acompanhava um documento para ser lido, estudado e discutido pelos expropriados. E convidava também para que participassem das reuniões promovidas pelos sindicatos, pelas paróquias ou capelas, para melhor prepararem a assembléia.

Na reunião do dia 16.02, ficou decidido que se convidaria o general Costa Cavalcanti para participar da assembléia em Santa Helena. O convite foi formalizado pela FETAEP, juntamente com CPT e CPJP, mas foi gentilmente recusado pelo convidado, sob a alegação de que "talvez fosse mais conveni-

ente e proveitoso um diálogo com V. Exa. e demais signatários do documento, acompanhado de alguns líderes agricultores, que receberíamos em Foz do Iguaçu em data a ser de comum acordo marcada”.<sup>14</sup> Conforme o jornal *O Estado do Paraná*, de 08.04.1979, o general Costa Cavalcanti teria dito também que “uma assembléia acaba se transformando em comício”.

Quinta-feira  
Dia 5 de junho  
15 14 horas  
Grande consen-  
tração do povo  
desta região na  
igreja de Flacóia  
Estará presente D. José  
Brandão de Castro, Bispo  
de Itapúa, Sergeipe.  
Vamos exigir melhor preço  
nas indenizações. Escolas  
não querem, mas um preço  
justo. Ninguém deve faltar.

## Segunda Assembléia

No dia marcado, 07.04.1979, aconteceu a II Assembléia de Santa Helena. Mais de 2 mil agricultores se reuniram no Estádio dos Incas, naquela cidade. Não estavam presentes o general Costa Cavalcanti e nenhum representante do INCRA. Porém, estavam presentes todas as entidades que convocaram a assembléia – FETAEP, CPT, CPJP e STRs da região – mais D. Olívio Fazza, bispo de Foz do Iguaçu, D. Domingos Wisniewski, bispo de Curitiba, e Francisco Urbano, secretário-geral da CONTAG, além de parlamentares, sendo que “da situação só

apareceu um deputado da região, que era de Foz do Iguaçu, só foi no palco, o fotógrafo dele tirou a foto assim, no meio do pessoal e saiu depois no jornal da região, mais nada, ele nem falou”.

A assembléia desenvolveu-se com o pronunciamento dos representantes das entidades, depoimentos dos agricultores e discussão do documento elaborado na reunião de Marechal Cândido Rondon e distribuído junto com a convocação.

Os depoimentos dos agricultores manifestavam como preocupação principal os baixos preços pagos pela Itaipu e a incerteza quanto ao seu reassentamento. O reassentamento dos expropriados em território paranaense foi a bandeira hasteada com bastante ênfase nesta assembléia. O deputado estadual Gernote Kirinus manifestou-se dizendo que “não podemos deixar que nossos colonos partam para outros estados, quando aqui mesmo temos terras em condições de reassentá-los”.<sup>15</sup> O vice-presidente da FETAEP, Agostinho Bukowski, fez um pronunciamento no sentido de que “o Governo precisa ter coragem de desapropriar também os grandes latifúndios e não apenas as terras de colonos pobres”.<sup>16</sup>

Não bastasse o drama dos agricultores do território brasileiro, o lavrador Carlos Mundestock, representando 40 famílias que moram em Porto Salsa, no Paraguai, também levou o seu manifesto à assembléia: “Nós queremos voltar para o Brasil. Nossa área vai ser inundada e até agora não temos certeza de nada”.<sup>17</sup>

O rosário de pronunciamentos dramáticos fez com que D. Olívio Fazza afirmasse que “Itaipu perdeu sua glória às custas do sacrifício do agricultor”.<sup>18</sup>

Mas as denúncias não se dirigiam só à Itaipu. A atuação do INCRA também apresentava-se como um problema ao agricultor, na medida em que o processo de titulação das 1.800 propriedades se arrastava morosamente e na medida em que este órgão, como responsável pela colonização e reforma agrária em nosso país, nada fazia pelo reassentamento dos colonos. Um agricultor perguntou: “Eu ouço sempre falar no INCRA, mas não vi ele fazer nada até hoje. Onde está esse órgão?”<sup>19</sup>

Ao final da assembléia, estava discutido e aprovado o documento “Terras no Paraná e Indenização Justa”.<sup>20</sup> Constam neste documento várias reivindicações, das quais destacam-se as seguintes:

a) que a Itaipu Binacional, o INCRA e o ITC assumam o compromisso de reassentar os agricultores atingidos (proprietários, parceiros, arrendatários e assalariados) no próprio Estado do Paraná, implantando um programa de reforma agrária e excluindo a interferência de imobiliárias e colonizadoras;

b) preço mínimo de Cr\$ 100.000,00 para terra nua e reajuste conforme ORTN;

- c) indenização e reassentamento conjuntos por comunidade;
- d) que o INCRA proceda à imediata regularização das terras ocupadas por posseiros.

Como saldo positivo para a organização dos expropriados, foi formada uma “Comissão de Coordenação e Representação” composta por um representante da FETAEP, um da CPT, um da CPJP, dos STRs da região e de dois agricultores de cada município atingido. “Esta comissão está formada com dois objetivos: primeiro de coordenar todo este trabalho de base, bem como de reencaminhar as reivindicações às autoridades e o contato com o presidente Costa Cavalcanti”.<sup>21</sup>

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná havia enviado ao ministro das Minas e Energia, a pedido de alguns deputados, cópia do documento de Marechal Cândido Rondon, de 16.02.79, ratificado na assembléia de 07.04.1979.

Em 11.04.1979, a Itaipu Binacional, a pedido daquele ministro, responde à Assembléia Legislativa.<sup>22</sup> As reivindicações constantes do documento são analisadas e respondidas uma a uma. É interessante reproduzir algumas das respostas, na medida em que bem esclarecem o pensamento e a atitude da empresa.

A primeira reivindicação do documento já tinha sido atendida, referia-se à assinatura do Decreto de Desapropriação da área do reservatório. O Decreto, declarando a área de utilidade pública para fins de desapropriação, foi aprovado no dia 10 de março de 1979, sob nº 83.225. Quanto à segunda reivindicação, de pagamento de Cr\$ 100.000,00 por alqueire de terra nua, a empresa responde que:

É necessário convir que a Itaipu paga seu preço à vista e as negociações do mercado imobiliário são realizadas a prazo, de um a dois anos para pagamento. Acresça-se, também, que apesar de receber a indenização, o expropriado não precisa desocupar de imediato sua gleba, podendo nela permanecer até 1981, e a entidade binacional fornece ainda cartas de anuência aos bancos para financiamento dos plantios. Além do mais, o expropriado pode retirar as benfeitorias do imóvel indenizado.<sup>23</sup>

A resposta dada à reivindicação de reassentamento dos agricultores no Estado do Paraná, através de um programa de reforma agrária, demonstra, com bastante clareza, a política adotada pela empresa em relação ao reassentamento. A empresa argumentava:

Que o agricultor recebe da Itaipu indenização integral por sua propriedade, e que é livre para adquirir outras terras onde lhe aprouver, considerando também que mais de 50% das áreas que serão inundadas têm mais de 10 ha, havendo uma latente necessidade de expansão por parte de seus respectivos proprietários, a entidade binacional, juntamente com o INCRA, selecionou empresas colonizadoras idôneas, proprietárias de áreas cadastradas, demarcadas, com estradas aber-

tas e infra-estrutura implantada, para oferecer terras aos agricultores expropriados.<sup>24</sup>

Muitos dos expropriados compraram terras no Paraná, outros preferem ir para Mato Grosso, *sendo certo que o expropriado tem liberdade de escolha.*<sup>25</sup>

Em relação à crítica feita ao modelo de colonização privada, a posição da Itaipu é a seguinte:

Partindo do pressuposto que existem algumas alternativas para se realizar um reassentamento, procurou-se analisar, cada uma delas, à luz de sua conveniência e possibilidade.

A primeira alternativa seria a separação de uma área com 400.000 ha., que tivesse infra-estrutura, com estradas, centros comerciais, demarcada e que abrigasse os expropriados da área do reservatório, cerca de 6.000 proprietários. Segundo informação do INCRA, haveria disponibilidade de grande áreas em Rondônia e Altamira, mas que não possuíam infra-estrutura, nem estavam demarcadas, enfim eram áreas brutas, com todo um trabalho de projeto de colonização a ser executado. Além da impossibilidade de deslocar famílias para essas regiões, por falta total de condições, *haveria o inconveniente de ser oferecido ao agricultor uma única opção, que poderia não ser a dele*, mesmo que o projeto estivesse implantado. A solução por um projeto único, de reassentamento dirigido, foi, pelas razões expostas, abandonada.

No Paraná, que seria a alternativa ideal, o INCRA não tinha terras suficientes e disponíveis para o reassentamento, e eventuais áreas maiores em poder de particular estavam comprometidas com programas de reflorestamento, em terras de qualidade inferior, acidentadas, não próprias para a agricultura.<sup>26</sup>

Restava examinar o problema do reassentamento sob o *ângulo de orientação ao expropriado, ficando este com a livre escolha da área, em região que melhor lhe conviesse.*

Daí a idéia de selecionar colonizadoras idôneas, com projetos implantados, com infra-estrutura montada, para ofertarem suas terras aos agricultores, *com uma entre várias opções que o expropriado disponha.*<sup>27</sup>

O Diretor Jurídico da Itaipu Binacional esclarece mais a questão quando diz que:

Antes de escolher um modelo de reassentamento para Itaipu, analisamos o que já foi feito no gênero no Brasil. E constatamos que o exemplo de Sobradinho, onde os lavradores foram obrigados a se mudar para um local pré-determinado, não nos serviria. *Optamos, então, pela forma de negócio de comprador para vendedor, para não ficarmos eternamente vinculados com os reassentados.*<sup>28</sup>

Em 03.05.1979, reuniam-se em Marechal Cândido Rondon a Comissão de Coordenação e Representação dos Agricultores escolhida na última assembléia, e divulgavam a "Carta Aberta nº 1", onde reafirmavam as posições tomadas naquela assembléia e denunciavam que Itaipu prosseguia pressio-

nando os colonos para assinarem acordos de venda de terras abaixo dos preços reivindicados e levantavam a questão de que alguns conseguiram receber rapidamente o pagamento pela venda de suas terras, enquanto outros demoraram mais de 60 dias. Denunciavam também a prática das colonizadoras que trocam terras a serem desapropriadas pela Itaipu por outras em Mato Grosso, na proporção de 1 por 10 alqueires.

Pouco tempo depois, em 08.05.1979, três expropriados depunham na Comissão de Terras e Migração da Assembléia Legislativa, presidida pelo deputado Gernote Kirinus. Embora o documento que a Itaipu dirigiu à Assembléia Legislativa afirme que “tudo o que for possível realizar em benefício do expropriado está sendo feito, dando a este o tratamento humano e cristão que merece”, os depoimentos dos agricultores Benjamin Leffler, Arlindo Cornelius e Arnildo Schmidt contestaram este tratamento e denunciaram sérias arbitrariedades de Itaipu.

Se, por um lado, os protestos manifestados pelos expropriados em suas assembléias, reuniões e depoimentos permitiam que viesse à tona a real face da Itaipu, esta, por outro lado, precisava estar sempre coberta por véus, não para preservar sua beleza, mas para que sua feiura não assustasse seus possíveis pares. A imagem da Itaipu precisava ser preservada e a única maneira de preservá-la era escondendo-a, embora seu diretor-presidente, Costa Cavalcanti, garantisse que nada tinha a esconder: “Trarei os deputados aqui porque acho que está havendo exploração política, nada temos a esconder, principalmente se lembrarmos que nos últimos três meses deste ano, desapropriamos 700 propriedades, completando duas mil desapropriações sem qualquer contestação na justiça”.<sup>29</sup>

Assim, a comitiva de deputados, convidada pela Itaipu para visitar as obras, foi gentilmente recebida pelo general Costa Cavalcanti, que muito bem soube explicar a grandiosidade e necessidade da obra. O que disse foi completado ou reforçado por projeção cinematográfica. A obra, para a qual os deputados não tinham, como representantes eleitos pelo povo, nem discutido nem dado parecer, foi visitada e admirada. O cronograma não permitiu, entretanto, que se discutisse a questão dos expropriados... e mesmo poucos eram os deputados interessados em fazê-lo.

Em 08.06.1979, o jornal *O Estado do Paraná* publicou “outra queixa contra Itaipu” e denunciou o drama de cerca de mil pessoas integrantes de colônias de pescadores que viviam na margem esquerda do rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Porto Mendes. A construção do canal de desvio impedia que os peixes subissem o rio e, conseqüentemente, eles não tinham o que pescar. A nota terminava dizendo:

Como eram pescadores profissionais, e foram prejudicados, tentaram compensação por parte da Binacional. Para serenar a situação, a empresa admitiu alguns dos

*mais exaltados, mas mesmo assim é um mero paliativo. Foram contratados como operários comuns*".<sup>30</sup>

A reunião da Comissão de Coordenação e Representação dos Agricultores atingidos com a Itaipu Binacional, que estava sendo "ensaiada" desde fevereiro, foi realizada em 22 de junho de 1979. Dias antes da realização da reunião, Costa Cavalcanti havia dado uma entrevista à imprensa onde dizia:

Eu acho que o colono sofre com isso, mas a Itaipu não pode pagar por essa terra além do preço que ela vale. Afinal de contas, a Itaipu está sendo construída com empréstimos, não do governo do Brasil, mas de instituições financeiras.

*Nós queremos construir Itaipu o mais barato possível e não poderíamos pagar pela terra além do preço que ela vale. Mesmo porque, se a Itaipu for a preços maiores, quem vai pagar por isso será o consumidor. A Itaipu procura pagar o preço justo. Eu não digo que nós sejamos perfeitos [...]*<sup>31</sup>

Outras pessoas também deram entrevistas à imprensa dias antes da reunião, entre as quais os bispos D. Olívio Fazza, de Foz do Iguaçu, D. Agostinho, de Palmas, e D. Geraldo Magela, de Toledo. D. Agostinho denuncia o modelo econômico que contraria os direitos do homem, posiciona-se a favor de uma reforma agrária e considera que não há superpopulação que obrigue o povo a emigrar, começando sempre um novo ciclo, após 15 ou 20 anos num lugar, como é o caso de Itaipu, onde a terra foi melhorada e agora é tomada.<sup>32</sup> Esta posição da Igreja, em perfeita sintonia com as preconizações de Puebla, representa uma pressão sobre Itaipu e em especial sobre o INCRA, no sentido de reforçar a reivindicação dos agricultores de uma reforma agrária no Paraná.

Após 3 horas e meia de reunião, o que os agricultores conseguiram foi uma série de promessas por parte da Itaipu, que se comprometeu em fornecer uma segunda via do laudo de avaliação da terra; em agilizar os pagamentos após a feitura do acordo; a regularização quase integral de 1.500 posseiros e, para os demais, estudar uma forma para que tenham a mesma situação dos que têm terra regularizada.

A "sensibilidade" da Itaipu manifestava-se no sentido de oferecer um dado novo quanto à questão do reassentamento. O reassentamento, como já mencionamos, vinha sendo orientado pelas colonizadoras particulares que ofereciam terras na área da chamada Amazônia Legal. Diante da reivindicação dos agricultores de permanecerem no Paraná e das pressões para que o INCRA assumisse sua função e fizesse uma reforma agrária no Estado do Paraná, Itaipu assumiu uma nova estratégia e se encarregou de indicar áreas à venda no Estado do Paraná. Nesta reunião, os sindicatos se comprometeram também a oferecer uma relação de áreas de terras à venda.

Esta idéia foi o embrião da "Bolsa Agrária" em que Itaipu, de forma muito inteligente, envolvia a FETAEP e os STRs numa questão que lhe cabia, junto com o INCRA, resolver. A Bolsa Agrária foi oficialmente criada em 07

de agosto de 1979, em Curitiba, em uma reunião com a presença da FETAEP, CPT, CPJP, STR, INCRA, ITC, do diretor jurídico da Itaipu Binacional e de representantes dos expropriados.

Todas essas organizações deveriam participar da Bolsa, planejada pelo ITC e adotada também pela coordenadoria regional do INCRA. A idéia básica era a utilização da estrutura do ITC, que, através de seus quinze escritórios regionais no Estado, encaminharia para seu escritório em Cascavel a relação das áreas à venda no Paraná, que pudessem interessar aos desapropriados que desejassem permanecer no Estado. Conforme Joaquim Severino, presidente do ITC: “Nós encaminharíamos todas as oportunidades para o escritório de Cascavel, dando uma lista de opções, onde o agricultor encontraria essas terras, os preços, situação dominial, aptidão, facilitando o seu reassentamento”.<sup>33</sup> A possibilidade de o governo atender à reivindicação de desapropriar áreas dos latifúndios improdutivos para o reassentamento dos expropriados foi descartada pelo presidente do ITC: “Não existe e não deve existir, pois temos que respeitar a propriedade privada. Aí exigir que o latifundiário venda parte de sua terra para que seja subdividida, estaríamos fazendo uma reforma agrária”.<sup>34</sup>

“Reforma Agrária no Paraná” era o que pedia a bandeira hasteada pela CPT e FETAEP, mas não foram capazes de sustentá-la, pois a população, conforme declaração de Gernote Kirinus:

Ainda meio escaldada, do tempo do grupo dos 11, no Rio Grande do Sul, não estava preparada para absorver essa tese, de pressionar neste sentido, acho que o grupo está a nível das reivindicações imediatas e pra calar a boca dos que queriam Reforma Agrária se criou a Bolsa Agrária.<sup>35</sup>

Essas instituições, ao embarcarem nesta “canoa furada”, ao invés de tentarem abrir um precedente histórico em termos de reassentamento de população expulsa compulsoriamente, transformaram-se, juntamente com Itaipu, INCRA e ITC, em “agentes imobiliários” inexperientes, fazendo frente a bem montadas colonizadoras e imobiliárias que já atuavam na área com bastante agressividade.

A FETAEP, através de seu presidente, considerou a Bolsa Agrária “um paliativo que, embora não satisfaça de todo às nossas reivindicações, é melhor que nada”.<sup>36</sup> A Bolsa Agrária, como era de se prever, não funcionou no sentido de orientar o expropriado para a compra de áreas no Paraná, pois não houve transação alguma, atuou no sentido de aliviar a pressão sobre o INCRA para que este fizesse uma reforma agrária ou que este órgão assumisse a questão do reassentamento.

De qualquer maneira, Itaipu apresentou dados onde prova que uma grande parcela de expropriados, maior inclusive do que o previsto, estava conseguindo reassentar-se no Paraná. Isto para Itaipu era o demonstrativo que a

empresa estava pagando um preço “tão justo” que permitia que os indenizados adquirissem terras no Paraná.

Os dados da Itaipu podem ser considerados corretos, porém a interpretação não o é. Se os dados mostram que os indenizados estão conseguindo permanecer no Paraná, é por outra razão que não o preço justo pago por esta empresa, conforme as declarações a seguir:

Realmente muita gente está se reassentando nas mediações dentro do Estado do Paraná, mas em cima de áreas de pessoas que estão indo para Rondônia, quer dizer, fazendo apenas uma substituição, a migração, digamos assim, não foi cessada. Mas por que há esta substituição? Por que as frustrações de safra, da estiagem nos últimos anos coloca principalmente o agricultor menor numa situação difícil de carência de dinheiro imediato. Quer dizer, os indenizados têm, até certo aspecto, uma vantagem sobre aqueles, por que eles têm um poder de barganha e têm poder de compra.

Teve muita gente que iludiu-se com o problema de Mato Grosso, então em Margarida (área não atingida) teve gente que vendeu a terra pra ir pro Mato Grosso, vendeu pra esses daqui (para os expropriados), mas mais ou menos no seguinte preço: nesse setor da Itaipu na base de 80 mil cruzeiros e compravam a 120, 130; agora acerta com Itaipu por 108 e paga em Margarida, Marechal Rondon, na região, a 200, 250. [...] Então a senhora vê, esse homem não empobreceu com essa transação que fez com Itaipu?

A maior parte destas transações em que ocorre o que se pode chamar de emigração por “tabela” – o expropriado adquire terras no Paraná e o que lhe vendeu é que emigra – e mediada pelas colonizadoras que atuam na área, algumas com aval de Itaipu. Isto faz com que o fluxo migratório para as novas frentes não seja interrompido. As declarações a seguir ilustram como isto é feito:

As colonizadoras procuram eles primeiro, (os expropriados), mas como não está interessado em se deslocar para Rondônia, então elas mesmo conseguem através de seu sistema de picaretagem. Os vendedores sabem que lá tem um sujeito que está a fim de ir, então fazem a proposta, aquele sujeito vai e o daqui compra lá. Que aquele outro não podia, não tinha condições de comprar, mas com o dinheiro do outro vendendo sua propriedade, mas normalmente eles trocam por propriedades menores. Quer dizer quem tem aí 8 alqueires consegue 4 na região, mas prefere ficar na região do que se deslocar para Rondônia ou para outros lugares, enquanto que o outro com 4 alqueires que ele vendeu já não vê possibilidade de expansão, então prefere se deslocar. Então está havendo uma substituição, um rodízio, mas a migração é uma conseqüência, ela continua tendo, e a expulsão está sendo caracterizada no fator esse de Itaipu e a baixa indenização.

Além de perceberem como se dava e quais as conseqüências do processo de indenização na área de Itaipu, os expropriados tinham informações

também do que estava acontecendo na área do reservatório da Usina de Salto Santiago, no próprio Estado do Paraná, que estavam prestes a fechar a represa e ainda muita gente não havia sido indenizada.

O fato de Itaipu ter dito que até fins de 1978 todos estariam indenizados e de já estarem quase no fim de 1979 e isto não ter acontecido preocupava os colonos. Não seria nem fantasia e nem absurdo eles fazerem uma projeção do que estava acontecendo em Salto Santiago para o seu futuro próximo.

A morosidade do processo de indenização por parte da Itaipu encontrava dois fortes empecilhos: um era que os colonos recusavam-se a entregar a terra à empresa, alegando que o preço era injusto, e outro, complementar, era que os colonos quase não aceitavam acordos depois de setembro, pois os preços estavam congelados e eles aguardavam o aumento previsto para janeiro.

A morosidade da Itaipu somava-se à do INCRA que estava bastante atrasado na retitulação de Gleba Sol de Maio, área de posse desapropriada por este órgão para fins de regularização fundiária.<sup>37</sup> A medição aérea foi cedida pela Itaipu ao INCRA, que prometera entregar os títulos a todos os 1.200 ocupantes da gleba até agosto, mas em dezembro de 1979 a promessa não tinha sido cumprida. Quando os expropriados iam reclamar no INCRA sobre a demora dos títulos, eram mandados à Itaipu e esta mandava-os novamente ao INCRA; como dizia o pastor Werner Fuchs, eram enviados de “Pôncio a Pilatos”.<sup>38</sup>

Outro fato que concorria para agravar mais a situação dos expropriados era a demora do pagamento dos que já haviam assinado o acordo. Alguns aguardavam há mais de 60 dias para receber o pagamento “à vista” da Itaipu! A urgência do expropriado em receber, na maioria dos casos, se justificava pelo fato de que haviam assumido compromissos com colonizadoras, haviam reservado uma área de terras que gostariam de adquirir e como garantia da negociação haviam dado um “sinal”. Com a demora do pagamento por parte da Itaipu, ele estava sujeito, além de perder a oportunidade de comprar a terra que havia lhe agradado, de perder também a quantia que tinha dado como garantia.

A situação dos que possuíam chácaras nos arredores das cidades também era preocupante. Estas chácaras eram pequenas, mas bastante valorizadas, principalmente pela sua localização. Acontece que muitos possuem mais de uma chacara para ser indenizada, só que Itaipu, ao invés de indenizar todas de uma só vez, ia indenizando parceladamente, o que impedia que o expropriado se estabelecesse em outro lugar, antes de ter sido indenizado por todos os seus imóveis.

O mesmo ocorria com qualquer um que tivesse mais de uma área de terra; uma era indenizada e outra não. Como o valor de indenização não dava para comprar outras terras, ele ficava “amarrado” e o preço da terra subindo

cada vez mais. É o que se lê num jornal da época: “Enquanto aguardam a morosa indenização, com preços congelados, vêem a terra valorizando em outras áreas e as chances de se fixarem nelas diminuindo dia-a-dia, o que faz aumentar o desespero e a impaciência”.<sup>39</sup>

Desta maneira, não tinha mais fundamento a justificativa dada pela Itaipu para não pagar o “lucro cessante” conforme reivindicavam os colonos que teriam que parar de produzir para realizar seu reassentamento. Além da Itaipu argumentar que esta figura jurídica não se aplicava a tal caso, dizia também que os colonos teriam permissão para explorar o imóvel mesmo depois de expropriado, até 1981, e aplicar o dinheiro da indenização na nova propriedade adquirida. Mas isto não se apresentava como vantagem para os colonos, pois entrava 1980 e a grande maioria não tinha recebido ainda sua indenização.

E mais, os colonos que haviam assinado o acordo com Itaipu, muitos sob pressão, passaram a sofrer outro tipo de coação:

Acontece o seguinte, quando o camarada estava na véspera de receber, o camarada não estava sabendo que ia receber a proposta, já era visitado por todos os picaretas dos colonizadores do Mato Grosso. Então esses camaradas aparecem e o pessoal dos bancos também visitava esses agricultores, andavam se cruzando esse pessoal dos bancos de Marechal Rondon, pra pegá aquele dinheirinho pra depósito. Mas os picaretas das terras eram mais violentos, ou já estavam, não sei de qual maneira, se já estavam sabendo quando saía a proposta, então já estavam aqui na casa do agricultor: “não, porque voa, vai receber tua proposta logo, porque nós vamos para o Mato Grosso”. Embarcavam juntos, lá faziam o contrato mais ou menos nos seguintes termos de fazê o pagamento depois que recebesse da Itaipu, então os picaretas já estavam sabendo mais ou menos quando e que iam recebe. Então chegava no Mato Grosso, recebia mais uma prensazinha e acabava assinando o contrato lá, que não tinha condições de cumprir, ou então se pudesse cumprir saía daqui sem nem um centavo pra chegá lá no Mato Grosso.

A situação criada era a seguinte:

A senhora pensa bem, pagá 370 mil quase 380 lá, que nós compramos 30 alqueires de terra, mas puro mato: lá na cidade da Sinop, e o que sobrô pra nós aqui de 402 mil? vocês fazem a conta agora, e mais mudanças e tudo que a gente vai e o comestível [...] como e que a gente vai saí? [...] se esse ano a safra vai sê boa, se Deus livre que seja boa que não dê uma seca de novo, que a gente possa saí com um dinheirinho, né? Mas e a mudança daí, que vai saí a base de uns 60 mil? Depois chega lá puro mato, olha que isso é triste: [...] A senhora pensa, olha com 11 filhos e nós dois velhos onde é que nós vamos se metê?

Enfim, o passar dos dias fazia aumentar ainda mais a situação de angústia e a desinformação só podia provocar uma situação de insegurança para os expropriados.

No dia 19.04.1980, a liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena, os membros da CPT e da CPJP do Paraná, juntamente com alguns agricultores e D. Olívio Fazza, bispo de Foz do Iguaçu, mantiveram uma audiência com o Departamento Jurídico da Itaipu Binacional. Na pauta da reunião estava a cobrança das promessas feitas pela Itaipu e o pedido de explicação de certos procedimentos, num total de oito itens:

a) sobre a cópia oficial do laudo de avaliação para os expropriados: promessa feita por Costa Cavalcanti em 22.06.79 e não cumprida;

b) sobre a indenização dos posseiros, no mínimo de 50% sobre o valor da terra nua mais o valor das benfeitorias, prometida pela Itaipu em 29.03.79 e não cumprida;

c) sobre os critérios de diferença de medição;

d) sobre o valor da terra nua reivindicado em 07.04.80 a Cr\$ 100.000,00 por alqueire, reajustado mensalmente de acordo com as variações das ORTNS, o que já elevava o preço a Cr\$ 160.000,00, e não Cr\$ 105.000,00, como Itaipu estava pagando;

e) sobre os prazos, pois de acordo com o ritmo da indenização prevista até o fim de 1981, quando os agricultores deveriam desocupar suas áreas, cerca de 1.500 propriedades ainda não teriam sido indenizadas;

f) sobre as discriminações entre os remanescentes, na medida em que Itaipu adquiria alguns remanescentes e outros não;

g) sobre Itaipu não indenizar totalmente uma área, uma localidade, e deixar alguns proprietários esquecidos;

h) sobre o funcionamento da Bolsa Agrária – ITC.

Conforme o relatório da reunião, elaborado pela CPT, as explicações fornecidas pelo diretor jurídico da Itaipu não eram convincentes e, em alguns aspectos, eram realmente alarmantes. Segundo o relatório, o ritmo das indenizações só seria aumentado se Itaipu atualizasse mensalmente os valores das terras e das benfeitorias. Constava ainda que, no lado paraguaio, cerca de 900 propriedades (70% em mãos de brasileiros) aguardavam melhores definições sobre a sua situação.

Em 27.05.1980, o deputado Gernote Kirinus fez um pronunciamento na Assembléia Legislativa do Estado sobre “Itaipu – a pedra que canta”, onde detalha a problemática enfrentada pelos colonos do Extremo-Oeste do Paraná. Conforme diz Juvêncio Mazzarollo: “Custa ao povo e ao deputado admitir, mas, infelizmente, parece que os problemas podem entrar na Assembléia Legislativa, mas as soluções jamais vêm de lá”.<sup>40</sup>

Se o pronunciamento do deputado Kirinus não obteve o resultado que esperava, a outra atitude tomada por ele, em conjunto com outros deputados do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a CPT, foi de grande importância ao movimento de resistência dos expropriados – o convite feito a D. José Brandão, bispo de Propriá (SE), para conhecer a região.

D. José Brandão havia feito um depoimento, com Gernote Kirinus, na CPI da Terra, em Brasília (1977), e era presidente da CPT Norte 3. D. José percorreu a região durante 5 dias e foram organizadas reuniões em todas as comunidades. A atitude de D. José foi a de conhecer melhor os problemas da região – e neste sentido pedia aos presentes para contarem sobre a situação que estavam vivendo – e mostrar quais foram as posições de outras pessoas que estiveram em situação semelhante. O religioso conhecera a experiência dos atingidos pela barragem de Sobradinho, a luta que estava sendo levada na área da construção da barragem de Itaparica e a situação do vale do Betume.

Mas, apesar da violência dos fatos, o seu relato trazia uma dose de esperança – o povo estava se organizando para resistir. D. José falou da experiência desta organização, falou da importância dos sindicatos, da CPT e da divulgação das lutas e denúncias das injustiças. E transmitiu o lema de luta levantado em Itaparica, onde o povo estava sendo tirado da beira do rio e jogado no meio do sertão: A bandeira levantada inicialmente foi a de: “Terra por Terra” e depois “Terra por terra à margem do lago”.

Na reunião de Itacorá, ele encerrou seu pronunciamento dizendo:

Como conclusão do caso que eu contei, eu diria a vocês que continuem cada vez mais unidos e, vamos dizer francamente, não pensem que vocês estarão tratando com amigos, vocês, sofredores, estão tratando com funcionários que devem defender os interesses da Companhia e do governo, não os interesses de vocês. Por mais duro que seja dizer isto, eu preciso dizer; estes organismos oficiais, eles querem executar o programa do governo, sabem falar muito bem tudo o que vai acontecer para que o povo abaixe a cabeça e aceite. A gente não pode deixar de contatar estes organismos, a gente não pode deixar de procurá-los, mas a gente tem que exigir que eles cumpram a obrigação que lhes foi confiada, por isto que eles existem. E o caso de vocês é um caso muito sério, que não pode ser protelado indefinidamente; então, união, porque sem união vocês não vencerão.<sup>41</sup>

Nesta época da visita de D. José, estava sendo passado um abaixo-assinado “para mostrar à Itaipu que não é a Pastoral da Terra que está falando, mas nós mesmos”. O documento dizia o seguinte:

Nós, abaixo-assinados, atingidos pelo futuro reservatório da hidrelétrica de Itaipu e ainda não indenizados, vendo aproximar-se cada vez mais o prazo para desocuparmos nossas terras, exigimos dos órgãos governamentais e da entidade binacional: a) mais rapidez na titulação de nossas terras pelo INCRA e na efetuação das propostas e dos respectivos pagamentos pela Itaipu; b) preço mínimo de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros) por alqueire de terra nua e aumento proporcional para áreas urbanas; c) esclarecimentos mais completos e corretos sobre a retitulação, a desapropriação e o reassentamento. (Oeste do Paraná, junho de 1980).

Os termos do abaixo-assinado foram postos em discussão e as pessoas se pronunciavam a respeito. Um agricultor disse:

O meu palpite pessoal, a minha idéia, é a seguinte: vamos tocar este abaixo-assinado, depois deste vamos fazer um abaixo-assinado de apoio, em toda a diocese; o pessoal vai nos apoiar. E se ainda não adiantar, eu gostaria de saber quem é que está disposto a fechar a BR-277 que levante a mão! (os presentes levantaram e aplaudiram entusiasmados). Nós vamos resolver do dia para a noite, não tem mais advogado! (aplausos). O governo brasileiro não tem coragem de matar uma pessoa e muito menos 20 ou 30 ou 100 ou 200 agricultores que estão ali. Ali é que é a nossa força: (aplausos) e não na mão dos advogados para esperar 5 ou 10 anos para resolver: (aplausos). O que os colonos gaúchos conseguiram? O que eles conseguiram com a exportação do soja, não foi barrando as estradas? Não tinha mais nem um barrigudinho lá em Brasília que gritô contra, foi a voz do povo que gritô! Alí é que está a nossa força!

Vamos levar esta idéia para Santa Helena e vamos combinar uma hora e uma data, um local para nos encontrar lá na BR-277 e vamos trancar aquela porcaria ou pelo menos o cimento que eles vão levar de Paranaguá a Itaipu, quero ver se isto não vai ter um fim. Então sim eles vão reconhecer onde é que está nossa força! Não vai ser com batalha, não. Vai ser com nossa força. Não precisamos levar nem canivete, é o nosso peito, o nosso coração que vai do lado esquerdo, e se tiver coragem eles que atirem, ninguém vai ter coragem de atirar.

O abaixo-assinado, contendo 1.120 assinaturas, foi encaminhado em 23.06.1980 à Itaipu Binacional e ao INCRA através do CPT. No ofício que o acompanhava, a CPT esclarecia que o

Abaixo-assinado foi realizado por iniciativa de agricultores do futuro reservatório, acompanhados pelo STR da região [...] e como órgão de Igreja preocupado com soluções justas e harmoniosas para a classe rural, precisamos acrescentar, outrossim, que as reivindicações constantes no abaixo-assinado constituem expressão ainda bastante moderada do espírito de angústia e revolta constatável entre a população atingida.

O pastor Werner Fuchs declarava aos jornais que o abaixo-assinado fora feito para “evitar a violência e acalmar o pessoal que já está desesperado”.<sup>42</sup> Mas a Itaipu e o INCRA não só não deram atenção ao alerta da CPT como também ignoraram totalmente o abaixo-assinado, numa atitude de descaso para uma situação de desespero que eles estavam originando.

A FETAEP marcou uma reunião para o dia 01.07.80, em São Miguel do Iguçu, com todos os STRs da área em conflito. Estes, por sua vez, reuniam os expropriados de sua jurisdição para levar a sua opinião para o encontro. Na reunião realizada pelo STR de Guáira, algumas pessoas demonstravam ainda ter confiança no governo: “Itaipu é o governo, não vai soltar a gente assim[...]”.

Mas os fatos levantados na reunião não permitiam mais que esta confiança tivesse fundamento. As pessoas que moravam na barranca do rio, os pescadores, ainda não tinham recebido proposta. Das 400 propriedades que teriam que ser indenizadas no município, só foram indenizadas 63! E mais, os proprietários estavam sendo indenizados como posseiros.

Quando o presidente do sindicato perguntou aos presentes para onde eles estavam pensando ir, a opinião foi unânime, queriam ficar na região: “Se Itaipu não desapropriasse, este povo morria em cima da terra”. Observaram-se na reunião duas tendências quanto ao reassentamento: uma, das pessoas que estariam dispostas a ir para Rondônia (pelo INCRA) ou ao Mato Grosso, porque não tinham condições de se estabelecer na região: “Este dinheirinho que está saindo não dá pra ninguém se colocar aqui”; a outra é das pessoas que vão receber tão pouco que não têm condições de sair: “Sou obrigado a ficar encostado por aqui, porque não tenho condições de fazer a mudança”.

Em 01.07.80, conforme havia sido marcado, foi realizada a reunião dos STRs da região com a FETAEP; estavam presentes também a CPT e CPJP.

No início da reunião, um agricultor manifestou-se, dizendo: “Tenho quase uma certeza que o governo não sabe o que está acontecendo com nós, eu confio no governo e também tenho fé no sindicato”! Mas, como na reunião de Guaíra, nesta também os presentes foram levantando e dando seu depoimento, sua opinião, mostrando que era cada vez mais impossível confiar no governo.

O problema mais recente levantado na reunião foi o do reflorestamento: toda a área marginal ao lago, numa faixa que varia de 100 a 500 m, dependendo do lugar, seria reflorestada. O ITC – Instituto de Terras e Cartografia, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado, e que está encarregado deste reflorestamento, para adiantar o trabalho já havia começado a plantação. Esta atitude do ITC estava criando os seguintes problemas: um é que muitas propriedades não estão indenizadas: “O ITC entrou reflorestando, quando minha terra não foi indenizada, nem proposta tem, vou pegar o trator e não vou respeitar”; outro diz que “lá em casa entraram para pedir licença para plantar a linha e eu não deixei, agi certo?”.

O outro problema surgido com relação ao reflorestamento é em relação às fazendas. Conforme depoimento de um agricultor, na fazenda Maria Amélia (500 ha, 25 famílias, 175 pessoas), do Dr. Petrônio Stamato Reiff, de São Paulo, arrendaram-se terras, e quem arrendou dele, subarrendou a outros, alguns com contrato, outros só “bocalmente”. O arrendatário deu autorização para o ITC reflorestar, mas quem está trabalhando na terra não quer, eles têm contrato até o fim de 81. Doze famílias de Maria Amélia trancaram o reflorestamento, mas umas 11 famílias ficaram sem terra.

Além destas situações mencionadas “a linha de plantação está muito em cima da divisa, vai dar sombra, a sombra vai atrapalhar [...]”.

Os problemas com a medição continuavam:

Para encaminhar a proposta, Itaipu pede o documento da terra, mas porque não aceita a medição do documento? Se eu vou vender esta terra, vou vender conforme a escritura e eu já paguei imposto sobre toda a área. Entrei lá justamente por causa da água, queria um tipo de terra com água e agora me vem esta!

Mas para outro agricultor “o problema maior é o preço, com este preço eu não compro metade do que tenho, minha família e eu trabalhamos uma vida toda e agora?”.

Como se disse anteriormente, os problemas continuavam a ser basicamente os mesmos, com o agravante de que o “pessoal que está por último é cada vez menos gente, como vão se ligar?”. Um dos presentes dizia mais, que “este negócio de reunião, não sei até onde chega [...]” e outro completou dizendo que “só vai haver justiça na hora da pressão”.

Se os colonos tinham fortes razões para desconfiar da atitude da Itaipu, agora eles não tinham mais dúvidas. Era preciso fazer alguma coisa urgente para não morrerem calados – “Quem morre calado é sapo debaixo do pé do boi”.

## Notas

<sup>1</sup> Pastor Gernote Kirinus licenciou-se do pastorado e desvinculou-se da secretaria da CPT-PR. Enquanto seu sucessor, o pastor Werner Fuchs, não havia assumido, respondia interinamente por essa secretaria o pastor Kurt Hatje.

<sup>2</sup> Ver anexo 2.4 – convite para a 1ª Assembléia.

<sup>3</sup> Ver anexo 2.5 – Documento Final da 1ª Assembléia.

<sup>4</sup> Única reivindicação atendida. Itaipu entrou em contato com o Banco do Brasil S/A e este passou a dar um prazo de 30 dias, desde o recebimento da indenização, para transferir a hipoteca ao novo terreno adquirido.

<sup>5</sup> **O Estado do Paraná**, 17.10.78.

<sup>6</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**, Comissão Pastoral da Terra (CPT). Secretariado Regional do Paraná, novembro de 1980, p. 27.

<sup>7</sup> A Comissão Coordenadora dos Agricultores não pôde ser avisada a tempo de estar presente na reunião.

<sup>8</sup> **Folha de S. Paulo**, 29.10.78.

<sup>9</sup> “Colonos respondem à Itaipu” – Doc. CPT-PR.

<sup>10</sup> **Jornal Rondon-Hoje** de 05.12.78, *apud* “A taipa da injustiça”, p. 21.

<sup>11</sup> Agostinho Bukowski, vice-presidente da FETAEP, in **Jornal do Brasil** de 31.01.79.

<sup>12</sup> **Folha de Londrina**, 16.02.79.

<sup>13</sup> Ver no anexo 3, Quadro 2, item 11. Localização e histórico do PIC-OCOI.

<sup>14</sup> Conforme correspondência da Itaipu Binacional – E/OG/ 0180/79, de 27.03.79, enviada à FETAEP.

<sup>15</sup> **Folha de Londrina**, 10.04.79.

<sup>16</sup> *Idem*.

<sup>17</sup> **O Estado de São Paulo**, 08.04.79.

<sup>18</sup> *Idem*.

<sup>19</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. *op. cit.*, p.34.

<sup>20</sup> Ver anexo 2.6 – “Terras no Paraná. Indenização justa”

<sup>21</sup> Depoimento dos Agricultores na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em 08.05.79.

<sup>22</sup> Correspondência da Itaipu Binacional sob nº E/DG/0221/99 de 11.04.79, Rio de Janeiro, endereçada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Correspondência de igual teor foi encaminhada à FETAEP.

- <sup>23</sup> Idem.
- <sup>24</sup> Ver anexo 2.7 – Relação das colonizadoras cadastradas e 2.8 – Aviso de Itaipu aos agricultores.
- <sup>25</sup> Correspondência da Itaipu Binacional *op cit.* (Grifo da autora).
- <sup>26</sup> Este argumento foi derrubado pelo ITC, como se verá na parte final deste capítulo.
- <sup>27</sup> Idem, correspondência da Itaipu Binacional *op cit.* (Grifo da autora).
- <sup>28</sup> **Folha de S. Paulo**, 03.06.79 - (Grifo da autora).
- <sup>29</sup> **O Estado de São Paulo**, 18.05.79.
- <sup>30</sup> **O Estado do Paraná**, 08.06.79 (Grifo da autora).
- <sup>31</sup> **Jornal Hoje** de 29.05 a 04.06.79 (Grifo da autora).
- <sup>32</sup> Cf. **Correio de Notícias**, 21.06.79.
- <sup>33</sup> **O Paraná**, 13.07.78.
- <sup>34</sup> Idem (grifo da autora).
- <sup>35</sup> Depoimento de Gernote Kirinus à autora.
- <sup>36</sup> **O Estado de São Paulo**, 08.08.78.
- <sup>37</sup> Ver anexo 3, Quadro 1, item 8 – Localização e histórico da gleba Sol de Maio (Imóvel Rio Paraná).
- <sup>38</sup> Doc. CPT-PR – Situação das terras e dos lavradores do Paraná, Dezembro/79.
- <sup>39</sup> **Gazeta do Povo**, de 25.10.79.
- <sup>40</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio, *op. cit.*, p. 44.
- <sup>41</sup> D. José Brandão em Itacorá, 05.06.80 (Gravado pela autora em pesquisa de campo).
- <sup>42</sup> **O Estado do Paraná**, 25.06.80



“Não basta  
a união do povo,  
é preciso lutar”



• “eu entrei na linha São Paulo  
• a mais de dez anos atrás  
• eu comprei 3 alqueires de terra  
• até comprei de um rapais  
• era tudo mato e capuerão  
• isto não esqueço nunca mais  
• mas de enfrentar tudo isto  
• eu tinha coraje e fui capaís...

• .....  
• aora que a terra é boa  
• que ela é toda mecanizada  
• aí é os outros que tão mantando  
• e eu não manto mais nada  
• é eles que tão fazendo o preço  
• e tão regulando com a terra tobrada  
• porque a terra melhor do Brasil  
• vai ficar toda alacada

• .....  
• tanto que sofri neste mundo  
• para ganhar este pedacinho de chão  
• para dar escola as crianças  
• e não deixar faltar pão  
• agora eu não manto nada  
• e outros são os mantão  
• querem me deixar na rua  
• ou mandarme la pro sertão”

• .....  
•



## Movimento Justiça e Terra

No dia 11 de julho de 1980, foi realizada uma reunião com as lideranças da região e o pastor Werner Fuchs da CPT. O assunto discutido não apresentava em si nenhuma novidade: de todos os locais, as reclamações em relação à Itaipu e ao INCRA eram uma constante. O tempo corria e a hora de terem que sair da terra estava cada vez mais perto. A insegurança que pesava sobre as pessoas em relação ao futuro de suas famílias era desesperadora: das 6 mil propriedades rurais e mil propriedades urbanas, Itaipu havia desapropriado cerca de 60% e prometia que até junho de 1981 estaria com todo o trabalho concluído.

Dentre as que faltavam ser desapropriadas, aproximadamente 1.300 aguardavam documentação do INCRA. E continuava o jogo de empurra: Itaipu não indenizava porque o INCRA não fornecia os títulos; e o INCRA dizia que não fornecia os títulos porque Itaipu não estava fornecendo as plantas topográficas. Nas áreas de posse, onde não havia interferência do INCRA (onde o INCRA não vai titular), não estava sendo respeitado o direito dos posseiros e nem as promessas feitas pela Itaipu de pagar 50% do valor da terra nua; os posseiros só estavam recebendo pelas benfeitorias e benefícios. Para os proprietários, pagava 105 mil cruzeiros o alqueire para terras que, em função de boa safra, poderiam ser vendidas até 300 mil cruzeiros o alqueire. Havia algo mais em comum entre os expropriados do que a angústia, a incerteza e o desespero: era o forte sentimento de que tinham direitos que não estavam sendo observados. E o sentimento de que mereciam e iam exigir justiça e terra.

Eles sabiam também que não iam manter esta ânsia de justiça entre quatro paredes e, para as conseqüências serem favoráveis, seria bom que explodisse de forma organizada. Mas era preciso explodir, mostrar para o mundo o que estava custando para eles a construção da maior usina hidrelétrica do mundo. A pressão era a única forma que sensibilizaria os poderosos da Itaipu. O abaixo-assinado era o último recurso antes de apelar para outras medidas e não tinham recebido nenhuma resposta.

As idéias do que fazer eram muitas; há algum tempo as lideranças discutiam isso em suas comunidades. Uma delas era a de interditar a BR-277, mas acharam estrategicamente melhor cercar o escritório da Itaipu em Santa Helena por tantos dias quanto fosse necessário. Os agricultores de perto viriam com a família e permaneceriam acampados no local, em barracas de lona; os que não pudessem acampar, ficariam durante o dia se revezando.

Chovia muito no dia da reunião decisória e o dia marcado para “cercar” o escritório era 14 de julho, três dias após. Surgiu a dúvida de “como estará o tempo na segunda-feira, vamos esperar ou arriscar?” Um dos agricultores ponderou que “já havia chovido bastante e segundo seus cálculos na segunda-feira iria iniciar uma secazinha [...] podiam marcar a data”. Estabelecida a data, passaram a discutir o encaminhamento e a organização do movimento.

Seriam feitas faixas a respeito da situação e cartazes para colocação nos carros, casas de comércio e locais públicos. Seria instalado um serviço de alto-falante. Uma ou duas pessoas ficariam encarregadas do mesmo e a este teriam acesso somente pessoas previamente autorizadas. Pessoas de fora do movimento não falaria, a não ser sob a forma de entrevista feita pelos agricultores. A parte da higiene também foi lembrada, seria solicitado à Prefeitura que instalasse banheiros no local. Para as refeições, seriam montados pequenos grupos que fariam sua própria comida. O movimento era pacífico, e a Comissão estabeleceu que não deveriam levar bebidas alcoólicas, e no seu lugar tomar chimarrão, para evitar qualquer descontrole.

Não levariam armas de fogo e nem aceitariam provocações. Se houvesse repressão por parte do Exército ou da polícia e o pessoal fosse dispersado, o local para uma nova reunião seria a praça defronte à Igreja Católica. Foi escolhida uma equipe como porta-voz dos agricultores, mas sem poder de fazer acordos, as decisões seriam tomadas em assembléia. Elaborou-se um comunicado oficial “Ao povo, ao Governo e à Itaipu”.<sup>1</sup>

O Movimento foi todo organizado na surdina, mas no domingo a notícia se espalhava de boca em boca, embora muitos ainda duvidassem que o movimento fosse ocorrer.

Na segunda-feira – dia 14 de julho – por volta das 7 horas da manhã, os agricultores foram chegando de todas as ruas que dão acesso ao escritório da Itaipu em Santa Helena. Conforme havia sido previsto, o tempo estava bom. Os funcionários da Itaipu e o Prefeito da cidade já se encontravam no local desde as 5:30 horas da manhã – dizem que eles haviam sido avisados através de um telefonema anônimo. O pessoal foi chegando, desenrolando as faixas, instalando a aparelhagem de som em cima da carroceria de um caminhão. Trancaram a rua com tratores, caminhões e reboques. Uma faixa foi colocada no portão do escritório onde uma corrente foi amarrada com um sentido simbólico.

As reivindicações que constavam no comunicado “Ao povo, ao Governo e à Itaipu” eram as seguintes:

- a) reajuste de 100% nos preços da indenização e também para os indenizados que ainda não receberam o cheque;
- b) correção cada 90 dias;
- c) recebimento do cheque no máximo em 15 dias;
- d) indenização das redes elétricas;
- e) terras no Paraná;
- f) maior rapidez por parte do INCRA.

Cantou-se o Hino Nacional e, em seguida, Marcelo Barth, agricultor de Itacorá, leu o discurso de abertura, dirigido “aos amigos e companheiros de sofrimento”.<sup>2</sup>

Estava iniciado o “Movimento Justiça e Terra”. As emissoras de rádio da região deram logo a notícia e convocaram os colonos. Muitos deles, que já estavam indo para a roça, deixaram a enxada de lado e mudaram o seu rumo: o caminho neste dia seria para Santa Helena, era lá que eles tinham que trabalhar. E por muitos dias, este seria o caminho a ser feito por muitas pessoas daquela região. No começo, eram apenas 150 agricultores. O prefeito não acreditava que o movimento tivesse maior repercussão e aconselhava os colonos para que fossem para suas casas. Mas eles não foram e outros vieram e, já no início da tarde, havia cerca de 800 agricultores concentrados.

A aparelhagem de som foi logo batizada de “Rádio Justiça, operando na Rua da Injustiça com 8 mil homens de força”, numa alusão às 8 mil famílias indenizadas.

A corrente colocada simbolicamente no portão do escritório foi retirada a pedido do prefeito de Santa Helena e foi permitida a entrada apenas de funcionários.

Naquela mesma manhã, o presidente da FETAEP – Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná – ficou sabendo dos acontecimentos de Santa Helena, por telefone, e “orientou os dirigentes de seis sindicatos rurais da região para se incorporarem ao movimento e que procurem apaziguar os ânimos dos mais exaltados”.<sup>3</sup>

O Movimento contava com o apoio da CPT – Comissão Pastoral da Terra – através de seus representantes, pastor Werner Fuchs e do pe. Valentin Dall Pozzo, da Paróquia de Santa Helena. Em Curitiba, a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz – CPJP do Paraná – também se solidarizava com o movimento e seu presidente, o advogado Wagner D’Angelis, tentava contatar com as autoridades da capital. Vários deputados estaduais estavam em Santa Helena, a maioria do PMDB. O único deputado do PDS presente, segundo declarações, tentava junto com o prefeito encampar o movimento. Mas os agricultores não se enganavam mais tão facilmente...

A “Rádio Justiça” funcionava como canal de informação, discussão, organização e diversão: sanfoneiros e trovadores se revezavam para divertir os presentes, o tema era um só – Itaipu – e a palavra de ordem: “Justiça e Terra”. Milhares de folhetos já estavam espalhados por todos os lugares com esta palavra de ordem.

O Movimento era pacífico e foi pacificamente que esperaram – apesar de muitos se mostrarem exaltados – a vinda dos representantes da Itaipu até Santa Helena.

Os assessores jurídicos chegaram em Santa Helena às 14 horas para entrar em contato com os agricultores. Foi realizada uma reunião com os representantes da Itaipu, dos agricultores, da CPT, o prefeito de Santa Helena e deputados estaduais.

Enquanto a reunião ocorria, do lado de fora os agricultores, concentrados, aguardavam ansiosos alguma notícia. De vez em quando um dos presentes saía ou mandava um bilhete relatando em que pé estava a discussão para que os que estavam fora pudessem acompanhar também. A sua manifestação servia de estímulo aos companheiros, pois ora viaavam a Itaipu, ora gritavam “Justiça e Terra”.

Parte das reivindicações dizia respeito à Itaipu e seu representante dizia que a empresa estava pagando 130 mil cruzeiros por alqueire e, com um recente reajuste, os valores se aproximavam de 140 mil, “além do que, temos em atividade uma equipe que faz o levantamento dos preços de mercado de terras e atualizamos as indenizações sempre de acordo com o mercado”.<sup>4</sup>

A reivindicação de aumento de 100% sobre o valor das terras foi considerada por Paulo Cunha, assessor jurídico da Itaipu, “inviável, porque isto superaria os próprios preços de mercado”.<sup>5</sup>

Uma das reivindicações pedia maior rapidez por parte do INCRA. Paulo Cunha “lavou as mãos da Itaipu” e culpou este órgão pela demora nos processos, mas garantiu que até outubro tudo deverá estar solucionado. Enquanto isso, o advogado do INCRA declarava para o Jornal O Estado de São Paulo que “de nada adianta a reunião dos agricultores porque a realidade não vai mudar em nada”.<sup>6</sup>

Após quase 7 horas de negociações, a reunião terminou sem que nada tivesse sido decidido, pois o enviado da Itaipu não tinha poderes e não podia assumir nenhum compromisso sem antes consultar os “altos escalões” da empresa. Uma nova reunião foi marcada para o dia seguinte, 15.07.80, às 14 horas.

Os agricultores não arredaram pé do espaço conquistado; com suas baracas já armadas, fogueiras, muito chimarrão e churrasco, estavam decididos a não sair dali enquanto as suas reivindicações não fossem atendidas. Um destacamento da Polícia de Cascavel vigiava o local e conforme seu comandante tinha capacidade para dispersar a concentração em 10 minutos. Os colonos diziam que o Exército de Foz do Iguaçu estava acampado perto dali e pronto para interferir, se fosse necessário. Mas entre os policiais também havia os que se mostravam simpáticos ao movimento e, inclusive, alguns deles eram filhos ou parentes de expropriados que estavam acampados. Um deles, residente em Itacorá, também seria expropriado. Quando tirava a farda, participava da concentração e das rodas de chimarrão.

No dia 15, mais uma exigência foi acrescentada à lista de reivindicações: “que o prazo de ficar na terra desapropriada seja até 31 de maio de 1982, para podermos produzir mais uma safra de soja e milho para nossas famílias e para o Brasil” e que a resposta a estas exigências deviam ser dadas por escrito pela Itaipu.

Os agricultores concentrados exigiram a presença, no local, do gal. Costa Cavalcanti, presidente da Empresa “para dialogar com quem decide e para que ele sinta de perto o drama enfrentado pelos agricultores da região”. No entanto, o general Costa Cavalcanti não se deslocou até Santa Helena. A reunião deste dia entre a Itaipu e a Comissão dos representantes dos agricultores foi realizada somente com a presença do diretor jurídico adjunto e durou aproximadamente 6 horas. Itaipu havia aceito quase todas as reivindicações dos agricultores:

- a) quanto à correção trimestral de tabela de preços, Itaipu se comprometeu a reajustá-la a cada 120 dias com base nos índices da ORTN;
- b) comprometeu-se, desde que o expropriado tivesse entregue toda a documentação, a efetuar o pagamento no prazo de 15 dias;
- c) no que se refere às redes elétricas, Itaipu afirmou que seriam indenizadas após entendimentos entre proprietário rural, cooperativa e COPEL;
- d) referente à reivindicação de terras no Paraná, Itaipu informou que o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, reatuará

o programa de Bolsa Agrária. A relação dos imóveis disponíveis à venda seria semanalmente repassada à Itaipu, aos sindicatos de trabalhadores rurais e à Comissão Pastoral de Terra para divulgação junto aos colonos;

e) quanto ao pedido de rapidez por parte do INCRA, na titulação das terras desapropriadas para fins de regularização fundiária, informou que seria agilizado por este órgão em conjunto com Itaipu, e prometeu que até outubro ou novembro próximos já deverão ter sido entregues pelo INCRA todos os títulos.

Quanto à reivindicação de maior prazo de permanência na área, Itaipu permitia que o agricultor plantasse a soja em 1981 para ser colhido até março de 1982, desde que retirasse as benfeitorias da área ocupada até dezembro de 1981.

Enfim, Itaipu acatou, embora em alguns casos parcialmente, as reivindicações dos agricultores, inclusive a de entregar por escrito as decisões da reunião, o que foi feito no dia posterior. Mas com relação à primeira exigência – a de reajuste de 100% nos preços das indenizações – Itaipu disse que somente dentro do prazo de 12 dias definiria a nova tabela de preços. Os agricultores, temendo ser novamente enganados, exigiam soluções imediatas. O agricultor Ary Konradt, líder da comunidade de Pato Bragado, protestou, dizendo que “Itaipu está brincando com os cabelos brancos dos colonos. Será que meia dúzia de pessoas da Itaipu estão certas e todos os agricultores estão errados?”. O secretário regional da CPT disse que Itaipu deveria agradecer a Deus pelos agricultores só estarem exigindo um reajuste de 100%, ao qual tinham direito: “Isto não é nenhum pedido, Dr. Paulo, é uma exigência, e ao atender o pedido dos agricultores, a Itaipu não estará fazendo favor a ninguém, e sim cumprindo com parte de suas obrigações”.<sup>7</sup> Porém, o representante da Itaipu não tinha mais argumentos a apresentar e o fato de não ter poder decisório foi jogado na mesa como última cartada: “Não posso fazer mais nada, minha gente [...] se puderem aguardar os 12 dias, tudo bem, senão não sei mais o que fazer”.<sup>8</sup>

Os agricultores estavam cansados de conversar com quem não tem poder de decisão. E após a reunião, em assembléia, decidiram apelar ao governador do Estado, Ney Braga. Esperavam que através dele se realizasse uma reunião com o presidente da Itaipu Binacional, general Costa Cavalcanti, com o ministro das Minas e Energia, César Cals, e da Agricultura, Amaury Ângelo Stábille.

No dia 16 – terceiro dia do movimento – as atividades dos agricultores foram iniciadas às 10 horas, que era para dar tempo do pessoal de longe chegar, com o canto do Hino Nacional e a realização de um ato litúrgico. No ato litúrgico participavam padres e pastores de várias religiões. Cantava-se e rezava-se por tudo e por todos: – “para que Deus amoleça o coração duro dos homens da Itaipu”; “para que dê forças para os agricultores enfrentarem

os poderosos”; “para os policiais que estão mantendo a ordem”; “para que saibamos a causa do sofrimento de tantos irmãos nossos”. E como o movimento era pacífico, uniam as mãos para rezar o pai-nosso.

Logo após, foi iniciada a assembléia. Neste dia, foram lidos ou relatados, pelos próprios expropriados, os depoimentos de sua situação em relação à Itaipu. Tudo isso sobre a carroceria de um caminhão onde funciona a “Rádio Justiça, em frente da Itaipu, na Rua da Injustiça”. Uma senhora disse que:

Tinha 4 alqueires e um tanto, nós já fomos indenizados, ou melhor, nós fomos roubados. Eles vieram com as propostas e a gente não aceitou, daí eles falaram que se a gente não aceitava ia negociar com a água, senão com a justiça. Fomos obrigados a aceitar e agora não temos para onde ir. Pagaram 40 mil por alqueire, deu quebra de safra e tivemos que pagar o banco. E agora, para onde vamos? Nós vamos ficar quase cercado de água e nós queria ver se Itaipu pode indenizar tudo. Nós vamos ficar umas sete famílias, mas não podemos ter nem capela, nem escola...

Um agricultor, que tinha duas propriedades, uma já indenizada e a outra não, protestou dizendo:

É lamentável que a gente tem que vir a público reclamar de homens que dizem que são justos. Mas eles indenizaram uma propriedade e a outra ficaram enrolando. Já perco um ano, uma safra inteira, não posso fazer mudança sem receber a outra área. Eu estou mesmo numa situação que nem preso. Eu queria receber o meu o quanto antes e fazer mudança. A minha família tá se esparramando porque não tem condições de fazer uma mudança. Minhas dívidas estão crescendo. Quem tem culpa, eu ou Itaipu, que não consegue indenizar duas áreas juntas? Meu pai trabalhou mais pra Itaipu do que pra seus próprios filhos – desabafou o filho de um expropriado. Pra onde vão os arrendatários, que não tiveram dinheiro nem pra vir aqui hoje, quando a água chegar? – pergunta outro.

Marcelo Barth, agricultor de Itacorá, um dos líderes do movimento, disse: “Povo sofrido que nem eu, chegou a hora do agricultor ser tratado que nem gente, não que nem lixo [...] o agricultor brasileiro não quer violência, quer trabalho [...]” Outro disse que “vale uma barbaridade um trabalhador se manifestar pedindo justiça”. E foi nesta linha a decisão da assembléia: eram agricultores e queriam trabalhar e seu trabalho agora era ali, concentrados. E seu valor estava na sua persistência: “se não for resolvido logo, nós esperamos aqui”.

Conforme decisão do dia anterior, foram enviados telegramas para o ministro das Minas e Energia, César Cals, ministro da Agricultura, Amaury Stábille, para o diretor-geral da Itaipu, Costa Cavalcanti, e para o governador do Estado, Ney Braga, com o seguinte texto: “Agricultores área Itaipu exigem presença governador, ministro Agricultura, Minas e Energia e presidente Itaipu Binacional para negociar em Santa Helena urgente – agricultores, sindicatos, CPT”.

O diretor-geral da Secretaria da Agricultura do Paraná, Eugênio Stefanello, estava em Santa Helena e se reuniu com os agricultores. A reunião se realizou atrás do local onde funcionava a Rádio Justiça, num pequeno círculo, sentados em cima de tocos e agachados. Ary Konrad, agricultor expropriado, e Leonardo Prebish, presidente do STR de Santa Helena, representavam os agricultores concentrados. Outros agricultores também participavam, interferiam, argumentavam. E Stefanello “suava” para convencer os agricultores de que deviam e podiam confiar em Itaipu: “Itaipu assume o compromisso de dentro de 12 dias dar por escrito uma nova tabela de cálculo. Reúne-se dia 24 ou 25 e se compromete a dar dia 28 [...]” Os agricultores dizem que Itaipu pode muito bem convocar uma reunião extraordinária. Ao que Stefanello perguntou: “Vocês sabem o que é uma reunião extraordinária?”. Podiam até nem saber as dificuldades da Itaipu para convocar uma reunião extraordinária. Mas o que eles sabiam, e muito bem, era que “eles mentiram 5 anos perante 5.000 pessoas, nós vamos confiar que daqui 12 dias vão vir com uma proposta justa?”. Outra coisa que sabiam e disseram para o diretor-geral da Secretaria da Agricultura era que com esta história de prazo para dar a resposta estavam querendo esvaziar o movimento. O representante do Governo do Estado disse que não: “Se quisessem esvaziar o movimento, a gente não estaria aqui, eu também sou filho de agricultor [...]” .

Porém mais uma reunião terminava sem que nada fosse decidido. E também terminou mais um dia do movimento. Os que não estavam acampados retornaram para suas casas e os que ficaram concentraram-se em suas barracas. O fogo, no fogão improvisado, não era preciso fazer, pois nunca apagava. “Sempre tinha que ter água quente para o chimarrão”. O que precisavam fazer era atirá-lo e preparar o jantar...

A Comissão se reunia diariamente, no fim do dia, para fazer a avaliação dos trabalhos e preparar os do dia seguinte. As reuniões eram informais e, apesar da situação bastante tensa, o clima era descontraído e muita gente assistia à reunião que era realizada numa das barracas.

O violão e a sanfona continuavam funcionando à noite, quando também chegavam alegres visitantes da comunidade (grupos de cursilhistas, grupos de jovens, Centro de Tradições Gaúchas) para dar, cada um a sua maneira, uma contribuição ao movimento.

A Polícia Militar estava, também à noite, vigilante, com mais de 50 homens fardados, além de muitos à paisana que circulavam e se misturavam no meio dos colonos. Mas muitos eram imediatamente reconhecidos: “Basta olhar o chapéu, chapéu novo é da polícia...”

Era à noite também que o serviço de segurança, não da Polícia Militar, mas o montado pelos próprios expropriados, ficava mais atento, tanto na área do acampamento, para garantir a tranqüilidade dos que dormem “sobre” e “sob” o encerado, como para garantir que ninguém entrasse no escri-

tório da Itaipu; temia-se, por exemplo, que alguém ateasse fogo aos escritórios e viesse a incriminar os colonos acampados. O serviço de segurança se aprimorava dia-a-dia.

No quarto dia do movimento – dia 17 –, as atividades, como nos dias anteriores, iniciou-se às 10 horas, com o canto do Hino Nacional e o ato litúrgico, onde todos cantaram “Nossa esperança é saber que um dia todo este povo se libertará [...]” Foram lidas as mensagens de solidariedade que chegavam de todas as partes do país; cada uma era aplaudida pelos presentes, que neste dia eram em número bem maior que nos anteriores. A notícia se espalhava e o pessoal dava um jeito de participar; se não podiam acampar, vinham passar o dia e muitos vinham “completos”, isto é, com toda a família. Vinham de caminhão, ônibus, carroça, bicicleta, cavalo, trator, a pé ou de carro; Santa Helena nunca tinha visto tanta gente junta...

A assembléia continuava e a Comissão de Fundo de Greve prestava contas do que tinha sido arrecadado, tanto em dinheiro como em doações de mantimentos. A lista era enorme e as contribuições variavam, um oferecia um boi – “É só ir buscar e carnear[...]”. Outra doava um pão: “Fiz pão hoje cedo e tô trazendo um pra vocês [...]”, café, açúcar. Muita mandioca e muita lenha. Erva de chimarrão, que o consumo era grande... Como nos dias anteriores, foram lidos também os depoimentos dos expropriados que se sentiam injustiçados pela Itaipu.

Havia um dado novo para a assembléia deste dia: “Comunicação da Itaipu Binacional sobre reivindicações apresentadas pelos agricultores da área do reservatório”. Tratava-se de um documento oficial, de duas páginas, das propostas apresentadas pela Itaipu nas reuniões dos dias 14 e 15, em resposta às reivindicações dos colonos. O importante era que a apresentação, por escrito, por parte de Itaipu, era feita em atendimento a uma das reivindicações: “A resposta a estas exigências deve ser dada por escrito pela Itaipu”.

No último parágrafo do documento, lia-se: “A Itaipu Binacional continua, como sempre esteve, aberta ao diálogo com os agricultores da área do reservatório”.

O documento foi lido integralmente e a decisão dos colonos é novamente confirmada: “Queremos 100% de aumento”. “Justiça e Terra” continuava sendo a palavra de ordem. Aceitaram esperar o prazo que Itaipu pedia e queriam a resposta no dia 26 e não 28: “Se a reunião termina 25 porque não podem dar a resposta no mesmo dia ou no dia seguinte?”. Em compensação, a cada dia seria aumentada uma nova reivindicação. Para começar, neste dia, mais cinco itens se somaram às exigências do dia 14 e do dia 15:

a) que o prazo para a conclusão de todas as desapropriações seja 30 de junho de 1981, e que os casos que, por qualquer motivo, ultrapassar esta data, recebam um reajuste adicional de 5% ao mês;

b) que a Itaipu se prontifique a desapropriar remanescentes até 5 alqueires, caso os mesmos não oferecerem condições de sobrevivência ao produtor e caso este assim o deseje;

c) que a Itaipu faça vigorar para todos os posseiros a indenização de 100% da terra nua mais os benefícios e as benfeitorias, e que juntamente com o INCRA proporcione terras no Paraná, gratuitamente, aos parceiros, aos agregados e aos posseiros já indenizados a preços vis;

d) que a Itaipu indenize com preços justo também todos os pontos comerciais dentro da área do reservatório, como postos de gasolina, portos de areia, pontos de táxi, moinhos, boliches etc...

e) que as vilas fora do reservatório, condenadas ao desaparecimento, como a Agrovila São José do Ocoí, em São Miguel do Iguacu, e a Vila de Porto Mendes, em Marechal Cândido Rondon, também recebam indenização justa em dinheiro.

Essas reivindicações foram conseqüências dos depoimentos e solicitações apresentadas nas assembléias dos dias anteriores. Sua inclusão significava a abrangência de segmentos diferenciados no Movimento Justiça e Terra.

Assim, as reivindicações do item "c", que pedia 100% do valor das terras para os posseiros, em lugar dos 50% anteriormente reivindicados – com que Itaipu já havia concordado mas não pago – significava claramente o reconhecimento, pela assembléia, dos direitos totais destes posseiros sobre a terra.

E que Itaipu, juntamente com o INCRA, proporcionassem terras no Paraná gratuitamente aos posseiros, aos parceiros e aos agregados já indenizados (a preços vis), significava 'o reconhecimento da responsabilidade da Empresa para com o reassentamento desta parcela de expropriados, que, embora não fossem proprietários legais de terras, estavam ligados a ela. E era nela que sabiam trabalhar. Para onde iriam sem nenhum recurso?

Um arrendatário de Sanga Funda faz seu depoimento por escrito onde diz:

Quero fazer uma arreclamação. Moro na área de Itaipu. Fui despachado pelo patrão no ano passado e não tenho condições de sair. Sou eu, minha mulher e onze filhos. Eu preciso de terras pra trabalhar e não arrumo. Onde eu moro nem terra pra arrendar não tem. Como eu posso viver com minha família?

O item "d" significava que os expropriados das vilas, não ligados diretamente à agricultura, mas ao comércio, também conquistavam seu espaço no movimento. Era o dono de um posto de gasolina com contrato de 15 anos com a distribuidora, e Itaipu não queria indenizar; era o dono de um cinema que não seria indenizado, mas que iria falir por falta de público; e outros tantos comerciantes, cuja freguesia era exclusivamente de agricultores que já estavam indo embora e, se Itaipu demorasse muito para indenizá-los, teriam de fechar o estabelecimento por falta de clientes. Cerealistas, proprietários de bares, açougues, moinhos, que apoiavam o movimento, perguntavam: "Como é que fica a situação dos comerciantes?"

O comércio da mesma região prova por a + b pelos cadastros bancários e exatária que a venda, em média, de 5 anos atrás, era maior que a atual, sabendo-se que naquela época existiam 4 mercados e hoje só um. Em fins de 1978 foram indenizados agricultores, outros em 1979 e mais em 1980, retirando-se dia-a-dia. O que ficará fazendo o comerciante lá? Outrossim, quem paga-lhe os prejuízos, se o ganho atualmente não dá nem mesmo para os impostos?

O item “e” dizia respeito a uma antiga reivindicação. Ainda em 09.03.79, fora enviado ao presidente da Itaipu Binacional um abaixo-assinado dos moradores da Vila de Porto Mendes:

Pedindo respeitosamente que seja determinado, na melhor forma de direito, a indenização de todas as propriedades, comércio e moradores de loteamentos e áreas que se situam em nossa predestinada península, pois que, sem a respectiva indenização, os proprietários residentes em nossa localidade estariam condenados quase que a totais prejuízos, porque muito poucos possuem condições financeiras para transferirem-se para outras localidades.

Novamente os moradores de Porto Mendes se juntavam aos agricultores expropriados, desta vez com mais outro grupo na mesma situação – os moradores da Agrovila de São José do Ocoi<sup>9</sup> que vão ficar só com a casa e o lote na Agrovila. “A terra onde trabalham vai ser alagada, quem vai comprar seu terreno na Agrovila? Onde vai plantar para viver? No quintal?”

Mas em Santa Helena não havia nenhum diretor da Itaipu a quem endereçar as novas reivindicações que, como as anteriores, foram mimeografadas e distribuídas para os presentes na concentração. Foram enviadas por telex à direção da Itaipu Binacional em Foz do Iguaçu.

Neste dia, o acampamento foi visitado pelo deputado federal Nivaldo Krueger (PMDB-PR). O deputado estava pedindo, na Câmara Federal, a instalação de uma CPI sobre Itaipu e falou sobre isto para os agricultores concentrados. Explicou porque os parlamentares também viam com restrições a atitude de Itaipu, que pelo fato de ser Binacional não precisava se submeter ao regime de prestação de contas no país. E que “enquanto se exige sacrifícios do trabalhador, do pequeno empresário e especialmente do agricultor, já quase falido, usa-se faraonicamente imensos recursos sem que as menores contas sejam prestadas”.<sup>10</sup>

Outra presença neste dia não foi recebida com o mesmo ânimo, a do representante da Secretaria da Agricultura, e portanto do Governo Estadual Eugênio Stefanello. Os agricultores esperavam que o próprio governador visse dialogar com eles. Como disse um expropriado: “A gente pediu para vir o bispo, mandaram o sacristão [...]”.

Eugênio Stefanello deu uma entrevista coletiva à imprensa, que foi publicada no dia seguinte nos principais jornais. Dizia que o governo paranaense pretendia participar como mediador entre os agricultores acampados e Itaipu Binacional.

Declarou também que “o próprio Costa Cavalcanti considerou justa a reivindicação de aumento nos preços das terras, e o Governo do Estado considerou realmente atrasadas as negociações entre Itaipu e os agricultores”, e que as demais reivindicações seriam analisadas: “Sabemos que umas são justas e outras impossíveis, mas creio que as negociações sairão a bom termo”.<sup>11</sup> Belo mediador arrumaram os expropriados, já com juízo de valor formado!

Na entrevista dada pelo representante do Estado, o que ficou evidente era que o interesse do Governo do Estado em mediar o conflito era mais pela preocupação que os agricultores concentrados tomassem medidas que obrigassem, por outro lado, o Governo do Estado a tomar medidas também radicais, o que obviamente não seria interessante para um Governo que pretendia se apresentar como preocupado com o bem comum e sensibilizado pela situação dos expropriados. Disse Stefanello: “No meio da rua com o inverno frio à noite, enfim, no desconforto e cansados, eles poderão ser conduzidos a praticar atos que não praticariam em outra situação [...] Os agricultores são mais sérios do que os que estão falando para eles”.<sup>18</sup> Referia-se aos políticos que estavam acompanhando e apoiando o movimento.

Quanto ao cansaço, os agricultores não concordavam com Stefanello: “A gente trabalha o dia todo na roça e não cansa, vai cansar ficando aqui de braço cruzado?” – “Imagine, eu tô é de férias!” – “A gente nunca jogou tanto baralho!”. A concentração era também um grandê encontro. Famílias que há muito tempo não se encontravam, pessoas que tinham vindo da mesma localidade do Rio Grande do Sul, e que logo iam se espalhar, se reencontravam. O movimento era a oportunidade de se encontrarem como pessoas que se conheciam que agora se identificavam pela sua condição de expropriados.

Em outra esfera também ocorriam encontros, não tão alegres e descontraídos, mas também importantes: D. Pedro Fedalto, arcebispo Metropolitano de Curitiba – manteve contato com Ney Braga; Cândido Mendes, presidente nacional da Comissão de Justiça e Paz, encontrou-se com o Ministro da Agricultura, Amaury Stabile, e com o chefe de gabinete do ministro de Minas e Energia, e outro encontro estava sendo marcado com o general Costa Cavalcanti. Era a Igreja tentando cumprir o seu compromisso com a luta dos oprimidos.

O “Movimento Justiça e Terra” terminava seu quarto dia sem uma solução, porém bem mais fortalecido, tanto pelo aumento dos participantes, pelo aprendizado, como pelo apoio de pessoas e entidades de todo o país. A questão extrapolava a área de conflito. Era esta a idéia de um de seus idealizadores, Marcelo Barth, de “atrair as atenções do país inteiro para o nosso problema”.

O cerco ao escritório da Itaipu em Santa Helena simbolizava um cerco não só à Itaipu Binacional. Estavam “cercando” também o Governo do Estado e os ministros.

No dia 18, quinto dia de acampamento, logo cedo, a carroceria do caminhão que funcionava como “palco e cabine da Rádio Justiça” estava lotada. Havia representantes de 31 sindicatos de trabalhadores rurais da região, que vieram pessoalmente solidarizar-se com o movimento. Traziam um documento de apoio dos 71 sindicatos das Microrregiões 1, 2 e 3, representando 350.000 trabalhadores rurais.

Estavam presentes também vereadores de várias cidades do Oeste paranaense. O Movimento Justiça e Terra recebia cada vez mais adesões. Neste dia, 30 famílias de brasileiros, que trabalhavam no Paraguai e também seriam expropriadas pela Itaipu Binacional, juntaram-se aos companheiros brasileiros concentrados em Santa Helena; também eles queriam “Justiça e Terra”.

As manifestações de apoio continuavam a chegar, sendo lidas na assembléia e aplaudidas com bastante entusiasmo pelos presentes. Era a prova de que o movimento repercutia. Era a certeza de que não estavam sozinhos nesta luta.

De Manaus chegou um manifesto de apoio com 106 assinaturas dizendo que:

[...] desta longínqua Amazônia erguemos nossa voz de protesto contra mais este crime do governo ditatorial deste país contra o nosso povo indefeso e lançamos nosso total apoio à causa desse povo que clama por justiça a plenos pulmões! Felizes os que têm fome e sede de justiça porque serão saciados (Mt 5, 6).

O Lions Club de Santa Helena e a Associação das Donas-de-Casa de Toledo também enviaram seu apoio. Moções de solidariedade chegavam do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Diadema. A CPT de Santa Catarina enviou a seguinte mensagem: “Falta de energia no mundo é prejudicial à humanidade, falta de alimentos é fatal. Agricultores da região de Itaipu, nosso apoio por não achar justo aumentar energia e diminuir terra daqueles que a tornam produtora de alimentos”.

Se a intenção de Itaipu, ao “segurar” a resposta da principal reivindicação dos manifestantes por 12 dias, era a de esvaziar o movimento, isto não acontecia e a tendência era cada vez mais aumentar o movimento. E, à medida que aumentava e os dias se passavam, a Comissão de Agricultores adquiria mais flexibilidade para enfrentar a situação e ia, como diria mais tarde o pastor Werner Fuchs, “aprendendo na caminhada”. Era a educação através da realidade.

A grande motivação dos agricultores concentrados era preparar uma manifestação para o dia 25 de julho, marcado como o dia “D”, dia em que a Diretoria de Itaipu estaria reunida em Foz do Iguaçu e, coincidentemente, o Dia do Agricultor.

“Como nós, agricultores de Itaipu, vamos comemorar esta data?” Era esta a pergunta que a Comissão de Agricultores lançava para ser discutida.

Que cada um refletisse em sua família, em sua comunidade, e trouxesse sugestões de como celebrar dignamente o Dia do Agricultor.

Em Curitiba, D. Pedro Fedalto reunia-se com o governador Ney Braga, pedindo soluções urgentes para a situação dos agricultores concentrados, “Mas o governador se limitou a dizer que já havia feito dois contatos com o general Costa Cavalcanti, diretor-presidente de Itaipu, que prometera “estudar com cuidado” todas as reivindicações”.<sup>13</sup>

Tal posição do governador manifestava o grau de interesse que este mandatário tinha pelo povo e pelo território de seu Estado. Não fez nada para evitar a destruição de Sete Quedas; não fez nada para evitar a perda de 111.000 hectares de terras produtivas; e não fazia nada para evitar as injustiças da Itaipu contra as 8.000 famílias expropriadas. A declaração de um agricultor no início deste capítulo, referindo-se aos prefeitos dos municípios atingidos, cabia também ao governador do Estado que não foi eleito pelo voto direto: “Acho que todo cargo público é uma imposição, ou vem de cima ou vem de baixo. Porque aquele que está naquele cargo, ele defende justamente aquele que colocou ele ali, quem foi colocado pelo governo tem que defender o governo”.

Muitos agricultores concentrados estavam bastante decepcionados com a falta de interesse do governador para com a sua situação: “A gente lá em casa sempre foi da ARENA, mas acho que agora não adianta mais falar com eles [...]”. Mas acreditava-se ainda que o governador viesse até Santa Helena. Ele viria a Cascavel, cidade vizinha, para paraninfar uma turma de formandos, e no dia 25 estava confirmada sua presença em Marechal Cândido Rondon, onde tradicionalmente se comemora o Dia do Agricultor. Não era, portanto, o excesso de afazeres que o impedia de vir até Santa Helena.

No ato litúrgico do dia 19, sexto dia de concentração, estava presente o padre Ângelo, que prestava atendimento espiritual aos operários da Itaipu. Outros padres e pastores da Igreja da região também se faziam presentes.

A Igreja Católica e a Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) estavam desde o início objetivamente solidárias com o movimento, principalmente através do padre Valentin e do pastor Werner Fuchs. Mas outras igrejas vinham firmando sua posição no movimento: os pastores da Igreja Quadrangular, da Assembléia de Deus e outras, juntaram-se aos padres e pastores para fazer diariamente a oração ecumênica. Seus fiéis também pediam “Justiça e Terra”! O Comitê de Igrejas de Assuncion, Paraguai, confirmou sua presença no dia 25, para as comemorações do “Dia do Agricultor”.

O jornal *O Estado do Paraná* noticiou a preocupação do diretor geral da Secretaria da Agricultura, Eugênio Stefanello, que tentava ser mediador entre os produtores e a cúpula diretiva de Itaipu: sua apreensão era pelo fato de os expropriados “[...] não terem liderança. Estão todos tranquilos, totalmente pacíficos, mas alguns já manifestam sinal de cansaço. Seria perigoso que fossem liderados por algum arruaceiro”.<sup>14</sup>

Em dois pontos enganava-se o “mediador”. Primeiro, o maior arrua-ceiro não iria surgir de repente, já existia, era a Itaipu Binacional; e o segundo, o pessoal não estava cansado, estava era nervoso, como disse o pastor Werner Fuchs, que acompanhava passo a passo o movimento: “Nota-se um certo nervosismo entre os colonos porque até agora a Binacional atendeu apenas as reivindicações menos importantes, e ainda assim parcialmente, enquanto que o principal, o aumento de 100% das indenizações, foi prote-lado”.<sup>15</sup>

Mas os agricultores haviam decidido aguardar pacificamente, até a tarde do dia 25 ou, no máximo, até a manhã de 26, uma resposta da Itaipu à reivin-dicação de 100% de aumento. Disse o pastor Werner: “Depois disto, tudo aqui será imprevisível, se a reivindicação não for atendida, pelos menos, em condições justas”.<sup>16</sup>

O “arrua-ceiro”, portanto, que Stefanello deveria temer, era a atitude da Itaipu; só ela seria responsável por alguma modificação no comportamento dos agricultores concentrados.

Desde o início do Movimento Justiça e Terra, foi enorme o número de denúncias à atitude da empresa e a situação de desespero de muitos expro-priados. Foi sugerida e aprovada pela assembléia a necessidade de registrar estes depoimentos; eram situações particulares, mas que tinham uma causa comum: Itaipu Binacional. Numa das barracas do acampamento, foi instala-da uma espécie de “mesa de reclamações”, que passou a receber os depoi-mentos de denúncias, sugestões para novas reivindicações e para a realiza-ção do Dia do Agricultor.<sup>17</sup>

No domingo, dia 20, sétimo dia do movimento, foi realizado um grande ato litúrgico. Padre Valentin Dall Pozzo, vigário de Santa Helena, celebrou a missa e não só os expropriados estavam reunidos: os moradores de Santa Helena, parentes e amigos que moravam na região vieram para, de mãos da-das, rezar o pai-nosso, cantar e também clamar por “Justiça e Terra”. Estavam descobrindo na prática o significado de outras palavras de ordem: “Trabalha-dor unido jamais será vencido!”

Crescia também o número de jornalistas, enviados especiais, para dar co-bertura ao movimento. Sabia-se que o clima de tranqüilidade e harmonia de uma hora para outra podia mudar e eles estavam ali para registrar. Os agricultores reconheciam a importância do trabalho destes jornalistas, eram-lhes agrade-ci-dos e não se negavam a dar entrevistas. Eram, também, lembrados nas orações.

Os agricultores concentrados tinham dado um prazo para Itaipu e, en-quanto este não vencia, não havia motivos para modificar sua atitude de harmonia e descontração.

Comentava um manifestante: “Você já pensou, sete dias aqui, todo mundo reunido, e não ter acontecido nem uma briga, nem uma confusão!” Outro dizia: “Nossa briga é com Itaipu [...]”.

Um jornalista comentava em sua matéria que a presença de policiais na concentração – estrategicamente espalhados entre a multidão – chegou a ser despropositada tal o pacifismo e a ordem.<sup>18</sup>

Na tarde deste domingo, a “ZY K-30, Rádio Justiça e Terra, com sistema irradiante instalado na Rua da Injustiça, transmitindo com potência de 8 mil homens [...]” dava continuidade à sua ininterrupta programação. A equipe encarregada deste setor ganhava dia-a-dia experiência e já eram “agricultores/radialistas” com bastante desenvoltura.

A “mesa de reclamações”, apesar do pouco tempo de funcionamento, já tinha registrado um número considerável de denúncias, reclamações e sugestões. Novas áreas de posse, com situação conflitante, foram localizadas através do depoimento de seus moradores. Muitas destas áreas não eram conhecidas nem pela CPT nem pelos STRs. Como a área de Porto Verde,<sup>19</sup> onde famílias ocupavam uma área aproximada de 300 alqueires e não conseguiram legalizá-la, pois Fernando Lopes Busse (Fernandinho), antigo proprietário da área, nega-se a passar a escritura para os ocupantes dos lotes, isto principalmente após 1975, depois da chegada da Itaipu.

Chegavam também os peões das fazendas: primeiro vieram os da Fazenda Carlota, os “passa-fome”, como eles se denominavam<sup>20</sup>; depois vieram os da Fazenda Água Grande, ambas localizadas em São Miguel do Iguçu. Itaipu tinha indenizado o proprietário e eles não receberam nada, nem pelo rancho que construíram: “Fui eu que construiu tudo, até prego trouxe de Palotina, e nem o dono eu conhecia, só conhecia o gato”. Não tinham condições de fazer mudança e queriam terra para trabalhar. Cada dia aparecia mais gente das fazendas, participavam direto no movimento e traziam também mandioca para a refeição.

Muitas das situações problemáticas poderiam ser resolvidas facilmente, com o auxílio de um advogado, caso que a própria Itaipu deveria providenciar para evitar, desta maneira, tanto especulações neste sentido, como amargura para o expropriado. Era o caso de uma partilha, de falta de certidão, de alguém que tinha se separado e vivia com outra mulher, mas não tinha legalizado esta nova situação, ou a mulher, cujo marido havia “sumido” e ela “tocava a roça”, mas não sabia dos documentos etc.

O presidente da CPJP do Paraná, advogado Wagner D’Angelis, estava em Santa Helena, tinha vindo para dar o apoio em nome da Comissão que presidia e uma orientação jurídica ao encaminhamento de algumas questões, e passou a tarde examinando os casos que apareceram na “mesa de reclamações”.

Os STRs da região se organizaram para que sempre estivessem representados, pois Costa Cavalcanti havia dito que só aceitaria a representação feita através das entidades sindicais dos trabalhadores e os STRs e a FETAEP participavam do movimento. E também os políticos, vereadores e deputados se revezavam para sempre ficar um parlamentar no local.

Durante a noite do dia seguinte, dia 21, um carro branco, sem placa, tentou entrar no escritório da Itaipu. Era justo o horário da troca de policiamento, que conforme observação dos colonos concentrados, sempre era demorada, isto é, sempre ficava um período sem policiamento. Mas o pessoal da segurança do movimento interferiu. A maioria dos agricultores estava em suas barracas, mas num instante se aglomeraram no portão do escritório. Temia-se que fosse uma provocação para que os colonos concentrados reagissem; mas eles sabiam muito bem que a briga deles não era com o motorista do carro; este, após pegar alguns volumes, saiu juntamente com a pessoa que o acompanhava. O escritório de Santa Helena havia sido desativado, ninguém entrava nem saía dele. Mas Itaipu continuava sua atividade nos outros escritórios da região, em Guaíra e Marechal Cândido Rondon, tentando, a todo custo, fazer novos acordos com a intenção, não de adiantar o serviço, mas de desmoralizar o movimento que declararam ser representado por uma parcela muito pequena de expropriados.<sup>21</sup>

Itaipu tinha mais de 300 cheques pendentes e a única coisa que conseguiu fazer foi entregar 3 cheques... Isto revelava a união dos expropriados e a confiança de saírem vitoriosos.

O dia 25 se aproximava e os agricultores acampados precisavam definir alguns pontos; por exemplo, o que fazer se Itaipu não desse os 100% reivindicados? Esta pergunta foi lançada na assembléia do dia 22, nono dia do movimento. As quase 2.000 pessoas concentradas reuniram-se em grupos, de acordo com a sua localidade de origem: “O pessoal de Itacorá reúne-se no “Hotel Itaipu”,<sup>22</sup> o outro vai para “barracão 100%”; São Silvestre reúne-se ao lado daquele caminhão..., outro para o “Hotel e Churrascaria Binacional”. Em pouco tempo os grupos estavam formados e discutindo duas questões:

- a) O que fazer se Itaipu não concordasse com 100% de aumento?
- b) Como comemorar o Dia do Agricultor?

A maneira de se reunir por comunidade, além de mais prática, conferia maior segurança, pois evitava que pessoas “infiltradas” no movimento participassem das discussões nos grupos. Na comunidade todos se conheciam e à medida que os grupos iam se formando, muitas pessoas se afastavam e sumiam: eram os “infiltrados”, os de “chapéu novo”...

Dentro do prazo estabelecido, todos os relatores dos grupos trouxeram para a assembléia o resultado da discussão: os expropriados de Inhunverá sugeriram: “levar ao conhecimento do Presidente”; os de Esquina Gaúcha “querem 100%, se não forem atendidos vamos para Foz do Iguaçu”; os de Itacorá: “se não vier 100%, se não vier resposta até dia 28, pedir mais de 100%”; os de Santa Helena: “trancar a via que dá acesso à obra, se chegar lá, pedir 120%”; os de São Silvestre: “se não vier aumento de 100%, não haverá acordo com Itaipu”; os de Vila Natal “não aceitam menos de 100%”. E assim continuavam, todas as comunidades firmes na reivindicação de 100% de au-

mento sobre o valor da terra. As alternativas mais específicas, diante de uma resposta negativa da empresa, era a de manter o acampamento até conseguir aumento; trancar todos os escritórios da Itaipu na região; trancar meia pista da BR-277, na altura de Medianeira etc. Mas a idéia que aparecia com maior força era a de realização de uma marcha para Foz do Iguaçu e acampar por tempo indeterminado em frente ao canteiro de obras. E inclusive começavam a fazer planos. À noite, a chaleira chiava, o chimarrão rodava e o assunto era só um: marcha para Foz.

As sugestões da assembléia apareceram nas manchetes dos jornais do dia 23: “Agricultores ameaçam trancar a BR-277” (“O Paraná” – Cascavel). “Agricultores ameaçam marchar contra Itaipu” (“Zero Hora” – Porto Alegre). A idéia da marcha tomava conta de todos no acampamento: “Se Itaipu não der os 100%, marcharemos para Foz”.

Uma equipe de técnicos de Itaipu percorria a região, fazendo levantamento dos preços médios para elaborar a nova tabela dos preços a serem pagos pela empresa. O assessor jurídico da Itaipu Binacional afirmou que o valor médio pago por alqueire desapropriado era de 140 mil cruzeiros. Mas os agricultores concentrados afirmavam que as propostas oferecidas por Itaipu giravam em torno de 100 a 105 mil por alqueire.

Os agricultores também formaram uma equipe para pesquisar os valores do mercado de terras na região. Conforme afirmou o pastor Werner Fuchs: “Eles acham que acabaram pedindo pouco a Itaipu. Pesquisaram nesses dois dias o mercado de terras da região e chegaram à conclusão de que a empresa vem pagando valores defasados da realidade em quase 120%”.<sup>23</sup>

Os jornalistas que acompanhavam o movimento entrevistaram os responsáveis pelo mercado de terras na região e concluíram que os preços situavam-se entre 200 e 250 mil cruzeiros o alqueire.<sup>24</sup>

Os agricultores tinham a certeza que não pediam muito, apenas o justo: “queremos só o que é nosso. Mas tudo o que é nosso!”.

Neste dia, chega a Santa Helena o deputado Gernote Kirinus, ex-secretário regional da CPT que lutara junto com os expropriados, desde o início do movimento de resistência à Itaipu. Gernote Kirinus retornava do exterior e agora vinha unir-se aos colonos e aos deputados Nelton Fiedrech e Fidelcino Tolentino, ambos do PMDB-PR que se revezavam para dar seu apoio aos agricultores da região.

No dia anterior, fora enviado um telegrama ao governador Ney Braga e ao ministro da Agricultura, solicitando que se suspendessem todas as festividades previstas para o Dia do Agricultor, no Paraná, enquanto o impasse de Santa Helena não fosse solucionado. De acordo com decisão de assembléia, as comemorações do “Dia do Agricultor” não seriam festivas: “não havia motivo algum para se festejar este dia, quando os agricultores são obrigados a parar de trabalhar para exigir seus direitos”. A comemoração seria um gran-

de protesto contra Itaipu e o Governo, pela situação dramática dos agricultores desta região.

No dia seguinte, décimo primeiro dia do Movimento Justiça e Terra e véspera do dia “D”, a movimentação no acampamento era grande: havia a expectativa da resposta da Itaipu, trabalhava-se na criação de quadros e representações para a comemoração do Dia do Agricultor e no início dos preparativos da possível marcha para Foz. E mais, o governador Ney Braga confirmara sua presença em Marechal Cândido Rondon e os agricultores concentrados preparavam uma representação de 300 a 400 pessoas que iriam àquela cidade de caminhão, portando faixas e cartazes, com a finalidade de participarem do desfile oficial e entregar uma carta ao governador Ney Braga.

O bispo de Palmas, D. Agostinho Sartori, celebrou o ato litúrgico deste dia. O senador José Richa e vereadores de toda a região permaneceram o dia todo no acampamento. Os vereadores dos municípios de Guaíra, Toledo (não atingido), Marechal Cândido Rondon, São Miguel do Iguaçu e Santa Helena expediram um manifesto de apoio ao Movimento Justiça e Terra. Nele, os vereadores protestaram contra o critério de classificação de terras para efeito de indenização e propunham que se considerassem como terras nuas, todas de primeira qualidade, não podendo o preço pago ser inferior a 210 a 220 mil cruzeiros o alqueire. O manifesto reivindicava ainda mais recursos e obras, a título de compensação, para os municípios a serem alagados, que os mesmos não fossem concentrados unicamente na cidade de Foz do Iguaçu.

Apesar de toda a expectativa reinante, os agricultores concentrados continuaram em sua programação, como já haviam feito antes, com aulas sobre sindicalismo e relatos de mobilizações populares, em outras áreas do país, semelhantes àquela em Santa Helena.

Os funcionários da Itaipu, residentes na cidade, deixaram-na, temendo uma represália por parte dos agricultores, caso as reivindicações não fossem atendidas.<sup>25</sup>

A Comissão de Agricultores recebeu a notícia de que o governador Ney Braga fora internado e cancelara sua viagem para o Oeste. Estava porém confirmada a presença de Eugênio Stefanello. “Nós não temos governador”, diziam os expropriados de Itaipu.

Finalmente chegou o dia 25, décimo segundo dia do Movimento Justiça e Terra e Dia do Agricultor. Correspondendo à expectativa de alguns e certeza de outros, muita gente veio à Santa Helena. Mas não se imaginava que viria tanta gente assim... Logo cedo começaram a chegar ônibus e caminhões, trazendo agricultores expropriados, amigos e parentes, de toda região, e não só da área atingida, que vieram se unir à manifestação. Mais de 10.000 pessoas estavam reunidas. Os STRs da região estavam todos presentes. Da FETAEP veio seu presidente, Agostinho Bukowski, e da CPT nacional veio o secretário Daniel Reck. Os representantes dos brasileiros resi-

dentes no Paraguai compareceram, mas, temendo possível repressão, preferiram ficar no anonimato.

Como de costume, as atividades iniciaram com o canto do Hino Nacional e um culto ecumênico. Logo após, houve um desfile, representando a situação dos agricultores e seu protesto contra Itaipu. Vários quadros foram apresentados: uma família de pobres com uma porção de filhos acompanhada por agricultores portando cartazes com alusões à água e representando os funcionários da Itaipu. Um menino carregava um cartaz – “Meu pai foi despejado pela Itaipu. Onde iremos nós? Outro dizia: “Não estamos aqui por que queremos, a Itaipu nos forçou”. Algumas faixas perguntavam: “onde está o governador?”. Quase todas as comunidades se fizeram representar, desfilando em grupos. Desfilou também um grupo de idosos, perguntando “o que será feito dos velhos?” E não só os agricultores protestavam; representantes de casas comerciais de Santa Helena desfilaram com faixas solidárias aos expropriados.

E tudo isto acontecia animado por um conjunto de músicos da família Gewehr, bastante interessante e conhecidos na região, que toca sem parar suas tubas e clarinetas, enquanto desfilavam os peões de fazendas, os chaçareiros, os velhos e as crianças... Encerrava o desfile uma placa da Itaipu, bastante estragada, retirada pelos agricultores do escritório de Itacorá.

A segunda parte da comemoração consistiu num “júri popular” para julgamento dos casos que afligiam os expropriados.

A Comissão dos Agricultores reuniu-se à tarde para dar uma entrevista coletiva à imprensa, onde reafirmaram a disposição dos agricultores em continuar o movimento até que o aumento fosse conseguido. Nem que fosse necessário mais um mês de luta.

A Comissão dos Agricultores reuniu-se também com o representante do Governo, Eugênio Stefanello, que informou que “as decisões já estão tomadas, mas Itaipu vai anunciá-las às 16 horas [...] Ela será bem favorável aos agricultores”.<sup>26</sup>

No final da tarde, Costa Cavalcanti deu uma entrevista coletiva em Foz do Iguaçu, onde explicou: “[...] que a empresa, com os reajustes propostos, estava pagando o preço justo pelas terras, levando em conta a nova realidade de mercado imobiliário da região”.<sup>27</sup> O General Costa Cavalcanti não admitiu em nenhum momento que a pressão dos desapropriados tivesse levado Itaipu a rever os preços. Segundo ele, o reajuste “já estava sendo estudado e muito bem poderia ter sido divulgado já em 10 de julho, o que não ocorreu simplesmente para aguardar maiores dados e obter uma melhor amostragem de preços de terra nas regiões a serem alagadas e nas vizinhanças do futuro reservatório”.<sup>28</sup>

A Comissão dos Agricultores ficou sabendo, ainda nesta noite, o teor do documento apresentado pela Itaipu à imprensa e reuniu-se com as entida-

des: com os STRs, FETAEP, CPT e deputados. A empresa concedia 60 a 65% de aumento e ignorava as outras cinco reivindicações. A Comissão e as entidades reunidas analisavam e discutiam, mas qualquer decisão só seria tomada pela assembléia, após o recebimento do documento oficial por parte da Itaipu, que se negava a admitir e reconhecer o Movimento Justiça e Terra. O fato de o documento ter sido endereçado à imprensa e não aos agricultores concentrados era uma prova de que queria ignorar que a poucos quilômetros das salas, com ar condicionado, se reuniam quase 2.000 pessoas que permaneciam concentradas em vigília, abrigadas em barracas de lonas, enfrentando o frio da noite, o calor, a poeira do dia e as irredutíveis decisões da Itaipu Binacional.

No dia 26, como sempre, abriu-se a assembléia com o canto do Hino Nacional. Estavam presentes Agostinho Bukowski, presidente da FETAEP, Francisco Urbano Araújo Filho, representante da CONTAG, e Lafaete Santos Neves, pela Comissão de Justiça e Paz.

Marcelo Barth, fez uma prece:

Obrigado. Senhor Deus, por mais este dia que nos concedeste, obrigado pelo sol que ilumina a terra que produz o alimento. Obrigado pela solidariedade, pela união dos agricultores; fazei que esta união continue e que dê frutos para que nossos filhos possam ter dias melhores. Para que a paz permaneça conosco, apesar dos conflitos.

Todos rezaram o pai-nosso de mãos dadas. Leu-se o elenco de reivindicações apresentadas à Itaipu e, em seguida, a nota divulgada pela Binacional à imprensa. A nota foi vaiada e os presentes gritavam: Justiça e Terra! Justiça e Terra!

O secretário da CPT alertou que “precisamos prestar atenção que este documento não foi entregue oficialmente, não tem data e nem assinatura e foi entregue aos jornalistas ontem à noite”.

Paulo Cunha se comprometera a entregar a nota oficial, até às 10 horas deste dia, à FETAEP, e a nenhuma outra entidade, ignorando que a decisão de esperar 12 dias fora tomada em reunião oficial entre Itaipu e a Comissão dos Agricultores.

Marcelo releu a nota da Itaipu e analisou-a junto com os presentes. Observou “que para ser considerada terra de primeira, a terra tem que ser mecanizada, plana, localizada na geral (estrada geral), só esta receberá 200 mil por alqueire”. Os agricultores, desde o início contrários aos critérios de classificação das terras estabelecidos pela Itaipu, estavam indignados. Todos queriam falar e o microfone passava de mão em mão:

- Pergunte pra eles se o feijão que eles vão comer é de terra de primeira ou de segunda?
- Se o arroz é colhido de terra vermelha ou de terra branca?

- O imposto da terra de primeira e de segunda é diferente ou será que nós teremos que mudar nossas terras de faixa para ganhar o preço justo?
- Será que a água pra entrar na terra de segunda é mais difícil?
- No documento apresentado, só consta preço de terras mecanizadas, o preço das terras piores só pode fazer descer. O preço das terras de terceira onde está?

Homens e mulheres faziam uso do microfone. Todos entendiam muito bem a intenção da Itaipu em classificar assim as terras.

Os ânimos estavam exaltados. O “arruaceiro” tão temido pelo representante do governador se personificava através da atitude da Itaipu Binacional. Além de roubados, de lesados em seus direitos, desrespeitados na sua condição de trabalhadores, Itaipu tenta ignorá-los!

Apesar da nota que tinham em mãos não ser oficialmente dirigido ao Movimento Justiça e Terra, o agricultor Marcelo Barth, que dirigia os trabalhos desta assembléia, perguntou: “Quem aceita esta proposta que levante a mão”. Ninguém levantou.

Foi dito que a imprensa estava noticiando que 60% dos agricultores aceitaram a proposta, por isso procedeu-se a uma segunda votação, e desta vez ninguém aceitou também.

O microfone continuava passando, todos queriam se manifestar:

- A violência está instalada na estrutura de nosso país em que a Itaipu faz parte. A esta violência nós respondemos com a manifestação pacífica e vamos até o fim!
- Nossa reivindicação é de 100%, sem classificação de terras.

Marcelo Barth pôs em votação, pela terceira vez, a proposta de Itaipu: “Quem aceita a proposta deles?”. Ninguém se manifestou. “Quem quer ficar com os 100%?” Todos levantaram a mão e gritaram: Justiça e Terra!

Estava mais do que confirmado que, mesmo quando chegasse a nota oficial da Itaipu, esta não seria aceita. Precisavam pensar, portanto, nos próximos passos:

- Agora nós temos de pensar em outro meio, quem está disposto a ir pra Foz?

Todos se manifestaram a favor.

- E quem não estiver?”
- Quem não estiver, nós levamos de arrasto...
- Precisamos pensar como nós vamos fazer, se nós vamos trancar a obra, trancar a BR-277 ou acampar nos escritórios...

Um aspecto importante é lembrado: “Ninguém abandona o posto que conquista, alguém precisa ficar aqui também”.

Era preciso planejar melhor a ida para Foz, havia muita coisa para pensar e discutir. Todos queriam participar, então tomou-se a decisão de se reunirem em grupos por comunidades. Eles já estavam acostumados com esta prática: “Então vamos consultar barraco por barraco pra ver se tem condi-

ções de ir”. Mas todos passavam pelo microfone para manifestar seu protesto:

- Eu sou brasileiro, eles são empregados do povo e do governo...
- Todos comem as coisas da terra...
- O grande está de barriga cheia do que é nosso!

Outro ponto importante, referente à organização, foi lembrado: “Se o movimento continuar, precisa formar subcomissões para termos mais força, portanto, vocês vão pensando em algum elemento de sua comunidade que teria condições de assumir...”.

Este aspecto era importante tanto pelo fator organização – ter-se-ia condições de rapidamente mobilizar todas as comunidades – como pela segurança, pois, se algo acontecesse à Comissão, haveria outra equipe em condições de substituí-la, e mais, era o reconhecimento e a oportunidade de novas lideranças que surgiam. Desde o início, recomendava-se que “todos devem se tornar líder e conversar com seus vizinhos”.

Agostinho Bukowski, presidente da FETAEP, pediu a palavra e se dirigiu aos presentes:

Vocês tomaram uma decisão consciente ao analisar a resposta da Itaipu. Sexta-feira passada entrei em contato com o Dr. Paulo Cunha e ele prometeu que apresentaria a resposta para a FETAEP hoje, às 10 horas. Estou esperando até agora (era mais de 11 horas e ainda não recebera nada). Apresento aqui o repúdio da Federação e dos sindicatos a esta atitude.

Itaipu estava abusando! Não cumprira o trato feito com a Comissão dos Agricultores e agora agia da mesma maneira com a FETAEP, entidade oficial e reconhecida como organização máxima, pelos trabalhadores rurais. Era desrespeitoso demais!...

Agostinho Bukowski disse: “Se alguém tem problema para vir aqui, que pelo menos não aceite a proposta da Itaipu. O trunfo está na mão de vocês; o que vocês decidirem, a FETAEP apoiará:”

Lafaiete Santos Neves, representante da Comissão Justiça e Paz do Paraná, frisou: “A Igreja está do lado de vocês”. Estava desde o início, mas sempre era importante reafirmar esta posição, o panorama estava mudando e o bispo de Foz do Iguaçu dizia que: “[...] se houver alguma proibição, a Igreja estará aberta”. D. Olívio havia recebido, através de Paulo Cunha, uma cópia do documento da Itaipu. D. Olívio solicitou à Itaipu para que mandasse a nota oficial aos agricultores concentrados.

Na reabertura da assembléia, à tarde, despedem-se o presidente da FETAEP, Agostinho Bukowski, e o representante da CONTAG, Francisco Urbano Araújo Filho; ambos reafirmam o apoio oficial das entidades que representam e se despedem com a palavra de ordem que é repetida por todos: “Trabalhador unido, jamais será vencido!”.

Os agricultores sentiam a força de sua união e a necessidade de pensar a continuidade do movimento. Conforme a decisão da manhã, foram formados grupos por localidades para discutir:

- a) a participação dos políticos – os deputados estaduais e vereadores da região estavam desde o início solidários com o movimento e trabalhando junto com os agricultores, era preciso definir melhor sua participação;
- b) a ida a Foz do Iguaçu;
- c) indicação de duas pessoas de cada comunidade para participar da subcomissão.

Enquanto os grupos reunidos discutiam, duas notícias chegavam de Foz do Iguaçu: a nota oficial seria entregue à tarde, através do Prefeito de Santa Helena, e D. Olívio conseguira que Costa Cavalcanti permanecesse em Foz do Iguaçu e que fosse feita uma reunião à tarde ou na manhã do dia seguinte. Esta notícia dava bastante ânimo aos agricultores. Mas as intenções da Itaipu eram claras: deter a marcha sobre Foz, que além da repercussão, corria ainda o risco de envolver também os 30 mil operários que trabalhavam na barragem...

Os relatórios dos grupos apresentaram as seguintes conclusões:

a) sobre os políticos – agradeceu-se e aceitou-se a sua participação, acrescentando que ali é que era o lugar deles, realmente ao lado do povo; não como representantes dos partidos, mas como representantes políticos do povo e com ele comprometidos;

b) sobre a marcha para Foz – estava confirmada, porém, em virtude da possível reunião com Costa Cavalcanti, marcou-se para segunda-feira, dia 28, às 9 horas. Alguém perguntou: “Se a chuva atrapalhar e atolar? Resposta: “A gente vai empurrando, a gente bota trator [...]”.

Fez-se um levantamento de quantos veículos iriam de cada barraca, quantas pessoas iam e quantas ficavam. E a recomendação era de levar muita lenha e muita mandioca...

Cada grupo apresentou também o nome de duas pessoas da comunidade que comporia a subcomissão, cujas funções seriam substituir a Comissão de Agricultores, em caso de impedimento (prisão etc.), e mantê-la permanentemente informada da situação nas comunidades, bem como agilizar suas decisões.

Um colono disse: “Lá na minha casa eu não sei como andam as coisas, quem sabe um dia eu volte, e se eu tiver que ficar no pó da estrada eu fico, mas não recuarei!” Era este o pensamento dominante. As mulheres, que desde o início do movimento estavam atuando firmemente, também pensavam assim: “se eles não deram os 100% e o pessoal resolve ir para Foz, nós temos que ir também. Tem que ir crianças e as mulheres na frente, depois os homens. Imagina que nós vamos largar eles sozinhos, se for preciso morrer, que morra toda a família”.

Na manhã do dia 27 já havia um caminhão carregado de mantimentos, lenha, lona para as barracas etc., pronto para ir para Foz. Se por acaso a

marcha fosse antecipada, não traria atrapalhos para os colonos. No ato litúrgico desse dia, rezou-se de modo especial para que “os colonos tenham forças para enfrentar os poderosos”.

No início da noite anterior, o prefeito de Santa Helena havia entregado à Comissão dos Agricultores a nota da Itaipu divulgada pela imprensa. Mas, na calada da noite, Itaipu Binacional espalhou em todas as localidades, vilas, casas de comércio, pátio das casas, nas ruas, uma “Mensagem de Itaipu aos agricultores de área do reservatório”<sup>29</sup> que iniciava dizendo: “A Itaipu já reajustou os preços das terras e já divulgou pela imprensa, através de comunicado. Os reajustes são periódicos. Você foi beneficiado. Com o dinheiro da indenização, você compra as mesmas terras no Paraná”. Isto significava claramente que Itaipu fazia um jogo duplo: de um lado, apesar da relutância, entregou o documento à Comissão dos Agricultores, e por outro dizia que já havia divulgado na imprensa, e que era através desta que o agricultor deveria tomar conhecimento. “Não se envolva em agitação”, acrescentava.

Se a intenção da Itaipu era intimidar os colonos para que não participassem do Movimento, isto não aconteceu. Este “Comunicado” revoltou-os ainda mais. Um colono perguntou indignado: “Será que a obra de Itaipu é uma mercadoria? Será que tem que fazer propaganda noturna como os ladrões?” O representante da CPJP, que permanecia em Santa Helena, disse: “Nós não fazemos nada de madrugada, não fazemos nada às escondidas, é tudo aberto; as assembléias são abertas e se o preço que eles estão dando é bom, não precisa fazer propaganda de madrugada!”

A ordem era aguardar a reunião com Itaipu Binacional marcada para às 15 horas, porém Itaipu impunha uma condição para a reunião se concretizar: participação de apenas 5 agricultores (inicialmente queria só três!) da Comissão; não aceitaria a presença do pastor Werner Fuchs, da CPT, nem dos sindicatos, nem da FETAEP, nem da CPJP; concordavam com a presença de D. Olívio Fazza – bispo de Foz, e só. A Comissão ficou num impasse, alguns não queriam aceitar esta proposta da Itaipu, afinal sempre haviam aceito estas entidades em suas reuniões. Costa Cavalcanti não se apresentava sozinho, sempre vinha rodeado de assessores, por que os colonos não poderiam também se apresentar com sua assessoria? A discussão foi grande, mas no final resolveram aceitar a condição. Cinco pessoas da Comissão foram escolhidas: Marcelo Barth, agricultor de Itacorá; Ary Konrad, agricultor de Pato Bragado; Arnildo Schmidt, posseiro do Pouso; Orestes Gasperim, agricultor em Itacorá, e Eno Baron, chacreiro em Santa Helena. Os cinco seguiram para Foz do Iguaçu acompanhados do representante da CPJP e de dois representantes da FETAEP.

Todos ficaram reunidos, aguardando alguma notícia de Foz do Iguaçu. Uma religiosa do Colégio de Santa Helena convocou as “senhoras e mocinhas” para se reunirem às 15 horas na Igreja, em oração; era a hora marcada para o início da reunião. Neste horário, os agricultores concentrados quei-

maram os panfletos distribuídos pela Itaipu durante a noite. Foram as pessoas mais idosas que iniciaram o fogo e as cinzas foram recolhidas para serem enviadas à Itaipu em sinal de repúdio. Às 21 horas, veio a ordem para se recolherem e “todos na assembléia de amanhã”.

No dia 28 todos estavam ansiosos para saber o resultado da reunião do dia anterior e se marchavam ou não... O pastor Werner Fuchs explicou que a reunião com Itaipu terminou às 9 horas da noite e que algumas coisas foram conseguidas e seriam colocadas na assembléia. Por isso não tinha saído a marcha, mas “se for decidido, ela pode sair daqui a pouco”.

Foi lida a ata da reunião com Itaipu e, logo após, os cinco agricultores que estiveram na reunião deram seu relato.<sup>30</sup>

Itaipu reconheceu a Comissão que esteve lá: “A gente gostaria de ter discutido tudo, mas não deu tempo. Eles (Itaipu) se puseram à disposição para discutir a hora que a gente quiser [...]”.

Solicitou-se que ninguém pensasse somente em seu problema: “Tem muitos companheiros que ficaram aqui acampados dando uma força ao movimento e ainda não viram nada sobre o caso. Realmente, não tinha sido tratada a questão dos posseiros, nem das vilas, nem dos bolichos [...]” Sobre a questão dos sem terra, Itaipu indicou a Agrovila de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, que foi construída em função de Sobradinho; mas os agricultores já tinham ouvido falar nela e sabiam que não era coisa pra se alegrar.

Após um bom tempo de discussão, votaram-se as propostas apresentadas pela Itaipu. Todos os itens foram aprovados com exceção do referente ao preço da terra. Itaipu mantinha a classificação das terras e, embora na tabela apresentada o aumento das terras de primeira chegasse quase perto dos 100%, estas representavam a minoria das propriedades. Afinal, que terras seriam consideradas de primeira? O descontentamento era geral: “O que não está me agradando é a classificação, que no fim vai dar marmelada”. “Não podemos aceitar isto aqui”. “Não se aprova enquanto não se consegue mais esclarecimento sobre a classificação”.

Perguntou-se quem queria voltar para suas casas e quem estaria disposto a ficar ali até resolver tudo. Todos concordaram em ficar acampados. Então, foi decidido que a Comissão iria novamente a Foz do Iguaçu, sem confirmação de nova entrevista (que D. Olívio estava providenciando). Caso a Comissão não fosse recebida pela Itaipu, o “povo marcha [...]”.

Itaipu recebeu a Comissão, só que Costa Cavalcanti não estava mais lá; a reunião foi com Paulo Cunha, assessor jurídico. Participaram os cinco agricultores da reunião anterior mais Valdevino da Silveira (posseiro da Linha Guarani), D. Olívio Fazza e Dr. Mário Pizzato, advogados que estavam dando assessoria ao Movimento. Mas novamente não foi permitida a entrada do pastor Werner Fuchs, da CPT. Ressalte-se que D. Olívio empenhava-se para a saída do impasse, mas sua posição era mais de mediador do que de assessor

e que o Dr. Mário Pizzato estava há muito pouco tempo acompanhando os agricultores e nem um, nem outro conhecia as particularidades da situação da área alagada, como o pastor Werner Fuchs. Portanto, o fato de barrarem a sua presença significava não só uma atitude de desconsideração ao trabalho que a CPT vinha desenvolvendo na área, como uma clara tentativa de desmoralizar esta entidade, além de evitar enfrentá-la.

Os agricultores permaneceram concentrados em Santa Helena. Tudo estava pronto para a marcha que poderia sair a qualquer momento. Montou-se um esquema com a finalidade de evitar uma possível repressão. Os membros da Comissão que não tinham ido a Foz, a subcomissão, as entidades e os deputados esperavam ansiosos um telefonema, o que aconteceu às 10 horas da noite. Werner Fuchs informou que Itaipu aceitava pagar 200 mil cruzeiros o alqueire da 1ª classe e que garantia que 80% das terras estariam incluídas nesta categoria. A marcha é suspensa e nova assembléia é marcada para o dia seguinte.

Os agricultores que foram a Foz do Iguaçu voltaram exaustos, mas cientes de que tinham muitos pontos vitoriosos, embora também soubessem que algumas exigências ficaram sem ser atendidas e outros pontos ficaram só na promessa...

Apesar disso, no dia seguinte, após 16 dias de acampamento, a assembléia aprovou a desmobilização. Sabiam que tinham mais direitos, porém, se não estavam plenamente satisfeitos, estavam sem dúvida em situação melhor que a anterior ao movimento.

O acampamento seria desativado, mas o Movimento Justiça e Terra continuaria e “só termina quando chegar a água, quando o último for indenizado”. A Comissão dos Agricultores e as lideranças das comunidades se reuniram todas as terças-feiras para acompanhar a ação da Itaipu, para continuarem discutindo seus problemas e seus destinos, para refletirem sobre as causas de todo o problema. E principalmente para “vigiar” a ação da Itaipu, pois “confiaram desconfiando” em suas já conhecidas promessas e, se fosse necessário, fariam nova manifestação.

Antes dos agricultores começarem a festejar a vitória, foi marcada uma nova assembléia de todos os expropriados para o dia 23 do mês seguinte, em Santa Helena.

Foi realizada uma reunião com a Comissão, lideranças, sindicatos e entidades ligadas ao Movimento para fazer uma avaliação e traçar os rumos da ação futura. No total, tinham conseguido o atendimento de 11 reivindicações:

- a) aumento no preço das terras;
- b) garantia de que 80% das terras estão na classe I;
- c) reajuste dos preços a cada 90 dias;
- d) aumento no preço das benfeitorias pelos valores da construção civil (95% de 1978 até o primeiro semestre de 1980);

e) estradas na propriedade, antes descontadas na medição, indenizadas como terra;

f) pagamento até 15 dias depois do acordo;

g) mais um plantio de soja para colheita até março/abril de 1982;

h) entrega pelo INCRA de todos os títulos das áreas atingidas do Imóvel Rio Paraná até outubro/novembro daquele ano;

i) informe semanal pela “Bolsa Agrária” do ITC das terras à venda no Paraná;

j) possibilidade de indenização de áreas remanescentes até 3 hectares (áreas maiores seriam estudadas como casos especiais);

k) indenização das redes elétricas.

Itaipu ainda se comprometia a:

a) fornecer cópia oficial da proposta, constatando a classe da terra;

b) respeitar o direito do posseiro em reuniões entre estes e os proprietários;

c) conseguir terras com o INCRA e o governo estadual para posseiros, arrendatários e agregados;

d) ajudar na transferência de postos de gasolina;

e) permitir a retirada de benfeitorias antes do acordo, mediante requerimento;

f) reajustar os preços das chácaras de Santa Helena de acordo com o mercado;

g) adiantar 50% do valor da terra aos ocupantes dos “Pousos” em Marechal Cândido Rondon;

h) entregar gratuitamente planta e memorial descritivo das áreas remanescentes.

Algumas exigências não haviam sido atendidas:

a) 5% de aumento mensal, a partir de junho de 1981, para os últimos a serem indenizados;

b) indenização dos pontos comerciais (boliches, moinhos, postos de gasolina etc.);

c) definição da situação de Porto Mendes e São José do Ocoí, vilas condenadas ao desaparecimento.

Estes resultados foram impressos em cartazes<sup>31</sup> e distribuídos em toda a região e enviados às localidades que manifestaram seu apoio à luta.

A pergunta feita por todos na reunião de avaliação foi a seguinte: “Porque não se conseguiu mais?” E passaram a analisar alguns aspectos:

a) na primeira reunião, faltou tempo para discutirem;

b) a segunda, no dia 28/7, sem a presença de Costa Cavalcanti, foi precipitada e o resultado conseguido mínimo;

c) em ambas as reuniões, faltou assessoria aos cinco líderes, o que os deixou em uma posição de inferioridade diante da Itaipu, e ainda porque os debates foram para Foz enquanto a assembléia permaneceu em Santa Helena;

d) em certos momentos, a assembléia e sua soberania sobre os rumos do Movimento parece não ter sido suficientemente respeitadas.

Criticou-se também o fato de a Missa de Ação de Graças do dia 29 ter sido realizada antes da assembléia, pois serviu para preparar o espírito dos agricultores para concordarem com a volta para as casas diante do que já fora conseguido.

Esta atitude foi motivada principalmente pela posição de D. Olívio Fazza (bispo de Foz do Iguaçu), que, após a reabertura do diálogo, não se mostrava mais favorável à marcha pacífica para Foz; sua posição foi de “freio” ao movimento que, apesar de contar com o apoio dos deputados, não se sentiu encorajado a seguir a marcha sem o apoio oficial da Igreja.

Na realidade não conseguiram avaliar a força que tinham: “Se soubéssemos de certos detalhes, talvez pudéssemos ter ido mais longe nas conquistas”. Porém tinham a certeza de que foram parcialmente vitoriosos. Desmanchavam o acampamento com um esquema de organização que garantia a continuidade do Movimento Justiça e Terra. Por isso eles podiam dizer que: “Termina uma etapa do Movimento Justiça e Terra, mas este continuará, enquanto tiver uma pessoa para ser indenizada”.

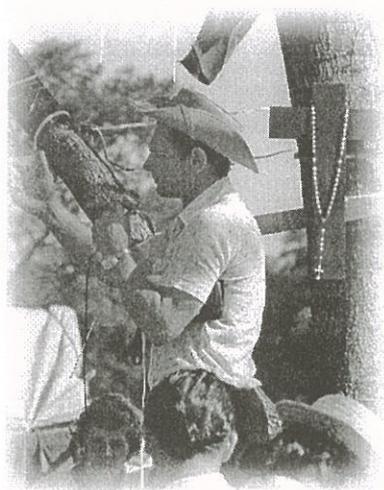


O PREÇO DA PAZ:  
JUSTIÇA E TERRA

Quinze dias de luta  
e quinze dias de sofrimento  
que nos temos aqui reunido  
fazendo reza pedindo aumento  
porque a terra subiu demais  
e a Itaipu poucos por cento  
Já fomos levado 4 anos  
e ainda não chegou este momento

.....  
Será que vocês já esqueceram  
tudo aquilo que foi falado  
prá nós ficar tranqüilo  
e também não ficar preocupado  
que até o ano de setenta e oito  
nóis fossemo todos indenizado  
Agora já temos oitenta e um  
e ainda não encontramos o resultado  
Até o Teixeira e o Zé Bétio  
voceis mandaram no rádio falar  
que nós depois de ser indenizado  
nossas terras ainda podia plantar  
talvez treis ou quatro anos  
até que voceis iam ocupar  
Agora ainda temos um ano  
e ainda nada de indenizar

.....



## Preço da Paz: Justiça e Terra

Após a desmobilização do acampamento de Santa Helena, a Comissão dos Agricultores continuou a se reunir periodicamente, discutindo nestes encontros a situação, opiniões e sugestões de suas comunidades. E, acompanhando a atuação de Itaipu. As perspectivas não eram das melhores...

No início de 1981, faltando dois anos para o represamento e um ano para a desocupação da região, apenas 60% das desapropriações haviam sido feitas. Os aumentos conseguidos através da mobilização de Santa Helena, apesar de significativos, já haviam sido “engolidos” pela valorização imobiliária da região.

Os reajustes dados pela Itaipu variavam de acordo com os índices das ORTNs, condição equivocadamente aceita pelos colonos no Movimento de Santa Helena, pois, enquanto o preço das terras no mercado imobiliário do Paraná (onde os colonos queriam ficar) apresentava um aumento superior a 200%, o aumento estabelecido por Itaipu girava em torno de 20 a 25%. Assim, enquanto a empresa pagava pouco mais de 200 mil cruzeiros por alqueire, o preço das terras que os expropriados encontravam para comprar no Paraná variava de 500 a 700 mil cruzeiros o alqueire. Isto fazia com que raríssimos expropriados aceitassem fazer acordo com Itaipu e os que faziam sofriam grandes prejuízos, em virtude da defasagem dos preços.

A situação dos 1.800 posseiros permanecia como anteriormente: nas áreas que esperavam titulação por parte do INCRA (Imóvel Rio Paraná, Passo Cuê, Ocoí II e Bacia do Prata) e nas áreas do Pouso I, II e III, que aguardavam desapropriação, nenhuma providência havia sido tomada. Ocorria o mesmo em outras áreas onde os posseiros dependiam de acordo com os proprietários. A situação dos arrendatários também permanecia indefinida.

Em 27.02.81, foi realizada uma reunião em Santa Helena, na qual a Comissão dos Agricultores do Movimento Justiça e Terra, além de expor à Assessoria Jurídica da Itaipu todo este quadro, exigia uma solução da empresa, e o cumprimento do acordo de julho/80. Mas a reunião de nada adiantou. A Comissão precisava se reunir e tomar uma decisão. Para tal, foi convocada uma assembléia de todos os expropriados para o dia 16 de março, em Itacorá.

A assembléia começou a ser preparada imediatamente e discutida nas comunidades. Os colonos já sabiam que Itaipu só reconhecia os direitos dos expropriados sob pressão e sabiam também que teriam que agir nesse sentido. E agiriam agora com muito mais experiências, decorrentes do aprendizado do último acampamento e de todo um semestre em que vinham discutindo, conhecendo-se e organizando-se em suas comunidades. O Movimento Justiça e Terra não só continuava como tinha condições de avançar.

A proposta que estava surgindo nas reuniões era a da realização de uma marcha até Foz do Iguaçu, para entregar o documento com as reivindicações e ficarem acampados, pacificamente – pelo tempo que fosse necessário – até o atendimento de suas exigências. Assim, os agricultores participariam da assembléia em Itacorá, prontos para marchar: com alimentos, lenha, lona, cuia, bomba, erva, baralho etc.

Nem a assembléia e nem a disposição de marcharem para Foz era segredo. Itaipu também estava sabendo e, no dia 15/03, véspera da assembléia, o assessor jurídico da Itaipu Binacional declarava ao jornal “*O Estado de São Paulo*” os novos valores a serem pagos como indenização das terras e benfeitorias: de 380 a 400 mil cruzeiros o alqueire. Declarava também que os preços reajustados para março estavam de acordo com o mercado da região. E mais, que “[...] um esquema de segurança foi montado pela Binacional para

proteger os canteiros de obras e edifícios da empresa”. A mesma nota dizia que o bispo de Foz do Iguaçu, D. Olívio Fazza, havia sido informado pela Polícia Militar de que havia um forte esquema de policiamento preventivo, pois a cidade é considerada área de segurança nacional.<sup>32</sup>

No dia 16 de março, realizou-se a assembléia em Itacorá, com aproximadamente 2.000 pessoas. Mais uma vez, os expropriados não estavam sozinhos na luta empreendida: juntos, estavam dirigentes sindicais, o bispo de Foz do Iguaçu, D. Olívio Fazza, deputados estaduais, o advogado Wagner D’Angelis, presidente da CPJP do Paraná, assim como a CPT, representada pelo pastor Werner Fuchs, Secretário Regional, e Derci Pasqualoto, representante da CPT nacional, de Goiânia.

O “documento nº 1” foi lido e aprovado pelos presentes, que reafirmaram as exigências apresentadas na última reunião com a Itaipu. A assembléia aprovou igualmente a marcha para Foz. Este documento, transcrito a seguir, mostra bem a situação dos expropriados e suas reivindicações:

#### **Documento nº 1<sup>33</sup>**

Os agricultores expropriados de Itaipu, reunidos em assembléia na localidade de Itacorá, município de São Miguel do Iguaçu, às 10 horas do dia 16 de março de 1981, aprovaram as seguintes reivindicações, que deverão ser atendidas pela Itaipu Binacional:

- Exigimos, para áreas rurais, 500 mil cruzeiros por alqueire para as terras classe IV, e 600 mil cruzeiros por alqueire tipo I;
- Para as chácaras de Santa Helena, de 1 a 1.3 mil cruzeiros por alqueire, conforme a classe;
- Para as benfeitorias e culturas permanentes, aumento de 100% sobre os valores ofertados por Itaipu;
- Para a eletrificação da propriedade, que embora diversas vezes prometida, não recebeu nenhuma indenização, exigimos valores de uma instalação nova, e para as estradas na propriedade, os mesmos preços de terra mecanizada.

1. Caso nossa reivindicação seja considerada irreal ou injusta, aceitamos outra propriedade em troca pela nossa, nas mesmas condições e infra-estrutura da região.

2. Os valores acima reivindicados são válidos somente para 30 dias, a partir desta data, e a Itaipu deverá iniciar o pagamento imediatamente.

3. Que a Itaipu e os órgãos governamentais solucionem, de imediato, através do empenho máximo de todos os recursos existentes, os problemas das áreas com documentação pendente, quais sejam:

- a) titulação pelo INCRA: imóvel Rio Paraná, gleba Passo Cuê, Ocoí II e Bacia do Prata;
- b) área aguardando decreto desapropriatório: Pousos 1, 2 e 3;
- c) área dependendo do decreto com os proprietários: Benno Sturner e Colonizadora Maripá, espólio de Arnaldo Nunes da Costa, Fernando Lopes Busso, João Caran

Sobrinho, Alegretti & Cia. Ltda., Fundação (ITC), espólio de Mahmud Ismael Sheade (Banco do Brasil) e áreas com pendências judiciais.

4. Que a Vila do Porto Mendes, em cujo remanescente ficarão apenas as casas comerciais e pouquíssimos moradores, seja totalmente indenizada por Itaipu.

5. Para que seja possível a safra de 1982, exigimos que todas as benfeitorias permaneçam até 30 de abril de 1982.

6. Que a Itaipu apresente solução imediata para o reassentamento de arrendatários e posseiros já indenizados a preços vis ou sem perspectiva de sobrevivência, tal como a área de terras do Cerrado para arrendatários que possuem maquinários.

7. Fundo de comércio correspondente à indenização dos pontos comerciais.

Aprovaram também moções de solidariedade aos índios Guaranis do Porto Irene, que recebam outras terras de conformidade como o Estatuto do Índio. Que os brasileiros que serão indenizados no lado paraguaio recebam terras no Brasil.

Para conseguir estas reivindicações, os agricultores resolveram acampar em Foz do Iguaçu, por tempo indeterminado, cuja marcha deverá ocorrer na tarde de hoje ou mais tardar na manhã de manhã, dia 17. Isto porque, afirmam os agricultores, a Itaipu Binacional afirma de público que está procedendo de maneira justa e legal e que está preocupada com um tratamento humano de pessoas com ela relacionadas. Mas nós, expulsos pelo futuro lago, somente percebemos incertezas e injustiças. Por isso estamos mais uma vez clamando pelos nossos direitos.

As reivindicações foram aprovadas durante reunião, no pavilhão de festas da Igreja da localidade, com cerca de 2 mil agricultores, inúmeros líderes sindicais e de outras entidades de classe, além da presença do bispo de Foz do Iguaçu, Dom Olívio Fazza, que falou aos lavradores, solidarizando-se com seus problemas e com o movimento "O preço da Paz – Justiça e Terra" iniciado ontem e que só será encerrado, segundo eles, quando as reivindicações forem atendidas.

(Movimento "O Preço da Paz – Justiça e Terra")

D. Olívio declarou "justíssimo o Movimento e que a Igreja está do lado dos colonos".

E com a Igreja, com os Sindicatos, com os deputados, CPT e CPJP, aproximadamente 800 colonos marcharam na manhã do dia 17, rumo a Foz do Iguaçu, com a finalidade de acamparem por tempo indeterminado no canteiro de obras da Itaipu Binacional. A palavra de ordem agora era: "O Preço da Paz: Justiça e Terra".

A primeira manifestação de repressão aconteceu no trevo de acesso a Foz do Iguaçu: a Polícia Militar não permitiu que eles prosseguissem de carro e foram obrigados, então, a abandonarem seus veículos e continuarem a marcha a pé, até o trevo de acesso ao Centro Executivo da Itaipu Binacional.

A marcha era pacífica e os participantes estavam armados apenas do documento aprovado na assembléia (que queriam entregar a Itaipu) e de muita sede de justiça. No entanto, foram recebidos por 400 homens da Polícia Militar armados de baionetas, cacetetes e gás lacrimogêneo, além de 40 guardas de segurança da Itaipu e agentes de vários órgãos de segurança. Dispostos em

cunha, os soldados carregavam fuzis em posição de combate. Os expropriados estavam dispostos a não arredarem pé e os guardas tinham ordens de não deixá-los passar. Assim, cerca de 800 pessoas foram se instalando por ali mesmo. Instalaram-se provisoriamente, pois o objetivo era acampar em um terreno vizinho ao canteiro de obras, cedido pelo seu proprietário. Como foi restringido o seu direito de ir e vir, os advogados que assessoravam o Movimento entraram com pedido de *habeas-corpis* para garantir a livre movimentação dos agricultores, esperando que o juiz o concedesse rapidamente.

No dia seguinte, dia 18, chegou a Foz do Iguaçu – em um jato particular – o presidente da Itaipu Binacional, general Costa Cavalcanti. Interpelado pelos jornalistas, disse nada ter a declarar e, segundo sua assessoria de relações públicas, vinha “participar de reunião mensal da Diretoria Executiva, previamente marcada e sem nenhuma relação com a manifestação dos colonos”.<sup>34</sup>

Apesar desta declaração, os colonos acampados no trevo esperavam que Itaipu se manifestasse. E, realmente, a Itaipu Binacional fez proposta no sentido de receber uma comissão de 12 pessoas no Centro Executivo, para dialogar com o responsável pelo Departamento Jurídico da Empresa. Discutida a proposta em assembléia, os colonos não aceitaram: “Se Itaipu quiser, que venha até nós, porque queríamos ir até lá, antes, mas nos impediram”.<sup>35</sup> A contraproposta tirada na assembléia foi a de irem todos ou que Paulo Cunha viesse ao acampamento.

No dia seguinte, dia 19, dois enviados do general Costa Cavalcanti foram até o acampamento para solicitar a entrega formal do documento com as reivindicações, ficando, desta maneira, caracterizado o recebimento das reivindicações pela empresa. Costa Cavalcanti prometeu responder todos os itens, além de receber uma comissão de cinco representantes do movimento, desde que “[...] não faça parte dela nenhum elemento estranho, ou seja, só recebemos proprietários de áreas da zona afetada”.<sup>36</sup>

A Itaipu Binacional não podia ignorar o Movimento Justiça e Terra. Já eram bem mais de 1.000 pessoas acampadas – homens, mulheres e crianças – num importante trevo que dá acesso à rodovia transamericana. Todas as pessoas que se dirigiam ao Paraguai, ônibus de excursão, turistas com seus carros particulares, motoristas de caminhão, passavam obrigatoriamente pelo trevo, que já era designado como “trevo da vergonha”. Quando não paravam para conversar com os colonos acampados e entrar na roda de chimarrão, liam as faixas que se espalhavam pelo acampamento: “Agricultores vítimas de Itaipu”. “Itaipu, atração do mundo, crucificação dos brasileiros” etc.

Itaipu precisava tirá-los dali, pois sua presença neste local estava depondo contra a magnitude da obra. E, depois, o fato estava repercutindo muito. Como fazer? o momento político que o país estava vivendo não permitia que se usasse abertamente a repressão.

Seu uso fora justificado pela Itaipu, até então, para garantir as suas instalações, consideradas área de segurança nacional, mas não seria bem vista pela opinião pública se a repressão fosse usada para desmobilizar o pacífico e organizado acampamento dos colonos. Os colonos acampados afirmavam que só sairiam dali com as reivindicações atendidas, o que Itaipu se negava a fazer. A tática usada pela empresa foi a de dificultar a vida no acampamento: comida eles tinham, barracas eles tinham, eles não tinham água. E o calor chegava a 41°!

A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (dirigida por um interventor) e o Corpo de Bombeiros negavam-se a fornecer água, ou melhor, foram proibidos de dar água aos colonos, atendendo a determinações superiores... As firmas particulares queriam cobrar até Cr\$ 4.500,00 pelo barril, preço considerado absurdo.<sup>37</sup> O deputado estadual Gernote Kirinus procurou obter água em Santa Terezinha, uma vila distante 20 km de Foz, e lá também foi negada.

Mas nem o calor de 41° e nem a falta d'água fazia os colonos desistirem da caminhada que haviam iniciado. Este boicote oficial serviu para que a população de Foz do Iguaçu manifestasse sua solidariedade para com os participantes do Movimento Justiça e Terra. Grupos de pessoas acompanhados por religiosas fizeram passeatas até o acampamento, levando água potável em todo tipo de vasilhas. Também as pessoas que moravam nas redondezas do trevo permitiam que os agricultores retirassem água de seus poços. Assim, os agricultores iam se "virando", na expectativa de uma manifestação de Itaipu. A repercussão do boicote da água era muito negativa para Itaipu. A IECLB a considerou desumana e, em nota de apoio aos colonos, manifestou sua indignação "frente à falta de espírito humanitário e cristão por parte dos órgãos públicos municipais e estaduais [...]"<sup>38</sup>

Baseados em sua experiência do processo de negociações do Movimento Justiça e Terra, em Santa Helena, os colonos impunham condições para a concretização do diálogo com Itaipu:

- a) escolha de um lugar neutro para as negociações;
- b) que a reunião fosse presidida por pessoas indicadas pela OAB local e não envolvidas nem com o Movimento Justiça e Terra e nem com Itaipu Binacional;
- c) que fosse franqueado o acesso à imprensa;
- d) que os 12 agricultores que participassem do diálogo fossem acompanhados de 10 assessores, entre os quais D. Olívio Fazza, bispo de Foz do Iguaçu, pelo presidente da Cooperativa Três Fronteiras, Ignácio D'Onnel, pelo pastor Werner Fuchs, da CPT, e pelo presidente do STR de São Miguel do Iguaçu, Ivo Adamante. Alegavam em sua defesa que:

... Se a Itaipu pode e sempre conta, nos encontros, com um enorme grupo de assessores, nós também podemos ter os nossos [...] Se a Itaipu não quer que

nossos assessores estejam presentes, então o general Costa Cavalcanti que vá sozinho e assim discutiremos em igualdade de condições.<sup>39</sup>

No dia 20, o general Costa Cavalcanti e o diretor jurídico adjunto receberam cinco agricultores do Movimento Justiça e Terra; eles foram entregar um documento contendo as condições para a realização da reunião entre as duas partes. Entretanto, essa reunião não estava nos planos da Itaipu Binacional, e após uma hora e meia de conversações, o presidente da Binacional entregou aos colonos um documento contendo a resposta às suas reivindicações. Conforme declarou à imprensa “não se trata de uma *proposta*, e sim da *solução* da Itaipu para os problemas e reivindicações dos colonos”.<sup>40</sup> “Não pensamos em reunirmo-nos com os colonos; apenas estamos apresentando nosso posicionamento ante as reivindicações que nos foram apresentadas”.<sup>41</sup> Descartava o general, portanto, a possibilidade de qualquer conversação com os integrantes do Movimento Justiça e Terra, que dizia não reconhecer.

No documento entregue pela Itaipu, esta reafirmava que desde o início procedeu com justiça na realização de seu programa e a prova disso era o argumento, já gasto, de que ninguém recorreu à Justiça. A realidade do documento que tinha recebido e as quase duas mil pessoas acampadas embaixo de suas “barbas”, gritando por Justiça e Terra, era ignorada. No entanto, seus dirigentes se diziam “sensíveis” à situação dos agricultores e concediam um aumento de 80% no valor das terras. A única reivindicação atendida foi a de um maior prazo para retirar as benfeitorias, antes era até dezembro de 1981 – conquista do Movimento de Santa Helena – sendo que, agora, podiam retirá-las até 30.04.1982.

O documento foi analisado pelos colonos, que não o aceitaram e responderam, também, com um documento onde esclareciam às autoridades e à opinião pública o que significava a “solução” apresentada e também sua intenção de jogar a CPT, leal aliada dos colonos, contra eles.

A “resposta ao comunicado de Itaipu Binacional” feita pelos expropriados foi encaminhada à entidade, através do comandante do 34º Batalhão da Fronteira.

O pedido de *habeas-corpus* foi negado pelo juiz de Foz do Iguaçu, que alegou que “A Polícia Militar nada mais fez do que cumprir sua obrigação legal e constitucional de prevenir perturbações da ordem pública e proteger o patrimônio público”.<sup>42</sup>

Os advogados que assessoravam o Movimento iriam entrar com recursos, mas, na realidade, a atitude do juiz não mereceu muito comentário, pois os colonos estavam certos de que o local em que acamparam era estrategicamente excelente e revertia-se de forma bastante favorável ao Movimento.

Até os caminhões “pau-de-arara” (que transportavam os operários residentes fora do canteiro de obras), ao passarem diariamente pelo trevo, gritavam a palavra de ordem: “Justiça e Terra”!

Conforme observou o jornalista Paulo Roberto Pegoraro:

Assim é que, enquanto Itaipu espera ver os colonos desgastados pelo tempo e pelo calor, falta de condições de sanidade no acampamento e pelo próprio esgotamento físico da vigília, estes fazem da paciência sua melhor arma. E sabem principalmente que estão encravados num dos principais “cartões de visita” do País, que é Foz do Iguaçu, com suas cataratas, e o vizinho e atrativo Paraguai, promovendo a afluência de turistas de toda parte do mundo.

Chegando ao local do acampamento, os turistas vêm de um lado homens, mulheres e crianças expostas ao solo ou recolhidos ao chão duro das rústicas barracas e, de outro, soldados da Polícia Militar e da força de segurança de Itaipu, a separá-los do gigantesco complexo da Binacional. E, via-de-regra, a reprovação é para Itaipu.

Continua o jornalista dizendo que

... só mesmo com o diálogo e concessões das duas partes, principalmente da Binacional, pode cessar o desgaste que se verifica, que para os colonos é apenas físico, enquanto para Itaipu implica em repercussão negativa junto à opinião pública nacional e mesmo a alguns setores do Governo, que veladamente apoiam o Movimento.<sup>43</sup>

As manifestações de apoio chegavam de todas as partes do País e os políticos estavam constantemente no acampamento. Como diziam os colonos, “Todos são bem vindos, ainda mais aqueles que vêm nos dar apoio”.<sup>44</sup>

A situação era delicada. Dizia-se até que havia sido realizada em Brasília uma reunião entre as lideranças do PDS do Paraná e o general Golbery de Couto e Silva, chefe da Casa Civil. Dizia-se também que o Conselho de Segurança Nacional havia se reunido... Pelo sim ou pelo não; o fato é que o Governo do Estado estava sendo pressionado a tomar uma atitude, tanto pelas forças da situação, que não tinham mais argumentos para justificar a omissão do Estado, como principalmente pela oposição, que não perdia a oportunidade para denunciar o que a realidade provava: que a Itaipu mentia, o Governo se omitia e o agricultor era prejudicado.

E a situação era realmente sensível, com muitas implicações para o Governo. Tratava-se de ano pré-eleitoral e o nome das pessoas das quais se exigia uma atitude – o general Costa Cavalcanti e o governador Ney Braga – era prejudicado politicamente. Há que considerar ainda que qualquer atitude por parte do Governo do Estado do Paraná, no sentido de atender às reivindicações dos agricultores, criaria graves atritos com a diretoria da Itaipu. Por outro lado, a “omissão” do Estado repercutia, de forma favorável aos políticos de oposição e, em contrapartida, colocava em desvantagem os políticos da situação. Alguns, como dois vereadores do PDS, ousaram distribuir nota de apoio ao Movimento.

Para os colonos, o conhecimento deste jogo de interesses e das implicações que estava gerando seu “pacífico” acampamento fazia com que discutissem e pesassem, com bastante cautela, cada passo ou atitude a tomar.

A Itaipu havia declarado sua arma nesta batalha: o silêncio. Os colonos também haviam definido a sua: a paciência e a persistência. E mais, com sua união, teriam que quebrar o silêncio da Itaipu Binacional.

O que fazer? O primeiro passo era tentar uma audiência com o governador do Estado, Ney Braga. Caso não conseguissem, iriam à Brasília. Precisavam pressionar a Itaipu, não só diretamente, mas por meio do Governo do Estado. Em Santa Helena, solicitaram a presença do chefe do governo paranaense e ele não ousou comparecer. Agora tratariam de ir a Curitiba, e a presença, na capital, da Comissão dos Agricultores, forçaria o encontro com o governador. A audiência com Ney Braga estava sendo marcada por interferência do comandante do 6º Batalhão da PM de Cascavel, Carlos Alberto Monteiro, que comandava a operação da segurança em torno do acampamento. Os colonos solicitariam ao governador sua interferência junto à Itaipu e também que oficializasse uma comissão para proceder a um levantamento do valor real das terras no oeste do Paraná. E mais, pediam a desapropriação, pelo Governo Federal, através do INCRA, de áreas existentes no Estado, para o reassentamento dos expropriados que se negavam a abandonar o Paraná.

Se, por um lado, a Itaipu estava se desgastando sensivelmente perante a opinião pública, ela tentava desmoralizar as pessoas e entidades que apoiavam o Movimento. Assim, o general Junot, chefe da Segurança de Itaipu, declarava para um jornal, em Cascavel, que a resistência dos agricultores expropriados estaria sendo promovida pelo bispo de Foz. do Iguaçu, D. Olívio Fazza. Este repudiou a acusação dizendo que “[...] isto é mentira e eu até me considero muito omissos no apoio aos colonos, porque tenho feito pouco e deveria fazer muito mais”.<sup>45</sup>

Outro segmento – além dos proprietários, posseiros, arrendatários e peões – aderiram ao MJT: os Índios Guarani do Ocoí (13 famílias residem na área a ser inundada). Dois índios Guaranis, acompanhados de representantes da CPT, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ) e da CPJP reuniram-se em 23.03.1981, em Curitiba, com o delegado regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para encontrar uma alternativa para seu reassentamento.<sup>46</sup>

No dia 24 de março, “Dia do Sindicato”, as atividades no acampamento foram organizadas pelos STRs da região e FETAEP, que comemoraram oficialmente a data no “Trevo da Vergonha” ...Neste dia, também, os colonos acampados construíram uma barraca para a Polícia Militar e o Serviço de Segurança da Itaipu que estavam guardando o acesso ao Centro Executivo, debaixo de um sol causticante: “A gente quase não agüentava o calor debaixo das barracas e os pobres coitados lá em pé, no sol [...]” Porém, construíram uma barraca simples, de acordo com suas possibilidades, e Itaipu não deve ter gostado muito do “modelo”, pois imediatamente mandou construir outra barraca enorme, para os guardas... Itaipu, que se dizia tão “sensível”, nem se lembrou de fazer isto antes...

No dia 26, a Comissão de Agricultores foi recebida em Curitiba, inicialmente pelo secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes, e, posteriormente, pelo governador Ney Braga.

A reunião com o governador durou 15 minutos: tempo suficiente para o governador declarar que "[...] a Itaipu julga que está pagando preços justos pelas desapropriações e está entregue a um homem sensível que certamente vai estudar as reivindicações de vocês"<sup>47</sup> e para assumir o compromisso de servir de intermediário nas negociações entre os colonos e a Itaipu Binacional. Anunciou também que o ITC iniciaria um trabalho de levantamento dos preços das terras no sudoeste do Estado, o qual seria entregue dentro de 15 dias. O presidente do ITC, Joaquim Severino, declarou que "[...] depois que o ITC fizer este levantamento, o governo (do Estado) levará as conclusões à Itaipu [...] Há uma grande defasagem entre os preços pagos pela Itaipu e os que os agricultores querem. O nosso trabalho será meramente técnico".<sup>48</sup>

Mas, as reivindicações dos colonos não se limitavam à questão dos preços, e isto foi dito ao governador por Marcelo Barth, um dos líderes do movimento:

Gostaríamos que o Governo do Estado fizesse algo para permitir o reassentamento dos colonos no Paraná. Não basta Itaipu reajustar os preços, porque isso automaticamente inflaciona o mercado de terras e o problema para nós continua. O jeito é o Governo do Estado desapropriar alguma área e permitir que os colonos comprem terras pelos mesmos preços pagos por Itaipu.<sup>49</sup>

Os colonos reivindicavam "Terra por Terra", única medida para poderem permanecer no Estado. Uma vez que Itaipu se negava a fazer essa troca, considerada inclusive "ilegal", conforme a Constituição, que prevê a indenização em dinheiro, os colonos solicitavam que o Estado adquirisse áreas de terras que seriam repassadas aos colonos com a finalidade de regular o mercado de terras no Paraná.

Os colonos saíram da reunião considerando-a "um grande passo" para o Movimento Justiça e Terra, porém, antes de seu término, disseram ao governador que "[...] (estamos) cansados de tantas promessas [...] e estamos dispostos a permanecer acampados por mais 90 ou 120 dias, se for necessário, e para tanto estamos pensando em construir algumas casas para substituírem as barracas armadas de forma precária às margens da BR-277, em Foz do Iguaçu".<sup>50</sup>

A Comissão dos Agricultores e seus assessores aproveitaram a permanência na capital do Estado para prestar depoimentos na Assembleia Legislativa sobre o Movimento Justiça e Terra, para esclarecer as suas razões e informar do andamento das negociações. Como saldo desta reunião, foi formada uma Comissão Interpartidária que se comprometia a visitar o acampamento e acompanhar o andamento das negociações.

No dia 27, os principais jornais do Paraná noticiavam o resultado positivo da reunião com o governador e publicavam também uma nota "a pedi-

do” (transcrito da matéria publicada no Estado de São Paulo, no dia anterior), onde Itaipu, através de seu diretor jurídico, Paulo Cunha, contestava as reclamações dos colonos e mais uma vez tentava ludibriar a opinião pública com informações inexatas. Com os argumentos do preço médio – que incluía o preço da terra e das benfeitorias – de que ninguém ainda havia recorrido à Justiça para negociar e que não acreditava que os agricultores acampados em Foz do Iguaçu representassem mais que “[...] uns duzentos dos dois mil a serem expropriados”, ficava evidente a intenção do diretor jurídico de tentar subestimar a magnitude no Movimento que alcançava seu 11º dia.

De volta ao acampamento, a Comissão reuniu-se com os colonos e decidiram concentrar forças e se reorganizarem para enfrentar o prazo de 15 dias até sair o relatório do ITC.

E, enquanto começava a contagem regressiva, o acampamento dessas mais de mil famílias era, como observou um jornalista: “[...] um verdadeiro exemplo de integração, organização e até mesmo de amor, onde o sofrimento e o cansaço da vigília é compensada com as manifestações de solidariedade das famílias da cidade de Foz do Iguaçu e dos municípios próximos da região Oeste do Paraná”.<sup>51</sup>

Após a reunião com o governador, as condições no acampamento melhoraram. A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, segundo comentários, “por instruções superiores”, reconsiderou a posição tomada inicialmente e determinou o abastecimento de água e a construção de banheiros e fossas no acampamento, além do recolhimento regular do lixo. No acampamento funcionavam as seguintes repartições: a “secretaria” do Movimento Justiça e Terra – uma barraca com mesas e bancos, máquina de escrever e muito papel; o “açougue” – onde eram recebidas e repartidas as doações de carne; a “farmácia” – onde a filha de um expropriado, enfermeira prática, permanecia de plantão, e a “Rádio Justiça” – instalada em baixo do único pé de árvore do trevo, um pé de canafístula, “[...] em frente à Taipa da injustiça, com dois mil homens de potência [...]”, funcionava a todo vapor, para chamar os acampados para as orações, para as assembléias, para os avisos, recados, e para divertir com apresentações de músicos, repentistas, cantores e contadores de piadas.

Todas as pessoas acampadas ou ligadas ao Movimento Justiça e Terra traziam crachás de identificação. A limpeza também não era descuidada, “Não tinha um papel de picolé no chão”. Como em Santa Helena, as bebidas alcoólicas eram expressamente proibidas, em seu lugar rodava muito chimarrão...

Os cinco membros da Comissão Central e os sete representantes das subcomissões (responsáveis pela ordem, abastecimento, finanças etc.) reuniam-se diariamente para avaliar e encaminhar as questões do movimento; e posteriormente expunha-se, discutia-se e decidia-se em assembléias também diárias. Só a Comissão prestava informações oficiais do Movimento à imprensa.

Cada barraca possuía três representantes que se responsabilizavam, através de rodízio, em garantir a presença constante no acampamento e atender às necessidades de suas propriedades, de seus familiares não acampados, da alimentação dos animais etc.

O fim de semana se fazia sentir pelo aumento significativo de pessoas no acampamento. No domingo, dia 29, o PMDB chegou “em peso”: vieram o senador José Richa, deputado federal, Álvaro Dias e os ex-deputados cassados José de Alencar Furtado e Leo de Almeida. Além de fazerem veementes pronunciamentos em favor do Movimento Justiça e Terra e contra a atitude do Governo e da Itaipu, falaram da necessidade de democracia e de Reforma Agrária.

Itaipu ficava indignada com a presença de tantos políticos no acampamento, dizia que eles eram oportunistas. Mas os expropriados interpretavam de outra forma. Oreste José Gasparin, um dos líderes do Movimento Justiça e Terra, dizia que “ninguém recebe convite para vir aqui e todos são bem-vindos, mesmo porque precisamos do apoio de todos”. D. Olívio Fazza dizia que “os políticos com cargos eletivos têm a obrigação de estarem ao lado do povo e então não há nada de anormal na presença deles nos momentos em que se justifique seu apoio”.<sup>52</sup>

O mês de março terminava, senão com vitória final, com mais um reconhecimento do Movimento Justiça e Terra: a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), instalou uma extensão da rede elétrica para iluminar as barracas. Já puderam instalar um *freezer* para guardar as carnes e outros alimentos perecíveis e podiam ver na TV as notícias do Movimento e as declarações da Itaipu ao Jornal Nacional. Mas os expropriados tinham mais uma reivindicação: “Queremos que a Companhia de Telecomunicações do Paraná S/A (TELEPAR) instale um telefone, assim as lideranças do Movimento podem entrar em contato com o mundo [...]”

Sabiam que permaneceriam acampados até o ITC aprontar o levantamento dos preços das terras na região e, por isso, começavam a preparar suas atividades para esse período. Com o apoio da Igreja Católica, IECLB e dos STRs da região, o Movimento Justiça e Terra começa a preparar uma grande manifestação para o dia 7 de abril. A intenção é reunir 8 a 10 mil agricultores e o objetivo, explicou Marcelo Barth “[...] será provar à opinião pública e ao governo que os agricultores de toda essa região apóiam nossas reivindicações e desmentem as afirmações de Itaipu sobre os preços reais das terras do Oeste e Sudoeste do Estado”.<sup>53</sup>

No dia 19 de abril, 16º dia de acampamento, realizou-se um grande culto ecumênico com a participação de D. Olívio Fazza, bispo de Foz do Iguaçu; D. Pedro Fedalto, arcebispo de Curitiba e com o presidente da Regional Sul II da CNBB, pe. Olívio Bedim, da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo; pastor Otto Hoelles e pastor Malschutky, da IECLB, juntos, emitiram um documento com a posição das Igrejas do Paraná. Conforme o docu-

mento, o Movimento Justiça e Terra é “[...] uma resposta legítima e pacífica ao problema da indenização causado por Itaipu”. As Igrejas reafirmavam seu apoio ao movimento e esperavam que Itaipu “[...] venha realmente ao encontro dos justos anseios do povo, e não faça uso de pressões e promessas ilusórias para esvaziar o Movimento”.<sup>54</sup>

Os parlamentares, tanto da esfera federal como estadual e municipal, pronunciavam-se a respeito da situação enfrentada pelos expropriados. Um participante do diretório do PDS em Foz do Iguaçu também manifestou sua preocupação, pois “[...] na hora que o governo pedir para nós ganharmos as eleições, quero ver quem vai ter coragem de ir pedir votos aos colonos da região”.<sup>55</sup>

No dia 3 de abril, o acampamento já pôde se comunicar diretamente com o mundo! A TELEPAR instalou um telefone na barraca da “secretaria”. Os colonos interpretavam estas melhorias nas condições do acampamento como “ordem do governador Ney Braga”. Porém, conforme declarou Marcelo Barth, “o governo fez o que era sua obrigação, porque nas nossas terras nós estávamos devidamente confortáveis, com boas instalações, construídas em muitos anos e aqui estamos por força de uma circunstância criada pela própria Binacional”.<sup>56</sup>

No dia 7 de abril, conforme fora combinado, participantes do Movimento Justiça e Terra realizaram junto com a Igreja Católica, IECLB e STRs a “Caminhada da Paz”. Cerca de 5 mil pessoas, entre as quais padres, pastores, caravanas de diversos municípios da região, expropriados e simpatizantes de seu Movimento concentraram-se na Igreja Matriz de São João Batista e iniciaram o culto ecumênico que só foi encerrado após a caminhada pela cidade de Foz do Iguaçu até o “Trevo da Vergonha”. Os participantes da marcha levavam faixas e cartazes e tinham também um microfone portátil, através do qual eram transmitidas as palavras de ordem: “Um, dois, três, quatro, cinco, seis, terra e justiça exigimos de uma vez”; “Agricultor unido jamais será vencido”, “Justiça! Justiça!” A população da cidade de Foz do Iguaçu e turistas assistiam nas calçadas esta manifestação que era também acompanhada por um helicóptero da Itaipu.

D. Luciano Mendes, secretário-geral da CNBB, deveria estar presente também nesta “Caminhada pela Paz”, mas cancelou sua vinda em virtude de uma reunião que teria nesta tarde com Costa Cavalcanti, em Brasília. Havia a esperança da abertura de diálogo.

Os colonos, apesar de esperançosos, começavam a definir qual seriam os próximos passos a dar, caso a pesquisa realizada pelo ITC não apresentasse resultados convincentes. As idéias eram muitas, precisavam selecionar as melhores: interditar as obras da hidrelétrica; acampar em frente ao Palácio Iguaçu; enviar uma comissão a Brasília; invasão dos escritórios centrais da empresa pelas mulheres e crianças; entrar em contato com Stroessner, Presidente do Paraguai etc.

No mesmo dia da “Caminhada pela Paz”, 7 de abril, o jornal “Folha de Londrina” (e no dia seguinte o jornal “O Estado do Paraná” de Curitiba, “a pedido”) publicava matéria sob o título: “As razões de Itaipu”. Dizia que “[...] é preciso que se mostre o posicionamento do outro lado, que é exatamente da empresa Binacional Itaipu”. Paulo Cunha inicia a matéria destacando um “fato importante”: a celebração de 4 mil acordos expropriatórios, sem que qualquer das partes recorresse à Justiça. E completava dizendo que “[...] se estes casos fossem parar na Justiça, grande parte dos agricultores não teriam nem como provar que eram donos das terras, pois havia mais de mil posseiros e outro tanto de proprietários sem documentação das terras”. No entanto, o Dr. Paulo Cunha “esqueceu-se” de esclarecer à opinião pública que os posseiros que celebraram acordo com Itaipu só receberam os valores correspondentes às benfeitorias, não receberam nada pela terra. A preocupação de tentar soluções de desapropriações de áreas pelo INCRA ou de fazer acordo entre os posseiros só aconteceu após a mobilização dos expropriados e as denúncias da CPT.

É comum encontrar na área em conflito estes casos a que se refere Paulo Cunha em que “posseiros” celebram acordo sem recorrer à Justiça e que, no entanto, hoje, não têm a quem recorrer para conseguir sequer sair da terra que foi adquirida pela Itaipu. As suas benfeitorias eram, na maioria das vezes, uma casa, um paiol, um chiqueiro, um galpão, bastante para eles, mas insuficiente para Itaipu pagar um valor razoável que permitisse sua instalação em outra área: “O dinheiro recebido já nem existe mais [...]” Um colono dizia: “Se a safra deste ano der bem, a gente consegue um dinheirinho pra fazer a mudança, mas a gente nem sabe para onde vai”.

A matéria publicada “a pedido” era uma tentativa de provar à opinião pública que para Itaipu o homem tinha importância e “que o reassentamento das famílias é uma das suas constantes preocupações”. A realidade de mais de 1.000 expropriados acampados, a inflexibilidade da empresa em dialogar e reconhecer o Movimento Justiça e Terra como legítimo, demonstravam exatamente o contrário.

Porém, a tática usada pela Itaipu, do silêncio e do desconhecimento dos agricultores acampados, foi abalada com a atitude do governador do Estado, Ney Braga. O apoio oficial das Igrejas também estava interferindo e por mais que Itaipu publicasse “a pedido” para “esclarecer” a opinião pública, procurava também agir de outras formas paralelas. Assim foi que Costa Cavalcanti e D. Luciano Mendes, secretário-geral da CNBB encontraram-se em Brasília e, após este encontro, o diretor-presidente da Itaipu Binacional entrou em contato com o bispo de Foz do Iguaçu, D. Olívio Fazza, confirmando sua presença naquela cidade, no domingo seguinte, dia 12, demonstrando seu interesse em se reunir com o bispo e um agricultor no Hotel Bourbon. O local marcado para o encontro era neutro, como exigiam os agricultores, porém os

colonos iriam discutir se mandariam uma pessoa para a reunião, pois conforme declarou o pastor Werner Fuchs, “Estamos sendo representados por uma comissão e não por um presidente”.<sup>57</sup>

Outra reunião também estava sendo ensaiada. Desta vez, era Paulo Cunha que, em contato com D. Pedro Fedalto, comunicou que aceitava uma reunião com quatro ou cinco expropriados. O Secretário da Agricultura do Paraná, Reinhold Stephanes, por sua vez, se prontificava a uma reunião conjunta: colonos-Itaipu-Governo do Estado.<sup>58</sup>

Em assembléia, os colonos decidiram que “[...] só irão ao encontro com Costa Cavalcanti e D. Olívio se Itaipu aceitar uma comissão de 12 membros, ao invés de um representante”.<sup>59</sup> Nesta mesma assembléia, deram à comissão eleita direitos para negociar.

No dia 9, reunia-se em Curitiba, na Assembléia Legislativa, a Comissão Interpartidária, o assessor jurídico da Itaipu, Paulo Cunha, o diretor do ITC, Joaquim Severino, o diretor-geral da Secretaria da Agricultura, Eugênio Stefanello, dois agricultores e um membro da CPT. Paulo Cunha reafirmou que os preços pedidos eram elevados, não estando realmente de acordo com a região. Sobre o Movimento Justiça e Terra Paulo Cunha afirmou que a empresa não sentiu como um obstáculo do trabalho rotineiro: “A Itaipu tem um programa e uma tabela e está trabalhando dentro disso. Desde o dia 12 de março até agora, fizemos 260 acordos”.<sup>60</sup>

Os agricultores aguardavam ansiosamente o relatório do ITC, que estava prestes a sair, e exigiam que este fosse entregue inicialmente aos colonos, pois “[...] foram os agricultores que pediram o levantamento, portanto só eles têm o direito de receber o resultado”.<sup>61</sup>

Na Câmara dos Deputados, foram feitos dois pronunciamentos acusando o diretor da Itaipu Binacional de:

a) ter-se beneficiado com o recebimento de propinas (conforme publicação feita na revista norte-americana *Times* e reproduzida pelo *O Estado de São Paulo*);

b) estar recebendo cumulativamente dois polpudos salários pela Itaipu e pela ELETROBRAS;

c) estar promovendo a desapropriação de áreas de terras no Paraná em absoluto prejuízo dos expropriados.

O deputado Edison Lobão, vice-líder do Partido do Governo, defendeu o diretor-presidente da Itaipu; considerando “improcedentes as acusações contra Itaipu Binacional”.

Na noite do dia 11, quando completavam 26 dias de vigília, os colonos receberam, através de dois enviados do Governo do Paraná, o documento do ITC com o levantamento do preço das terras no mercado.

A classificação das terras do ITC seguiu os mesmos critérios da Itaipu, mas os valores encontrados por esta entidade reconheciam, em parte, a defa-

sagem dos preços pagos pela Itaipu e como justas as reivindicações dos colonos do Movimento Justiça e Terra.

Conforme relatório do ITC, os preços encontrados foram os seguintes:

a) terra de 1ª classe – sem restituição para qualquer tipo de cultura, que permite mecanização, tem topografia plana e ondulada. Preço – Cr\$ 490.595,00;

b) terra de 2ª classe – terra branca, sem restrição para culturas, como soja, trigo, outras não próprias para solos úmidos. Própria para cultivo de arroz, formada de banhados drenados. Preço – Cr\$ 427.547,00;

c) terras de 3ª classe – terra dobrada, com fortes restrições para mecanização, face à ocorrência de pedras e topografia fortemente ondulada e montanhosa, assim como áreas alagadas ou permanentemente úmidas. Preço – Cr\$ 237.897,00;

d) terras de 4ª classe – encostas de rios, terras acidentadas, impróprias para qualquer tipo de exploração agropecuária. Preço – Cr\$ 112.901,00;

e) chácaras em Santa Helena – Cr\$ 904.643,00.<sup>62</sup>

Estes preços não incluíam as benfeitorias, como a Itaipu costumava fazer quando divulgava o preço médio, era somente o preço da terra. O relatório levantava também os fatores que intervinham no aumento dos preços das terras na região:

a) as boas safras;

b) as expropriações procedidas pela Itaipu, que aumentava a demanda de terras;

c) inflação;

d) processo de concentração de posse da terra; e

e) escassez da oferta para atendimento à crescente procura.

E, como consequência destes fatores, não era garantia suficiente para o expropriado o estabelecimento de um preço-base atualizado, aconselhava que fossem acionados outros mecanismos para assegurar o preço da terra a nível compatível com as taxas normais de correção. O relatório apontava que uma medida de extrema urgência “[...] deve ser a constituição de um regulador de mercado, através da compra por instituições oficiais de grandes áreas que possam servir tanto ao reassentamento dos proprietários indenizados e sem alternativas de realocação, quanto à regularização do mercado imobiliário”. E que o ITC tinha “[...] opções de compra de grandes áreas, mas precisaria de recursos para comprá-las e colocá-las à venda aos expropriados pelos preços pagos por aquele órgão”.<sup>63</sup>

O ITC, instituição oficial do Estado, acabava de reconhecer como justa e racional a reivindicação dos colonos de “terra por terra”. Não só reconhecia, como apresentava sugestões para viabilizá-la. Para os colonos, estava claro que a sua briga com Itaipu pelo “preço justo” não era em função de receber uma quantidade maior em dinheiro. O que estava em jogo eram as condições de reassentamento que o montante recebido definiria. Se eles tivessem a certe-

za de que, pelo preço pago, poderiam se colocar em outro lugar em condições similares, pouco importaria a quantidade de dinheiro que lhes pagassem.

Os colonos discutiram o relatório do ITC, embora não concordassem com os preços fixados, considerando-os baixos, principalmente os das terras de 4ª classe; no entanto, dispunham-se a aceitá-los, mas só desmobilizariam o acampamento com o cheque indenizatório em mãos.

Se os colonos estavam dispostos a aceitar os preços estipulados pelo ITC, o mesmo não acontecia com Itaipu.

Após a reunião que Costa Cavalcanti manteve com D. Olívio Fazza, sem a presença de nenhum agricultor expropriado, deu uma “primorosa” entrevista<sup>64</sup> onde demonstrava, caso alguém tivesse dúvidas, a atitude da Empresa. Sobre o resultado da pesquisa do ITC, Costa Cavalcanti afirmou que Itaipu iria realizar “[...] um estudo vendo os critérios adotados e, sem dúvida, cremos que essas tabelas podem servir como mais um parâmetro, com outros dados, para a fixação das tabelas que Itaipu adota para futuro reajuste.” Disse não considerar a atitude do Governo do Estado, ao solicitar o levantamento do ITC, como interferência nos assuntos da Itaipu, pois

[...] o governador Ney Braga, meu velho amigo de 40 e tantos anos, me avisou que tinha pedido esse estudo como um dado para ele pessoalmente, como governador do Estado, ter idéia sobre esse problema. Eu, então, tomei a iniciativa de pedir ao governador que, tendo o resultado, me desse uma cópia para nós examinarmos.

E não considerava, absolutamente, que tivesse havido alguma interferência do Estado em relação à Itaipu: “Itaipu resolve os problemas por ela mesma”. A “República de Itaipu”, como era chamada pelos agricultores a Binacional, não admitia nenhuma interferência em suas decisões, nem do Estado, nem dos parlamentares e muito menos dos colonos expropriados, seus corajosos adversários neste conflito. Quando o jornalista perguntou se Itaipu estava disposta a receber os agricultores, em Comissão ou em assembléia, para debater as questões referentes às indenizações, Costa Cavalcanti respondeu: “Nós não vamos, por enquanto, receber agricultores”. Perguntando sobre a ausência de agricultores no encontro com o bispo, o presidente da Itaipu Binacional respondeu: “Eu já disse que não tenho o que conversar com os agricultores”. O jornalista perguntou ainda se Itaipu tinha dificuldades financeiras para pagar preços superiores aos que está pagando, ao que Costa Cavalcanti respondeu: “Não. Nós não podemos pagar preços superiores. Itaipu paga preços de mercado, e por isso é que vamos analisar o trabalho do ITC para verificarmos como eles chegaram a esses dados”. Sobre o acampamento dos agricultores, o diretor-presidente disse que “é um problema deles. Eu não opino sobre isso”.

Quando a expectativa do diálogo parecia tomar corpo, Itaipu divulgou, no dia 14, uma nota com dez itens. O primeiro item dizia que “o trabalho elabo-

rado pelo ITC está sendo devidamente analisado, inclusive e principalmente no que concerne aos elementos e dados que lhe serviram de base e será utilizado como subsídio importante no próximo reajuste a ser concedido por Itaipu”. No item 3, dizia que “[...] deliberou antecipar para a primeira quinzena de maio o reajuste programado para 1º de junho”. No item 7, dizia que forneceu “[...] como medida de cunho social” o transporte para as pessoas carentes que se deslocarão para os programas oficiais – para o Acre, Bom Jesus da Lapa (BA) e Arapoti (PR). No item 9, ameaçava dizendo que, “a partir do mês de maio, aqueles que forem procurados e não desejarem fazer o acordo, obrigarão a Itaipu, face à urgência de sua programação, a promover o ajuizamento da desapropriação, cabendo assim à justiça brasileira, a quem confiamos integralmente a solução da pendência”. E finaliza a nota dizendo: “A Itaipu aguarda que, com a antecedência do reajustamento e demais informações prestadas, os colonos regressem às suas casas e confiem na seriedade do trabalho desenvolvido pela empresa, como sempre confiaram os agricultores já indenizados”.

Os colonos que tinham expectativa de uma reabertura de diálogo e receberam uma nota nestes termos, onde Itaipu não só desconsiderava o Movimento Justiça e Terra, desconsiderava o Governo do Estado, que solicitou a pesquisa ao ITC, e desconsiderava também a Comissão Interpartidária da Assembleia Legislativa, que pediu a suspensão dos acordos expropriatórios até o final do impasse. Itaipu continuava a fazer acordos isolados, já havendo feito quase 300, porém denunciava-se que havia tentativa de seduzir os colonos “[...] com propostas mentirosas, forçando a assinatura do acordo pelos preços fixados pela empresa, porém esclarecendo verbalmente que se houvesse um preço diferente a partir do Movimento, os valores por suas terras seriam completados”.

O Movimento Justiça e Terra respondeu à Itaipu com uma nota oficial, distribuída na tarde do mesmo dia, não pedindo para dialogar, mas pedindo ao Governo Federal a demissão do general Costa Cavalcanti e do diretor-adjunto Paulo Cunha com toda sua equipe. A nota dizia que:

Ao iniciar-se a quinta semana de acampamento pacífico, recebemos de Itaipu, que constrói a maior hidrelétrica do mundo, pela extorsão dos bens que possuímos, tão somente migalhas e ameaças. Em lugar de apresentar soluções, Itaipu continua com manobras para enrolar o tempo. Mas estamos aqui para buscar uma decisão definitiva.

E concluía dizendo:

Resta-nos permanecer acampados e, antes de tomar medidas drásticas, clamar para que o Governo Federal demita o general Costa Cavalcanti e o Dr. Paulo Cunha com toda sua equipe jurídica, pela flagrante incompetência e má vontade no exercício de funções para as quais estão sendo regiamente remunerados com recursos em última análise fornecidos pelo povo trabalhador.

Todos estes acontecimentos e “trocas de notas” ocorriam na semana preparatória aos festejos da Páscoa. Para o cristão, a Páscoa tem um sentido da libertação, e por isso Marcelo Barth afirmava que “[...] ainda aguardamos a confirmação do sentido da Páscoa, que é exatamente a libertação, o que nos falta neste momento”.

Todas as noites era feita a novena preparatória para esta grande festa da comunidade cristã e continuavam, também à noite, as discussões sobre os próximos passos do Movimento Justiça e Terra. Continuava em pé a idéia das mulheres e crianças invadirem os escritórios centrais da Itaipu Binacional, mas outras medidas estavam sendo programadas antes desta.

No dia 17 de abril, o Movimento Justiça e Terra emitiu um documento esclarecendo aos “companheiros agricultores”.<sup>65</sup>

Um culto ecumênico, no dia 19 de abril, marcou a Páscoa dos expropriados de Itaipu, que completavam 34 dias de vigília. Eles estavam construindo a sua Páscoa, isto é, a sua libertação. E a luta continuava.

Apesar das denúncias feitas pelo Movimento Justiça e Terra, das condições em que foram feitos os 300 acordos que Itaipu celebrou desde o início do movimento e da intercessão da Comissão Interpartidária, no sentido de que fossem suspensos, ainda Itaipu continuava trabalhando, principalmente através de seu escritório de Santa Helena, e usava este fato como um trunfo a seu favor. Foi justamente com a intenção de impedir que Itaipu continuasse a agir desta maneira que se decidiu cercar o escritório da Itaipu em Santa Helena. Aquele “espaço” eles já conheciam, pois em julho do ano passado tinham permanecido 16 dias em vigília e foi lá que o Movimento Justiça e Terra iniciou. Agora, era lá que seria aberta uma “sucursal” do acampamento de Foz do Iguaçu.

No início da segunda-feira, dia 12/04, cerca de 200 colonos chegaram e armaram suas barracas em volta do escritório da Itaipu em Santa Helena. O sentido deste acampamento era, além de ser mais um foco de pressão para que Itaipu reconhecesse os valores levantados pelo ITC, o de impedir que continuasse realizando acordos.

Os participantes do acampamento de Santa Helena tinham uma característica diferente dos de Foz do Iguaçu. Eram colonos que já haviam assinado a proposta apresentada por Itaipu na base Cr\$ 350 mil por alqueire. Mas, quando o ITC divulgou a sua avaliação de Cr\$ 491 mil por alqueire, eles voltaram atrás e romperam o acordo feito.

Antes de eles cercarem o escritório em Santa Helena, os soldados da Polícia Militar e os funcionários da Empresa retiraram do local toda a documentação e os processos e, segundo comentava-se, teriam montado outro escritório na cidade.

O acampamento foi feito e manteve-se o cerco aos escritórios completamente vazios. Este espaço não seria ocupado por Itaipu enquanto os colonos

estivessem ali. Porém o objetivo era impedir a ação dos funcionários da Itaipu. Depois de Santa Helena, o escritório mais importante era o de Marechal Cândido Rondon, e os agricultores não tiveram dúvidas: “Vamos cercá-lo”.

Já no dia seguinte, dia 21, era instalado o 3º acampamento do Movimento Justiça e Terra em Marechal Cândido Rondon. Mas este era um acampamento diferente dos demais. O escritório da Itaipu Binacional em Marechal Cândido Rondon funcionava no 2º andar de um edifício comercial, no centro da cidade. Para não prejudicar o comércio (o que poderia não ser muito simpático), optaram por formarem enormes filas para pedir esclarecimentos, evitando assim que os colonos que “furassem” o movimento tivessem acesso aos seus processos de expropriação. E estava dando certo, pois nenhum processo teve encaminhamento e os funcionários da empresa estavam irritadíssimos.<sup>66</sup>

Paralelamente, a Comissão Central tentava pressionar o Governo do Estado para que interferisse junto à Itaipu no sentido de que esta reconhecesse como verdadeiro e fidedigno o resultado obtido pelo levantamento do ITC, afinal um órgão que trabalhava sob sua jurisdição e merecia sua confiança e apoio.

Embora os valores obtidos por esta instituição fossem inferiores aos que os colonos pediram inicialmente, eles haviam concordado em reconhecer a veracidade do levantamento feito pelo órgão oficial do Estado, coisa que Itaipu se negava a fazer. Eles exigiam também que a outra sugestão dada por este órgão fosse acatada, que era a do Estado adquirir terras que seriam repassadas aos colonos à medida que estes recebessem a indenização da Itaipu. Era, como dizia o ITC, a criação de um “estoque regulador de preços” e funcionaria para os expropriados, em atendimento a sua antiga reivindicação de “terra por terra”.

Uma reunião foi feita em Curitiba, com a presença de uma Comissão de Agricultores, do presidente da CPJP do Paraná, Wagner D’Angelis, do secretário-executivo da CPT, Leonildo Brustolin, do secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes, e de seu diretor-geral, Eugênio Stefanello. A Comissão de Agricultores exigia uma posição oficial do Estado. Caso a intermediação deste não se mostrasse satisfatória, os colonos iriam partir para a área federal e, paralelamente, a novas formas de pressão. Idéias não faltavam e nem vontade de ver de uma vez findo tanto sofrimento.

Os colonos haviam completado 38 dias de vigília em Foz do Iguaçu, três dias em Santa Helena e dois dias em Marechal Cândido Rondon. Havia intensificado os trabalhos no interior e emitido uma “Carta Aberta ao Povo Assaltado por Itaipu”. E os resultados começavam a aparecer. Itaipu informara que estavam suspensas as entregas de novas propostas até 18 de maio. Era o resultado das dificuldades criadas pelo Movimento Justiça e Terra. Itaipu foi obrigada a pegar seu “trunfo” de 300 propostas assinadas,” pôr o rabo no meio das pernas e ir pra casa [...]”

Quanto aos colonos, só iriam para casa com o aumento e com o cheque na mão. O Movimento era pacífico, a paciência dos agricultores acampados surpreendente, mas não pensavam em ficar “mofando” no “Trevo da Vergonha”. Eles estavam organizados para resistir por bastante tempo ainda, mas queriam ver logo uma solução e a solução só viria com a vitória do Movimento Justiça e Terra. Por isso planejavam seus passos. A prometida invasão dos escritórios centrais da Itaipu por mulheres e crianças havia sido prorrogada, e em seu lugar foram feitos os acampamentos em Santa Helena e Marechal Cândido Rondon, mas agora, se nada acontecesse, este seria o próximo passo. A data já estava marcada: “Se até o dia 1º de maio – Dia do Trabalhador – não for decidido nada, vamos comemorar a data com a invasão ou com o impedimento da via de acesso, isto é, parando a obra”. Sabiam que teriam que enfrentar o esquema de segurança, mas isto não os impediria de prosseguir.

O tempo havia mudado e, depois de uma estiagem, a chuva começou a cair “pra valer”. O acampamento de Santa Helena sofria mais com as chuvas que o de Foz do Iguaçu. A chuva molhava colchão, comida e tudo, mas continuavam firmes acampados.

O Movimento Justiça e Terra estava chamando a atenção da população do Paraná sobre o significado da obra para seu Estado. Seriam destruídas as Sete Quedas de Guaíra. Seriam alagados 110.000 ha de terras férteis, responsáveis por 209.883 toneladas de produtos (11% da produção bruta do Estado). Haveria o êxodo de 42.000 pessoas. Então, perguntava-se, o que o Paraná ganha com isto? E esta pergunta surgia no Encontro das Indústrias do Interior, promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, em Cascavel, a 141 km do “Trevo da vergonha”. E os industriais paranaenses também tinham suas reivindicações: queriam tarifas diferenciadas para o uso da energia elétrica gerada em Itaipu. Afinal, seria uma forma de compensação pela perda considerável de terras, altamente produtivas, que seriam inundadas pelo lago de Itaipu. Estava sendo reconhecido que a maior usina hidrelétrica do mundo era para o Paraná, como denunciava Gernote Kirinus, “um presente de grego”.

E os expropriados pela Itaipu que sofriam diretamente em seus projetos de vida a consequência deste “presente de grego” completavam, no dia 28 de abril, 43 dias de vigília, antevendo uma possível luz no fim do túnel.

Neste dia, uma comissão de cinco agricultores, acompanhados pelo advogado Wagner D’Ángelis, presidente da CPJP do Paraná, pelo presidente da FETAEP, Agostinho Bukowski, pelos responsáveis pela CPT no oeste, pastor Werner Fuchs e Leonildo Brustolin, secretário-executivo da CPT no PR, reuniu-se com o diretor-geral da Secretaria da Agricultura, Eugênio Stefanello. Este encontro possibilitou uma reunião com Paulo Cunha, assessor jurídico da Binacional, que estava em Curitiba. A condição imposta por este era a de que os expropriados fossem acompanhados apenas por seus advogados. E

assim foi que, às 15h45m, no escritório da Itaipu Binacional, em Curitiba, reuniram-se os cinco expropriados, seu advogado Wagner D'Angelis e Paulo Cunha. Agostinho Bukowski, pastor Werner Fuchs e Leonildo Brustolin permaneceram na sala de espera, até às 17h30m, quando foram convidados a participar da reunião...

A proposta apresentada por Paulo Cunha era:

a) de conceder um aumento de 30% no valor das terras e benfeitorias a partir de 11 de maio. O valor levantado por ITC é de 491 mil cruzeiros o alqueire, e Itaipu propunha-se a pagar 470 mil;

b) 30% sobre o valor das benfeitorias, os colonos pediam 100%;

c) reajuste a cada 90 dias em troca do reajuste bimensal reivindicado pelo Movimento Justiça e Terra.

Esta proposta apresentada pela Itaipu Binacional seria discutida na reunião da entidade em 8 de maio e, se ratificada, apresentada oficialmente aos agricultores para ver se aprovavam ou não.

Os agricultores voltaram de Curitiba animados em relação à Itaipu que, apesar de não estar aceitando o total de suas reivindicações, tinha saído de seu silêncio e concordava em reabrir o diálogo, várias vezes negado. E aumentava em 120 mil cruzeiros o preço a ser pago por alqueire em relação aos 350 mil cruzeiros iniciais. Os agricultores achavam incrível que uma obra da magnitude de Itaipu não acatasse o levantamento feito pelo ITC e mesquinhasse pagar mais 20 mil cruzeiros por alqueire! Mas eles sabiam que se a questão da economia sobre o valor pago pelas terras era algo importante para Itaipu, mais importante era não aceitar totalmente os preços reivindicados, pois significaria o reconhecimento, de um lado, da força de pressão do Movimento Justiça e Terra, o reconhecimento de que os agricultores tinham razão e, por outro lado, como consequência, o reconhecimento de que Itaipu não era tão justa quanto pregava... As razões eram mais políticas do que econômicas.

Mas, se os agricultores voltavam esperançosos em relação à Itaipu, o mesmo não acontecia em relação ao Governo do Estado, que se negou a atender a reivindicação dos expropriados e acatar a sugestão dos técnicos do ITC para que este adquirisse áreas existentes no Paraná.

Sobre a questão do reassentamento, Itaipu iria se encontrar com o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o INCRA para apurar a liberação da área de Arapotí, onde 378 alqueires seriam destinados para reassentamento dos colonos expropriados.

Face à última proposta de Itaipu, foram suspensas as atitudes mais radicais de invadir os escritórios centrais ou de trancar as vias de acesso. Foram suspensas, mas não canceladas. O Movimento Justiça e Terra, apesar de pouco otimista, estava na expectativa do que aconteceria nos dias 8 e 9 de maio: no dia 8, Itaipu estaria reunida, e no dia 9, a reunião seria com o Movimento Justiça e Terra.

As lideranças do Movimento Justiça e Terra intensificavam seu trabalho de percorrer o interior, conversando com agricultores que estavam alheios ao Movimento, pondo-os a par das negociações e conclamando-os a também participarem. Para o dia 9, estava marcada uma grande assembléia, e de seu resultado dependia ou o término do acampamento ou a invasão da obra. Para qualquer uma das decisões, era importante que todos estivessem mais do que nunca unidos.

No dia 8, à noite, a Empresa entregou oficialmente o documento que fora aprovado na reunião da Itaipu Binacional. O percentual de aumento seria de 31% sobre o valor das terras e benfeitorias. As terras de primeira receberiam 471 mil cruzeiros por alqueire.

Os colonos, mesmo insatisfeitos, mostravam-se dispostos a aceitar o preço proposto, porém exigiam aumentos bimestrais e que as famílias que estavam participando com maior intensidade do Movimento fossem desapropriadas imediatamente.

Costa Cavalcanti disse que “os acampados não terão prioridade nas indenizações, e sim tratamento comum aos demais”.<sup>67</sup>

Já Paulo Cunha amenizava um pouco as palavras do presidente, lembrando que a maior parte das famílias acampadas tem suas propriedades localizadas nas “áreas prioritárias para indenização” ou seja, deverão ser indenizadas imediatamente.

Itaipu declarou que havia antecipado para maio o reajuste que daria em junho e isto não acontecia absolutamente em função das pressões dos colonos: “Nós sempre usamos de sensibilidade para tratar com os colonos e, dentro deste prisma é que Itaipu está dando o reajuste e efetuará outras medidas. [...] como pressão, o Movimento dos colonos não tem nenhuma força sobre Itaipu”.<sup>68</sup> Dizia ainda o assessor jurídico da Itaipu que “segunda-feira, independente do “aceita-se” ou não pelo Movimento Justiça e Terra, a nova tabela estará sendo aplicada, com a reabertura dos processos expropriatórios, uma vez que os trabalhos estavam temporariamente suspensos”. Dizia também que a tabela do ITC tem “[...] alguns senões” e “não é absolutamente correta nos valores que mostrou. Daí a diferença para os valores oferecidos pela empresa”.<sup>69</sup>

No dia 9 de maio, quando completavam 54 dias de acampamento no trevo da BR-277, os colonos, em assembléia, decidiram aceitar a proposta da empresa e desarmar o acampamento (inicialmente, um grupo queria continuar o acampamento, até que a empresa lhe entregasse o cheque relativo ao pagamento de suas terras). Itaipu havia aceito praticamente 80% de suas reivindicações, e se não havia atendido a todas, pelo menos tinha uma certeza: valeu a pena lutar, pois a situação agora era significativamente melhor à do início do acampamento.

Os agricultores, em assembléia, aprovaram levantar acampamento, porém o Movimento Justiça e Terra continuaria até o último agricultor ser inde-

nizado. Assim terminava mais uma etapa da luta dos agricultores pelo reconhecimento de seus direitos. Embora esta história vá ter continuidade e desdobramento, encerramos o último capítulo deste trabalho, reproduzindo o documento distribuído no último dia do acampamento.

**Movimento Justiça e Terra**  
**Último Dia de Acampamento em Foz do Iguaçu**  
**À Opinião Pública**

Depois de 5 anos de lutas contra as mais variadas formas de injustiça cometidas por Itaipu em seu processo desapropriatório, faltando ainda cerca de 40 por cento dos proprietários a serem indenizados e esgotadas todas as outras formas de negociação, empreendemos uma manifestação corajosa, decidindo acampar por tempo indeterminado em frente ao canteiro de obras da empresa em Foz do Iguaçu.

A decisão foi tomada democraticamente, depois de sucessivas reuniões em pequenos grupos, e, finalmente, numa assembléia geral realizada em Itacorá no dia 16 de março de 1981.

As apreensões e angústias entre nós eram fortes, preocupantes.

Eram muitas as promessas assumidas por Itaipu em função de nossas lutas anteriores, mas permaneciam não cumpridas, apesar de esgotados todos os prazos estabelecidos de comum acordo.

Demoras e atrasos nas indenizações face à urgência da desocupação da área e à necessidade de reassentamento, causando desespero entre nós. Percebiam-se inclusive sintomas de que alguns poderiam partir para indesejáveis atos de violência à medida em que se sentiam desprotegidos e isolados. Era preciso garantirmos o caráter pacífico da nossa resistência, como sempre tem sido, o que não poderia ser garantido sem nossa organização e luta.

Os preços que Itaipu vinha pagando eram injustos para aquisição de novas terras, conforme ficou provado pelas conquistas do nosso Movimento.

Uma variedade grande de pendências estava a exigir uma tomada de posição energética para sensibilizar de uma vez por todas as autoridades e a população e, assim, formar soluções inadiáveis.

Ao realizarmos a demonstração que ora encerramos, tínhamos por objetivo resolver essa situação aflitiva, desfavorável a nós e à Itaipu. Em resumo, buscamos conseguir o pagamento a preço justo dos nossos bens desapropriados, pagamento imediato e garantias para nossos reassentamentos em condições que não significassem um retrocesso em nossas vidas.

Os que acompanharam nossa luta sabem das dificuldades que tivemos, desde a precariedade de nossas instalações nas barracas improvisadas à beira de uma estrada, até o tratamento a nós dispensado pelas autoridades de Itaipu e outras, que deveriam ter-nos ajudado e não fizeram. Bastou lembrar a forma vergonhosa como fomos recebidos quando chegamos a Foz do Iguaçu – pelas armas da Empresa e da Polícia Militar.

O pior, porém, foi a desconsideração e o silêncio com que fomos tratados pelos únicos culpados do gesto que fomos forçados a adotar.

Somente depois de 4 dias de acampamento, pressões de toda ordem vindas de todas as partes, Itaipu se dignou a nos receber para buscarmos soluções. A empresa limitou-se a algumas notas nada convincentes e às vezes revoltantes divulgadas pela imprensa a altíssimos custos, com o objetivo de nos desmoralizar e esvaziar. Tentou também realizar acordo com companheiros nossos que não estavam acampados, com o objetivo de convencer a opinião pública de que os errados éramos nós.

A falta de disposição para o diálogo franco por parte de Itaipu foi, seguramente, o fato mais lamentável de todos, pois, não fosse assim, a solução poderia ter sido encontrada rapidamente, e nós não teríamos sofrido tanto.

A caminhada até a vitória foi árdua, mas compensadora. Se encontramos teimosia e inflexibilidade por um lado, por outro podemos nos jubilar pelo maciço apoio e pela solidariedade gratificante vinda de todas as partes.

Foi preciso a intervenção da Secretaria de Agricultura do Paraná e do governador para que fosse rompido o isolamento em que Itaipu queria nos deixar.

Itaipu somente nos recebeu informalmente uma vez, no dia 28 de abril, em Curitiba, e oficialmente, ontem, em Foz do Iguaçu. Antes disso, apenas admitiu conversar com dom Olívio Aurélio Fazza, bispo da Diocese de Foz do Iguaçu. A atuação de dom Olívio tem sido de inestimável valor para nós.

Nessas condições, podemos hoje desmobilizar o acampamento porque ostentamos a seguinte lista de:

### **Vitórias**

1. Acampamento de 54 dias, conseguidos através de união e organização.
2. Nosso movimento provou de modo irrefutável que Itaipu vinha pagando preços injustos. O ITC pesquisou os preços de terras na região e, num trabalho confiável, comprovou o que nós afirmávamos. A empresa pretendia pagar 290 mil cruzeiros por alqueire de terra nua de 1ª classe, e o ITC provou que o preço de mercado era de 491 mil cruzeiros (em abril). Hoje, Itaipu aceita pagar o que representa um aumento de 62% sobre o que pagava antes do nosso movimento. Estes aumentos foram conquistados por etapas: de 20 por cento, no dia 20 de março, e de 31 por cento, na noite de ontem.
3. Neste último, conseguimos antecipar o aumento que seria dado em junho próximo, e o programado para setembro será antecipado para agosto. Com a colaboração do ITC, estes futuros reajustes serão superiores aos que Itaipu normalmente concederia.
4. Obtivemos também um aumento de 62 por cento no valor das benfeitorias, e mais de 100 por cento no das chácaras (a partir de outubro).
5. Garantimos o reassentamento de uma parte de posseiros e arrendatários em Arapotí, Bom Jesus da Lapa (BA) e no Acre.

6. Promessa de Itaipu de realizar o pagamento imediato, com prioridade para os acampados.

7. Outras conquistas: indenização de redes elétricas e estradas (estas incluídas na classe de terra predominante na propriedade, titulação para áreas de documentação conflitiva ou indenizações por instrumento de cessão de direitos; pagamento de traslado para os que se deslocarem aos projetos de reassentamento dirigido; verba de compensação por perda no comércio; permanência na propriedade prorrogada de 31 de dezembro de 81 para 30 de abril de 82.

8. Enfim, provamos mais uma vez que o agricultor unido e consciente tem muita força, e vence.

### **Por que Vencemos**

1. Tivemos muita coragem, perseverança, união, solidariedade, paciência, persistência, organização e ajuda.

2. Tivemos valioso assessoramento da Comissão Pastoral da Terra, Comissão de Justiça e Paz, Diocese de Foz do Iguaçu.

3. Recebemos o apoio de alguns deputados.

4. Recebemos o apoio e a solidariedade das Igrejas (Católica, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e outras igrejas), da Regional Sul II, da CNBB; de centenas de personalidades e entidades nacionais, em particular de outras lutas de agricultores; da imprensa nacional e paraguaia; enfim, de tantos que ajudaram material e moralmente o acampamento. Ficamos muito agradecidos a todos.

### **Voltamos mais Fortes**

Regressamos a nossos lares, que já não são nossos, e de lá continuaremos nossa luta até o final deste drama que vivemos. Esta foi uma etapa. Estaremos sempre prontos para repetir nossos protestos sempre que a isso formos forçados por Itaipu e pelo Governo.

Saímos lamentando que o governo do Estado do Paraná tenha recusado a sugestão do ITC no sentido de liberar recursos para compra de um estoque de terras regularizador de mercado e estabilizador de preços.

Não tememos as ameaças de Itaipu de ajuizar as desapropriações dos que resistem, pois lá teremos chances de defesa, e não seremos mais obrigados a aceitar imposições unilaterais.

**O Movimento Justiça e Terra Continua.  
Ele só acabará com o último agricultor indenizado!  
Agricultor Unido e Organizado Jamais Será Vencido!  
O Preço da Paz: Justiça e Terra!  
Foz do Iguaçu (PR), 09 de maio de 1981**

## Notas

- <sup>1</sup> Anexo 2.9 – “Ao povo, ao Governo e à Itaipu”.
- <sup>2</sup> Anexo 2.10 – Discurso de abertura do “Movimento Justiça e Terra”, em 14/07/1980.
- <sup>3</sup> **O Estado do Paraná** de 15.07.80.
- <sup>4</sup> **Folha de Londrina** de 15.05.80.
- <sup>5</sup> Idem.
- <sup>6</sup> **O Estado de São Paulo** de 15.07.80.
- <sup>7</sup> **O Paraná** de 16.07.80 (Cascavel/PR).
- <sup>8</sup> Idem
- <sup>9</sup> Vide Anexo 3, Quadro 1, item 11 – São José do Ocoí (PIC-Ocoí).
- <sup>10</sup> **Folha de Londrina** de 25.07.80.
- <sup>11</sup> **Folha de Londrina** de 18.07.80.
- <sup>12</sup> **O Estado de São Paulo** de 18.07.80.
- <sup>13</sup> **O Estado de São Paulo** de 20.07.80.
- <sup>14</sup> **O Estado do Paraná** de 19 de julho de 1980.
- <sup>15</sup> **Folha de Londrina** de 19.07.80.
- <sup>16</sup> Idem.
- <sup>17</sup> Essa atividade foi assumida pela autora, o que lhe permitiu conhecer, com mais profundidade as situações específicas da área atingida.
- <sup>18</sup> **Folha de Londrina** de 19.07.80.
- <sup>19</sup> Ver Anexo 3, Quadro 1 e item 6.
- <sup>20</sup> Ver Anexo 3, Quadro 1 e item 10 – Fazenda Carlota.
- <sup>21</sup> **Folha de Londrina** de 20.07.80.
- <sup>22</sup> Nomes dados pelos colonos às várias barracas.
- <sup>23</sup> **O Estado do Paraná** de 23.07.80.
- <sup>24</sup> PEGORARO, Paulo Roberto. Dia do Colono é também o dia “D” para os expropriados de Itaipu. *In*: **Folha de Londrina**, 25.07.80.
- <sup>25</sup> Cf. **O Paraná**, Cascavel (PR) de 25.07.80.
- <sup>26</sup> **O Paraná**, Cascavel, 26.07.80.
- <sup>27</sup> **O Estado de São Paulo** de 26.07.80.
- <sup>28</sup> **O Estado do Paraná** de 26.07.80.
- <sup>29</sup> Anexo 2.11 – “Mensagem da Itaipu ao Agricultor da Área do Reservatório.
- <sup>30</sup> Anexo 2.12 – Ata da reunião realizada com Itaipu, em 27/07/1980.
- <sup>31</sup> Anexo 2.13 – Comunicado final do Movimento Justiça e Terra – Cartaz.
- <sup>32</sup> **O Estado de São Paulo** de 15.03.81.
- <sup>33</sup> Reprodução de cópia mimeografada do documento, distribuída amplamente aos agricultores.
- <sup>34</sup> **O Estado do Paraná** de 19.03.81.
- <sup>35</sup> **Folha de Londrina** de 19.03.81.
- <sup>36</sup> **O Estado de São Paulo** de 22.03.81.
- <sup>37</sup> **Zero Hora**, Porto Alegre (RS), de 20.03.81.
- <sup>38</sup> **Zero Hora**, Porto Alegre (RS), de 20.03.81.
- <sup>39</sup> **O Estado de São Paulo** de 20.03.81.
- <sup>40</sup> **O Estado do Paraná** de 21.03.81 (Grifo da autora).
- <sup>41</sup> **Folha de Londrina** de 21.03.81 (Grifo da autora).
- <sup>42</sup> **Gazeta do Povo**, Curitiba (PR), de 21.03.81.
- <sup>43</sup> PEGORARO, Paulo Roberto. **Folha de Londrina** de 22.03.81.
- <sup>44</sup> **Folha de Londrina** de 22.03.81.
- <sup>45</sup> **O Estado de São Paulo** de 24.03.81.
- <sup>46</sup> Ver Anexo 3, Quadro 1 e item 12.
- <sup>47</sup> **Gazeta do Povo**, de 24.03.81.

- <sup>48</sup> **O Estado do Paraná** de 27.03.81.
- <sup>49</sup> **O Estado de São Paulo** de 27.03.81.
- <sup>50</sup> **Gazeta do Povo** Curitiba (PR) 27.03.81.
- <sup>51</sup> **Folha de Londrina** de 29.03.81.
- <sup>52</sup> **Folha de Londrina** de 29.03.81.
- <sup>53</sup> **O Estado do Paraná** de 29.03.81.
- <sup>54</sup> Anexo 2.14 – Declaração de apoio das Igrejas do Paraná ao Movimento Justiça e Terra.
- <sup>55</sup> **O Estado do Paraná** de 02.04.81.
- <sup>56</sup> **O Estado do Paraná** de 07.04.81.
- <sup>57</sup> **Gazeta do Povo**, Curitiba (PR), de 09.04.81.
- <sup>58</sup> Conforme **Folha de Londrina** de 09.04.81.
- <sup>59</sup> **Gazeta do Povo** de 10.04.81.
- <sup>60</sup> **O Estado do Paraná** de 10.04.81.
- <sup>61</sup> Orestes Gesperin *in* **Gazeta do Povo** de 11.04.81.
- <sup>62</sup> Conforme jornal **Nosso Tempo**, Foz do Iguaçu (PR), de 15 a 22.04.81.
- <sup>63</sup> Idem.
- <sup>64</sup> Idem.
- <sup>65</sup> Anexo 1.15 – Comunicado do Movimento Justiça e Terra.
- <sup>66</sup> Conforme **Folha de Londrina** de 23.04.81.
- <sup>67</sup> **Folha de Londrina** de 09.05.81.
- <sup>68</sup> Idem.
- <sup>69</sup> Idem.



**CONCLUSÃO** .....

No início da dissertação, advertia-se que não se tratava de uma análise conclusiva dos acontecimentos – uma vez que estes ainda estão em andamento – mas sobretudo de um relato sistemático de como se desenvolveu o conflito. De qualquer forma, algumas conclusões são quase imediatas.

Num primeiro momento, viu-se a entrada da Itaipu na área e a realização das primeiras reuniões de esclarecimento sobre a obra, que serviam muito mais para intimidar do que para esclarecer; falava-se para a população ficar tranqüila e confiante. Enquanto falava e prometia, Itaipu gozava de uma certa legitimidade entre os colonos. Legitimidade que começou a ser abalada assim que se iniciou o processo de indenização de forma individual, salteada, lenta, com critérios desconhecidos e com avaliação arbitrária. E mais abalada ficou quando chegou 1978, data prometida para todos estarem indenizados, e isto nem de longe tinha acontecido.

A quebra da legitimidade correspondeu para os colonos a uma situação de insegurança, desespero e angústia: não podiam ficar nem mais tranqüilos nem mais confiantes... Nesta fase emergiu uma nova etapa do movimento social em questão.

Os colonos e as instituições que lhes dão apoio, destacadamente as Igrejas (Católica e Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), através da CPT, organizaram duas grandes assembléias – uma em outubro de 1978 e outra em março de 1979 – para reivindicarem o que consideravam seus direitos. Suas reivindicações eram encaminhadas através de abaixo-assinados à Itaipu, ao Governo do Estado, ministros e parlamentares. Sempre obtinham algum resultado positivo e, principalmente, iam percebendo que só conseguiriam mais através de uma organização e de uma pressão maior.

A situação de desespero foi se aguçando entre os expropriados, na medida em que o tempo passava e estava cada vez mais próxima a data de abandonarem a área; na medida em que tinham conhecimento de casos ocorridos em outras barragens onde os expropriados tinham sido abandonados ao deus-dará e que vislumbravam a possibilidade de o mesmo vir a ocorrer com eles. Sentiam esgotadas as formas de reivindicação através de assembléias, reuniões, abaixo-assinados, envio de documentos às autoridades, colocando-se-lhes um impasse: ou partiam para novas formas de luta ou calavam.

A nova forma, neste terceiro período, foi a organização do acampamento do Movimento Justiça e Terra e o cerco ao escritório da Itaipu em Santa Helena, durante 16 dias – durante este período, o acampamento e a organização dos colonos se solidificaram e garantiram a continuidade do Movimento Justiça e Terra e, portanto, da resistência ao processo de expropriação executado pela Itaipu. E, no ano seguinte, de março a maio de 1981, o acampamento de 56 dias no trevo de acesso à Itaipu Binacional em Foz do Iguaçu.

Pode-se concluir que o capital – sob nova forma e agindo através do Estado – redefiniu a utilização de um espaço; no caso específico, alaga a terra

e expulsa o homem. Mas para que isto aconteça, traz à tona a questão da ocupação deste espaço e também a forma como ele foi apropriado. Assim, ele desnuda toda uma realidade em relação à questão da terra e torna explícito o “caos” fundiário.

Ao mesmo tempo em que Itaipu desmascara a aparente igualdade entre proprietários e posseiros, ela os une numa mesma condição de expropriado. Cria-se uma situação onde pessoas pertencentes a diferentes condições quanto à ocupação da terra, se vêem envolvidas num mesmo conflito e se unem para enfrentar o inimigo comum – Itaipu Binacional – que ameaça a sua condição de pequenos produtores – quer como proprietários, posseiros, arrendatários, chacreiros – e de pequenos comerciantes. Evidencia-se que a atuação do capital vai criando também as condições para a emergência do movimento de resistência.

O fato novo apresentado pelos expropriados de Itaipu não é o da resistência em si, mas o da resistência organizada, constituindo-se numa das primeiras experiências neste sentido frente a obras desta natureza.

Em função disto, mais as características da obra e o grande número de pessoas envolvidas, o movimento de resistência passou a ter repercussão nacional. Daí, talvez, a necessidade imperiosa da Itaipu não atender a todas as reivindicações dos colonos, inclusive, mesquinhando alguns cruzeiros por alqueire em uma obra que terá um custo previsto de 12 bilhões de dólares. A ação da Itaipu segue não apenas a lógica da empresa capitalista, visava quebrar a espinha dorsal da organização dos expropriados, para impedir a resistência de outros grupos em igual situação, porque a vitória não é individual deste ou daquele colono, é do Movimento e, portanto, do conjunto das lutas populares.

O confronto chegou num ponto que politicamente as reivindicações dos colonos não podiam ser aceitas por Itaipu, embora fossem reconhecidas como corretas e legítimas, inclusive por órgãos do próprio Estado, como no caso do levantamento feito pelo ITC, durante o acampamento de Foz do Iguaçu.

A cada confronto, Itaipu reagia inicialmente não reconhecendo a representatividade dos agricultores. E, se nos primeiros momentos, aceitava sentar-se à mesa de discussões com os representantes dos expropriados, acompanhados das entidades que lhes davam assessoria (CPT, STRs, CPJP e FETAEP), à medida que o interesse das partes se mostrava cada vez mais antagônica, os assessores dos expropriados não eram mais aceitos nas reuniões. Quando a CPT se mostrava mais radicalmente comprometida com os interesses dos expropriados, a Itaipu passou a reconhecer como legítimos representantes dos expropriados a FETAEP, entidade máxima de representação dos agricultores no Estado. Porém, na medida em que esta também assumia posições de comprometimento com os colonos, perdeu a legitimidade perante a Itaipu, que passou a dialogar particularmente com membros da hierarquia superior

da Igreja Católica. Quando estas tentativas não surtiam o efeito desejado, Itaipu só aceitava dialogar com os colonos sozinhos, na esperança de cooptá-los. Assim, Itaipu imprimia legitimidade, alternativamente, a quem melhor lhe convinha em cada momento.

As táticas usadas pela Itaipu no processo de indenização não representam inovações – são as mesmas usadas por outras companhias – CHESF, CESP, COPEL, etc. A “novidade”, no caso da Itaipu Binacional, foi a solução encontrada para a questão do reassentamento da população expropriada. Da construção de outras usinas ainda perambulam famílias inteiras, que não conseguiram reassentar e organizar suas vidas, após a expropriação e que foram vítimas. Quer seja nas Agrovilas, programadas para receber a população expropriada de Sobradinho, quer seja em outros locais, existe uma legião cobrando do Estado uma solução aceitável. No caso de Itaipu, a indicação, através do INCRA, de colonizadoras que agiram direcionando, de certa maneira, os fluxos migratórios e como mecanismo de contra tensão social teve também como finalidade “lavar as mãos” da Itaipu e, portanto, do Estado sobre a responsabilidade do reassentamento.

Mas os colonos foram se conscientizando de que não bastava simplesmente Itaipu aumentar o preço pago e que a única forma de reorganizarem sua vida, tal qual era antes da remoção, era o atendimento de sua reivindicação de “terra por terra” nas mesmas condições. E passaram a exigir do Estado a aquisição de terras que lhes fossem posteriormente repassadas (sugestão dada, inclusive, pelo ITC, que indicou possíveis áreas para compra no Estado do Paraná).

Não foram atendidos em sua reivindicação, porém o Estado não ficou isento, perante os colonos, de sua responsabilidade no caso. E isto apesar do esforço da Itaipu para aparecer como totalmente desvinculada do Estado. Assim, embora Itaipu seja uma forma “camuflada” do Estado, este era chamado a mediar a situação, como um elemento externo à Binacional.

A experiência do Movimento Justiça e Terra tem dado resultados políticos em termos de organização da população rural. Um deles é que o grande número de arrendatários ou pessoas desprovidas de terras, que se candidataram para obter terras no Paraná, fez com que, a partir das experiências do MJT, a CPT e os STRs, criassem o Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná (MASTRO), que aglutinou tanto colonos da área de Itaipu, agricultores da região e inclusive inúmeras famílias de brasileiros, atualmente residindo no Paraguai. O MASTRO não se limita apenas à reivindicação de terras, busca ao mesmo tempo a conscientização dos agricultores sobre as causas dos problemas do campo, mantendo, inclusive, ligação com o movimento dos “sem terra de Encruzilhada Natalino” (Ronda Alta/RS).

Outro resultado é que a experiência do MJT está sendo aproveitada pelos outros movimentos e, de modo especial, pelo Movimento das Barragens

do Rio Uruguai, com a vantagem de que este surge paralelo ao início de construção de duas usinas e anteriormente a outras, que estão projetadas para serem construídas neste rio; e já parte com a palavra de ordem de “terra por terra”.

Dado que o grande número de usinas projetadas supõe o surgimento de novos processos de expropriação, e dada que a experiência de resistência dos expropriados de Itaipu pode ser incorporada à memória das lutas sociais do país, decorre que, por um lado, a experiência de organização será aproveitada (como de fato está sendo) por outros movimentos de resistência e por outro, haverá mudanças na forma de ação do Estado, fazendo crer que “Sobradinho” não mais aconteça.

Em vista disto, deixamos aqui, como sugestão para continuidade desta pesquisa, algumas propostas:

a) como está sendo aproveitada a experiência de Itaipu por outros Movimentos de barragens e

b) quais as conseqüências, ao nível da atuação do Estado em situações similares (basicamente, construção de novas barragens) do Movimento de Itaipu.

Sugerimos também o acompanhamento dos expropriados de Itaipu, que se localizaram quer em glebas do INCRA quer em glebas de colonizadoras particulares (no MT, MS, AM, AC, etc.) no sentido de verificar:

a) as condições de reorganização de sua vida, como pequeno produtor nestes novos lugares;

b) em que medida a experiência de participação de resistência organizada foi assimilada e

c) qual o risco de uma nova expropriação, talvez não mais pelo capital através do Estado, mas através das grandes empresas agropecuárias (já se sabe de inúmeros casos de agricultores que venderam suas terras no Sul, compraram outras na Amazônia Legal e começam a voltar, devido à falta de condições de sobrevivência).

Finalmente, sugerimos o acompanhamento do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná, vinculado a outros movimentos similares no país. Estes movimentos de desprovidos, ao exigirem terras do Estado, estão também exigindo uma nova atitude deste, nem sempre de acordo com seus interesses (do Estado), quando não frontalmente contrários.



DIRET...

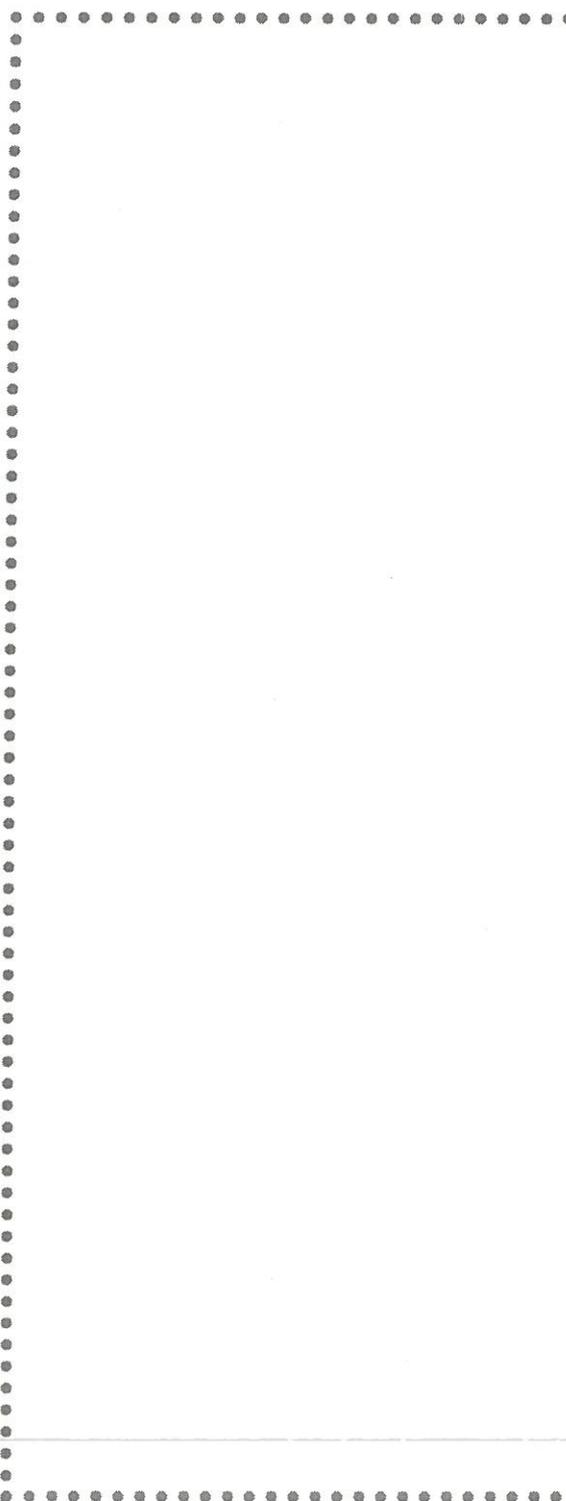
ESCRITORIA

COPALC

JURIDICA

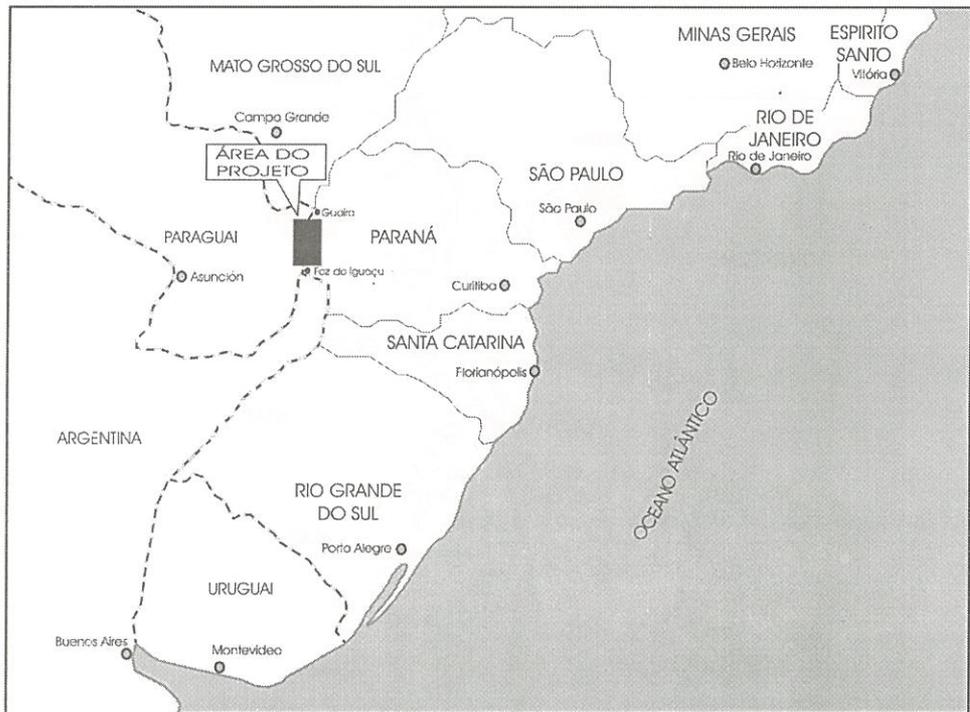
ENTACORA

ANEXOS

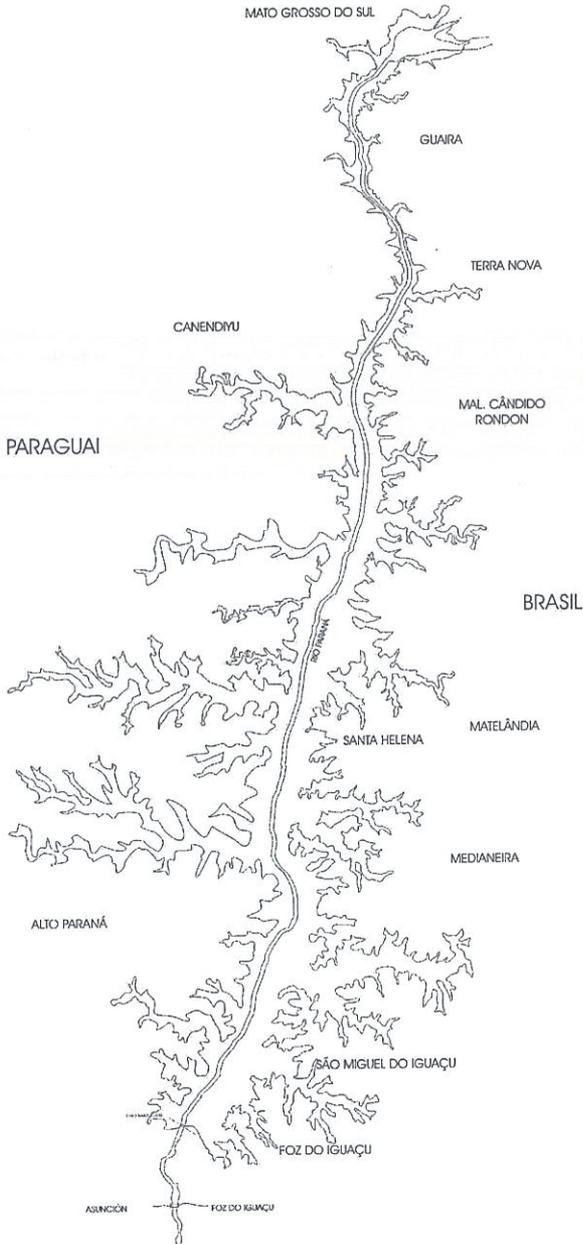


Anexo I

Mapas

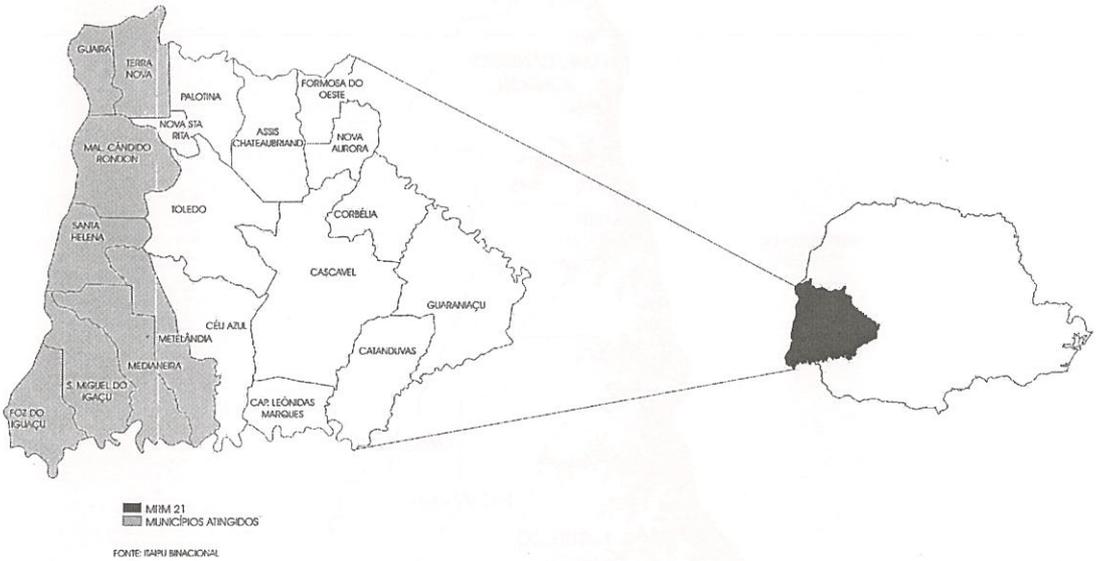
**Mapa I - Localização da Usina Hidrelétrica de Itaipu**

## Mapa 2 - Área total do reservatório de Itaipu



ÁREA TOTAL DO RESERVATÓRIO - 1.350 km<sup>2</sup>  
ÁREA ALAGADA DO LADO BRASILEIRO - 780 km<sup>2</sup>  
ÁREA ALAGADA DO LADO PARAGUAIO - 570 km<sup>2</sup>  
FONTE: ITAIPU BINACIONAL

### Mapa 3 - Estado do Paraná - Microrregião homogênea 21- Municípios atingidos



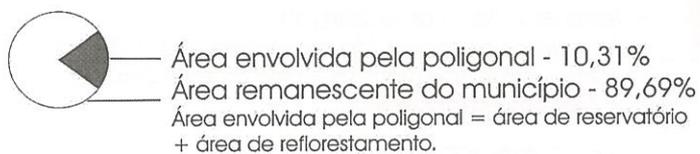
Mapa 4 - Área comprometida - Brasil



■ Área envolvida pela poligonal  
= área do reservatório + área de reflorestamento

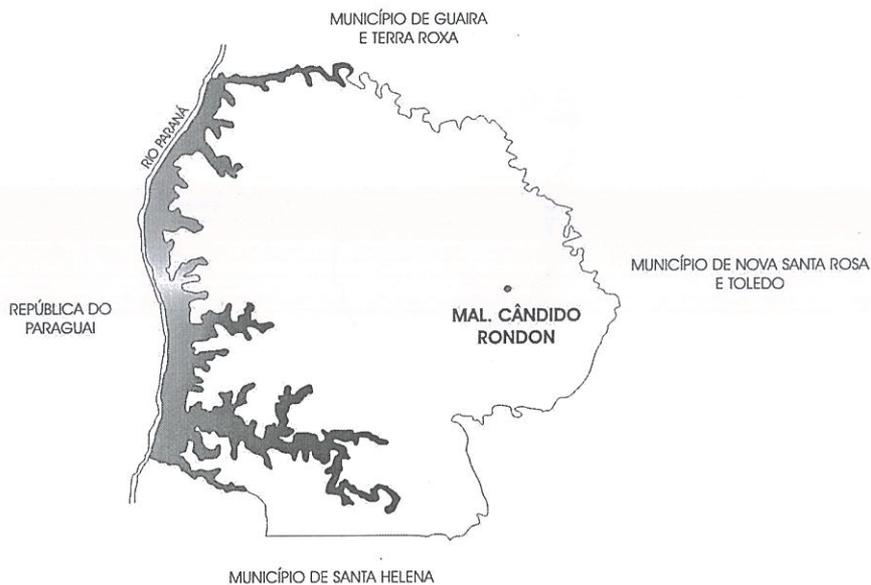
FONTE: ITAIPU BINACIONAL

## Mapa 5 - Área comprometida - Município de Guaira



FONTE: ITAIPU BINACIONAL

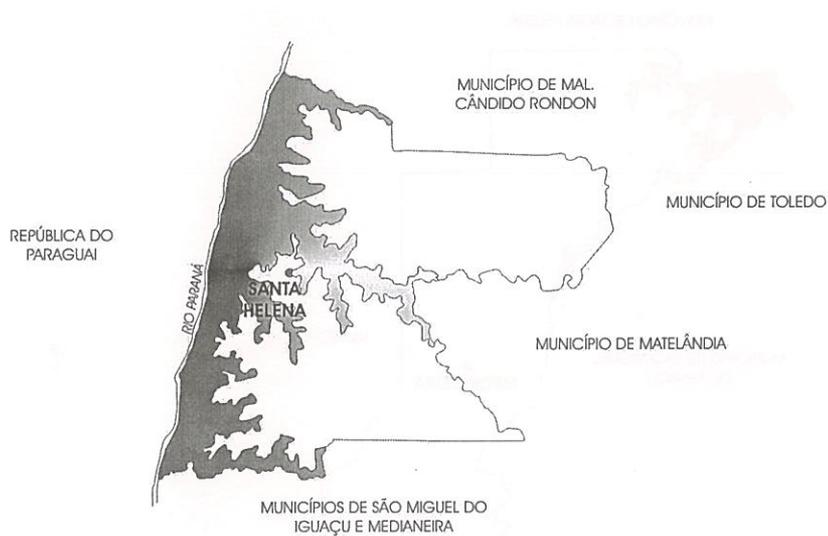
### Mapa 6 - Área comprometida - Município de Marechal Cândido Rondon



Área envolvida pela poligonal - 17,78%  
Área remanescente do município - 82,22%  
Área envolvida pela poligonal = área de reservatório  
+ área de reflorestamento.

FONTE: ITAIPU BINACIONAL

## Mapa 7 - Área comprometida Município de Santa Helena



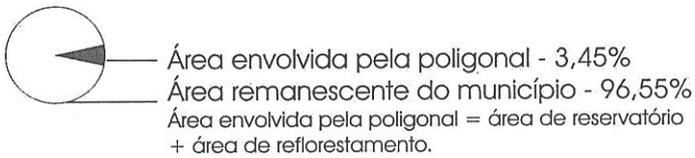
Área envolvida pela poligonal - 31,73%

Área remanescente do município - 68,27%

Área envolvida pela poligonal = área de reservatório  
+ área de reflorestamento.

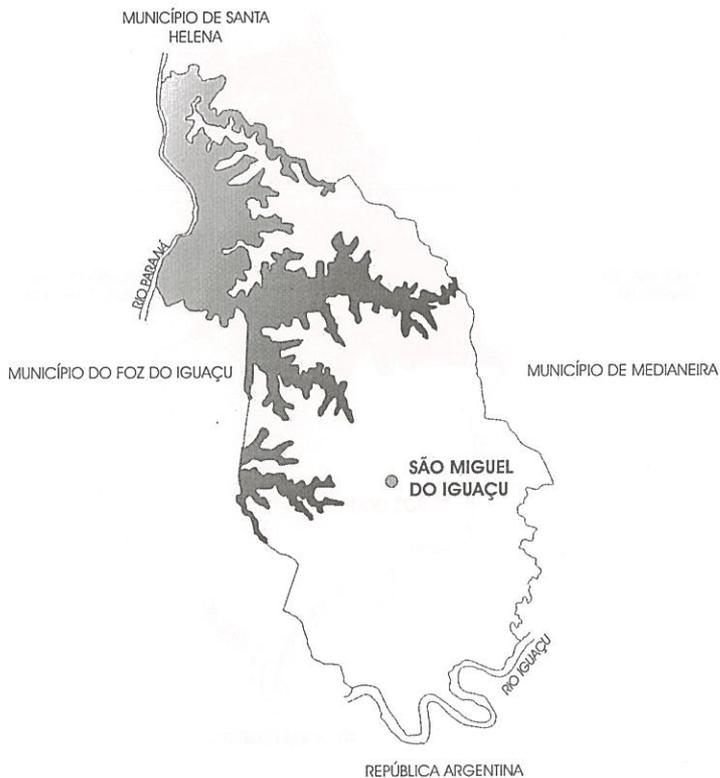
FONTE: ITAIPU BINACIONAL

### Mapa 8 - Área comprometida Município de Medianeira



FONTE: ITAIPU BINACIONAL

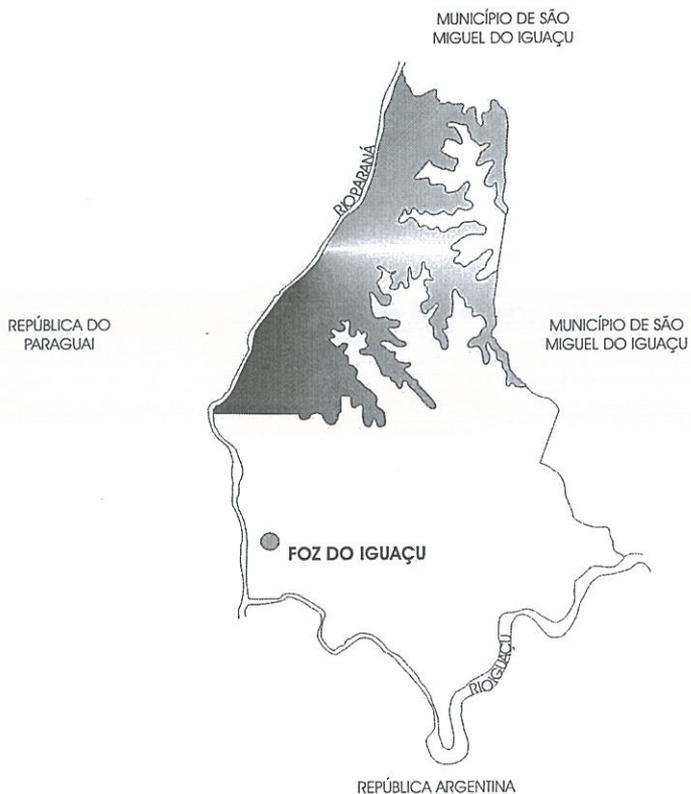
## Mapa 9 - Área comprometida Município de São Miguel do Iguaçu



Área envolvida pela poligonal - 21,48%  
 Área remanescente do município - 78,52%  
 Área envolvida pela poligonal = área de reservatório  
 + área de reflorestamento.

FORTE: ITAIPU BINACIONAL

### Mapa 10 - Área comprometida Município de Foz do Iguaçu



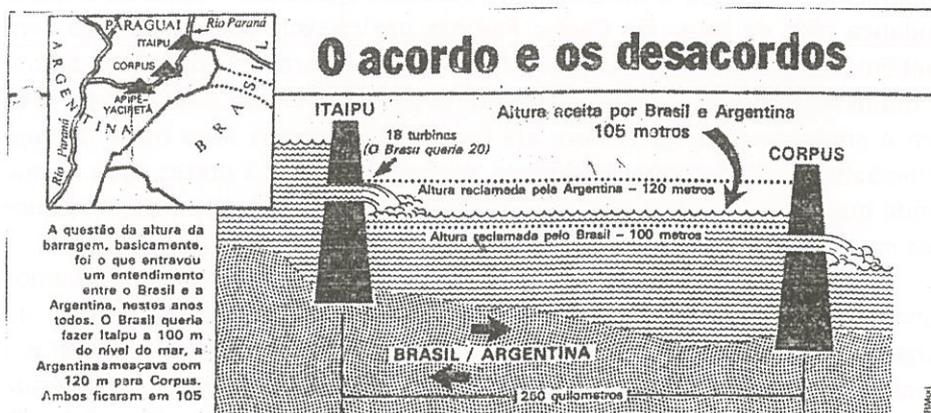
Área envolvida pela poligonal - 26,77%  
Área remanescente do município - 73,23%  
Área envolvida pela poligonal = área de reservatório  
+ área de reflorestamento.

FORNTE: ITAIPU BINACIONAL

Anexo 2

Documentos

## 2.1 - Gráfico "O acordo e o desacordo"



In: *Jornal da República*, 19/10/1979

## 2.2 - Depoimento de A. B.

“Eu nasci em 18 de novembro de 1915, mas no fim de agosto de 1920, meus pais resolveram de deixar as pirambeiras do Rio Grande do Sul e passar por uma aventura. Eles tinham comprado a terra, pelo mapa, do falecido Pedro Ferri, como corretor e procurador da firma Alegrete, lá em Veranópolis. Eles moravam lá. A fim de agosto de 1920, cavalgando um cargueiro, cruzando o rio das Antas, Bento Gonçalves até Garibaldi a Carlos Barbosa, a nossa mudança foi transportada por uma carroça. Carlos Barbosa, Santa Maria, Uruguaiana, cruzando o rio Uruguai, Passo dos Libres até Pousadas, a nossa mudança veio de trem. De Carlos Barbosa pra cá, veio a família Pedro Ferri também. Da estação ferroviária de Pousadas até o porto de embarque, a nossa mudança foi transportada numa *gaiota* puxada por um jumento; eu tava com 4 anos e meio e me lembro até hoje. Embarquemos num navio de cujo nome Salto, da Companhia Rodrigues, viajando 3 dias e 3 noites água acima, aonde que o dia 20 de setembro de 1920, ao pôr do sol, nós desembarquemos em torrão paranaense, em Santa Helena Velha, lá no Porto de Areia. (...)

Nós ficamos morando por 8 meses no porto de Santa Helena e vínhamos trabalhando no km 3 junto com o falecido Pedro Ferri. Depois, porque era tempo de plantá, depois que esgotô o tempo de plantá, o falecido papai e o falecido tio José vieram aqui no km 7, abriram as divisas do lote 5, 6 e 7, onde fizeram a primeira rocinha, e com a serra a braço desdobraram a madeira. A fim de maio, nós saímos de Santa Helena pra vim morar aqui no mato, dia de chuva com cargueiro, cangaiais com os burros e lona coberto, a falecida mãe de a pé com o meu irmãozinho no colo, um que nasceu aqui, porque aquele um que veio de lá faleceu. E eu com 1 litro de querosene na mão, e o falecido papai puxando o cargueiro, e o falecido tio José também, viemos até aqui abaixo de água; então trouxe o querosene pra acender o fogo. Paremos 10 meses embaixo de tábuas encostadas, que nem as favelas de Caixas. Depois, construímos uma pequena casa; ali a mãe ganhô mais um nenê, aqui no mato. No ano 24, fomos atingidos pela revolta de Luiz Carlos Prestes”. (Depoimento de A. B. em 16.06.80).

## 2.3 - Folheto distribuído por Itaipu

# VOCÊ TAMBÉM VAI AJUDAR A CONSTRUIR ITAIPU, A MAIOR USINA HIDRELÉTRICA DO MUNDO.

Para a formação do lago, Itaipu vai precisar comprar as áreas próximas das margens, para alargar o rio e fazer a represa.



## EVITE INTERMEDIÁRIOS

Trate diretamente com os homens da Itaipu. Eles estão aí para ajudar. Peça sua orientação e confira notas. É gente que não brinca em serviço. Aguarde. Você será procurado pelos representantes credenciados da Itaipu.



## FIQUE TRANQUÍLO

Todos os proprietários vão ser indenizados. Quem tiver propriedades na região, pode ficar tranquilo. Seja dono de fazenda, sítio ou casa. Não precisa se preocupar. Depois de receber o dinheiro, você poderá continuar na terra produzindo, até Itaipu precisar dela.



## ITAIPU PAGA O PREÇO JUSTO

Para comprar as propriedades, Itaipu está fazendo um levantamento geral. Incluso de todas as benfeitorias que existam: lavouras, mangueiras, poços e cercas. Na base do preço justo, Itaipu garante o pagamento por todos os proprietários.

Colaborando com o pessoal da Itaipu, você está ajudando a construir a maior usina hidrelétrica do mundo.

## 2.4 - Convite para a Primeira Assembléia

Mal. Cdo. Rondon, Setembro de 1.978

Aos Padres e Pastores:

C/C. Adriano de Medianeira, Valentin de ~~St~~ Helena, Backes de Entre Rios, Angelo de Palmas, Claudino de Francisco Boltrão, Roberto Campos de Mato de Santa Helena, Kirinus de Mal. Cdo. Rondon, Artemo Spellmeier do Departamento de Migração da IECLB, Werner Fusch Coordenador da CPT - PR., Joerg-Michel de Santa Helena e Douglas de Equiporã.

" A terra é para quem trabalha nela "

Aos padres e pastores que tem comunidades à margem do Rio Paraná, cujos membros terão que sair por causa das águas de ITAIPU, terão juntamente com esta carta, outras que deverão ser entregues aos lavradores.

Do lado vai convite para participarem da reunião do dia 16 de Outubro com início às 9 horas, no pátio da Comunidade Católica de Santa Helena com todos os agricultores, cujas terras serão inundadas pela Binacional Itaipu.

Trata-se do Projeto ÁREA DE NOÉ da Comissão Pastoral da Terra do Paraná; a idéia partiu dos próprios agricultores de fazer uma reunião com todos os agricultores da margem do Rio Paraná, para reivindicar por parte do Governo um melhor preço por suas terras e reivindicar também por parte do Governo uma outra área de terra onde eles podem se reassentar novamente.

" Favor trazer almoço junto "

A Pastoral da Terra e os agricultores contam com vocês.

---

Kurt Walter Hatje  
secret. interno da CPT - PR.

Mal. Cdo. Rondon, Setembro de 1.978

Caro Lavrador,

Dentro de poucos meses o senhor e sua família terão que sair da sua terra, porque elas serão inundadas pelas águas da Hidrelétrica Binacional ITAIPU. Talvez as águas atingirão somente uma parte de suas terras, mas mesmo assim a sua lavoura não será mais assim como era antes.

Achamos que não é certo que o senhor, juntamente com sua família, tenha que resolver o problema de procurar uma outra terra sozinho; São 8 mil famílias que moram às margens do Rio Paraná e que estão passando pelo mesmo drama. Achamos que vocês lavradores devem tentar, em conjunto, resolver este problema. Os outros lavradores contam também com a sua ajuda e de sua família.

\* Como vocês podem ajudar?

É fácil! No dia 16 de Outubro haverá uma reunião com início às 9 horas em Santa Helena, no pátio da Comunidade Católica. O lavrador deve se unir e todos contam também com o seu comparecimento e também com a sua participação.

\* Que queremos conseguir?

Possivelmente um melhor preço para as nossas terras e conseguir também por parte do Governo, uma nova área de terra, onde vocês possam trabalhar e formar uma nova residência com as nossas famílias e com os nossos vizinhos. Essa terra, se possível, deve ser no Paraná.

Unem-se, façam lotação ou peguem carona com os vossos vizinhos e compareçam todos no dia 16 de Outubro, às 9 horas no pátio da Comunidade Católica em Santa Helena. Tragam o almoço junto, que nos acamparemos por lá mesmo.

Estarão presentes representantes das Igrejas Católica, Quadrangular do Brasil e Evangélica, ( IECLB ) Bispo de Palmas, D. Agostinho José Sartori, Padre Angelo, de Palmas, Padre Claudino de Francisco Beltrão, Padre Backes de Entre Rios, Padre Valentim de Santa Helena, Padre Adriano de Medicneira, Pastor da Igreja Quadrangular - Roberto Campos de Mato de Santa Helena, Pastor Fuchs,

Secretário da Comissão Pastoral da Terra, Pastor Kirinus, ex-secretário da Pastoral da Terra, Pastor Regional Harold Malschulsky de Toledo, Pastor Kurt de Pato Bragado, Pastor Artemo Spellmeier do Departamento de Migração da IECLB, o pastor Gierus da Secretária Geral da IECLB.

Contamos também com a sua presença. Quanto maior for o número de lavradores, tanto maior será a nossa chance de conseguir alguma coisa.

Tchau gente! até o dia 16 de outubro.

Kurt Walter Matje  
secret. - CET - PR

## 2.5 - Documento final da Primeira Assembléia

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DO PARANÁ  
ligada à linha 2 da CNBB  
C.P. 136 - Mal.Cândido Rondon-PR

DOCUMENTO DA SITUAÇÃO E DAS REIVINDICAÇÕES DOS LAVRADORES DA ÁREA DE  
ITAIPU - APROVADO NA ASSEMBLÉIA REALIZADA A 16 DE OUTUBRO DE 1978 EM  
SANTA HELENA-PR

AO EXMO.SR.  
GENERAL ERNESTO GEISEL  
MD Presidente da República

*Itaipu*

### NOSSOS PROBLEMAS

- 1- O preço de indenização das terras não é suficiente para se assentar em condições iguais às de hoje noutro lugar.
- 2- Faltam-nos esclarecimentos quanto ao modo de indenização: classificação das terras, benfeitorias existentes na propriedade, árvores frutíferas, eletrificação rural, maquinários, financiamentos que hoje temos nos bancos, etc.  
Depoimento de um agricultor: "Me pagaram 400 m de cerca com 5 fios de arame, palanques de metro e meio cada, onde tenho aproximadamente ..... 1.000 m de cerca, C\$ 3.500,00. Isto não paga nem a mão-de-obra."
- 3- Não aceitamos a classificação das terras em terra branca e terra vermelha, porque o imposto é um só, muitas vezes compramos sem classificação, e toda ela vai ficar embaixo da água, seja branca, seja vermelha.
- 4- A maioria de nós tem financiamentos nos bancos e NPRs que, na hora da indenização, saem descontados à vista daquele dinheiro que recebemos.  
Depoimento de um agricultor: "Estou devendo, entre custeio, destoca, motores e um trator, do qual não tenho pago nenhuma prestação ainda, e vencerá a 31 de julho de 1982, 500 e poucos mil cruzeiros. Agora eu pergunto aos senhores de como eu me coloco e a família, se a minha indenização é de apenas C\$ 563.000,00 e ainda tenho dívidas por fora..."
- 5- Existe injustiça no preço pago para as chácaras e terrenos perto das cidades, comparado com os outros.

- 6- Como vai ficar a situação de quem é posseiro ou arrendatário?
- 7- Existe muita demora entre a época de avaliação e a data do pagamento das indenizações, com isso o dinheiro vai perdendo o valor.
- 8- Existe diferença entre a medição judicial das terras e aquela feita pela ITAIPU. Muitos lavradores estão tendo que pagar nova medição de terras ao INCRA.
- 9- Como vão ficar aqueles que têm só parte das terras nas faixas de desapropriação? Com o que resta das terras muitos não poder sobreviver.
- 10- Muitos de nós são idosos e não podemos enfrentar de novo a dureza de começar lavouras tudo novamente, e com o dinheiro que nos indenizam não dá prá sobreviver nas cidades.
- 11- Como o patrimônio da comunidade: igrejas, escolas, associações e outras benfeitorias comunitárias vão ficar, sabendo que em boa parte foram construídas com esforço do povo? Temos que nossas comunidades e até famílias vão se desfazer com a dispersão das pessoas.
- 12- Estamos preocupados, porque até hoje ainda não sabemos como e onde vamos conseguir terra novamente. E como conseguir terras noutras partes - com segurança de não sermos desalojados, com todos os problemas de grilagem de que ouvimos falar?
- 13- Não fomos consultados sobre a construção da Usina.
- 14- E aqueles que vão ficar aqui? Quem vai se responsabilizar pelas mudanças de clima, mcléstias, e outros problemas que vão aparecer com a construção da Usina?
- 15- Os lavradores paraguaios estão numa situação dramática, não sabendo o que vai acontecer com eles.
- 16- Como vamos locomover nossas famílias para outras partes do país, juntamente com casa desmontada, maquinário e animais?
- 17- Não temos nenhuma solução e certeza de tudo aquilo que foi prometido no início, nas reuniões da Itaipu conosco.
- 18- Por que são descontados, para indenização, as margens de rios e estradas que beiram ou atravessam as propriedades? Ao adquiri-las, pagamos integralmente.
- 19- Se o INCRA só autoriza dois títulos de terra por proprietário, como fica a situação de quem terá, após a desapropriação, muitos pequenos lotes?

- 20- Por que a gente é obrigado a pagar imposto que os proprietários anteriores deixaram de pagar?
- 21- Como fica a situação das cidades, vilas e bem-feitorias adjacentes ao lago, que não serão indenizados, mas sofrerão pela desvalorização geral? As custas de quem se farão as novas estradas e pontes necessárias devido às inundações?
- 22- Será permitido fazer corredores de acesso ao lago, para que o gado de pastagens com fonte inundada tenha água?
- 23- Por que não estão previstos diques para represar águas rasas que invadirão muitos quilômetros de terras produtivas? O dique custaria menos que a indenização, e se evitariam moléstias.

#### NOSSAS REIVINDICAÇÕES

- 1- Melhores preços para nossas terras (em torno de Cr\$ 100.000,00 pelo alqueire), iguais para todos os tipos de terra.
- 2- Indenização até o final de 1978. Em caso de mora, reajuste de 40% ao ano.
- 3- Benfeitorias (casa, galpão, chiqueiro, pomar) sejam indenizadas em separado das terras. Melhor valorização das árvores frutíferas.
- 4- Maquinário e eletrificação rural também devem ser indenizados, no mínimo em 50%.
- 5- As hipotecas de nossas dívidas sejam transferidas para outros imóveis que possuímos ou vamos adquirir. Dessa forma conseguiríamos o total da indenização, o que facilitaria nosso imediato reassentamento.
- 6- As terras dos moradores do mesmo local devem ser pagas ao mesmo tempo pois em grupo os agricultores terão melhores condições de se estabelecerem.
- 7- Para os agricultores que têm sociedade de maquinário, a indenização venha ao mesmo tempo.
- 8- Possesores recebam no mínimo 50% do valor da terra, conforme promessa inicial da Itaipu Binacional.
- 9- Que as propriedades parcialmente atingidas pela inundação possam ser totalmente indenizadas, como convém ao proprietário, e que as benfeitorias que se encontram na faixa de reserva sejam deslocadas por conta da Itaipu.
- 10- Reassentamento no Estação do Paraná, em terras que possuam as mesmas condições das que serão inundadas (fertilidade, mecanizáveis, destocadas). Caso não seja possível no Paraná então em Santa Catarina - Rio Grande d

-fl.4-

Sul, ou Sul do Mato Grosso. Que o Governo nos indique novas terras e dê ajuda para nova instalação.

- 11- Despesas de transporte de nossa mudança, das máquinas e dos animais sejam pagas pela Itaipu Binacional, inclusive sejam concedidas guias livres de imposto ou alfândega, no caso dos migrantes ao Paraguai.
- 12- Convênio entre os governos do Brasil e Paraguai, para maior segurança das famílias que migrarem de um país ao outro. Um grupo de indenizados paraguaios também pede terras no Estado do Paraná.
- 13- Assistência social, médica e moral para as famílias desalojadas, bem como orientação técnica para as atividades agrícolas.
- 14- Prolongamento de prazos para financiamentos feitos.
- 15- Caso necessária nova medição de terras, corra por conta da Itaipu Binacional.

-:-:-

Observação: Segue anexo abaixo-assinado com 1.003 assinaturas dos participantes da Assembléia.

## 2.6 - "Terras no Paraná e indenização justa"

### TERRAS NO PARANÁ E INDENIZAÇÃO JUSTA.

#### CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

##### DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

Art. 153. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 22. É assegurado o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvado o disposto no art. 161, facultando-se ao expropriado aceitar o pagamento em título da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior.

TERRAS NO PARANÁ  
E INDENIZAÇÃO JUSTA.

Em Assembléia realizada na cidade de SANTA HELENA, em 7 de abril de 1979, com a participação de mais de 2.000 trabalhadores rurais da região a ser atingida pela inundação da HI DRELÉTRICA ITAIPU e com a presença e apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, da Comissão de Pastoral da Terra, da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, do Regional Sul II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da área, foi discutido e aprovado este documento, redigido por Comissões Representativas da FETAEP, CPT, CPJP e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, na cidade de MARECHAL CANDIDO RONDON, em 16 de fevereiro de 1979, ratificando as conclusões da Assembléia de Trabalhadores Rurais de SANTA HELENA, ocorrida em 16 de outubro de 1978. Será encaminhado às seguintes autoridades: Presidente da República, Ministro do Interior, Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura, Ministro das Minas e Energia, Ministro da Previdência e Assistência Social, Governador do Estado do Paraná, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Presidente da ITAIPU BINACIONAL, Presidente do Banco do Brasil S.A. e Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

01. Considerando a divergência de critérios adotados na avaliação da terra nua e benfeitorias pela ITAIPU BINACIONAL e, ainda, o descontentamento generalizado quanto aos preços que não atingem os valores anunciados e, considerando também que a ITAIPU não está procedendo à desapropriação na forma legal,

REIVINDICAMOS:

Que a ITAIPU BINACIONAL inicie imediatamente a desapropriação, de conformidade com o Decreto de Utilidade Pública da Área, sob nº 83.225, de 1º de março de 1979. Caso contrário, os proprietários não estarão mais dispostos a negociarem su as terras pelos valores e na forma proposta pela ITAIPU.

02. Considerando que os agricultores da região atingida que rem permanecer no Estado do Paraná e, como cidadãos livres, têm o direito de escolher o lugar de seu 'habitat'. Por outro lado, o Paraná conta com latifúndios por exploração e extensão e terras devolutas, sendo que a Reforma Agrária já deveria ter sido executada, como requer o Estatuto da Terra. Além do mais, o Paraná não pode abrir mão de sua força de trabalho ou, o que ainda é pior, ter o seu problema social agravado em decorrência da marginalização dos homens da terra, que acabarão por buscar os centros urbanos, engrossando o contingente dos que estão na famigerada condição de "bóias-frias"; Considerando ainda o assédio das Imobiliárias e Companhias Colonizadoras, que procuram coagir o agricultor a comprar terras 'milagrosas' no Mato Grosso, iludindo-o e inflacionando o valor real das terras e usando indevidamente o nome das Entidades que subscrevem este documento; Considerando também que o próprio modelo de Colonização Privada é questionável e que o agricultor tem desejo de permanecer no Paraná, conforme já foi dito, tendo demonstrado capacidade para administrar seu próprio reassentamento através de Cooperativas,

REIVINDICAMOS:

Que a ITAIPU BINACIONAL, o INCRA e o ITC assumam definitivamente o compromisso de propiciar outras terras no Paraná e promover o reassentamento dos agricultores atingidos (propri

3-

etários, parceiros, arrendatários e assalariados), no próprio Estado do Paraná, implantando Programas de Reforma Agrária, quer diretamente ou através de Cooperativas, excluindo-se a interferência das Imobiliárias e Colonizadoras, como vem ocorrendo.

03. Considerando que o preço atual da terra nua gira em torno de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) a Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) o alqueire naquela região, sendo que chega a Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) o alqueire só para destoca. Dado ainda a fertilidade de solo da região em tela, propícia a todo e qualquer tipo de cultura, sendo considerada uma das áreas mais férteis (senão a mais fértil) de todo o Estado do Paraná,

REIVINDICAMOS:

Que seja estabelecido um preço mínimo desapropriatório (valor da terra nua), de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), tomando-se por base o mês de janeiro de 1979 e com reajustamento mensal, de acordo com as variações das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

04. Considerando os laços culturais e/ou familiares que ligam as Comunidades instaladas em determinadas áreas,

REIVINDICAMOS:

Que sejam feitas as indenizações e reassentamentos conjuntos dessas comunidades.

05. Considerando que a ITAIPU BINACIONAL está pagando apenas 50% do valor da terra nua, aos proprietários que ainda não possuem o respectivo Título, e que há na área cerca de 1.800 propriedades ocupadas por posseiros,

em situação irregular, área já declarada prioritária para fins de Reforma Agrária mas que vem sendo morosamente titulada pelo INCRA,

REIVINDICAMOS:

Que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - proceda à imediata regularização das terras ocupadas por posseiros, sem quaisquer ônus para os mesmos, para que recebam 100% de seu valor.

06. Considerando que a ITAIPU BINACIONAL dá conhecimento dos valores das avaliações discriminadamente, contudo, não fornece uma segunda via do documento aos agricultores, bem como os valores apresentados não correspondem ao valor real e, além do mais, não se incluem as benfeitorias de uso coletivo, não havendo, ainda, qualquer referência a Lucros Cessantes,

REIVINDICAMOS:

Que seja fornecida ao agricultor uma proposta de indenização que discrimine o valor da terra nua (correspondente à área real, adquirida ou de posse), dos Lucros Cessantes, das benfeitorias e benefícios existentes no imóvel a ser indenizado, incluindo também aqueles de interesse coletivo, tais como, eletrificação rural, estradas, Clubes, Centros Comunitários, etc. Reivindicamos, ainda, que, quando houver remanescentes de terras, seja feita, desde que haja o interesse do agricultor, a indenização sobre a totalidade do imóvel, conforme à legislação prevê.

07. Considerando que os pagamentos efetuados pelas propriedades negociadas até final de 1978 precisam ser reajustados para acompanhar o índice inflacionário e por serem insuficientes para aquisição de outro imóvel e que os Bancos estão descontando prestações de financiamento ainda não vencidas, deixando, na maioria dos casos, os agricultores sem recursos suficientes,

REIVINDICAMOS:

- a) Que sejam reajustados em 40% os valores que foram pagos ou estão sendo oferecidos aos agricultores;
  - b) Que as hipotecas das dívidas sejam transferidas para outros imóveis que venham a ser adquiridos, a fim de que o agricultor receba o total da indenização, propiciando-lhe maiores facilidades para fixação na nova terra;
  - c) Que seja concedido, ainda, um ano de carência, para pagamento das mencionadas hipotecas;
  - d) Que no ato de pagamento das indenizações não sejam descontados os valores correspondentes às Notas Promissórias Rurais (NPRs.).
8. Considerando que não se tem conhecimento de que a ITAI PU BINACIONAL se preocupe com a indenização a parceiros e arrendatários, por benfeitorias (investimentos e benefícios), bem como em pagar Lucros Cessantes, como requer o Estatuto da Terra e, objetivando, ainda, que o agricultor tenha uma maior segurança quanto ao prazo certo para desocupar a terra,

REIVINDICAMOS:

Que seja conferida indenização justa sobre investimentos e benefícios, inclusive Lucros Cessantes, aos parceiros e arrendatários que tenham seus contratos em vigor (escritos ou verbais), com a conseqüente renovação automática dos aludidos contratos, até a data prevista para o alagamento das terras.

09. Considerando que os atuais Contratos de Compra e Venda não garantem a permanência na terra até o final de 1981, nem garantem o fornecimento da Carta de Anuência para obtenção de Financiamentos de Custeio, sendo que tais Cartas estão sendo concedidas de modo não generalizado e não imediato.

REIVINDICAMOS:

Que sejam proporcionadas garantias jurídicas aos agricultores para permanecerem nas terras até o alagamento da área; E que seja fornecida a todos, pela ITAIPU BINACIONAL, no ato da Escrituração, a CARTA DE ANUENCIA, objetivando não prejudicar os Financiamentos de Custeio.

10. Considerando que os Representantes Locais do IAPAS(ex-FUNRURAL), criam dificuldades no fornecimento de Certificados de Quitação, exigindo a Declaração de Imposto de Renda (tomando por base o rendimento desta última, acrescido de 40%, independentemente das Notas de Produção Rural), quando muitos não a possuem por terem tido renda abaixo do teto, num cálculo que não condiz com a realidade, em decorrência das frustrações de safra dos últimos dois anos,

REIVINDICAMOS:

Que o IAPAS (ex-FUNRURAL) facilite o fornecimento dos Certificados de Quitação, tomando por base somente as Notas de Produção Rural.

Para encaminhamento das presentes reivindicações,

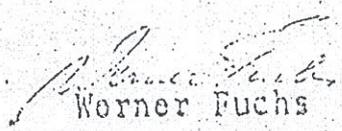
tação, constituída por um Representante da cada Entidade abaixo relacionada:

- a) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná;
  - b) Comissão Pontifícia de Justiça e Paz;
  - c) Comissão de Pastoral da Terra;
  - d) Sindicatos de Trabalhadores Rurais de:  
Marechal Cândido Rondon,  
Guaira,  
Medianeira,  
São Miguel do Iguaçu,  
Santa Helena,  
Terra Roxa,  
Matelândia;
  - e) Dois agricultores atingidos por município da área.
02. Face à pressão na feitura dos acertos, aos pagamentos a baixo dos valores reais, baseados em avaliação unilateral e heterogênea, ou outros problemas decorrentes, decidimos recorrer à assessoria jurídica a ser prestada pelos advogados dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, sob a coordenação do Departamento Jurídico da FETAEP.
03. Decidimos reconhecer a justa causa e apoiar as reivindicações da população urbana, pontos comerciais e outros grupos prejudicados e, com especial atenção, os agricultores atingidos em terras paraguaias.

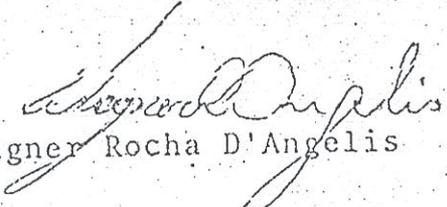
Santa Helena, 7 de abril de 1979.



Agostinho Bukowski  
Federação dos Trabalhadores  
na Agricultura do Estado  
do Paraná



Werner Fuchs  
Comissão Pastoral da Terra



Wagner Rocha D'Angelis  
Comissão Pontifícia de Justiça  
e Paz

## 2.7 - Relação das colonizadoras cadastradas



INCRA - ITAIPU

AVISO AOS AGRICULTORES  
DA ÁREA DO FUTURO  
RESERVATÓRIO DA ITAIPU

Estão credenciadas pelo INCRA as colonizadoras abaixo mencionadas que estão em condições de oferecer lotes de terras, nos seus projetos de colonização, aos proprietários da área que está sendo desapropriada pela ITAIPU, para formação do reservatório:

CAMPO ALEGRE  
CODEMAT  
INDECO  
MUTUM-ELDORADO  
SINOP  
SOMECO  
VISTA ALEGRE

Antes de comprar gleba de outras colonizadoras procure se informar no INCRA.

Qualquer esclarecimentos sobre o assunto será dado no escritório do INCRA em Foz do Iguaçu, localizado no Conjunto Habitacional A, da ITAIPU BINACIONAL.

In: O ESTADO DO PARANÁ, 13.02.79

## 2.8 - Aviso de Itaipu aos agricultores

x



**ITAIPU**  
BINACIONAL

INCRA - ITAIPU  
**AVISO N: 2**  
AVISO AOS AGRICULTORES  
DA ÁREA DO FUTURO  
RESERVATÓRIO DA ITAIPU

Solicitamos aos colonos mais idosos, da área do reservatório de ITAIPU que compareçam aos escritórios do INCRA ou da ITAIPU, em Foz do Iguaçu, a fim de serem relacionados, se desejarem, para programa especial de aquisição de terras.

Por outro lado, comunicamos que a colonizadora Vila Rica está também credenciada para oferecer lotes de terras, enquanto que a colonizadora Vista Alegre é excluída da relação publicada nos jornais do dia 13 de fevereiro próximo passado.

In: O ESTADO DO PARANÁ, Junho de 1979

## 2.9 - "Ao povo, ao governo e à Itaipu"

No ser decretada a construção da Hidrelétrica de ITAIPÚ, e no período que se seguiu, a empresa construtora não poupou palavras bonitas para nós Agricultores, atingidos pelo plano de desapropriação de terras para a formação do futuro reservatório. Estas palavras foram ditas para que nós nos conformássemos com a situação. Para tal era prometido uma indenização justa, facilidades em adquirir novas terras, por intermédio do INCRA, além de outras coisas lindas.

Passados 5 anos de pressão psicológica que acabou com a nossa paciência, o preço oferecido pelas terras na indenização, não ultrapassou a metade do valor oferecido por propriedades idênticas, fora da área a ser desapropriada.

No que se refere ao reassentamento, até hoje nada foi feito. O INCRA está "aterefadíssimo" na titulação da área. Existem agricultores na área a ser desapropriada que nem foram procurados para entregarem cópias das escrituras e outros documentos para a titulação. Conforme programa oficial daqui a um ano teremos que sair da área. Os que receberam indenização por primeiro já compraram novas terras e fizeram três colheitas nas mesmas. Nós que ficamos por último perguntamos: **COMO É QUE FICA A NOSSA SITUAÇÃO?**

Em vista desta situação viemos de público fazer um apêlo dramático ao Governo e a Empresa Construtora, para que pelo menos tomem consciência de nossa situação.

Querem nos expulsar para o Patagui ou para a Amazônia. Pois com a indenização não conseguiremos comprar novas terras na região e no que se refere ao reassentamento no Paraná, que é nosso maior desejo, até hoje nem ao menos foi cogitado.

**GOVERNADOR-INCRA: QUEREMOS TERRA NO PARANÁ. NÃO NOS EXPULSEM. SABEMOS PLANTAR E COLHER, MAS SÓ NO PARANÁ.**

**NÓS AGRICULTORES DA ÁREA ATINGIDA PELA ITAIPÚ EXIGIMOS:**

- Reajuste de 100%, nos preços da indenização e também para os indenizados que ainda não receberam o cheque.
- Correção cada 90 dias.
- Receber o cheque no máximo em 15 dias.
- Indenização de nossas redes elétricas.
- Terras no Paraná.
- Maior rapidez por parte do INCRA.

Assinam os Agricultores da região de  
Santa Helena, 14 de julho de 1980

ITAIPÚ.

## 2.10 - “Amigos e companheiros de sofrimento”

### AMIGOS E COMPANHEIROS DE SOFRIMENTO!

Os agricultores estão cansados de serem tratados como lixo da sociedade brasileira.

Desde criança, estou vendo que o povo que trabalha, que sofre, que luta, que realmente produz os alimentos para saciar a fome no mundo tem, na verdade, na sua própria mesa, cada vez menos para comer. Um pedaço de pão cada vez menor para os pobres e o crescente desperdício de um grupo privilegiado é uma verdadeira afronta para nossa concepção cristã. Felizmente, depois de sofrer por muito tempo, na sua própria carne, os horrores desta verdadeira escravidão branca, os agricultores estão tomando consciência do grau de força que eles têm na mão para exigir justiça.

Sem alimentos, todos morrem de fome.

Os agricultores estão despertando e vão fazer valer, na força de sua união, o direito à terra, o direito a uma indenização justa, quando o governo requer as suas propriedades. Amigos e colegas! Aportamos nestas terras há muitos anos atrás. Encontramos um sertão agreste e hostil, encontramos feras e serpentes venenosas. Não havia estradas nem pontes, nem escolas, nem comércio, não havia clubes nem igrejas para adorar nosso Deus que criou este mundo para TODOS os homens. Hoje nós temos tudo isso. Mas se nós conseguimos isto, foi pela vontade imbatível de vencer, pelo braço de ferro que nunca se intimidou perante as dificuldades e sem dúvida, foi a custa de muitos sacrifícios e suores. Se pudéssemos juntar todas as gotas de suor que derramamos, formaríamos outro lago, não o de Itaipu, mas sim um lago salgado, amargo e cheio de ilusões de um futuro mais digno e mais humano.

E neste momento, queremos prestar uma homenagem àqueles que tomaram na luta, abatidos, talvez, pelo tronco de uma árvore, nas derrubadas, ou pela doença que um esforço desumano na luta pela vida lhes legou. Deus lhes dê a paz.

Nossa palavra de ânimo, de força e coragem para os pais que perderam um filho por falta de uma alimentação adequada ou por falta de dinheiro para comprar remédios ou internar seu filho num hospital.

Nossa homenagem especial a ti, colega e companheiro de luta, que deixaste aqui nesta terra o melhor de tuas forças e que estás encurvado pelo peso dos anos e do trabalho e que já não sentes mais força e coragem para começar nova luta. E agora te vês ameaçado de ter que entregar a metade das

gotas de suor que você derramou neste chão para a grandeza de uma obra gigantesca da qual, talvez, nunca colherás frutos.

Dizem que cabrito que é bom não berra. Me perdoe o governo e me perdoe a Itaipu, mas desta vez vamos fazer uma exceção. Será que nós, este povo valente e forte, que nunca deu o braço a torcer diante de tantas dificuldades, vamos agora covardemente trair a nossa família, entregando o que nós conquistamos pingando suor, pela metade do valor e sair de cola baixa, começar tudo de novo? Quero dizer a vocês que os que fizeram isto não são nem dignos do nome de cristão nem de brasileiro, porque para honrar a Deus e à Pátria é preciso antes de tudo defender a justiça. Por isso, fiquemos unidos na luta, berrando por justiça, sem se deixar abater pelo que der e vier, e tenho certeza que, de hoje em diante, esta multidão de agricultores chamando por justiça vai aumentar cada dia mais até chegar a hora que nós possamos, chorando de alegria, festejar a vitória.

Mas para que isso aconteça, precisamos ficar todos unidos como até agora, dentro da ordem, do respeito absoluto às pessoas que não pertencem ao nosso grupo, sem prejudicar a quem quer que seja. Mesmo que você seja provocado, permaneça calmo, sem responder a ofensas. Mostremos que somos um povo educado, ordeiro e amante da paz e da justiça. Nesta luta, não podemos, de modo algum, prescindir do apoio dos nossos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que sempre nos defenderam na pessoa dos seus valerosos presidentes, especialmente da Federação dos Sindicatos do Paraná, a FETAEP.

Contamos com o apoio de todas as autoridade quer civis ou militares. Contamos, também, com o apoio das Igrejas. Com filial respeito, imploramos a D. Alívio Aurélio Fazza as bênçãos de Deus ao nosso Movimento.

Contamos, também, com o apoio da classe política. Políticos, está na hora de sua opção. Nós queremos saber quem realmente está com o povo e quem está contra o povo. E esta sua opção nós aguardaremos com muito carinho, para o dia em que novamente tivermos eleições neste País. Companheiros de sofrimento, as lideranças deste Movimento reiteram o pedido já feito: fiquem calmos, serenos e sobretudo confiantes na vitória.

**QUEREMOS JUSTIÇA E TERRA!**

**VIVA O AGRICULTOR BRASILEIRO!**

(Discurso proferido por Marcelo Barth na abertura do "Movimento Justiça e Terra", Santa Helena (PR), em 14.04.1980)

## 2.11 - Mensagem de Itaipu ao agricultor da área do reservatório



**ITAIPU**  
BINACIONAL

**COMUNICADO**

**MENSAGEM DA ITAIPU AO AGRICULTOR DA ÁREA DO RESERVATÓRIO**

A ITAIPU já reajustou os preços das terras e já divulgou pela imprensa, através de comunicado. Os reajustes são periódicos. Você foi beneficiado. Com o dinheiro da indenização você compra as mesmas terras no Paraná.

Faça o acordo com ITAIPU

É do seu interesse. Não aceite intermediários. Não se envolva em agitação. Defenda seus interesses pessoalmente.

Confira os novos preços da ITAIPU aos da média da região. ITAIPU paga a Vista. Você poderá comprar seu imóvel para reassentamento a prazo. É mais uma vantagem.

Você pode retirar as benfeitorias até dezembro de 1981 e colher a soja em março/abril de 1982, que foi plantada em 1981.

É ocupação de graça da terra.

Veja a tabela, para as terras de 1a. e 2a.

**SEM BENFEITORIAS**

|                    |  |
|--------------------|--|
| -terra de primeira | - mecanizada - situação ótima<br>Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros)<br>por alqueire                |
| -terra de primeira | - mecanizada - situação boa<br>Cr\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil cruzeiros)<br>por alqueire   |
| -terra de segunda  | - mecanizada - situação ótima<br>Cr\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil cruzeiros)<br>por alqueire |
| -terra de segunda  | - mecanizada - situação boa<br>Cr\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil cruzeiros)<br>por alqueire  |

As terras dobradas têm preço menor

A isto acrescenta as benfeitorias que também sofreram reajuste.

Com benfeitorias na propriedade e sendo mecanizada, e com terras de qualidade, a ITAIPU pagará em média preço superior a Cr\$ 200.000,00 por alqueire. É ou não é um bom preço?

Agricultor, colono, você sabe mais que ninguém defender seus interesses.

Ao ser procurado pela ITAIPU a partir do mês de agosto faça seu acordo

AGOSTO 1980

## 2.12 - Ata da reunião realizada em Itaipu, em 27/07/1980



## ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM ITAIPU EM 27/07/80

No dia 27 de julho de 1980, no Centro Executivo da ITAIPU BINACIONAL em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná reuniram-se o Diretor Geral da Entidade Binacional, General José Costa Cvalcanti, Dr. Paulo José Nogueira da Cunha, Diretor Jurídico Adjunto da ITAIPU Binacional, Dra. Mariza Zancaner, Assistente Jurídica da ITAIPU Binacional, Dr. Klaus Greiner e Dr. Marcos Litchstein também da Entidade Binacional, Don Olivio Fazza, Bispo da Diocese de Foz do Iguaçu, Dr. Eugênio Libreloto Stefanelo, Representante do Governo do Estado do Paraná, Sr. Marcelo Bath, Sr. Ari Ruben Kunrat, Sr. Orestes José Gasparini, Eno Baron e Anildo Schmidt, representantes dos Agricultores expropriados.

Assuntos tratados e resolvidos:

1. Pagamento: será efetuado 15 dias após a assinatura do Acordo (assunto resolvido anteriormente).
2. Colheita da soja plantada em 1981: prazo para colheita até março/abril de 1982.
3. Rede elétrica: (assunto resolvido anteriormente).
4. Bolsa Agrária: reativar e agilizar os trabalhos (assunto resolvido anteriormente).
5. O INCRA comprometeu-se em titular até Outubro/novembro do corrente ano as propriedades do imóvel Rio Paraná (Santa Helena, Sol de Maio e São Miguel do Iguaçu e Medianeira).
6. Os acordos já firmados e com escrituras marcadas para o dia 28 de julho só serão mantidos, ou seja, as escrituras só serão lavradas a pedido do expropriado interessado, conforme o procedimento da Entidade.
7. As estradas existentes dentro das propriedades serão indenizadas como terra.

*Handwritten initials*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

Eno Baron

*Handwritten initials*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

2,

8. A parte remanescente das propriedades desapropriadas continuará a ser indenizada pela ITAIPU até 3 (três) hectares. Casos especiais de remanescentes superiores a essa área, serão examinados isoladamente.

9. Preço das terras - sem benfeitorias: (\*)

- Classe I - Cr\$ 200.000,00 - situação ótima - mecanizada,  
 Cr\$ 195.000,00 - situação boa - mecanizada.  
 Classe II - Cr\$ 175.000,00 - situação ótima - mecanizada,  
 Cr\$ 170.000,00 - situação boa - mecanizada.  
 Classe III - Cr\$ 140.000,00 - situação ótima - dobrada - mecanizada,  
 Cr\$ 135.000,00 - situação boa - dobrada - mecanizada.  
 Classe IV - Cr\$ 60.000,00 - encosta de rio - não há mecanização.

10. Benfeitorias

As benfeitorias, que serão acrescidas ao valor da terra, na nova tabela foram reajustadas pelos índices da construção civil da Região Sul.

11. As Chácaras possuem uma tabela especial que será também reajustada, entendendo-se como Chácaras as situadas dentro do perímetro urbano de Santa Helena.

*Quanto aos reajustes de preços...*  
*Olívio Souza*  
*Eugenio de Paula*

(\* 9) Os futuros reajustes de preços serão feitos pela ITAIPU em Dezembro de 1980, março e junho de 1981, de acordo com a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORIN).

*Eno Baroz*

*Hans Freire*

*Margarita Zuccarelli Pauli*

*Walter L. Stein*

*Arnoldo Schmitt*

## 2.13 - Comunicado do Movimento Justiça e Terra

MOVIMENTO**Justiça e Terra**

**Povo unido e organizado, firme e pacífico  
16 dias acampados diante do escritório da  
ITAIPU em Santa Helena - muita gente  
pressionando e apoiando**

VITÓRIAS

1) Preço das Terras (sem benfeitorias) - por alqueire

|            | SITUAÇÃO | ÓTIMA      | BOA              |
|------------|----------|------------|------------------|
| classe I   | Cr\$     | 200.000,00 | 195.000,00       |
| classe II  | Cr\$     | 175.000,00 | 170.000,00       |
| classe III | Cr\$     | 140.000,00 | 135.000,00       |
| classe IV  | Cr\$     | 60.000,00  | (encosta de rio) |

- 2) Garantia de que 80% das terras estão na classe I
- 3) Reajuste dos preços a cada 90 dias, pela correção monetária (ORTNS) em dezembro de 1980, março de 1981, junho de 1981, etc.
- 4) Benfeitorias têm aumento pelos valores da construção civil, (95% de 1978 até o primeiro semestre de 1980)
- 5) Estradas na propriedade, antes descontadas na medição, serão indenizadas como terra.
- 6) O pagamento pela Itaipu acontecerá no máximo 15 dias depois do acordo.
- 7) O agricultor poderá plantar mais uma vez soja, até março/abril de 1982.
- 8) O INCRA vai entregar todos os títulos das áreas atingidas do Imóvel Rio Paraná até outubro/novembro deste ano.
- 9) A "Bolsa Agrária" do ITC deve informar cada semana as terras à venda no Paraná.
- 10) Áreas remanescentes até 3 hectares poderá ser indenizadas, áreas maiores serão estudadas como casos especiais.
- 11) As redes elétricas serão indenizadas.

Outros compromissos da Itaipu:

- 1) dar cópia oficial da proposta, onde consta a classe da terra
- 2) respeitar o direito do posseiro em reuniões entre estes e os proprietários.
- 3) conseguir terras com o INCRA e o governo estadual para posseiros, hereditários e agregados.
- 4) ajudar na transferência de postos de gasolina.
- 5) permitir a retirada de benfeitorias antes do acordo, mediante requerimento.
- 6) reajustar os preços das chibrenas de Santa Helena de acordo com o mercado atual.
- 7) dar o adiantamento de 50% do valor da terra nos cupons das "pousas" em M. C. Rondon.
- 8) Entregar gratuitamente planta e memorial descritivo de áreas remanescentes

Exigências ainda não atendidas:

- 1) Como fica a situação dos que serão indenizados por último? Queremos 5% do aumento mensal a partir de junho de 1981
- 2) Os pontos comerciais também devem ser indenizados (boliches, moinhos, postos de gasolina, etc.
- 3) Como fica a situação de Porto Mondes e São José do Ocoi vilas condenadas ao desaparecimento?

**OBSERVAÇÃO:** — Se alguém ainda não foi indenizado, não precisa deixar o Itaipu ou a secretaria da Agricultura plantar o rolloveramento.

Os dois ADVOGADOS contratados pelo Movimento Justiça e Terra estão à disposição para problemas especiais, de terras até sexta-feira em um dos sindicatos da região.

APÓIO: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, FETAEP, CONTAG, Comissão Pastoral da Terra, Comissão de Justiça e Paz do Paraná, etc.

## 2.14 - Declaração de apoio das Igrejas do Paraná ao Movimento Justiça e Terra



Pe. Adriano (à esquerda), P. Otto Hoeller, dom Pedro Fedalto e dom Olivio Fazza: Apoio oficial da Igreja à luta dos agricultores.

### Cheios de esperança

*Por ocasião da vinda a foz do Iguçu do arcebispo de Curitiba, dom Pedro Fedalto, foi divulgada a "Declaração" aqui transcrita. Nela fica oficializado o apoio das igrejas do Paraná ao Movimento Justiça e Terra:*

Em vista da difícil situação dos agricultores acampados na BR-277, diante da ITAIPU, e considerando a falta de solução e o não atendimento das suas justas reivindicações pela empresa binacional, renovamos nosso total apoio a eles e declaramos o seguinte:

1\*) O Movimento Justiça e Terra é uma resposta legítima e pacífica ao problema das indenizações, causado pela Itaipu. Mas, como demonstram declarações de solidariedade de todo o país, esta mobilização regional está contribuindo para que o povo brasileiro torne consciente e se organize coletivamente para combater os males de nosso sistema econômico, que oprime os menos favorecidos.

2\*) Com o progresso tecnológico e o incentivo oficial às grandes empresas, progressivamente o

nome trabalhador está sendo expulso da terra, e em consequência, graves problemas sociais estão se acumulando na zona rural e sobretudo nas cidades. Grandes fazendas, em mãos de pessoas que não vivem da terra, vêm tomando o lugar do pequeno agricultor. Isto porque não se cumpre o Estatuto da Terra, que prevê um módulo máximo para as propriedades rurais e a distribuição de terras para os que nela trabalham. O Movimento Justiça e Terra oferece uma oportunidade para que a Reforma Agrária seja feita com a participação ativa dos agricultores, eis que os desapropriados reivindicam outras terras em troca das suas. As terras no Oeste do Paraná, que estão se concentrando em mãos de grupos econômicos, e muitas vezes, mal aproveitadas, dariam tranquilamente para reassentar os expri-

priados de Itaipu.

3\*) Como solução para posseiros e arrendatários do futuro Iguçu, é urgente elevar pelo menos reassentamento nas terras de Arapoti-PR, conforme projeto do Instituto de Terras e Cartografia e do INCRA. Mas, sendo esta área insuficiente, as centenas de famílias restantes necessitarão de outra terra desapropriada para sua colocação.

4\*) Para que as indenizações em dinheiro realmente sejam um meio de troca para o proprietário conseguir outra terra, os acampados exigem preços iguais aos da região, para áreas rurais como para chácaras. Para fazer justiça, Itaipu deverá indenizar primeiro os acampados, pois são eles que realmente precisam da terra para sobreviver.

5\*) Lamentamos que, após tantos anos de trabalho dos órgãos governamentais, ainda não estejam solucionados os problemas de documentação de uma parte das terras alagadas. Por exemplo, no Imóvel Rio Paraná há proprietários que ainda não puderam registrar seu título por falta de mapas.

6\*) Por outro lado esperamos que Itaipu venha realmente ao encontro dos justos anseios do povo, e não faça uso de pressões e promessas ilusórias para esvaziar o Movimento. Os agricultores estão conscientes e unidos, embora angustiados pelo pouco tempo que lhes resta para saírem das terras. Cheios de esperança e confiantes na justiça divina, na compreensão dos dirigentes da empresa e autoridades competentes, este povo veio até Foz do Iguçu para resolver definitivamente o problema que lhes foi criado por Itaipu.

Só querem paz: um lugar para trabalhar e sustentar dignamente suas famílias.

Foz do Iguçu, 1º de abril de 1981.

Dom Pedro Fedalto  
Arcebispo Metropolitano de Ciba,  
Presidente do Regional  
Sul-II CNBB  
Pe. Olivio José Bedin,  
Comissão DH Ara. SP

Dom Olivio Fazza  
Bispo Diocesano de Foz  
do Iguçu.  
P. Otto Hoeller — IECLB

Publicado em Nosso Tempo de 08 a 15.04.81

## 2.15 - Comunicado do Movimento Justiça e Terra

# COMPANHEIROS

De 13 a 29 de julho de 1980, nós expropriados pela Hidrelétrica da ITAIPU Binacional estivemos acampados em frente aos escritórios da mesma em Santa Helena. As razões que nos levaram a tomar esta medida foram:

- preços baixos nas indenizações feitas pela Itaipu;
- e demora nas desapropriações.

Depois de 16 dias de luta conseguimos as seguintes vitórias:

- preço justo nas indenizações para aquela época;
- permanência nas propriedades para mais uma safra;
- indenização das redes de eletrificação rural;
- promessa de terras em Arapoti-PR. para os arrendatários e parceiros.

Por não se ter conseguido a desapropriação imediata, por não terem sido cumpridas as promessas de Itaipu quanto as indenizações das redes de eletrificação rural, terras para os arrendatários e parceiros e tantos outros problemas pendentes, nós expropriados decidimos acampar em frente aos escritórios da Itaipu em Foz do Iguaçu a partir do dia 17 de março de 1981.

Hoje fazem 30 dias que estamos acampados no trevo defronte ao canteiro de obras da Empresa Binacional. A nossa união criou uma força tão grande que já conseguimos novas vitórias em nossa luta:

- acampar no trevo em frente a obra em Foz do Iguaçu;
- aumento de 20% sobre os valores que Itaipu pretendia praticar de março a junho;
- permanência das benfeitorias até 30 de abril de 1982;
- apoio do Governo do Estado que através de levantamento realizado pelo ITC (Instituto de Terras e Cartografia) provou que o preço real das terras na região é de Cr\$ 491.000,00 por alqueire de terra nua e não 300.000,00 que Itaipu pretendia praticar de março a junho.

### COMPANHEIRO AGRICULTOR,

nossa luta não terminou. Nem todas as nossas reivindicações já foram atendidas. Embora o preço levantado pelo ITC possa ser aceito por nós, a Itaipu não o reconhece oficialmente.

Por isso, companheiros, para que a Itaipu ACEITE O PREÇO LEVANTADO PELO ITC e para que TODOS sejam indenizados, é necessário que ninguém faça ACORDOS ISOLADOS OU INDIVIDUAIS.

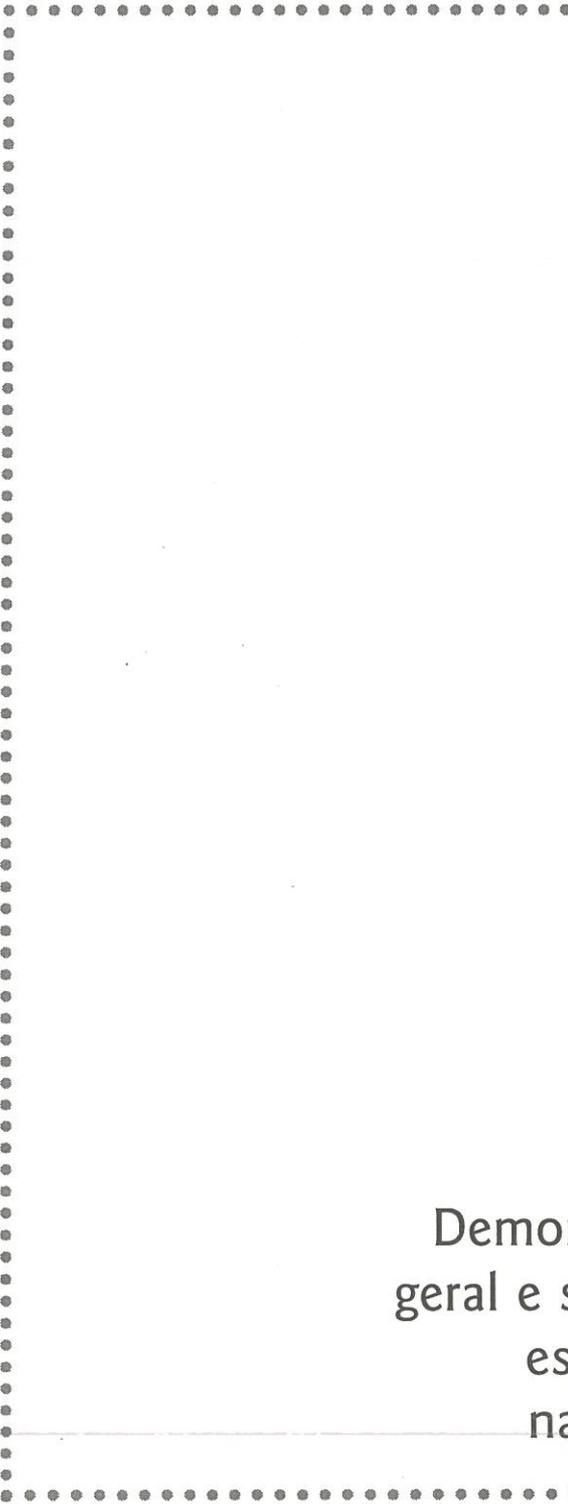
A história de nossa luta provou que os acertos isolados com a Itaipu prejudicam a todos nós. Precisamos ficar unidos. Não nos deixemos levar por conversas fáceis e melosas ou ameaças do pessoal de Itaipu.

Contamos com o apoio e a ajuda de muita gente que não é agricultor. Só para você ter uma idéia, nosso movimento tem o apoio das IGREJAS, da CONTAG, da FETAEB, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, da Comissão Interpartidária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura e do ITC e mais o apoio de seis (6) entidades que enviaram CARTA ABERTA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA exigindo providências imediatas em nosso favor e tantas outras entidades...

COMPANHEIRO, todos esses apoios são importantes, mas o mais importante é o teu apoio e a tua colaboração.

AGRICULTORES UNIDOS JAMAIS SERÃO VENCIDOS

MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA



Anexo 3

Demonstrativo  
geral e situações  
específicas  
na área em  
conflito

**QUADRO I.** Demonstrativo geral de municípios, área, população, número de propriedades e situações específicas na área em conflito.

| Municípios              | Área (ha)      |                |              | População      |               |              | Nº de Propriedades | Situações Específicas na Área em Conflito |  |
|-------------------------|----------------|----------------|--------------|----------------|---------------|--------------|--------------------|---|--|
|                         | Total          | Atingida       | %            | Total          | Atingida      | %            |                    | Nº de Ref. (**)                           |  |
| Guaiçá                  | 53.666         | 5.530          | 10,30        | 47.482         | 3.659         | 7,71         | 400                | 1   | Faixa: terras de Marinha e do serviço de navegação da Baía do Prata – 400 famílias.  |
| Terra Roxa              | 82.925         | 183            | 0,22         | 55.268         | 146           | 0,26         | 7                  |   |  |
| Marechal Cândido Rondon | 141.010        | 25.075         | 17,78        | 63.458         | 10.600        | 16,70        | 1.257              | 2   | Pouso I: 45 alq. – 5 famílias (77 pessoas).<br>Pouso II: 40 alq. – 8 famílias (36 pessoas).<br>Pouso III: 45 alq. – 9 famílias (43 pessoas). |
|                         |                |                |              |                |               |              |                    | 3   | Bacia do Prata (Porto Mendes): 41 alq. – 16 famílias (40 pessoas).   |
|                         |                |                |              |                |               |              |                    | 4   | Porto Mendes: (a) vila; (b) chácaras.  |
|                         |                |                |              |                |               |              |                    | 5   | Linha Guarani – 80 famílias.   |
| Santa Helena            | 81.916         | 25.992         | 31,73        | 38.831         | 12.181        | 31,37        | 1.666              | 6   | Porto Verde – 70 famílias – 30 alq.  |
|                         |                |                |              |                |               |              |                    | 7   | Terras da Fundação – 23 famílias.  |
|                         |                |                |              |                |               |              |                    | 8   | Imóvel Rto Paraná.   |
| Matelândia              | 108.697        | 492            | 0,45         | 35.473         | 70            | 0,20         | 30                 | 8   | Imóvel Rto Paraná.   |
| Medianeira              | 122.772        | 4.237          | 3,45         | 45.216         | 1.540         | 3,41         | 428                | 8   | Imóvel Rto Paraná.   |
| São Miguel do Iguaçu    | 122.188        | 26.253         | 21,49        | 36.436         | 8.639         | 23,71        | 1.778              | 8   | Imóvel Rto Paraná.   |
|                         |                |                |              |                |               |              |                    | 9   | Passo Cué: 400 alq. – 29 famílias.   |
|                         |                |                |              |                |               |              |                    | 10  | Fazenda Carlota: 410 alq. – 29 famílias.   |
|                         |                |                |              |                |               |              |                    | 11  | Pic-Ocoí – 9 mil ha – 475 famílias.  |
| Foz do Iguaçu           | 88.046         | 23.570         | 26,77        | 49.538         | 5.609         | 11,32        | 697                | 12  | Índios – 13 famílias.  |
| <b>Total</b>            | <b>801.220</b> | <b>111.332</b> | <b>13,90</b> | <b>371.702</b> | <b>42.444</b> | <b>11,42</b> | <b>6.263</b>       | -   | -  |

(\*\*)Vide "Explicação das situações específicas na área em conflito".

## Explicação das situações específicas na área em conflito

### I. “FAIXINHA”

Toda a área a ser alagada no município de Guaíra pertence à chamada “Faixinha”. E é realmente uma faixa de terras que se estende de Guaíra até Porto Mendes e sua largura é demarcada pelo rio Paraná e o leito da antiga estrada de ferro Mate-Laranjeira que fazia a ligação entre as duas cidades. A estrada de ferro foi desativada e hoje é leito da estrada de rodagem.

Toda a área da “Faixinha” é de posse, ninguém tem escrituras, mas todos pagam ao INCRA. Há dois tipos de posse:

a) uma faixa de 150m de largura, a partir da estrada e pertencente ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP); e

b) do limite desta, até a beira do rio Paraná, pertence ao antigo Parque da Marinha, decretado por Jânio Quadros, e que nunca foi ativado.

A maior parte da população desta área é originária do estado de São Paulo ou de Minas Gerais. A média de posse é de 12 anos, mas muitos agricultores há mais de 20 anos ocupam a terra. Os mais antigos gozam de uma certa estabilidade e, mesmo não tendo documentação da terra, fazem financiamentos nos bancos.

Mas a questão da terra da “Faixinha” não vai finalizar com o alagamento de Itaipu. 400 propriedades permanecerão fora da área alagada, mas com a situação igualmente pendente.

A situação em relação à Itaipu é igual à dos posseiros de outras áreas, isto é, Itaipu indeniza somente pelas benfeitorias. Após interferência da CPT e do STR, Itaipu está entrando em contato com o Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBC) e há a possibilidade de que esta empresa legalize as terras para os atuais ocupantes, caso contrário, receberão somente as benfeitorias e benefícios.

### 2. POUSOS

Os locais denominados “Pousos” eram áreas destinadas ao descanso das tropas que transportavam mercadorias de Porto Mendes para outras partes do Estado.

Essas áreas foram adquiridas, inicialmente, pela sociedade comercial argentina “Nunez y Gibaja” diretamente do Governo do Estado do Paraná, em 25.08.1905. Dissolvida a sociedade comercial, coube ao Sr. Gibaja os imóveis existentes em território brasileiro.

Metade da área de cada Pousos foi vendida e não apresenta problemas de titulação. A metade restante, com área de 40 alqueires cada, é totalmente ocupada por posseiros que não possuem, juridicamente, domínio sobre o imóvel.

Com a chegada de Itaipu e a conseqüente necessidade de desapropriação de todo o Pouso 1 e partes dos Pousos 2 e 3, surgiu um dono destas terras: Indústrias Lupion Ltda. Com a morte do Sr. Gibaja, seus herdeiros nomearam dois procuradores em Foz do Iguaçu para cuidar de seus bens. Conforme documentos apresentados pela Indústrias Lupion Ltda, esta teria adquirido a área por intermédio destes procuradores.

Os posseiros questionaram a legalidade do documento e solicitaram ao INCRA a desapropriação da área e a emissão de títulos de propriedade a quem está ocupando. Após muita pressão dos posseiros dos Pousos, com auxílio da CPT, o INCRA desapropriou a área em 13.05.81, através do Decreto nº 85813.

Quase todos já venderam seus remanescentes e deram entrada em outras áreas, estando assim com urgência na legalização de suas terras para poderem negociar com Itaipu. Itaipu atinge a área de 3 Pousos:

✓ **Pouso 1**

Localizado no Marechal Cândido Rondon. Possui 40 alqueires e é ocupado por 2 famílias;

✓ **Pouso 2**

Localizado na Linha Dois Vizinhos, Distrito de Pato Bragado, município de Marechal Cândido Rondon. Possui 40 alqueires divididos em 8 partes iguais, sendo cada parte ocupada por uma família, totalizando 36 pessoas. A posse de todas as famílias iniciou em 1966. Em 1975, os 8 posseiros dirigiram requerimento ao Projeto Fundiário do Paraná solicitando a regularização de suas áreas pelo INCRA, tendo este órgão, em seguida, vistoriado a área. Todas as propriedades são cadastradas no INCRA. Cinco dos posseiros possuem "Declaração Unilateral de tomada de posse" registrada em Registro de Títulos e Documentos;

✓ **Pouso 3**

Localizado na Linha Campos Sales, Distrito de Margarida, município de Marechal Cândido Rondon, com área aproximada de 45 alqueires. É ocupado por 11 famílias, num total de 38 pessoas, há cerca de 10 a 12 anos. Individualmente, diversos posseiros procuraram o INCRA para legalização da área. O órgão procedeu uma vistoria, após a qual todos os ocupantes foram cadastrados como posseiros.

**Obs.:** Existem na região outras áreas, não atingidas por Itaipu, que estão também com problemas: Terra do Banco, Fazenda 7 Pecados e o Distrito de São Roque. O movimento para legalização foi iniciado em conjunto, áreas atingidas e não atingidas por Itaipu, com a finalidade de conseguir resultados para todos.

### 3. BACIA DO PRATA

Localizada no Distrito de Porto Mendes, município de Marechal Cândido Rondon. É continuação da chamada "Faixinha" do município de Guaíra. Tem uma área de 41 alqueires e é ocupada por 16 famílias, aproximadamente 90 pessoas. É toda área de posse e sua situação em relação à Itaipu é igual aos posseiros da "Faixinha" de Guaíra.

### 4. PORTO MENDES

#### a) Vila

A vila de Porto Mendes vai ser quase totalmente atingida, ficando com a forma de uma península e apenas com 2 ruas. Das 690 chácaras (localizadas na chamada área suburbana) 460 vão ser desapropriadas. Desde 1979, a população da vila reivindica à Itaipu a indenização de toda a Vila, pois após o alagamento, não terá condições de sobreviver como tal.

#### b) Chácaras

Situam-se em uma área loteada pela Colonizadora Maripá. As chácaras, com fundo para o rio, têm seus limites demarcados antes de começar o caimento do barranco, ficando entre este limite e a área considerada da Marinha, uma faixa de terra que os habitantes da área chamam de "sobras". Nesta área existe uma ocupação real decorrente do prolongamento das chácaras. Itaipu não indeniza porque diz que esta faixa não é "sobra" da Colonizadora Maripá, mas sim área da Marinha. Os proprietários das chácaras que têm escritura registrada reivindicam também esta área que ocupam na condição de posseiro supondo serem realmente "sobras" e não terras da Marinha, pois há muito tempo estão ocupando esta área e acreditam terem direito à indenização.

### 5. LINHA GUARANI

Também conhecida por Lageado Progresso, é um patrimônio do Distrito de São Clemente, município de Santa Helena. Estas terras começaram a ser ocupadas por posseiros a partir de 1961. Eles acreditavam tratarem-se de terras pertencentes à União por estarem localizadas na faixa de fronteira com o Paraguai. De 1963 a 1965, nova leva de agricultores entrou na área e, em 1967, havia 50 famílias ali localizadas. A ocupação se fez de forma lenta e progressiva sem que houvesse conflitos entre os posseiros. Atualmente, devem haver umas 80 famílias na linha Guarani.

Em 1965, apresentou-se Egon Pudel (que não é o deputado do mesmo nome), dizendo-se proprietário da gleba e contratando jagunços para expulsar os posseiros, contando inclusive com o apoio de elementos da polícia estadual, entre os quais o cabo Ivo e o sargento Vanderlei. A luta culminou com a morte de alguns posseiros, do cabo Ivo e de um Jagunço, ocorrendo a intervenção do exército que efetuou a prisão de Egon Pudel, identificado como procurador do proprietário Arthur Farias de Macedo.

Preso Egon Pudel, apareceu outro pretendente – Oscar Mucksfeld. Este, porém, acabou desistindo de expulsar os posseiros daquela gleba, preferindo demarcar para si outra área próxima ao centro dos conflitos.

Em 1966, surge um novo “procurador” daquelas terras, Arnaldo Nunes da Costa, que entrou na área acompanhado de jagunços, procedeu a medição das terras e, segundo depoimento dos posseiros, separou alguns lotes que vendeu mediante entrega imediata de escritura. Quando os demais posseiros, convencidos de se tratar do proprietário, procuraram Arnaldo para fazer acerto, este se negou, pois dizia estarem as terras reservadas para o plantio de pastagens. Além disso, passou a exigir a desocupação imediata da área sob ameaça e pressão dos jagunços que chegaram, inclusive, a fazer despejos arbitrários, destruindo moradias e demais benfeitorias.

O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA – interferiu, retirando os jagunços da área, mediu as terras e forneceu a cada posseiro um cartão com o número de seu lote e segundo orientação deste órgão, deveriam aguardar até receberem o título de propriedade a ser expedido pelo IBRA.

Houve um tempo de paz até 1973. Mas ninguém recebeu o título da terra. O que receberam foi a volta de Arnaldo Nunes da Costa, agora como proprietário da área em litígio! Arnaldo havia adquirido a propriedade, no mesmo ano, da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.

Arnaldo Nunes da Costa voltou a pressionar os posseiros com um contrato de compra e venda e valendo-se da influência do prefeito nomeado de Santa Helena, Francisco Antônio Muniz (afastado posteriormente do cargo por apropriação indébita de bens públicos). Obteve a assinatura de alguns contratos, também por influência de Edoni Pedroso, representante do INCRA, que colaborou com Arnaldo afirmando e convencendo os posseiros da necessidade de assinar o contrato como única medida para legalizarem sua situação no tocante à posse das terras. Uns assinaram o contrato, outros se negaram a fazê-lo.

Os ocupantes da área podem ser divididos em quatro situações:

- a) os que não assinaram contrato;
- b) os que assinaram, mas não pagaram as prestações;
- c) os que pagaram apenas a primeira;
- d) os que pagaram todas as prestações, sem contudo receber as escrituras.

A assinatura do contrato de compra e venda interrompeu o direito de posse das famílias que ocupavam a área. Os posseiros do segundo e terceiro grupo receberam notificação do oficial de justiça de que deveriam abandonar a posse por não cumprimento do contrato.

No entanto, a atitude de Arnaldo Nunes da Costa sofreu modificação com a chegada de Itaipu. Arnaldo percebeu que era mais garantido receber de Itaipu do que dos posseiros que não tinham recursos para nada e não

iriam lhe pagar. Assim, Arnaldo passou não só a não cobrar, como também a não receber mais pagamentos. Alguns depositaram em consignação. Se, para Arnaldo, Itaipu representava uma chance para faturar, para os posseiros foi uma desgraça.

Itaipu pagava para o posseiro o valor das benfeitorias e do destocamento e o valor da terra ia todo para Arnaldo. Os que não haviam pago nenhuma prestação ou mesmo os que pagaram algumas, sentiram-se pressionados por Itaipu a assinar o contrato mesmo em termos que lhes prejudicassem. Porém, alguns haviam pago todas as prestações e, no entanto, Arnaldo não fornecia a escritura definitiva a que tinham direito. Conseqüentemente, estes se negaram a fazer acordo com Itaipu para receberem como posseiros, mas Itaipu só pagaria para eles se tivessem a escritura em mãos.

Para complicar ainda mais a situação, Arnaldo Nunes da Costa foi assassinado, segundo contam, por um peão seu, em Mato Grosso, e assumiram a responsabilidade de seu espólio sua mãe e seu irmão.

Deve-se ressaltar a atuação de apoio do Movimento Justiça e Terra para que se efetuassem acordos mais vantajosos e para que fossem reconhecidas e assinadas as escrituras de propriedades dos colonos que pagaram integralmente o valor da terra. Porém, a grande maioria da Linha Guarani foi indenizada como posseiro e espera que a safra deste ano dê bem para terem condições de mudar para as terras que compraram no Mato Grosso.

Os demais ainda estão aguardando a assinatura das escrituras.

## 6. PORTO VERDE

São aproximadamente 70 famílias que moram na “Gleba do Fernando”, no município de Santa Helena, numa área aproximada de 300 alqueires. Adquiriram terras de Fernando Busse, pagaram e quitaram e são donos da terra. Alguns têm contrato registrado, outros não, mas Fernando Busse não assina a escritura, e como é sabido, Itaipu só indeniza os posseiros pelo valor das benfeitorias e do destocamento. Mas os colonos de Porto Verde acham que têm direitos adquiridos sobre a terra, pois, além de terem pago ao Fernando, quase todos já ocupavam a área antes que este chegasse dizendo-se proprietário. Fernando obrigava os colonos a pagarem a terra onde estavam ou a aceitarem outras em troca (bem menos da metade das que possuíam) ou a abandonarem a área.

Um morador de Porto Verde que chegou há 18 anos e comprou posse de 5 alqueires, conta a história:

Quando chegamos aí, não tinha nem placa nem nada que dissesse que tinha dono; apareceu uma porção de gente se dizendo dono, daí apareceu o Fernando, a gente duvidava que ele fosse dono [...] Mas ele, com uma turma armada, embargaram dois anos, foram dois anos que ficamos sem plantar. No começo, ele não queria vender, queria “limpar” a área. Quando ele sentiu que não podia esvaziar a área,

resolveu negociar e apresentou a proposta: ou pagava a terra onde estava ou aceitava os dois alqueires que ele “doou” ou se mandava. Isto aconteceu mais ou menos em 73. Quando ele (Fernando) veio pra fazer acerto, veio com policiais: ou aceitava ou desocupava [...]

Outro colono diz que

[...] antes morava em 7 alqueires, tinha comprado e pagado o direito de posse, daí chegou Fernandinho e disse que a terra era dele e transferiu a gente para outra área de 2 alqueires. Fernandinho chegou dizendo que ou eles pagavam os 7 alqueires onde eles viviam ou aceitavam os 2 alqueires como pagamento das benfeitorias. Se não aceitavam a proposta dele, tinham que desocupar a área dentro de 24 horas, caso contrário, iam despejar [...] quem não aceitou os dois alqueires, ajuntou tudo que tinha para pagar a terra, assim aconteceu com quase todos.

Os colonos aguardam que Itaipu não faça simplesmente a proposta para eles como posseiros, mas que interfira no sentido de que Fernando assine as escrituras ou dê a Itaipu uma procuração de causa própria, o que evitaria as despesas com as escrituras.

O **quadro 2**, em anexo, elaborado com base em entrevistas, fornece mais algumas informações sobre a situação dos moradores da área.

## 7. TERRAS DA FUNDAÇÃO

Localizada no município de Santa Helena e ocupada há muito tempo por 23 famílias que pagam impostos sobre a terra, têm cadastro no INCRA, mas não têm escritura.

Esta área pertencia à extinta “Fundação Paranaense de Colonização e Imigração”, ficando a cargo do ITC (sucessor da Fundação) a regularização da situação dos ocupantes.

## 8. IMÓVEL RIO PARANÁ

Denomina-se Imóvel Rio Paraná o conjunto de três áreas declaradas de interesse social para fins de Reforma Agrária, através dos seguintes Decretos.

a) Decreto nº 76772, de 11.12.75, (retificando o Decreto 75.280/75), expropriando uma área de 69.000 ha do imóvel “Colônia Guairacá”;

b) Decreto nº 80.037, de 27.07.77, declarando de interesse social para fim de Reforma Agrária uma área de terras, cerca de 40.025/5.200 ha, constituindo parte da “Colônia Rio Quarto”;

c) Decreto nº 81.782, de 12.06.78, sobre uma área de terras rurais com cerca de 20.000 ha pertencentes às glebas 1, 2 e 3 (Colônia Dr. Afonso Camargo, Núcleo da parte Oeste da Colônia B. Santa Helena e Sol de Maio).

Essas áreas pertencem aos municípios de Santa Helena, Medianeira, Matelândia, São Miguel do Guaçu, Céu Azul e Foz do Guaçu, e a parte alagada destes imóveis é ocupada por aproximadamente 1.525 famílias.

O procedimento judicial que seguiu os decretos foi:

a) a conversão do depósito em pagamento do preço;

b) expedição e mandado de imissão de posse;

c) expedição de mandado de registro de domínio do imóvel em nome do INCRA e cancelamento das transcrições anteriores.

Após estes procedimentos, o INCRA deve fornecer os títulos de propriedade para o real ocupante do imóvel. E é o cumprimento desta última parte que não estava sendo efetivada.

Itaipu já havia procedido o levantamento de toda a área que será alagada e se comprometeu a entregar ao INCRA as plantas topográficas para que este procedesse a expedição dos títulos de propriedade e, após tituladas, a Itaipu indenizaria o imóvel. Porém, este acordo entre Itaipu e o INCRA não era cumprido, assim, as 1.525 famílias se viram no meio deste “jogo de empurra”: de um lado, Itaipu dizia que não indenizava porque o INCRA não havia fornecido o título, e de outro, o INCRA dizia que não expedia o título porque Itaipu não fornecia a planta topográfica.

É nesta área que se concentra o maior número de posseiros e também é o foco de maior resistência a Itaipu.

### **9. GLEBA PASSO-CUÊ**

Localizada no município de São Miguel do Iguaçu, distrito Alvorada do Iguaçu (que já não existe mais), entre os rios Ocoí e Passo-Cuê, com área de 400 alqueires. Nesta área, vinte e nove famílias detentoras de escritura pública registrada há 17 ou 18 anos mantêm ação possessória contra Altino dos Reis Junqueira e sua esposa Leonor Gomes Junqueira, que começou a atormentá-los, há cerca de sete anos, época em que Itaipu também começou suas atividades. No julgamento em primeira instância, em Foz do Iguaçu, em março de 1980, o juiz deu ganho de causa aos Junqueira. A sentença foi dada sem a presença dos agricultores ou de seu advogado. Os acordos com Itaipu foram suspensos. Itaipu parece querer desestimulá-los a continuar a ação, mas estes se negaram a receber como posseiros, isto é, só pelas benfeitorias e benefícios, e apelaram ao INCRA para que interferisse com a desapropriação da área. O Decreto de desapropriação foi assinado em 09.10.80, mas em março de 81, quando iniciou o Movimento Justiça e Terra em Foz do Iguaçu, estavam aguardando a titulação da área pelo INCRA para posteriormente negociarem com Itaipu.

### **10. FAZENDA CARLOTA**

Localizada no município de São Miguel do Iguaçu, com área de 410 alqueires e pertencente a Raymundo Zanchetti, de Matelândia. Há mais de 25 famílias trabalhando na fazenda, em sua grande maioria, mineiros. Trabalhavam como subarrendatários, isto é, tinham contrato com o “gato” e pagavam

a ele de 30 a 40% da renda sobre o que produziam. Como os “gatos” foram embora, pagam 15% para o dono da terra. A área já foi indenizada por Itaipu e, conforme informações, Sr. Raymundo teria declarado à Itaipu que as benfeitorias existentes foram construídas por ele e que as pessoas que atualmente a ocupam teriam invadido. No entanto, as benfeitorias foram construídas pelos subarrendatários, que não receberam nada por elas. Itaipu diz que já pagou para o Sr. Raymundo e que eles têm que acertar com ele.

Alguns foram falar com o “patrão” e ele disse: “você, calma aí; o que é de você é de você, eu não quero o que é de você. Tem paciência, depois a gente se acerta”. Até agora não acertaram nada... Eles perguntam: “se não sair nada, como é que o povo vai sair de lá?”

O **quadro 3**, em anexo, elaborado com base em entrevista, fornece mais algumas informações sobre a situação dos moradores da área.

## II. PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO – OCOÍ (PIC-OCOÍ)

O PIC-OCOÍ localiza-se no município de São Miguel do Iguazu numa área de 9 mil ha. O Projeto Integrado de Colonização foi a solução encontrada pelo INCRA para reassentar os colonos que foram tirados do Parque Nacional do Iguazu em 1971. O Parque era ocupado por cerca de 500 famílias. 475 foram reassentadas no PIC-OCOÍ-I, com área de 4.500ha e distribuídos em três agrovilas: Santa Rosa, Santa Cruz e São José do Ocoí.

Um colono transferido declarou: “Eles não mandavam ninguém embora mas não deixavam plantar, venceram no cansaço. A polícia florestal tinha guarda e prendia quem estava trabalhando, até mãe de família eles levaram”.

Acontece que as terras do PIC-OCOÍ-I eram insuficientes, razão pela qual o INCRA permitiu que os colonos explorassem outra área de terra que denominaram de PIC-OCOÍ-II. Das terras do OCOÍ-I, os colonos receberam o título de propriedade fornecido pelo INCRA. Porém, do OCOÍ-II, receberam somente uma Licença de Ocupação (L.O.).

O reservatório de Itaipu vai alagar as terras do OCOÍ-II e, portanto, seus ocupantes deveriam receber indenização, uma vez que ali plantam e construíram benfeitorias. Só que a “burocracia” de Itaipu não admitia indenizar estes colonos, pois eles não possuíam o título sobre a propriedade, somente a L.O., e Itaipu não reconhecia a legitimidade desta autorização e negava-se inclusive a indenizar as benfeitorias.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguazu, a FETAEP e CPT, denunciaram, em janeiro/79, esta situação que envolvia Itaipu, INCRA e os colonos. Além disso, no Movimento Justiça e Terra, de Santa Helena, em julho/80, a comunidade da Agrovila de São José do Ocoí reivindicam, da Itaipu, a indenização total desta localidade que não terá condições de sobreviver, pois além de ficar à beira do lago, as terras que utilizavam para cultivar soja e fumo serão totalmente alagadas, restando apenas o lote na agrovila. Os

colonos conseguiram o reconhecimento de suas Licenças de Ocupação, porém a reivindicação da indenização total de São José do Ocoí não foi aceita.

Relembre-se que a remoção decorrente do alagamento de Itaipu significará, para estes colonos, uma segunda remoção num espaço de tempo de menos de 10 anos.

## 12. TERRA DOS ÍNDIOS

Na margem esquerda do rio Paraná, entre o rio Ocoí e o arroio Jacutinga, nos limites do município de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu, reside um grupo de 13 famílias de Índios Avã-Guarani, um ramo da família Guarani, pertencentes ao grupo Xiripã. Estes índios ocupavam uma área superior a 400 ha e, hoje, estão reduzidos a apenas 40 ha. Além de terem suas terras reduzidas através dos anos, eles terão também, em breve, suas terras alagadas pela represa de Itaipu. A questão de seu reassentamento vem sendo levantada graças à vigilância dos organismos pastorais, em especial da CPT, através de seu secretário para o oeste, pastor Werner Fuchs, da Comissão de Justiça e Paz, da CIMI e ANAÍ. Em 23.03.81, durante o Movimento Justiça e Terra, em Foz do Iguaçu, dois índios guaranis, acompanhados destas entidades, reuniram-se em Curitiba com o delegado regional da FUNAI.

Antes do relato da atual situação dos indígenas face à construção de Itaipu, é importante conhecer um pouco da história deste grupo em sua luta pela terra.

Conforme relatório da Regional Sul do CIMI – Conselho Indigenista Missionário:

[...] esse grupo de Guarani sofreu uma transferência forçada por volta de 1953, ordenada e executada pelo então Serviço de Proteção aos Índios – SPI. Foram transferidos para o Rio das Cobras, município de Laranjeiras do Sul, para junto do grupo dos Mbya-Guarani. Posteriormente, a maioria dos Guarani do Ocoí retornaram ao seu lugar de origem, alguns permaneceram no rio das Cobras e alguns mudaram-se para Mangueirinha.

Retornando a seu lugar de origem, à sua antiga aldeia, onde está o cemitério de seus antepassados, os Guarani mantinham respeitadas como suas as terras entre a Rodovia Estadual Santa Helena/Alvorada (Leste) e o Rio Paraná (Oeste), tendo por limite norte o rio Ocoí e ao sul uma linha seca que inicia na Rodovia, 3 km ao sul do Rio Ocoí, e com inclinação a sudoeste, vai terminar no Rio Paraná.

Há cerca de 5 anos, no entanto, policiais fardados expulsaram várias famílias de Guarani de suas casas, ateando fogo nas mesmas. Tratava-se de uma redução de área, tirando dos Guarani a maior parte de suas terras nas proximidades do rio Ocoí e da Rodovia Estadual, limitando-os a uma pequena área na beira do Paraná. Moradores da região lembram que até então, à margem daquela Rodovia, no trecho pertencente aos índios, constituía um dos últimos redutos de mata da região. A partir daí, no entanto, todo o mato foi derrubado.

[...] Há mesmo denúncias de que a redução se fez por interesse na madeira existente na área e de que o principal interessado seria o Coordenador do INCRA em Cascavel. Além da redução da área, a ação policial resultou na ida de 4 famílias de Guarani para o Paraguaí.

A FUNAI foi informada, pelos Guaranis do rio das Cobras, da existência do grupo do Ocoí que terão suas terras alagadas, e ainda segundo o mesmo relatório:

[...] a FUNAI tomou a atitude mais lógica do seu ponto de vista: evitar problemas (para o Governo) com indenização para Índios, transferindo-os todos – mais uma vez – para a área de rio das Cobras. Assim que, a partir de meados de 1979, funcionários da FUNAI têm feito em uma Kombi a transferência daquelas famílias indígenas. No entanto, a transferência nunca termina, porque a maioria dos Guarani sempre retorna ao Ocoí, e quando a FUNAI vai buscar um novo grupo de famílias, encontra diversos que já havia transferido anteriormente.

Porém, após a denúncia dos organismos da Igreja à atitude da FUNAI e da Itaipu, o INCRA sofreu algumas modificações. Num primeiro momento, o INCRA estava disposto a titular as atuais terras ocupadas pelo grupo, na forma de 5 alqueires por família para posteriormente receberem a indenização individual e em dinheiro pelo lote correspondente. Esta “disposição” do INCRA é considerada totalmente ilegal pois “estas terras são bens inalienáveis da União”, cabendo “aos índios ou silvícolas a posse permanente [...] “das mesmas, e “[...] o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes”. E conforme o parágrafo 39 do Artigo 20, do Estatuto do Índio: “somente caberá a remoção de um grupo tribal quando de todo impossível ou desaconselhável a sua permanência na área sob intervenção, destinando-se à comunidade indígena removida, área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas”. O CIMI acusa ainda:

[...] pela letra da lei, que a União comete uma ação ilegal contra o grupo Guarani do Ocoí (Jacutinga), primeiro, por executar sua transferência sem que isso tenha sido determinado por um Decreto Presidencial; segundo, porque não se lhes destina outra área de terras equivalentes à área a ser inundada; e terceiro, porque não se lhes indeniza pelos prejuízos decorrentes dessa transferência.

Como a “solução” apresentada não foi aceita pelos indígenas e nem endossada pelas entidades que lhes dão assessoria, Itaipu apresentou nova proposta: prometeu 20 ha remanescentes de uma fazenda desapropriada na região de Santa Helena e mais 80 ha na chamada “faixa de segurança” que não podem ser usados para plantar, edificar ou caçar. Deduz-se, daí, que os 100 hectares que Itaipu ofereceu representam apenas 20, porque os 80 continuam pertencendo ao domínio de Itaipu e serão apenas “emprestados” aos índios, podendo ser tirados a qualquer momento. A “solução” apresentada por Itaipu não foi aceita pelos Avã-Guarani, que se recusam a ficar confinados.

Um grupo de advogados paranaenses, ligados à CPJP do Paraná, está estudando a possibilidade de impetrar um mandado de segurança contra Itaipu Binacional, pedindo a suspensão de inundação do local face “[...] à total falta de alternativa de Itaipu e omissão da FUNAI”.

Sobre a situação destes índios, recomenda-se ver o Documento “Ava-Guarani do Ocoí-Jacutinga” com parecer do antropólogo Edgar de Assis Carvalho, publicado pelo CIMI-Sul, CPJP-PR e ANAÍ-PR em 1981.

**QUADRO 2.** Demonstrativo de número de filhos, área ocupada, tempo de ocupação e procedência de 24 famílias de Porto Verde.

| Nome                           | N.º de Filhos | Quanto Tempo Vive na Terra (anos) | Área               | Onde morava antes de vir para Fazenda Porto Verde                          |
|--------------------------------|---------------|-----------------------------------|--------------------|--|
| Abílio Kolling                 | -             | 8                                 | 35 alq.            | São Carlos (SC), Pinhalzinho (PR)  |
| Ademir Eugênio Ziani           | 3             | 8                                 | 3 alq.             | Tenente Portela (RS), Capanema (PR)  |
| Alfredo Roddeberg (filho)      | 6             | 8                                 | 25,80              | Blumenau (SC), Maravilha (SC)  |
| Almir José Aquino              | 10            | 18                                | 9,6 ha.            | Estréla (RS), Crissiumal (RS)  |
| Anita Roddeberg                | 3             | 8                                 |                    | Blumenau (SC), Maravilha (SC)  |
| Aroldo Roddeberg               | 6             | 8                                 |                    | Blumenau (SC), Maravilha (SC)  |
| Casemiro Smaniotto             | 6             | 7                                 | 4 alq.             | Tenente Portela (RS)   |
| Edgar Roque Zimmerman          | 5             | 8                                 | 11 alq.            | Brusque (SC), Pato Branco (PR), Santa Helena (PR)                          |
| Ernesto Valensuelo             | 5             | 16                                | 5,5 ha.            | Santa Rosa (RS), Crissiumal (RS)   |
| Evaristo Botura                | 2             | 6                                 | 3,5 alq.           | Bariri (SP), Iporá (PR)  |
| Fabício José                   | 5             | 18                                | 2 alq.             | Crissiumal (RS)  |
| João Celemar Nunes de Oliveira | 8             | 7                                 | 1 alq.             | Parobé (RS), Alto Uruguai (RS), Pérola do Oeste (PR)                       |
| Leocárdio José da Silva        | 9             | 17                                | 2 alq.             | Santo Ângelo (RS), Santa Rosa (PR), Tucunduva (RS), Crissiumal (RS)        |
| Leopoldo Roddeberg             | 5             | 8                                 |                    | Blumenau (SC), Maravilha (SC)  |
| Lindolfo Vobeto                | 5             | 10                                | 2,58 ha.<br>2 alq. | Blumenau (SC), Maravilha (SC)<br>Crissiumal (RS)                           |
| Manoel Francisco da Silva      | 13            | 10                                | 5 ha.              | Ceará-Porto Guaiara (PR), Porto Mendes (PR)                                |
| Marcirio José de Aquino        | 1             | -                                 | 2 alq.             | Estréla (RS), Crissiumal (RS)  |
| Moacir Batista da Silva        | -             | -                                 | 5 alq.             | Encantado (RS), Palmitos (SC)  |
| Olga Correa                    | 2             | -                                 | 3 alq.             | -  |
| Osvino Kayser                  | 9             | 16                                | 7,39 ha            | S. Sebastião do Caí (RS), Passo Fundo (RS), Sarandi (RS), Três Passos (RS) |
| Sergio Levandoswki             | 2             | 4                                 | 2 alq.             | Santo Cristo (RS), Pato Branco (PR)  |
| Terezinha Conceição dos Santos | 11            | 4                                 | 2 alq.             | -  |
| Valentin José da Silva         | 6             | 18                                | 2 alq.             | Crissiumal (RS)  |
| Walter Henrique Becker         | 8             | 7                                 | 6 alq.             | Horizontalina (RS), Pérola do Oeste (PR)                                   |

**QUADRO 3.** Demonstrativo de número de filhos, área ocupada, tempo de ocupação e procedência de 18 famílias da Fazenda Carlota.

| Nome                          | Nº de Filhos | Quanto Tempo Vive na Terra (anos) | Área     | Onde Morava Antes de Vir para Fazenda Carlota  |
|-------------------------------|--------------|-----------------------------------|----------|--|
| Abdias Fortunato da Silva     | 5            | 6                                 | 3 alq.   | Candeúba (BA), Oswaldo Cruz (SP), Palotina (PR)  |
| Antônio Mendes                | -            | 3                                 | 3 alq.   | Caratinga (MG), Santo Agostinho (ES), Guaira (PR)  |
| Aparício Gonçalves Santos     | 8            | 5                                 | 2,5 alq. | São João do Paraíso (MG), Nova Londrina (PR), Santa Isabel do Ivaí (PR), Assis Chateaubriand (PR)              |
| Clemente Antunes Luz          | 9            | 6                                 | 5,5 alq. | Água Vermelha (MG), Paranaíba (PR), Terra Rica (PR), Paranaíba (PR), Tapira (PR)                               |
| Geraldo Bento dos Santos      | 7            | 6                                 | 5 alq.   | Santa Maria do Sausuí (MG), Barbosa Ferraz (PR), Palotina (PR)   |
| Ismael Gonçalves da Silva     | 1            | 6                                 | 1,5 alq. | Nova Esperança (PR)  |
| Jair José Pimenta             | 15           | 5                                 | 3 alq.   | São Sebastião das Correntes (MG), Maringá (PR), Brasilândia (PR), Terra Roxa (PR), Itacorá (PR)                |
| Jaci Viana Neves              | 8            | 5                                 | 3 alq.   | Manhumirim (MG), Tupássí (PR), Vila Pérola (PR)  |
| João Claro de Oliveira        | 9            | 5                                 | 6 alq.   | Legião (MG), C. Mourão (PR), Moreira Sales (PR), Mariluz (PR), Teledo (PR)                                     |
| José Cardoso de Souza         | 2            | 6                                 | 2 alq.   | Gramogol (MG), Cruzeiroiros D'Oeste (PR), Goio-Erê (PR), Brasilândia (PR), Terra Roxa (PR), Itacorá (PR)       |
| José Ferreira dos Santos      | 9            | 3                                 | 5 alq.   | Água Boa (MG), Assis Chateaubriand (PR), Palotina (PR), Itacorá (PR)   |
| José Lopes Ferreira Amorim    | 10           | 4                                 | 4 alq.   | Água Boa (MG), Assis Chateaubriand (PR), Vera Cruz (PR)  |
| José Pereira Alves            | 4            | 6                                 | 2 alq.   | Pameleira (MG), Marília (SP), Assis Chateaubriand (PR), Umarama (PR), Terra Roxa (PR), Matelândia (PR)         |
| José Pinto Ribeiro            | -            | 5                                 | 5 alq.   | Campos Gerais (MG), Presidente Prudente (SP), Nova Esperança (PR), Alto Piquiri (PR), Assis Chateaubriand (PR) |
| Lucas Lopes Pereira de Amorim | 4            | 4                                 | 3 alq.   | Água Boa (MG), Assis Chateaubriand (PR), Vera Cruz (PR)  |
| Manoel Teixeira Dias          | 4            | 5                                 | -        | -  |
| Nelson Fernandes de Paula     | 3            | 4                                 | 2 alq.   | Sanduí (MG), Vila Pérola (PR)  |
| Pedro Gonçalves da Silva      | -            | 6                                 | 1,5 alq. | Nova Esperança (PR)  |



**ICONOGRAFIA** .....



Foto: Guimar Germani

1 - Propriedade indenizada por Itaipu Binacional em Alvorada do Iguaçu, município de São Miguel do Iguaçu.



Foto: Guimar Germani

2 - Itaipu não se preocupava com o reassentamento dos expropriados, seu destino estava nas mãos das colonizadoras



Foto: Guimar Germani

3 - O direcionamento do fluxo migratório gerado pelas desapropriações era dado pelas colonizadoras, contribuindo para a abertura da fronteira agrícola do Mato Grosso e Acre.



Foto: Guimar Germani

4



Foto: Guimar Germani

4 e 5 - Em junho de 1980, D. José Brandão, bispo de Propriá (SE) visitou a região para conhecer e contar suas experiências em outras barragens no Nordeste.



Foto: Guimar Germani

6 - Em 14 de julho de 1980, os expropriados cercaram o escritório da Itaipu, em Santa Helena, e ali permaneceram durante 16 dias, dando início ao "Movimento Justiça e Terra" (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

7 - Marcelo Barth, agricultor de Itacorá, leu o manifesto de abertura do Movimento Justiça e Terra destinado aos "Amigos e Companheiros de sofrimento" (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

8 - "Rádio Justiça" instalada na carroceria de um caminhão (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

9 - Faixas contendo as reivindicações dos expropriados foram penduradas no acampamento (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

10 - D. Olívio Fazza, bispo de Foz do Iguaçu, celebra ato ecumênico no acampamento (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

11 - Antes de iniciar os trabalhos do dia, os agricultores uniam as mãos para rezar o Pai-Nosso (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

12 - Todas as questões eram discutidas em assembléia (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

13 - Pastor Werner Fuchs, da IECLB, e secretário-regional da CPT, apoiava Movimento.



Foto: Guimar Germani

14 - Todas as decisões eram votadas (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

15 - As assembléias recebiam o apoio de parlamentares (deputado estadual Nelton Friedrich e deputado federal Nivaldo Krueger).



Foto: Guimar Germani

16 - As assembléias recebiam o apoio de parlamentares (deputado estadual Nelton Friedrech).



Foto: Guimar Germani

17 - Bebida alcoólica era proibida, mas água para o chimarrão não podia faltar (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

18 - O movimento era pacífico e foi pacificamente que esperaram a resposta de Itaipu (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

19 - O "carteado" ajudava a passar o tempo e a se distrair (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

20 - O policiamento era discreto, mas sempre atento (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

21 - Reunião da comissão de agricultores com Eugênio Stefanello, representante da Secretaria da Agricultura do estado do Paraná (Santa Helena, 16 de julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

22 - Preparação da comida no acampamento (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

23 - No fim do dia, os agricultores que não permaneciam no acampamento voltavam para suas casas, retornando no dia seguinte (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

24 - Manifestação de Protesto no "Dia do Agricultor" (Santa Helena, 25 de julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

25 - Manifestação de Protesto no "Dia do Agricultor" (Santa Helena, 25 de julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

26 - As crianças também manifestaram seu protesto à Itaipu (Santa Helena, 25 de julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

27 - A manifestação foi animada pela família Gewehr, músicos da região (Santa Helena, 25 de julho de 1980).

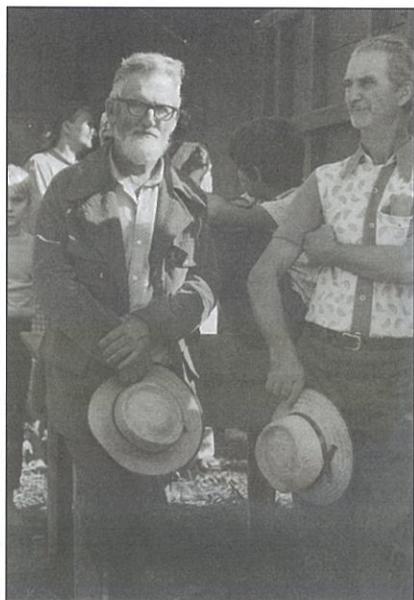


Foto: Guimar Germani

28 - O que será feito dos velhos?



Foto: Guimar Germani

29 - As crianças acompanhavam seus pais no acampamento (Santa Helena, julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

30



Foto: Guimar Germani

30 e 31 - As pessoas que trabalhavam nas fazendas, em sua maioria vindas do Nordeste, participavam com suas reivindicações específicas: não tinham terras para serem desapropriadas, o "preço justo" para eles era terra para viver e trabalhar.



Foto: Guimar Germani

32 - A Comissão de Agricultores que participou da reunião, em Foz do Iguaçu, trouxe as propostas da Itaipu para a assembléia (da esquerda para a direita: Ary Konrad, Marcelo Barth, Eno Baron, Arnildo Schmidt e Orestes Gasperim).



Foto: Guimar Germani

33 - Após o atendimento de parte de suas reivindicações, os agricultores votaram para "levantar" o acampamento (Santa Helena, 30 de julho de 1980).



Foto: Guimar Germani

34 - A bandeira nacional, a cruz, o terço e a palavra de ordem "Preço da Paz: justiça e terra" orientavam o acampamento em Foz do Iguaçu (Foz do Iguaçu, março a maio de 1981).



Foto: Guimar Germani

35 - Os agricultores acamparam em Foz do Iguaçu, no trevo que dá acesso à Itaipu, à cidade de Foz do Iguaçu e ao Paraguai, local denominado como "Trevo da Vergonha" (Foz do Iguaçu, março a maio de 1981).



Foto: Guimar Germani

36 - No acampamento em Foz do Iguaçu, foram penduradas as faixas com suas reivindicações (Foz do Iguaçu, março a maio de 1981).



Foto: Guimar Germani

37



Foto: Guimar Germani

38

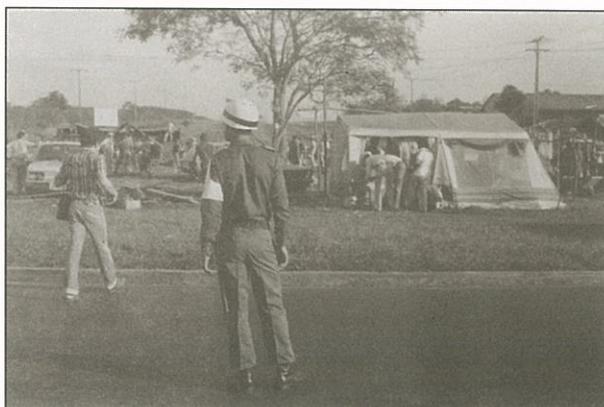


Foto: Guimar Germani

37, 38 e 39 - Aspectos do acampamento em Foz do Iguaçu, no "Trevo da Vergonha", que demonstra as diferentes situações dos manifestantes.



Foto: Guimar Germani

40 - "Os injustiçados pela Itaipu" reuniam-se, diariamente, em Ato Ecumênico e em assembléia (Foz do Iguaçu, março a maio de 1981).

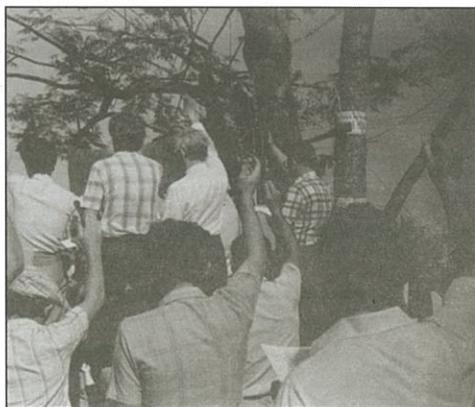


Foto: Guimar Germani

41 - Todas as decisões eram votadas (Foz do Iguaçu, março a maio de 1981).



Foto: Guimar Germani

42 - No dia 09 de maio, após 56 dias de concentração e protesto, votaram para "levantar" o acampamento (Foz do Iguaçu, 09 de maio de 1981).



Foto: Guimar Germani

43 - Os expropriados deixarão suas terras, mas levarão na mudança a experiência da resistência à Itaipu.



REFERÊNCIAS .....

- ABRAMOVAY, Ricardo. Lutas sociais no campo. *In: Ensaios de opinião*. Rio de Janeiro, n. 29, 1979, p. 57/62.
- AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BERNARDES, Lígia Maria Cavalcanti. O problema das frentes pioneiras do Estado do Paraná. *In: Revistas Brasileira de Geografia*, a.XV (3), 1953.
- BESKOW, Roberto Paulo. Agricultura e capitalismo no Brasil. *In: Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro, n. 19, 1980, p. 113/125.
- BIBLIOTECA DO EXÉRCITO. **A energia elétrica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977.
- BRANCO, Catullo. **Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.
- BRANT, C. Vinícius. Estrutura agrária e democracia na América Latina. *In: Estudos CEBRAP*, Rio de Janeiro, n. 27, 1980, p. 83/102.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 5ª, Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- CAVALCANTI, José Costa. A Itaipu Binacional – um exemplo de cooperação internacional na América Latina. *In: Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 53, mar. abr., 1976.
- CHIAVENATTO, José Júlio. **Stroessner: retrato de uma ditadura**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1980.
- \_\_\_\_\_. **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 6ª ed., 1979.
- CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE PUEBLA. Texto oficial. São Paulo: Paulinas, 3ª ed., 1979.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Centro de Documentação e Informação, Coordenação de publicação, Brasília, 1974.
- CONFERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. **As lutas camponesas no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1980, v. I.
- COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 2ª ed., 1967.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Sem terra e sem rumo**. CPT-PARANÁ, Junho de 1979.
- DUARTE, João C. e QUEDAS, Oriowaldo. Agricultura e Acumulação. *In: Revista Debate e Crítica*. São Paulo, n. 2, jan.-jun., 1974, p. 90-97.
- EL RADICAL, Assunção (Paraguai), outubro de 1976.

ENGELS, F. Prefácio a la guerra campesina em Alemanha. *In*: K. Marx e F. Engels – **Obras escogidos**. Moscú: Editorial Progreso, 1973, v. II, p. 167/181.

\_\_\_\_\_. O problema camponês na França e na Alemanha. *In*: GRAZIANO DA SILVA, José e STALCK, Verena (orgs.) **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 59/80.

ESTATUTO DA TERRA. Rio Grande do Sul: Síntese, 1981.

FERREIRA, Rosa F. M. A relação de dominação na pesquisa social. *In*: **Revista de Cultura e Política**. Rio de Janeiro, v. 3. Nov. Jan. de 1981, p. 65/69.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina (PR), 15 de maio de 1980.

\_\_\_\_\_. Londrina (PR), 18 de julho de 1980.

\_\_\_\_\_. Londrina (PR), 19 de julho de 1980.

\_\_\_\_\_. Londrina (PR), 20 de julho de 1980.

\_\_\_\_\_. Londrina (PR), 25 de julho de 1980.

\_\_\_\_\_. Londrina (PR), 19 de março de 1981.

\_\_\_\_\_. Londrina (PR), 21 de março de 1981.

\_\_\_\_\_. Londrina (PR), 22 de março de 1981.

\_\_\_\_\_. Londrina (PR), 29 de março de 1981.

\_\_\_\_\_. Londrina (PR), 09 de abril de 1981.

\_\_\_\_\_. Londrina (PR), 23 de abril de 1981.

\_\_\_\_\_. Londrina (PR), 09 de maio de 1981.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo (SP), 29 de outubro de 1978.

\_\_\_\_\_. São Paulo (SP), 03 de junho de 1979.

GALEANO, Eduardo. A fronteira da discórdia. *In* **Jornal Opinião**, n. 8, São Paulo (SP), de 25.12.72 a 01.01.73.

GAZETA DO POVO. Curitiba (PR), 21 de março de 1981.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 24 de março de 1981.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 27 de março de 1981.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 10 de abril de 1981.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 11 de abril de 1981.

GOMES, José Laurentino. Itaipu, grandeza e controvérsias. *In*: **Estado do Paraná**. Curitiba (PR), 17 de outubro de 1978.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

- \_\_\_\_\_. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- GRUPOS DE ESTUDOS AGRÁRIOS. **A questão agrária na Bahia**. Salvador, Jun. 1980.
- IANNI, Octávio. **A luta pela terra**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Dinâmica espacial e setorial da força de trabalho no Paraná**. Curitiba, dez. 1979.
- \_\_\_\_\_. **Alterações ecológicas decorrentes de Itaipu**. Curitiba, jun. 1977.
- ITAIPU BINACIONAL. **Dados referentes às desapropriações das áreas destinadas ao reservatório da hidroelétrica de Itaipu**. Brasília, 07 de abril 1981.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro (RJ), 31 de janeiro de 1979.
- JORNAL HOJE. Foz do Iguaçu (PR), 29 de maio a 04 de junho de 1979.
- JUNQUEIRA, N. L. José. Hidrelétrica: um investimento para toda a vida. **O Estado de São Paulo – Folhetim**. São Paulo, 04 abril 1979, nº 146.
- KAUTSKY, Karl. **La cuestion agraria**. México: Siglo Veintiuno Editores, 2ª ed., 1977.
- LAINO, Domingos. Itaipu e as relações Brasil-Paraguai. In: **MOVIMENTO**, n. 101, São Paulo (SP), 06.06.77.
- \_\_\_\_\_. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global, 1979.
- LARANJEIRA, Raymundo. O Direito agrário e o estudo de direito. In: **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro, n. 22, abr, 1980, p. 169/198.
- LENIN, I. V. **Teoria de la cuestion agraria**. México: Ediciones de Cultura Popular, 1976.
- \_\_\_\_\_. **El desarrollo del capitalismo en Rusia**, México: Edicion de Cultura Popular, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.
- LENZ, Matias, S. J. (Coordenador). **A igreja e a propriedade da terra no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1980.
- LOPES BRANDÃO, J. R. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970). In: **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 22, p. 83/110.
- \_\_\_\_\_. Do Latifúndio à empresa. **Caderno CEBRAP**, n. 26.
- LOUREIRO, G. Rita Maria. **Parceria e capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

\_\_\_\_\_. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Encontros com a civilização brasileira**, Rio de Janeiro, n. 22, abril de 1980, p. 199/221.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

MARX, K. e ENGELS, F. **La ideologia alemana**. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 3ª ed. 1971.

MARX, K. **El capital – Crítica de la economia política**. México: Fondo de Cultura Economica, 1973, v. I e III.

\_\_\_\_\_. **El Dieciocho Brumario de Luiz Bonaparte**. Marx, K. e Engels, F. – obras escogidas. Moscú, Editorial Progreso, 1973, v. I, p. 404/498.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**. Comissão Pastoral da Terra (CPT), Secretariado Regional do Paraná, novembro de 1980.

NOSSO TEMPO. Foz do Iguaçu (PR), de 15 a 22 de abril de 1981.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba (PR), 17 de outubro de 1978.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 15 de março de 1979.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 08 de junho de 1979.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 25 de junho de 1980.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 15 de julho de 1980.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 18 de julho de 1980.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 23 de julho de 1980.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 26 de julho de 1980.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 19 de março de 1981.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 19 de março de 1981.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 27 de março de 1981.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 29 de março de 1981.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 02 de abril de 1981.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 07 de abril de 1981.

\_\_\_\_\_. Curitiba (PR), 10 de abril de 1981.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo (SP), 08 de agosto de 1978.

\_\_\_\_\_. São Paulo (SP), 18 de maio de 1979.

\_\_\_\_\_. São Paulo (SP), 18 de março de 1980.

\_\_\_\_\_. São Paulo (SP), 18 de julho de 1980.

- \_\_\_\_\_. São Paulo (SP), 15 de julho de 1980.
- \_\_\_\_\_. São Paulo (SP), 15 de julho de 1980.
- \_\_\_\_\_. São Paulo (SP), 15 de julho de 1980.
- \_\_\_\_\_. São Paulo (SP), 15 de março de 1981.
- \_\_\_\_\_. São Paulo (SP), 20 de março de 1981.
- \_\_\_\_\_. São Paulo (SP), 22 de março de 1981.
- \_\_\_\_\_. São Paulo (SP), 24 de março de 1981.
- \_\_\_\_\_. São Paulo (SP), 27 de março de 1981.
- O PARANÁ. Cascavel (PR), 16 de julho de 1980.
- \_\_\_\_\_. Cascavel (PR), 25 de julho de 1980.
- \_\_\_\_\_. Cascavel (PR), 27 de julho de 1980.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- \_\_\_\_\_. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: **Seleções CEBRAP**, São Paulo, n. 1, 1975, p. 7/79.
- PEGORARO, PAULO ROBERTO. Dia do Colono é também o dia "D" para os expropriados de Itaipu. In: **Folha de Londria**, Londrina (PR), 25 de julho de 1980.
- OPINIÃO, n. 22, de 02 a 09 de abril de 1973.
- NOSSO TEMPO. Foz do Iguaçu, 21 de janeiro de 1980.
- PADIS, Calil Pedro. **Formação de uma economia periférica**. Tese de doutorado, PUC-SP, São Paulo, out 1970, mimeo.
- PAWELKE, J. Pastor. **Ficando rico no Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 31 out. 1970.
- PEREIRA, Osny Duarte. **Itaipu – prós e contras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. O conflito de fronteiras com o Paraguai e seus fundamentos. In: **Revista civilização brasileira**. Rio de Janeiro, n. 7, maio 1966, p. 92/101.
- QUEIROZ, M. Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 2ª ed., 1976.
- REGO, Rubem Murilo Leão. **Terra de violência: estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. USP, São Paulo, 1979, Mimeo.
- REVISTA MANCHETE – **Documento Itaipu**. Suplemento 1384.
- SALEM, Helena (Coordenação). **A igreja dos oprimidos**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.
- SANDRONI, Paulo. **Questão agrária e campesinato**. São Paulo: Pólis, 1980.

SARDEMBERG, Carlos Alberto. Com o acordo de Itaipu, o fim de uma novela. In **Jornal da República**, 19.10.79.

SERRA, José e SECHACZEWSKI, Antônio. Renda diferencial, renda absoluta e progresso técnico na agricultura ricardiana. In: **Estudos CEBRAP**. Rio de Janeiro, n. 27, 1980, p. 57/83.

SHANIN, Teodor. A definição do camponês: conceituação e desconceituação. In: **Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 26, p. 41/80.

SUDESUL/UFPR. **Estudo subregional Oeste do Paraná**. Convênio 08/77, 4 v. Curitiba, nov. 1979.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Pólis, 1980.

VEJA. São Paulo, 10 de outubro de 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. A propósito da terra e igreja. In: **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro, n. 22, abr. 1980, p. 157/168.

WANDERLEY, Eduardo Luiz. Movimentos sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos. In: **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro, n. 25, jul. 1980, p. 107/130.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS), 20 março de 1981.

---

Impresso pela Gráfica da ULBRA em fontes  
Goudy Sans e Officina Serif, papel Off-set 75g  
(miolo) e Supremo 240g (capa).

Dezembro/2003.

---



Guiomar Inez Germani nasceu em Caçador (SC). É bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Mestre em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde apresentou a dissertação "Os expropriados de Itaipu," objeto desta publicação. Deu continuidade a seus estudos doutorando-se em Geografia pela Universidade de Barcelona, defendendo a tese "Cuestión agraria y asentamiento de población en el área rural: la nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964-1990)". Atualmente, é professora do Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora do CNPq e coordenadora do projeto de pesquisa "A Geografia dos Assentamentos na área rural" — Projeto Geografar.

ISBN 85-232-0298-6



9 788523 202989

